

**A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês
do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação
da polidez lingüística**

Leonardo Lennertz Marcotulio

Volume I

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras
Novembro de 2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês
do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação
da polidez lingüística**

Leonardo Lennertz Marcotulio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).
Orientadora: Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes.

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística

Leonardo Lennertz Marcotulio

Orientadora: Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Examinada por:

Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes
(Departamento de Letras Vernáculas / UFRJ)
Orientador

Professor Doutor Carlos Alberto Faraco
(Departamento de Língua Portuguesa e Lingüística / UFPR)

Professor Doutor Afranio Gonçalves Barbosa
(Departamento de Letras Vernáculas / UFRJ)

Professora Doutora Vera Lucia Paredes Pereira da Silva
(Departamento de Lingüística e Filologia / UFRJ)
Suplente

Professora Doutora Maria do Carmo Leite de Oliveira
(Departamento de Estudos da Linguagem / PUC-Rio)
Suplente

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

Marcotulio, Leonardo Lennertz.

A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística / Leonardo Lennertz Marcotulio. – Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2008.

xvi, 351f.:il.; 30 cm.

Orientador: Célia Regina dos Santos Lopes

Dissertação (mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras / Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, 2008.

Referências bibliográficas: f. 152 – 161.

1. Formas de tratamento no Brasil Colonial. 2. Cartas do marquês do Lavradio. 3. Preservação da face no discurso político. 4. Estratégias de atenuação. I. Marcotulio, Leonardo Lennertz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. III. A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística.

*A Roberto Clacina Marcotulio e Vera Lucia Lennertz Marcotulio, por me ensinarem
que o outro importa.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida. À professora Célia Lopes, pela preciosa orientação, atenção e carinho, sem a qual esta dissertação não existiria. À professora Maria do Carmo Leite de Oliveira, por apresentar-me o maravilhoso mundo dos estudos pragmáticos. Ao professor Afranio Barbosa, pelas importantes lições de Filologia. À professora Fátima Gouvêa e às queridas amigas e professoras Irenilda Cavalcanti e Adriana Angelita Conceição, pelo suporte nos estudos historiográficos. A todos os professores com os quais tive contato durante do curso do mestrado, pelas valiosas contribuições feitas. Ao CNPq, pelo financiamento parcial desta investigação. A toda a minha família, em especial a Roberto Clacina Marcotulio, meu pai; Vera Lucia Lennertz Marcotulio, minha mãe; e Renato Lennertz Marcotulio, meu irmão, pela força e incentivo nos momentos mais difíceis. A todos os meus amigos pela constante ajuda, paciência e motivação para que este trabalho fosse concluído.

SINOPSE

Descrição e análise das formas de tratamento em cartas setecentistas escritas pelo marquês do Lavradio como estratégias de atenuação da polidez lingüística. A preservação das faces e a construção da imagem de Lavradio em seu discurso político. A caracterização do gênero carta, as tradições discursivas e os formulários epistolográficos na sociedade do Brasil Colônia.



marquês do Lavradio¹

¹ EDMUNDO, Luiz. (2000). *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – (1763-1808)*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Itatiaia. p. 43.

“A polidez é o maior feitiço político dos grandes personagens”.²

(Baltasar Gracián, *Oráculo manual*, XL, 1647.)

² RÓNAI, Paulo. (1985) *Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

*“Curam habe de bono nomine: hoc enim magis permanebit, quam mille thesauri
pretiosi, e magni”*
(Cuida de um bom nome: porque ele te será mais permanente do que mil tesouros
preciosos, e grandes.)³

³ BNL. Seção de Reservados. RODOVALHO, Frei A. de Santa Úrsula. *Oração Fúnebre, à Memória do Marquês do Lavradio, recitada na Catedral do Rio de Janeiro, nas exéquias, que lhe consagraram os cidadãos da mesma Cidade* pelo R.P.M....Lisboa: [s.n.t.], 1790, pp. 1, 5-6.

“É na ação e interação que acreditamos que as mais profundas inter-relações entre linguagem e sociedade são encontradas”.

(Brown & Levinson, 1987)

SUMÁRIO

Volume I

Índice de Quadros, Tabelas e Figuras.....	20
Abreviaturas e Convenções	22
1. Introdução	23
2. Revisão da Literatura: descrevendo o objeto de estudo	27
2.1 – A evolução das formas de tratamento: do latim ao português.....	30
2.2 – Estudos recentes sobre o tema	35
3. Lavradio e seu tempo: o contexto histórico e o perfil sociolinguístico do remetente	40
3.1 – As relações sociais na esfera pública: poder presumido vs. poder de fato .41	
3.2 – As relações sociais na esfera privada: os amplos laços de família.....	48
4. Referencial Teórico e Enfoque Metodológico	55
4.1 – A abordagem pragmática.....	57
4.2 – A Teoria do Poder e da Solidariedade (Brown & Gilman, 1960)	59
4.3 – A polidez linguística no escopo da Pragmática	60
4.3.1 – Os atos de linguagem.....	60
4.3.2 – Brevíssimo histórico sobre os estudos de polidez	61
4.3.3 – A Elaboração da face (Goffman, 1980).....	62
4.3.4 – A Teoria da Polidez idealizada por Brown & Levinson (1987)..	64
4.3.4 – O modelo de Brown & Levinson (1987) revisitado por Kerbrat Orecchioni (2005).....	70

4.4 – O gênero epistolar e as tradições discursivas	72
4.4.1 – O gênero epistolar.....	73
4.4.2 – As tradições discursivas.....	76
4.4.3 – Tradições discursivas e norma lingüística: uma proposta de análise	82
4.5 – Hipóteses.....	93
5. O <i>corpus</i> e sua especificidade.....	95
5.1 – A constituição do <i>corpus</i>	96
5.2 – O trabalho filológico e a transcrição dos manuscritos.....	106
5.3 – A edição do <i>corpus</i>	108
5.4 – Reflexões acerca da edição dos manuscritos	110
6. Da forma à intenção de uso: leitura dos dados e análise dos resultados	112
6.1 – Distribuição geral das formas de tratamento nas esferas pública e privada	112
6.2 – A combinação de formas numa mesma carta	114
6.3 – As formas de tratamento em função das relações sociais estabelecidas: esfera pública.....	117
6.3.1 – Relações assimétricas ascendentes na esfera pública: <i>Vossa</i> <i>Excelência</i> atenuando o poder do outro.....	119
6.3.2 – Relações simétricas na esfera pública: diversidade de formas..	122
6.3.3 – Relações assimétricas descendentes na esfera pública: baixo teor de risco.....	140
6.4 – As formas de tratamento em função das relações sociais estabelecidas: esfera privada - elementos para uma comparação	149
6.4.1 – Relações assimétricas ascendentes na esfera privada.....	151
6.4.2 – Relações simétricas na esfera privada	155
6.4.3 – Relações assimétricas descendentes na esfera privada.....	164
7. Considerações finais	167

8. Referências bibliográficas.....	176
9. Anexos.....	186
9.1 – Estratégias de polidez (Brown & Levinson, 1987).....	186
9.2 – Árvores genealógicas dos destinatários da esfera privada.....	189
9.3 – Edição do Formulário de Tratamentos e Sobrescritos (Freire, 1745).....	198
RESUMO.....	214
ABSTRACT	215

Volume II

Índice da Edição Fac-similar Diplomático-Interpretativa das cartas	17
1. Apresentação	27
2. Normas para transcrição dos manuscritos.....	28
3. Cartas da esfera pública	31
4. Cartas da esfera privada.....	113
RESUMO.....	192
ABSTRACT	193

Índice da Edição Fac-similar Diplomático-Interpretativa das cartas

Relações assimétricas ascendentes: esfera pública			
Destinatário	Data	Referência	Página
1. Jozé de Seabra e Silva, marquês de Pombal	09.11.1771	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1095, carta 329, 309f-309v	32
2. Jozé de Seabra e Silva, marquês de Pombal	26.03.1773	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 414, 23f-23v	34
3. Martinho de Melo e Castro, secretário colonial	13.12.1773	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 5.1-5.2	36

Relações simétricas: esfera pública			
Destinatário	Data	Referência	Página
1. Jozé César de Menezes, governador de Pernambuco	23.10.1775	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 3.76f	40
2. Jozé César de Menezes, governador de Pernambuco	08.10.1774	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 506, 98v-99f	41
3. Conde de Povolide, governador da Bahia	17.10.1772	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.139v	43
4. Manoel da Cunha de Menezes, governador da Bahia	01.09.1775	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 3.73f	44
5. Luiz Antonio de Souza, governador de São Paulo	02.06.1774	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.64f	45
6. Martim Lopes de Saldanha, governador de São Paulo	07.11.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 542, 135f-135v	46
7. Luiz Pinto de Souza, governador do Mato Grosso	17.10.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.36f-2.36v	48
8. Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Goiás	11.07.1771	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.71f-2.71v	50
9. Jozé de Almeida e Vasconcelos, governador de Goiás	12.12.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 406, 19f-20f	52
10. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	07.06.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 529, 121v-122v	55
11. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	01.07.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 532, 124f-125f	58
12. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	16.08.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 534, 126f-126v	61
13. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	20.06.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 535, 126v-128v	63
14. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	17.08.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 536, 128v-129f	68

15. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	01.10.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 537, 129f-131f	70
16. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	23.10.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 538, 131f	75
17. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	24.10.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 539, 131f-131v	76
18. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	04.11.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 541, 132v-135f	78
19. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	08.11.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 543, 135v-136f	84
20. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	26.11.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 544, 136f	86
21. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	31.11.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 545, 136f-136v	87
22. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	19.12.1775	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 546, 136v	89
23. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	08.01.1776	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 549, 140f	90
24. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	09.01.1776	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 550, 140f	92
25. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	08.02.1776	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 552, 142f	93
26. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	27.02.1776	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 554, 143f-143v	94
27. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	12.05.1776	AN, FML, Microfilme 9/2000, cód. 1096, carta 557, 147f-149v	96

Relações assimétricas descendentes: esfera pública

Destinatário	Data	Referência	Página
1. Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	11.12.1769	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.4v	101
2. Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	23.03.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.16f	102
3. Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	25.04.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.19v	103
4. Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	01.10.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.31f	104
5. Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	03.03.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.8v-2.9f	105
6. Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	20.04.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.17f	107
7. Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	28.09.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.31f	108

8. José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	26.04.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.20f	109
9. José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	03.10.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.31v	110
10. José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	26.10.1770	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.36v-2.37f	111

Relações assimétricas ascendentes: esfera privada

Destinatário	Data	Referência	Página
1. Principal de Almeida, tio	20.02.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 174, 170v-173v	114
2. Principal de Almeida, tio	21.09.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 388, 8v-9f	121
3. Conde de Resende, marido da tia da esposa	18.11.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 268, 255f-256f	123
4. Cardeal da Cunha, tio da esposa	23.12.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 280, 267v-268f	126
5. Cardeal da Cunha, tio da esposa	04.11.1771	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 331, 311f-311v	128
6. Condessa de São Vicente, sogra	03.08.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 383, 2v-3f	130

Relações simétricas: esfera privada

Destinatário	Data	Referência	Página
1. Antonio de Melo, primo	20.02.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 181, 181v-183f	132
2. Antonio de Melo, primo	26.03.1773	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 421, 31f-33v	136
3. Antonio de Melo, primo	23.06.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 228, 218f-218v	142
4. Martinho de Almeida, irmão	20.02.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 177, 177v-178v	144
5. Conde de São Vicente, cunhado	23.06.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 230, 219f	147
6. Conde de São Vicente, cunhado	17.11.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 267, 253v-255f	148
7. Conde de São Vicente, cunhado	23.12.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 282, 271f-272f	152
8. Conde de São Vicente, cunhado	28.03.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 359, 334v	155
9. Conde de São Vicente, cunhado	05.10.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 390, 10v-11v	156

10. Conde de São Vicente, cunhado	04.03.1774	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 485, 81v-82v	159
11. Marquês de Penalva, sogro da primeira filha	23.06.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 226, 217f-217v	162
12. Marquês de Angeja, sogro da segunda filha	24.06.1772	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 374, 346f-346v	164
13. Conde de Valadares, primo	29.12.1769	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 160, 161v	166
14. Conde de Valadares, primo	30.05.1772	AN, FML, Série 1, Microfilme 024-97, RD 2.125f	167
15. Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna	23.06.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 227, 217v-218f	168
16. Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna	11.09.1770	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 251, 233f-235f	170
17. Conde de Bobadela, marido da sobrinha-neta de seu avô paterno	14.12.1771	AN, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 345, 320v-321v	175

Relações assimétricas descendentes: esfera privada

Destinatário	Data	Referência	Página
1. Conde de Tarouca, genro	23.06.1770	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 224, 215v-216f	178
2. Conde de Tarouca, genro	29.01.1772	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 347, 322v-323f	180
3. Conde de Tarouca, genro	03.08.1772	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 384, 3f-3v	182
4. Conde de Vila Verde, genro	23.06.1770	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 225, 216f-216v	184
5. Conde de Vila Verde, genro	29.01.1772	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1095, carta 348, 323f-323v	186
6. Conde de Vila Verde, genro	27.07.1774	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 501, 95v-96f	188
7. Francisco de Menezes, genro	09.03.1776	NA, FML, Microfilme 9/2000, código 1096, carta 555, 143v-144f	190

Índice de Quadros, Tabelas e Figuras

Volume I

Quadro 1. As formas de tratamento segundo as gramáticas tradicionais	28
Figura 1. Relações de subordinação da administração colonial	45
Quadro 2. Capitâneas-gerais e capitâneas subordinadas do Estado do Brasil, segundo (Alden, 1968).....	46
Figura 2. Tipos de relações sociais adotadas para a análise	47
Quadro 3. Relações da esfera pública.....	47
Tabela 1. Destinatários selecionados da esfera privada	50
Quadro 4. Partes constitutivas do gênero epistolar.....	84
Quadro 5. Partes constitutivas do gênero epistolar: cartas do marquês do Lavradio	88
Quadro 6. Tratamento indicado por Freire (1745) em função do título do destinatário..	89
Quadro 7. Tratamento em função da localização na estrutura da carta.....	89
Figura 3. Carta modelo para análise das partes constitutivas	92
Quadro 8. Estrutura da carta do marquês do Lavradio adotada para análise dos dados..	93
Tabela 2. Número de cartas selecionadas no <i>corpus</i>	99
Tabela 3. Cartas que compõem as relações sociais na esfera pública	99
Tabela 4. Cartas que compõem as relações sociais na esfera privada.....	103
Tabela 5. Formas de tratamento nas relações pública e privada:dados gerais	113
Tabela 6. Coexistência de tratamentos nas esferas pública e privada	116
Tabela 7. Uso das formas de tratamento em função da relação interpessoal estabelecida: esfera pública.....	117
Tabela 8. Formas de tratamento utilizadas nas relações simétricas: esfera pública	124
Figura 4. Carta de 8 de outubro de 1774, destinada a José César de Menezes, governador de Pernambuco	128
Tabela 9. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas descendentes: esfera pública.....	141
Figura 5. Tratamentos na esfera pública.....	146
Quadro 9. Poder relativo em função das relações entre os interlocutores.....	147

Quadro 10. O condicionamento do tratamento e situação estabelecida em função da hierarquia da relação estabelecida entre os interlocutores.....	148
Tabela 10. Formas de tratamento em função das relações sociais: esfera privada.....	149
Tabela 11. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas ascendentes: esfera privada.....	151
Tabela 12. Formas de tratamento utilizadas nas relações simétricas: esfera privada....	155
Tabela 13. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas descendentes: esfera privada.....	164

Volume II

Tabela 1. Número de cartas selecionadas no <i>corpus</i>	23
--	----

Abreviaturas e Convenções

AAF – ato de ameaça à face

AVF – ato de valorização à face

B-L – Brown & Levinson (1987)

D. - Dom

PB – Português do Brasil / Português brasileiro

PE – Português europeu

PHPB – Projeto Para uma História do Português Brasileiro

P no B – Português no Brasil

Sr. – Senhor

Sra. – Senhora

V. Em^a – Vossa Eminência

V.Ex^a – Vossa Excelência

V. Mcê – Vossa Mercê

V.S^a – Vossa Senhoria

1. Introdução

A questão das hierarquias político-administrativas no Brasil Colônia é um assunto que vem sendo bastante discutido pela historiografia brasileira (cf. Sá, 1942; Alden, 1968; Santos, 2002; Souza, 2006 entre outros). Nesses trabalhos, percebemos que o rei de Portugal tinha o vice-rei do Brasil como uma figura que representava a extensão do poder régio na Colônia e, por essa razão, esse seria o poder máximo na América Portuguesa. O vice-rei do Estado do Brasil estaria, assim, subordinado somente à Coroa, ao passo que todos os governadores e capitães-generais das capitanias do Brasil estariam, por sua vez, subordinados ao vice-rei.

Entretanto, o próprio Alden (1968) mostra que, na prática, não era assim que o sistema funcionava no terceiro quartel do século XVIII. Com o intuito de garantir que o poder predominasse no lado europeu do Atlântico, o rei D. José I, representado pela figura do marquês de Pombal, fazia questão de deixar claro que o vice-rei somente seria responsável por sua capitania, no caso o Rio de Janeiro, por essa ser a nova sede da Colônia a partir de 1763, e pelas capitanias subordinadas a essa, deixando para si o controle das demais. Dessa forma, o rei não perdia totalmente o controle da situação, uma vez que não depositava o poder em únicas mãos. Tanto o vice-rei quanto os governadores e capitães-generais ficavam, assim, subordinados à Coroa.

Assim sendo, a relação do vice-rei com os governadores e capitães-generais de cada capitania se configurava como uma relação simétrica, dado que ambos estavam subordinados ao rei de Portugal, ao passo que os governadores das capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento, chamados de governadores subordinados, estavam condicionados pelas ordens do vice-rei.

Nesse sentido, ocupar a posição de vice-rei no Brasil Colônia não isentava o seu titular de relações perenes marcadas pela tensão e pelos conflitos, o que representaria uma possível posição de desconforto. Ser detentor de um título que teoricamente conferia poderes, sem, contudo, exercê-los de fato, representava estar em uma constante zona de conflitos, em que todos os atos deveriam ser criteriosamente medidos para que os interesses fossem garantidos. Essa era a situação vivenciada pelo marquês do Lavradio, nosso personagem principal, em sua gestão como representante da Corte na América Portuguesa.

Esse quadro subjacente de relações e de tensionamento político circunscreve o eixo central de nosso trabalho. Na busca de evidências lingüísticas que permitissem um melhor entendimento dessa problemática, optamos por estudar as *formas de tratamento* que eram utilizadas por Lavradio, em cartas a diferentes destinatários da esfera pública, escritas de 1769 a 1776, por acreditarmos que elas nos fornecem indícios de como as relações entre formas lingüísticas e papéis sociais se construíram ao longo dos tempos. Assim sendo, partimos do pressuposto de que estudar as formas de tratamento, sua evolução e seu uso é, de certa forma, estudar as mudanças estruturais que envolveram a sociedade, mas especificamente, em nosso caso, a questão da relativa fluidez das posições hierárquicas.

Para dar conta desse objetivo principal, adotaremos, de acordo com a Teoria da Polidez idealizada por Brown & Levinson (1987), uma nova leitura para as formas de tratamento. A partir de um panorama geral de frequências de uso obtido pela análise quantitativa, não só as vemos como estratégias para fazer referência ao interlocutor; mas passamos a vê-las, numa perspectiva pragmática, como estratégias que podem atenuar a força de “atos de fala” ameaçadores às faces dos participantes do processo interativo. Em princípio, defendemos que os atos produzidos pelo remetente das cartas podem não ser socialmente aceitos pelo destinatário, bem como representar algum tipo de invasão a seu território. De modo a mitigar essa imposição e garantir a harmonia da interação, entram em jogo as estratégias atenuadoras, dentre as quais estão as formas de tratamento. Dessa forma, acreditamos que a utilização dessas estratégias pode nos fornecer elementos que possibilitem delinear a imagem que o marquês do Lavradio deseja construir de si em seu discurso político.

Para tanto, escolhemos o espaço público, pois, como defende Charaudeau (2006), é o lugar propício para a representação de papéis sociais. Para esse autor, por trás de toda cena interativa, os interlocutores dão vida a *personagens* e se utilizam de um *jogo de máscaras* para representá-los. Através dessas encenações, esses *personagens* recorrem a determinadas estratégias de modo a preservar a sua face e garantir que a interação aconteça em harmonia. No discurso político se detecta, assim, mais facilmente esse jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. O jogo de máscaras cria, assim, a identidade do

político. Dessa forma, cada ator social utiliza as estratégias que julga mais pertinentes para a obtenção de um determinado efeito comunicativo.

Mostraremos neste estudo como se constitui o quadro de tratamentos na esfera pública, ou seja, a esfera cujas relações são mediadas em torno do poder constituída por diferentes membros (funcionários da máquina administrativa colonial luso-brasileira). A título de comparação, utilizaremos as relações da esfera privada – relações entre membros da mesma família – para verificar se há divergência das estratégias utilizadas e o modo pelo qual são condicionadas. Pretendemos verificar como as formas de tratamento refletem a hierarquia familiar, além de observar se o *jogo de máscaras* adotado na esfera pública se mantém na esfera privada, ou se há um “desmascaramento” do marquês do Lavradio. Em outras palavras, objetivamos constatar se o personagem político existe também no âmbito privado.

Nesse sentido, partiremos da hipótese central de que em virtude da *pseudo*-posse de poderes depositados nas mãos do marquês do Lavradio, a posição de vice-rei configura-se como uma posição de desconforto, uma vez que não se sabe exatamente a extensão dos limites do poder. Por isso, postula-se que o tratamento na esfera privada era mais marcado e delineável, posto que as hierarquias eram mais bem definidas (cf. Alden, 1968; Souza, 2006). Por outro lado, somos levados a acreditar que o tratamento na esfera pública pode ser uma forma independente do suposto papel social do destinatário. Em outras palavras, o tratamento nessa esfera seria mais ritualizado, seguindo o que preconizavam os manuais de epistolografia e legislações régias da época e deixando entrever as opções treatmentais como exemplos de tradições discursivas do gênero epistolar setecentista.

Além de identificar os fatores sócio-pragmáticos que condicionam os usos das formas de tratamento, propõe-se, nesta dissertação, a edição semi-diplomática das setenta cartas do marquês do Lavradio que nos serviram como material de análise. Dessa forma, ficará disponível à comunidade científica, numa edição em fac-símile, um conjunto de missivas de um remetente único para diversos destinatários. Este material foi criteriosamente selecionado, pois procuramos controlar o perfil sociolinguístico do nosso “informante”, identificando sua origem, idade, nível sócio-cultural, papel social etc. A partir dessa amostra, é possível ainda observar as redes sociais das quais o marquês do Lavradio participava, uma vez que foram identificados os destinatários de suas cartas no âmbito familiar e profissional. Outro aspecto que desperta nosso interesse

é a possibilidade de analisar o comportamento de um português escrevendo em terras brasileiras, o que permite evidenciar se o marquês do Lavradio adotava a norma brasileira para o século XVIII ou seguia o modelo português em suas missivas.

Para realizar esse estudo, dividimos essa dissertação em dois volumes. O primeiro apresenta sete partes. O primeiro capítulo, como pôde ser observado, é a introdução do nosso trabalho. O segundo capítulo tem como finalidade a descrição do nosso objeto de estudo, através da apresentação da revisão da literatura sobre o tema, para que obtivéssemos um panorama geral do tratamento no século XVIII em função das relações interpessoais estabelecidas entre os interlocutores, assim como um breve relato sobre a gênese das formas de tratamento no português. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta o contexto histórico e a caracterização do perfil sociolinguístico do remetente das cartas, em que nos debruçamos sobre a biografia de Lavradio e a constituição das esferas pública e privada.

No quarto capítulo apresentamos o referencial teórico ao qual o trabalho recorreu. Abordamos alguns conceitos fundamentais da Teoria da Polidez (Brown & Levinson, 1987), Teoria da Elaboração da face (Goffman, 1980), Teoria do Poder e da Solidariedade (Brown & Gilman, 1960), para que pudéssemos refinar o conceito, de cunho pragmático, das formas de tratamento. Ademais, no tratamento dado ao *corpus*, aplicamos o conceito de Tradições Discursivas (Kabatek, 2006) de modo a verificar que estratégias poderiam ser consideradas como estruturas fixas e cristalizadas nas missivas. Por fim, apresentamos as nossas hipóteses de trabalho. No quinto capítulo, é apresentado o *corpus* desta investigação.

O sexto capítulo consiste na apresentação dos resultados. No sétimo capítulo, finalmente, apresentamos a conclusão do nosso trabalho e as referências bibliográficas. Nos anexos constam a listagem das estratégias de polidez de Brown & Levinson (1987), as árvores genealógicas que permitiram a reconstituição das relações sociais no âmbito privado e, por fim, a edição fac-similada do Formulário de Tratamentos e Sobrescritos de Freire (1745).

No segundo volume, se encontra a edição fac-similada semi-diplomática das cartas e os critérios da edição adotados. O fac-símile, além de disponibilizar os documentos aqui utilizados, permite a outros interessados em investigar aspectos históricos e/ou linguísticos contidos nas cartas em análise a possibilidade de se certificar da transcrição feita.

2. Revisão da literatura: descrevendo o objeto de estudo

Como dito na introdução deste trabalho, o objetivo desta investigação é o estudo das formas de tratamento encontradas em uma amostra específica de cartas setecentistas, escritas no Rio de Janeiro pelo marquês do Lavradio.

Uma vez que nesse capítulo pretendemos apresentar, ainda que em linhas gerais, o que se tem estudado sobre o tema, é interessante que, nesse momento, verifiquemos as diferentes nomenclaturas atribuídas ao termo *formas de tratamento*. Para tanto, partiremos de uma abordagem tradicional e analisaremos, assim, as gramáticas de cunho normativo de Cunha & Cintra (2001), Bechara (2004) e, por fim, Rocha Lima (2005).

Todos os autores pesquisados incluem as formas de tratamento na seção de pronomes pessoais. As formas *tu* e *vós* são, assim, descritas como pronomes pessoais de 2ª pessoa utilizados para dirigir-se ao interlocutor, isto é, com quem se fala. Em nenhuma das três gramáticas há menção ao vocábulo *tratamento* quando se referem a essas formas. A forma *tu* seria, então, a forma singular de segunda pessoa, ao passo que a forma *vós* seria a forma plural. Vale dizer que somente Cunha & Cintra (2001:285) fazem referência ao *vós* como tratamento polido para somente um interlocutor:

Vós, com referência a uma só pessoa, normal como tratamento de cerimônia em português antigo e clássico, emprega-se ainda, vez por outra, em linguagem literária de tom arcaizante, para expressar distância, apreço social.

As (demais) formas de tratamento são chamadas de *pronomes de tratamento*; *formas substantivas de tratamento* ou *formas pronominais de tratamento*; e *pronomes de reverência*, por Cunha & Cintra (2001), Bechara (2004) e Rocha Lima (2005), respectivamente. Os autores concordam que todas elas, ainda que se refiram à segunda pessoa do discurso, levam o verbo para a terceira pessoa gramatical. Observemos, assim, o quadro que sintetiza a visão dos autores:

Autor	Cunha & Cintra (2001)	Bechara (2004)	Rocha Lima (2005)
Nomenclatura	Pronomes de tratamento	Formas substantivas de tratamento ou formas pronominais de tratamento	Pronomes de reverência
Definição	"Certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais". (p. 289)	"Formas substantivas de tratamento indireto de 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa. (...) Aos pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam". (p. 165)	"Pronomes de segunda pessoa que requerem para o verbo as terminações de terceira". (p. 112)
Formas	Usado para		
<i>you, yous</i>	Tratamento familiar		
<i>O senhor, a senhora</i>	Tratamento cerimonioso		
<i>Vossa Senhoria</i>	Funcionários públicos graduados, oficiais até coronel; na linguagem escrita do Brasil e na popular de Portugal, pessoas de cerimônia.	Oficiais até coronel, funcionários graduados, pessoas de cerimônia	Funcionários públicos graduados
<i>Vossa Excelência</i>	No Brasil: altas autoridades do governo e oficiais gerais das Forças Armadas; Em Portugal: qualquer pessoa a quem se quer manifestar grande respeito.	Altas patentes militares, ministros, Presidente da República, pessoas de alta categoria, bispos e arcebispos	Altas autoridades
<i>Vossa Alteza</i>	Príncipes, arquiduques e duques	Príncipes e duques	Príncipes
<i>Vossa Majestade</i>	Reis e imperadores		Reis
<i>Vossa Mercê</i>	-	Pessoas de tratamento cerimonioso	-
<i>Vossa Magnificência</i>	Reitor da Universidade		
<i>Vossa Onipotência</i>	-	Deus	-
<i>Vossa Santidade</i>	Papa	-	Papa
<i>Vossa Eminência</i>	Cardeais		

<i>Vossa Reverendíssima</i> ⁴	Sacerdotes em geral		
<i>Vossa Excelência Reverendíssima</i>	Bispos e arcebispos	-	-
<i>Vossa Paternidade</i>	Abades e superiores de conventos	-	-

Quadro 1. As formas de tratamento segundo as gramáticas tradicionais.

Em relação ao pronome *você*, Rocha Lima (2005:316) tece as seguintes considerações:

O pronome *você* pertence realmente à 2ª pessoa, isto é, àquela *com quem se fala*, posto que o verbo com ele concorde na forma da 3ª pessoa. Tal ocorre em virtude da origem remota do pronome (*Vossa mercê*). A concordância faz-se com o substantivo *mercê*, como nos tratamentos de reverência (*Vossa Majestade, Vossa Excelência, Vossa Senhoria, etc.*); é com os substantivos e não com o possessivo (*vossa*) que se estabelece a concordância.

Cunha & Cintra (2001:291-292) vão mais longe e chegam a tecer comentários sobre o uso de *tu* e *você* nas modalidades brasileira e europeia da língua portuguesa:

No português europeu normal, o pronome *tu* é empregado como forma própria da intimidade. Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado, nos últimos tempos, entre colegas de estudo ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa.

No português do Brasil, o uso do *tu* restringe-se ao extremo Sul do país e a alguns pontos da região Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro, foi ele substituído por *você* como forma de intimidade. *Você* também se emprega, fora do campo da intimidade, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior.

É este último valor, de tratamento igualitário ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia), e apenas este, o que *você* possui no português normal europeu, onde só excepcionalmente – e em certas camadas sociais altas – aparece usado como forma carinhosa de intimidade. No português de Portugal não é ainda possível, apesar de certo alargamento recente do seu emprego, usar *você* de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia.

⁴ Cunha & Cintra (2001) também admitem a forma *Vossa Reverência*.

Dessa forma, no âmbito desse trabalho, não vamos nos preocupar em diferenciar os conceitos de formas de tratamento e pronomes pessoais. A distinção que adotaremos será a de formas de tratamento de natureza pronominal – *tu* e *vós* -, e formas de tratamento de natureza nominal – *Você*⁵, *Senhor(a)* e *Vossa + Nome*, assim como as respectivas formas de plural⁶.

Para entendermos melhor o tema, foram utilizados vários estudos lingüísticos. Dividimos essa descrição do objeto de estudo em duas partes. Para começar, apresentaremos um breve histórico das formas de tratamento, desde o sistema latino até o sistema utilizado no português. Para tanto, fazemos uso de Brown & Gilman (1960), Cintra (1972), Teyssier (2001), Faraco (1996), Menon (1995) e Luz (1958). Em seguida, de modo a demonstrar que caminhos tomaram, no Brasil e em Portugal, as formas de tratamento, partiremos de uma revisão de estudos recentes que se baseiam em dados empíricos de sincronias passadas com base cartas e peças teatrais, como Lopes & Duarte (2003), Rumeu (2004), Lopes (2006) e Barcia (2006), com o intuito de apontar as lacunas que existem e os pontos que merecem ser melhor explicados.

2.1 – A evolução das formas de tratamento: do latim ao português

Em seu clássico estudo intitulado “Os pronomes do Poder e da Solidariedade”⁷, Brown & Gilman (1960) iniciam seu texto apresentando um breve estudo do percurso histórico traçado pelas formas de tratamento. Vale dizer que é desse estudo que nos valem agora, uma vez que o aparato metodológico pensado por esses autores será discutido no capítulo 4 dessa dissertação.

Segundo os autores, o sistema latino conhecia apenas duas formas para dirigir-se ao interlocutor: *tu* para o singular e *vos* para o plural. Entretanto, a partir do século IV, a

⁵ Ainda que alguns estudos como Rumeu (2004) e Barcia (2006) mostraram que a forma *você* se apresenta, nos séculos XVIII e XIX, em vias de gramaticalização, optamos por alocá-la em um grupo de formas de tratamento de base nominal, de modo a resgatar a significação original da forma *Vossa Mercê*. Obviamente reconhecemos, como será discutido adiante, que *você* já apresenta comportamento dúbio no período, pois resguarda alguns dos valores semântico-discursivos do tratamento do qual se originou (*Vossa Mercê*), embora apareça em alguns contextos como variante de *tu*.

⁶ Luz (1958) distingue tais formas da seguinte maneira: *tu* e *vós* são chamados de formas diretas de tratamento; e todas as que levam o verbo à 3ª pessoa são chamadas formas indiretas de tratamento. Como dito no começo da seção que daríamos uma abordagem tradicional, resolvemos não incluir essa autora dentre os outros estudos, visto que sua investigação não se trata de uma gramática normativa.

⁷ Do original, em inglês, *The pronouns of Power and Solidarity*.

forma *vos* passa a ser usada também para somente um único interlocutor, que, no caso, era o imperador.

Brown & Gilman (1960) apontam duas possíveis hipóteses para esse fato. De acordo com os autores, nessa época, como o Império Romano já havia começado a se fragmentar, havia dois imperadores: o representante do leste, com sede em Constantinopla; e o representante do oeste, com sede em Roma. Com a reforma de Diocleciano, a máquina administrativa do Império se uniu. Assim, os dois imperadores também tiveram de se unir e tudo o que era dito para um, era necessariamente dito para o outro. Daí vem a primeira hipótese, de que a escolha da forma *vos* pode ter sido em resposta a essa pluralidade implícita. A outra hipótese aponta para o tratamento dado aos imperadores. Como representa o seu povo, muitas vezes, ao se dirigir a ele, usava a forma *nos*⁸. Assim, em resposta ao *nos* usado pelo imperador, as pessoas começaram a utilizar a forma *vos*.

De qualquer forma, o que se sabe é que a forma *vos* passou a ser associada ao poder do imperador, ficando carregada semanticamente de respeito e deferência a alguém hierarquicamente superior na esfera do poder.

Cintra (1972) afirma que é esse sistema – singular: *tu* (íntimo) e *vós* (cerimonioso) / plural: *vós* (indiferente) – que chega, ao século XIII, na Península Ibérica. Sobre essa questão, Teyssier (2001:39) concorda, ao afirmar que

as duas únicas maneiras de dirigir-se a um interlocutor (tratamento) [na fase que denomina galego-português, de 1200 a aproximadamente 1350] são o tuteamento familiar (*tu*) e o voseamento deferente (*vós*). Desconhecem-se ainda as fórmulas de tratamento que levam o verbo à terceira pessoa.

Mais tarde, o pronome plural *vós* teve o seu uso estendido a outras figuras de poder e prestígio das esferas política, militar e religiosa e vai, com o passar do tempo, perdendo o caráter de respeito e deferência. Surge, então, a necessidade da criação de uma nova fórmula para dirigir-se ao rei.

Em geral, o caminho a ser percorrido pelas formas de tratamento de base nominal em português, desde a sua criação, como sinônimo de poder e respeito, até o seu uso estendido “desbotado” semanticamente, é a seguinte: rei > nobreza > burguesia > camadas mais populares. Em outras palavras, há o surgimento, a expansão e, por fim, a fixação da forma. Como a forma se esvazia semanticamente, novas formas

⁸ Esse uso também é descrito por Cunha & Cintra (2001) com o nome de *plural de majestade*.

cerimoniosas devem existir para substituir as que entram em desuso. Sobre essa questão, Faraco (1996:61) afirma que se pode “testemunhar um movimento contínuo de redistribuição social das formas: sempre que uma delas começava a ter um uso mais geral, escapando de um círculo restrito de usuários, estas a abandonavam por outra”.

Surge-nos, então, uma pergunta: Como aconteceu esse processo? Em poucas palavras, houve uma redefinição dos papéis sociais e a língua, por sua vez, acompanhou essa evolução. Uma vez que as novas formas de tratamento de base nominal surgiam em função da figura do rei, torna-se fundamental verificar como determinadas formas nascem em função do rei e deixam de ser, posteriormente, utilizadas, passando a ser empregadas a interlocutores de outras esferas sociais, hierarquicamente inferiores ao poder régio.

De acordo com Luz (1958:24), “nos primeiros tempos da nossa monarquia, o rei mal se distinguia dos outros nobres”. Consoante Faraco (1996), com a crise do sistema feudal, a partir do século XII crescem o artesanato e as atividades comerciais. Há, assim, uma nova organização econômica centrada nas cidades, caracterizada pela formação de uma nova classe social: a burguesia. Com isso, há uma redução dos poderes dos senhores feudais e, conseqüentemente, uma maior centralização político-administrativa, marcada pelo aumento do poder nas mãos do rei. Em suma, Luz (1958:24) afirma que, no século XIII, o rei “distancia-se das outras classes”, mas que somente no século XV “consegue aniquilar qualquer espécie de autoridade oposta à sua”. Dessa forma, a burguesia passa a competir com a nobreza já na segunda metade do século XIV e se torna, assim, a nova aristocracia.

Para tanto, Faraco (1996:57) afirma:

Se uma sociedade passou ou está passando por rápidas mudanças que se refletem nas relações interpessoais, pode-se esperar que mudanças lingüísticas na área do tratamento venham a ocorrer com possíveis conseqüências para outros aspectos da estrutura da língua. (...) A transformação econômica sofrida produziu uma reorganização da estrutura da sociedade, dissolvendo a complexa e fixa rede hierárquica de estamentos e adaptando-se à nova realidade de uma sociedade industrial.

Em relação à ordem cronológica de aparecimento das novas formas, Cintra (1972), tomando por base os estudos de Luz (1958), afirma que já em 1331 pode ser verificada a presença da forma *Vossa Mercê*; em 1442, aparece a forma *Vossa Senhoria*;

e, em 1455, a forma *Vossa Alteza*. Todas essas formas, como dito anteriormente, levam o verbo para a terceira pessoa gramatical.

De acordo com Faraco (1996), essa introdução de novas formas gerou instabilidade no sistema, no que se refere aos paradigmas verbais e pronominais. O autor oferece, no entanto, outras datas para a introdução das formas de tratamento nominal: em 1434 surge *Vossa Senhoria*; em 1442, a forma *Vossa Majestade* aparece; em 1450, a forma *Vossa Alteza*; e, por fim, em 1455, a forma *Vossa Excelência*.

Para o autor, se por um lado as formas *Vossa Majestade* e *Vossa Excelência* apresentam uma estrutura semelhante a outras já conhecidas do latim, como *Maiestas Vestra* e *Excellentia Vestra*, por outro, as formas *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* foram criações medievais e “estão relacionadas a duas das mais importantes instituições medievais: a mercê do rei, relacionada particularmente com a distribuição da justiça e com a proteção real; e o senhorio, isto é, o poder feudal relacionado com a posse de vastas extensões de terra com o instituto de vassalagem” (p. 58).

Segundo Luz (1958), ainda que tais formas nominais de tratamento tenham sido encontradas em documentos do século XV, podia-se ver que a forma *vós* ainda estava sendo utilizada para o rei, isto é, havia uma coexistência de formas para um mesmo interlocutor.

No tocante aos usos das novas formas nominais de tratamento, Cintra (1972) assegura que a forma *Vossa Mercê* começa a aparecer como tratamento para o rei no final do século XIV, e em 1460 chega a ser o tratamento mais usual para o monarca, deixando de ser empregada em 1490. A forma *Vossa Alteza* começa a ser o tratamento preferido para o rei em 1468, especializando-se nesse emprego nos fins do século XV, e permanecendo por todo o XVI. Já a forma *Vossa Senhoria* surge como tratamento para o rei na metade do XV, mas logo passa a ser usado para fidalgos da mais alta nobreza, fixando-se num nível nitidamente superior à forma *Vossa Mercê*. Faraco (1996) complementa, dizendo que nos últimos anos do XV e primeiros do XVI, as formas *Vossa Alteza* e *Vossa Majestade* eram as preferidas para tratar o rei, sendo que no século XVI, a forma *Vossa Majestade* ganha *Vossa Alteza*, que passa a ser usada para o tratamento de outros membros da família real.

Faraco (1996:62) assegura que a forma *Vossa Mercê* “manteve sua integridade e seu valor como uma forma de tratamento relativamente respeitosa num estilo cuidado entre a pequena burguesia urbana, mas foi arcaizando-se durante os séculos XVII e

XVIII, ao mesmo tempo em que sua rival abreviada (*você*) estava se tornando dominante”. O autor acrescenta que a erosão fonética sofrida por *Vossa Mercê* produziu um número relativamente grande de formas. Nascentes (1956), *apud* Faraco (1996), chegou a registrar dezoito formas em textos brasileiros. De acordo com Faraco (1996), o primeiro texto a mostrar a forma *você* data de 1666.

Cintra (1972) garante que, devido à tamanha confusão no emprego das formas de tratamento, Felipe II, filho do imperador, publica em 1597 as leis que estabeleciam os tratamentos corretos em relação a cada cargo. Outra legislação régia também é verificada na historiografia portuguesa, em 1739. O rei D. João V publica outro decreto para deixar claros os limites de cada forma tratamental. Vale dizer que essas legislações régias serão melhor abordadas no capítulo em que apresentaremos o referencial teórico e o enfoque metodológico deste trabalho.

Sendo assim, percebe-se que havia, do século XVI ao XVIII, uma grande flutuação no emprego das formas de tratamento e, como consequência, havia uma preocupação em determinar os papéis sociais desempenhados pelos membros dessa mesma sociedade.

Em relação à forma *vós*, Cintra (1972:34) afirma que

É no século XVIII que este último resíduo de ápóstrofe directa mas cortês, herdada do latim, num momento que me parece situar-se nos meados do século, e portanto na passagem do reinado de D. João V para o de D. José I, cai em desuso (ou se torna traço arcaizante e um tanto ridículo na fala de pessoas velhas ou provincianas), ficando o campo dos tratamentos de cortesia completamente entregue ao domínio das formas nominais e da 3ª pessoa verbal.

De modo a sustentar o seu ponto de vista, Cintra (1972:35) complementa:

À rápida ampliação do campo de emprego de *Vossa Mercê*, de *Vossa Senhoria* e de *Vossa Excelência*, ou seja, ao número progressivamente maior de pessoas a quem se tornou possível aplicar estes tratamentos de cortesia, correspondeu uma redução do campo do emprego de *vós* e da 2ª do plural, que se tornaram naturalmente só utilizáveis para pessoas que não mereciam tanta cortesia como a que a utilização daquelas formas representava.

Em relação às formas presentes no português europeu (doravante PE) a partir do XIX, Teyssier (2001:90) aponta que “desde o século XIX a segunda pessoa do plural sai

completamente do uso falado normal. Finalmente, assiste-se, nos dias atuais, a certa simplificação do código de tratamento”.

Já no português do Brasil, para Teyssier (2001:107), houve uma redução: “como em Portugal, o *vós* desapareceu, mas o *tu* sobrevive apenas no extremo sul e em áreas não suficientemente delimitadas do Norte. Em circunstâncias normais, existem apenas duas fórmulas: o tratamento por *você*, que é familiar, e o tratamento por *o senhor, a senhora*, que é mais reverente”⁹.

Menon (1995:95) está de acordo com essa informação e assegura que “no Brasil, diferentemente de Portugal, a forma *você(s)* passou a ser a forma de tratamento íntimo em quase todo o país, provavelmente em decorrência do uso, desde o início da colonização, de formas variantes de *Vossa Mercê* para o tratamento da segunda pessoa”.

Em relação à forma *você*, Faraco (1996:55) afirma:

O novo elemento gramatical [*você*], em razão de sua principal característica (pronomes de segunda pessoa do discurso, mas estabelecendo concordância com a terceira pessoa verbal) – característica que o colocou em forte contraste com os pronomes antigos (que estabeleciam concordância com a segunda pessoa verbal), desencadeou diferentes rearranjos no sistema verbal e pronominal das línguas em questão, particularmente do português.

O autor segue dizendo que “é provável que durante o século XVI, com o uso generalizado [das formas nominais], *vós* perdeu sua posição até se tornar completamente arcaico no século XVIII” (p. 66).

2.2 – Estudos recentes sobre o tema

No tocante às formas de tratamento, pesquisas recentes têm mostrado que as modalidades portuguesa e brasileira do português seguiram caminhos distintos, ainda que apresentem pontos de interseção. Para isso, partiremos de estudos recentes, baseados em dados empíricos¹⁰ (Lopes & Duarte, 2003; Rumeu, 2004; Lopes, 2006; e

⁹ Obviamente se sabe, com base em estudos recentes para *corpora* orais (cf. Coelho, 1999; Orlandi, 2004; Andrade, 2004; Lucca, 2005; Dias, 2007; Mota, 2008; entre outros), que há diferenças locais e sociais com relação ao uso de *você* e *tu*, principalmente sem concordância.

¹⁰ Ainda que consideremos o estudo de Luz (1958) como um estudo também baseado em dados empíricos, decidimos, em função da temporalidade, mantê-lo no subitem destinado a explicitar o percurso histórico das formas de tratamento.

Barcia, 2006) que procuram descrever, com base em diferentes *corpora*, quais as formas de tratamento eram utilizadas nos séculos XVIII e XIX.

Sabe-se que existe uma vasta bibliografia sobre o tratamento em português com base em textos escritos de sincronias passadas. No entanto, nos limitaremos a dar um panorama amplo do que já foi discutido para o período que nos interessa: o século XVIII. Outro aspecto a ser discutido diz respeito aos estudos contrastivos entre PB e PE no período, já que o nosso interesse é analisar o comportamento de um português escrevendo em terras brasileiras, isto é, até que ponto se poderá evidenciar se o marquês do Lavradio adota a norma brasileira para o século XVIII ou segue o modelo português em suas missivas.

Em um estudo utilizando peças teatrais brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas, Lopes & Duarte (2003) registram como tratamento ao interlocutor, as formas *tu*, *você*, *vós*, *Senhor*, *Vossa Mercê*, *Sua Senhoria*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*. De uma maneira geral, a forma *tu* foi mais encontrada em relações de intimidade e confiança. A forma *você* era usada entre iguais populares e, em menor proporção e coexistindo com a forma *tu*, nas relações de superiores para inferiores. Por fim, a forma *Vossa Mercê* apresentava predomínio de uso nas relações entre inferior e superior.

No PE, as autoras detectaram um uso de *você* pouco expressivo e um predomínio da forma *tu*. Já no PB, o sistema encontrado apresenta-se mais equilibrado entre *você* e *tu*, tendo *Vossa Mercê* e *vós* um declínio considerável no fim do século XVIII. Assim, Lopes & Duarte (2003:8) afirmam que “enquanto no Brasil a forma gramaticalizada *você* invade paulatinamente o sistema pronominal no fim do século XIX, anunciando uma concorrência com o pronome *tu*, em Portugal, o pronome *tu* passa a suplantar os outros usos nesse mesmo período”.

Em síntese, as autoras mostram que, tanto nas peças teatrais portuguesas e brasileiras dos séculos XVIII e XIX, a forma *tu* aparece como a estratégia dominante nas relações entre membros do mesmo grupo social e nas relações de superior para inferior. Já nas relações de inferior para superior, as formas nominais de tratamento foram mais produtivas, sendo *Vossa Mercê* no PB e *Senhor*, *Sua Senhoria*, *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* para o PE.

Partindo de cartas oficiais e não-oficiais escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, Rumeu (2004) constata que as formas encontradas são *tu*, *você*, *Senhor*, *Vossa*

Mercê, Vossa Excelência, Vossa Senhoria e Vossa Majestade. Segundo a autora, no século XVIII, em particular, em relação ao eixo da assimetria, a forma *Vossa Excelência* predomina nas relações de inferior para superior e a forma *você* nas relações de superior para inferior. No eixo simétrico, ou seja, entre iguais, as formas *Vossa Excelência* e *Vossa Mercê* são utilizadas nas classes altas, ao passo que *Vossa Senhoria, Senhor, você* e *tu* são mais frequentemente encontrados nas classes mais baixas.

A autora também afirma que as formas *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* parecem estar um pouco esvaziadas do conteúdo cerimonioso, visto que se restringem às relações mediadas pelas cartas não-oficiais. Já em relação à forma *você*, Rumeu (2004) admite que se encontra em vias de gramaticalização, uma vez que já deixou de ser uma forma nominal, sem contudo perder todas os seus traços formais originais, e ainda não atingiu a forma absoluta de pronome, caracterizando-se, assim, como uma forma “híbrida”. Em outras palavras, persiste a especificação original de 3ª pessoa (*você* combinando-se a formas verbais de terceira pessoa), embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa.

Em um estudo com cartas pessoais escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX, Lopes (2006) verifica que, nas relações de superior para inferior, a forma mais utilizada foi *você* no século XVIII, seguida de *tu*. Nas relações assimétricas de inferior para superior, a forma *Vossa Mercê* se mostra mais produtiva. Por fim, nas relações simétricas, encontra a forma *Vossa Excelência* seguida de *Vossa Mercê*.

Quanto ao século XIX, Barcia (2006) trabalha com cartas de leitores em jornais oitocentistas da região sudeste do Brasil e descreve as seguintes formas de tratamento ao interlocutor, a saber: *tu, vós, Vossa Excelência, Vossa Senhoria e Vossa Mercê*.

Nas relações menos solidárias, as formas *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* apresentaram-se como mais formais, ao passo que, nessas mesmas relações, a forma *Vossa Mercê* também se apresentava como uma forma cerimoniosa, não tanto quanto as demais, o que mostra que essa forma ainda carregava traços de cortesia e respeito.

Em contextos de maior intimidade, a forma *tu* predominava, já abrindo espaço para a forma *você* no fim do século XIX. Cabe dizer que, em relação ao comportamento de *você*, Barcia (2006) comprova os resultados de Rumeu (2004), no tocante ao hibridismo da forma. A forma *vós*, por sua vez, embora pouco utilizada na amostra, ainda se apresentava como resquício do clássico *vós* de cerimônia.

Esse é, em linhas gerais, o panorama histórico traçado, pelos estudos apresentados, das formas de tratamento em língua portuguesa, em que tentam descrever o condicionamento das formas a partir dos diferentes eixos hierárquicos sociais. Como mostrado anteriormente, algumas investigações tecem considerações a respeito do tratamento no PB e outras apresentam uma análise contrastiva com a modalidade européia, mas não chegam a estabelecer, pelos limites da própria natureza das amostras analisadas, as relações existentes entre o tratamento, o contexto histórico e o papel social desempenhado pelos informantes. Como pôde ser observado, devido à utilização de diferentes *corpora* de análise, não conseguimos obter um panorama geral unânime de uso das formas de tratamento para o século XVIII, o que evidencia a complexidade do sistema de tratamento. De qualquer forma, esses estudos, com base em peças teatrais e cartas dos séculos XVIII-XIX, apresentam alguns resultados que nos servem como hipóteses a serem observadas nas cartas setecentistas de um vice-rei português em terras brasileiras:

- a) predomínio de *tu* quando há mais confiança e intimidade, principalmente, nas relações simétricas nas classes populares e nas relações assimétricas de superior a inferior;
- b) *Você*, menos freqüente que *tu*, entre iguais populares, e mais produtivo que *tu* nas relações assimétricas descendentes;
- c) Uso mais expressivo de *você* sobre *tu* no português brasileiro e generalização de *tu* no português europeu a partir do século XIX;
- d) Formas nominais de tratamento empregadas de inferior para superior, apresentando certa distinção entre elas quanto ao grau de formalidade e deferência: *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* mais esvaziadas semanticamente quanto ao conteúdo cerimonioso se comparado ao emprego mais reverencial de *Vossa Excelência* (esta última também usual nas relações simétricas entre grupos socialmente favorecidos).

Nesse sentido, o presente trabalho torna-se relevante e objetiva descrever mais minuciosamente, quantitativa e qualitativamente, o uso das formas de tratamento, uma vez que delimitaremos as características históricas e sociolinguísticas do contexto de produção e uso tratamentais em uma amostra específica e controlada. Acreditamos,

assim, que essa será a nossa colaboração para o entendimento dos usos tratamentais do século XVIII que circulava na vida pública e privada do vice-reinado do marquês do Lavradio no Brasil Colônia. Tais resultados certamente contribuirão *lato sensu* para a reconstituição da história do português brasileiro, objetivo principal do projeto PHPB-RJ e, *stricto sensu* para o reconhecimento da história do português *no* Brasil (Barbosa, 1999).

3. Lavradio e seu tempo: o contexto histórico e o perfil sociolinguístico do remetente

O autor das 70 cartas que constituem o *corpus* deste estudo é D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre, o 2º marquês do Lavradio¹¹ e 5º conde de Avintes. Nascido em Ribaldeira em 27 de junho de 1729, era o filho mais velho de D. Antônio de Almeida (1º conde, 1º marquês do Lavradio e oficial das Forças Armadas) e de Dona Franciscana das Chagas de Macarenhas (irmã do último duque de Aveiro). Sua educação seguiu o modelo usual do seu nível social, isto é, quando completou dez anos de idade, juntou-se com seu pai em Elvas, onde era Comandante do Regimento de Infantaria (cf. Alden, 1968; Sá, 1942; e Vainfas, 2000).

Em 1740, seu pai foi convocado para ser governador de Angola, posto que exerceu durante treze anos. Enquanto esteve fora, o marquês do Lavradio permaneceu em Portugal sob a tutela de um abade francês escolhido pelo seu tio, o Cardeal D. Tomás de Almeida, 1º Patriarca de Lisboa. Quando completou vinte anos foi mandado para uma viagem para completar sua educação. Primeiramente, visitou parentes próximos em Madri e depois foi para Paris, onde passou algum tempo estudando as artes da guerra e confraternizando com oficiais da Armada Francesa.

Quando voltou para Portugal, o marquês do Lavradio começou sua carreira militar, seguindo os passos do pai. Em 1759, seu pai deixou Portugal, bastante velho e doente, para ser vice-rei do Brasil, onde morre seis meses depois de tomar posse.

O próximo evento significativo em sua carreira foi sua indicação para o governo da Bahia. D. José I, rei de Portugal, estava, na época, procurando um tutor para seu neto, poucos anos depois da guerra de 1762. Evidentemente os seus olhos se voltaram para o marquês do Lavradio em virtude de seu destaque como comandante militar.

Entretanto, o marquês de Pombal conseguiu convencer o rei D. José I que o marquês do Lavradio era exatamente a pessoa ideal para administrar a Bahia, onde houve uma série de governadores fracos e inexperientes depois do 1º marquês do Lavradio.

Em 25 de setembro de 1767, o marquês do Lavradio se torna o 45º governador e capitão-general da Bahia de todos os Santos, chegando ao Brasil em 1768. Segundo

¹¹ Para facilitar, faremos referência ao 2º marquês do Lavradio, personagem principal desse estudo, apenas como marquês do Lavradio ou simplesmente Lavradio.

Alden (1968), ao escolher um governador para o cargo, os requisitos essenciais¹² para o posto eram levados em consideração, assim como as redes familiares e a de amigos na corte, que podiam ser mais influentes para determinar as nomeações.

Em 4 de novembro de 1769 é nomeado o 11º vice-rei do Brasil, sendo o 3º com residência na nova capital, tendo, assim, que transferir-se para o Rio de Janeiro, onde permanece por dez anos. Em 5 de abril de 1779, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, seu sucessor, é nomeado o novo vice-rei do Brasil. Ao voltar para Portugal, o marquês do Lavradio se tornou membro do Conselho de Guerra, e em 1786 foi nomeado presidente do Desembargo do Paço, vindo a falecer em Lisboa em 2 de maio de 1790.

3.1 – As relações sociais na esfera pública: poder presumido vs. poder de fato

Uma vez que o personagem principal que norteia este trabalho apresentava o título de vice-rei, deve-se entender o seu local de atuação, isto é, o vice-reino. Para isso, torna-se necessário compreender, resumidamente, como se deu o desenvolvimento da máquina administrativa colonial no Brasil, levando-se em consideração as informações disponibilizadas por Wehling & Wehling (1999) e Holanda (2007).

Segundo os autores, após a chegada dos portugueses à América, diversas foram as tentativas de ocupação, colonização e administração do novo continente, a partir da primeira metade do século XVI, a saber, em ordem cronológica: as expedições exploradoras, guarda-costas, colonizadoras; as capitanias-hereditárias; e, por fim, o governo-geral.

Para Lopez (1997), parece não haver uma documentação concreta que ateste o momento exato da transição do governo-geral para o vice-reinado, ou seja, não se

¹² Os critérios para a escolha de governadores para as colônias luso-americanas pode ser verificado em: “[...] the candidate should be valorous, prudent, responsible, and experienced in war. Coursing through his veins should be the blood of an aristocrat, since ‘the Brazilians have much respect for those with illustrious blood’. But good blood alone is not enough, he cautioned, for with-out other qualities a governor can become dangerous, even tyrannical, arousing the inhabitants to indignation and hatred of their king and his government. The governor should not be young, for those with few years do not have the requisite prudence or experience to rule, and their unsteadiness can be irritating to their subjects and jeopardize the empire. In addition, the ideal governor should abstain from all commercial intercourse, for one cannot be a good governor, or soldier, or judge, as well as a good merchant, the attorney-general stressed, since one’s pecuniary interests will inevitably affect one’s impartial judgment.” In: Dauril Alden, *Royal government in Colonial Brazil*; with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779, Berkeley, University of Califórnia, 1968, p. 3-4.

conhece ato oficial algum elevando o Brasil à condição de vice-reino. Há, para o autor, três diferentes hipóteses para o fato. A primeira aponta para o ano de 1640, em que veio para o Brasil o marquês de Montalvão, primeiro governador-geral que ostentou o título de vice-rei. Outros preferem o ano de 1720, a partir de quando todos os governadores-gerais passaram a ser assim chamados. A última hipótese, por sua vez, aponta a responsabilidade para o marquês de Pombal na definitiva transição de governo-geral para o vice-reinado.

Segundo o autor, o cargo de vice-rei perdurou até 1808, com Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, como o último dos vice-reis por ocasião da chegada da corte portuguesa ao Brasil. O vice-rei foi, então, substituído pelo príncipe regente D. João, que posteriormente se tornaria D. João VI.

No tocante ao posicionamento hierárquico, como vice-rei do Estado do Brasil, o marquês do Lavradio estaria subordinado somente à Coroa, através das relações estabelecidas com o marquês de Pombal. Teoricamente, todos os governadores e capitães-gerais das capitanias do Brasil estariam, por sua vez, subordinados ao vice-rei.

Na carta patente do marquês do Lavradio, quando foi nomeado governador e capitão-general do Estado da Bahia, estava escrito que ele deveria considerar-se subordinado somente ao vice-rei, assim como os outros governadores da Colônia. Se levarmos em consideração apenas esta informação, chegamos, facilmente, à conclusão de que o vice-rei era o principal representante do rei no além-mar e que a ele todos os outros governantes deveriam obediência e satisfações.

Coaracy (1955)¹³ parece concordar com essa idéia, e, assim, afirma que “o poder e a autoridade dos vice-reis não eram limitados ao Rio de Janeiro, mas se estendiam para todas as capitanias que constituíam o Estado do Brasil”.

Entretanto, grande parte dos historiadores acredita que, ainda que os vice-reis recebessem o título de “vice-rei de mar e terra do Estado do Brasil” e tivessem com suas patentes a impressão de poder exercer o poder por um vasto território, na prática, sua autoridade estava limitada à capitania na qual residia, ou seja, a Bahia, e após 1763, o Rio de Janeiro. O título de vice-rei era apenas um vestígio de um posto cujos poderes foram sendo gradualmente limitados durante os dois séculos de reorganização administrativa.

¹³ COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, 1955, pp. 569.

Em concordância, Alden (1968) afirma que, na prática, não era assim que o sistema funcionava. De modo a garantir que o poder predominasse no lado europeu do Atlântico, o rei D. José I, representado pela figura de Pombal, fazia questão de deixar claro que o vice-rei somente seria responsável por sua capitania, no caso o Rio de Janeiro, e pelas capitanias subordinadas a essa, deixando para si o controle das demais. Dessa forma, o rei não perdia totalmente o controle da situação, uma vez que não o depositava em únicas mãos. Tanto o vice-rei quanto os governadores e capitães-generais ficavam, assim, subordinados à Coroa.

Corroborando com as idéias acima mencionadas, Souza (2006:371), retoma as palavras de A. J. R. Russel-Wood e afirma que “o século XVIII assistiu à emergência dos governantes das capitanias-gerais como forças dominantes na frente administrativa e política brasileira, do que resultou uma erosão gradativa da autoridade dos vice-reis. Lavradio, que governava o Rio de Janeiro (...), tinha certa preeminência hierárquica sobre os demais sem que isto, contudo, os subordinasse de fato às suas ordens”.

Em suas respectivas esferas, o vice-rei e os capitães-generais eram “os cabeças” de hierarquias separadas, porém inter-relacionáveis. O marquês do Lavradio estava sempre obrigado a lidar com os seus colegas administradores na base do *primus inter pares* mais do que *supereminetia*.

Nem mesmo as instruções da Coroa passavam obrigatoriamente pela sede da Colônia para chegar às demais capitanias. Pelo contrário, as ordens eram enviadas, da Coroa, diretamente para os capitães-generais e estes, em troca, se correspondiam diretamente com a Coroa, sem que houvesse a necessidade de mediação pelo vice-rei.

É interessante observar que os capitães-generais permaneciam teoricamente subordinados aos vice-reis. Suas patentes continuavam a declarar que o eram, e, de tempos em tempos, a Coroa os lembrava disso. Mas, por outro lado, a corte ensinava aos capitães-generais a obedecer às ordens do vice-rei somente quando estas não divergissem das de seus próprios regimentos ou das ordens enviadas pelo Serviço Real.

Quando o rei D. José I nomeou o Conde da Cunha (1763 – 1767) para ser o 1º vice-rei do Brasil, com residência no Rio de Janeiro, declarou em sua carta patente, de 27 de junho de 1763:

“Eu lhe dou poder e autoridade sobre todos os generais, mestres de campo, capitães das Fortalezas (...) e sobre todos os fidalgos (...)”¹⁴

¹⁴ Publicações do AN, II, 3-4.

Talvez por demonstrar “poder demais” nessa nomeação, o rei tenha mudado a forma de nomear os vice-reis que o seguiram, como é o caso do marquês do Lavradio, em cuja carta patente nada disso é mencionado. Assemelha-se, assim, mais à realidade que ocorria.

Conforme dito anteriormente, é curioso notar que na carta patente¹⁵ que nomeia o marquês do Lavradio como governador e capitão-general da Bahia, datada de 26 de agosto de 1767, assinada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então ministro colonial, é dito que o marquês do Lavradio deveria considerar-se subordinado somente ao vice-rei do Estado do Brasil, assim como os outros governadores.

Essa foi uma estratégia inteligente utilizada pelo rei. Era uma maneira de ter a situação em suas mãos, já que aos governadores informava que estavam subordinados somente ao vice-rei, ao passo que os vice-reis não estavam cientes de tal subordinação.

Dois anos depois que o Conde da Cunha foi nomeado, o ministro colonial, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, escreveu-lhe em 4 de fevereiro de 1765, para esclarecer os “limites de seu poder”:

“O rei me ordena que explique a Vossa Excelência que embora os vice-reis da Bahia carregassem o título de vice-rei de todo o Estado do Brasil, eles não (...) governavam em outras capitanias-gerais que tinham governos subordinados a Sua Majestade (...) e por essa mesma razão, isso continua válido para a capitania do Rio de Janeiro, onde Vossa Excelência é vice-rei”.¹⁶

Analisando a carta-patente do marquês do Lavradio, como vice-rei, assinada pelo Conde de Azambuja, que cedia o seu posto, em 4 de novembro de 1769, observamos que nada é dito, claramente, sobre o seu poder de atuação:

“Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos sessenta e nove. Aos quatro dias do mês de novembro do dito ano na Catedral desta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo presente o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas, Marquês do Lavradio do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Mariscal de Campo dos seus exércitos para

¹⁵ D’ALMEIDA, D. José – 6º Marquês do Lavradio. (1942) *Vice-reinado de D. Luiz D’Almeida Portugal – 2º Marquês do Lavradio, 3º Vice-rei do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasileira, pp. 147-148.

¹⁶ ANRJ, col. 67, Liv. I-A, fols 76^{f-v}.

efeito de tomar posse do Cargo de Vice-Rei, e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil, de que o dito Senhor lhe fizera mercê (...)¹⁷

Como se sabe, esse problema é de longa data. Em 1728, o Conselho Ultramarino avisou ao rei D. João V que não era muito conveniente que governadores e oficiais *sêniores*, que servissem à coroa, estabelecessem relações amigáveis. Seria mais proveitoso se ambos tivessem medo um do outro, já que esse era um dos princípios do bom governo¹⁸.

Pode-se, então, verificar, através da figura abaixo, como se dava a hierarquização e os processos de subordinação na administração colonial do Brasil:

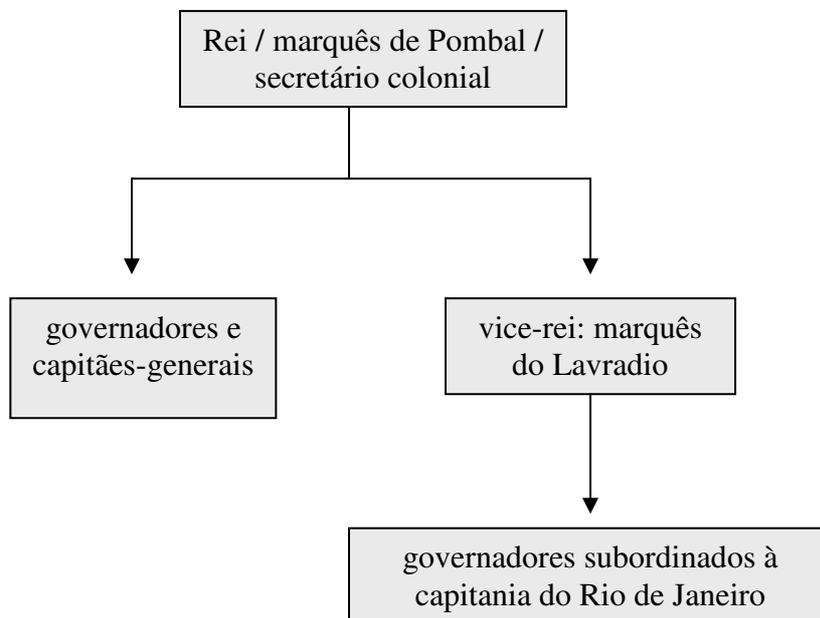


Figura 1. Relações de subordinação da administração colonial.

Segundo Alden (1968), no terceiro quartel do século XVIII, o Estado do Brasil era constituído por nove capitanias e algumas delas apresentavam ainda capitanias subordinadas, conforme o quadro a seguir:

¹⁷ Auto de posse do governo-geral e Vice-reinado do Estado do Brasil conferido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês do Lavradio Vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil. Publicado em LAVRADIO, Marquês do. (1978) *Cartas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, pág. 3

¹⁸ Consulta de 12 de novembro de 1728, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos históricos, XC (1950), 174.

Capitanias-gerais	Capitanias subordinadas
Grão-Pará	São José do Rio Negro
Maranhão	Piauí
Pernambuco	Ceará
	Rio Grande do Norte
	Paraíba
Bahia	Sergipe
	Espírito Santo
Rio de Janeiro	Santa Catarina
	Rio Grande de São Pedro
	Colônia do Sacramento
São Paulo	-
Minas Gerais	-
Mato Grosso	-
Goiás	-

Quadro 2. Capitanias-gerais e capitanias subordinadas do Estado do Brasil, segundo (Alden, 1968).

Para sistematizar essa estrutura de *subordinados-subordinantes*, adotaremos a divisão da sociedade, proposta inicialmente por Brown & Gilman (1960), em dois grandes eixos¹⁹. O primeiro eixo é representado por relações que ocupam o campo da assimetria e são caracterizados, assim, por relações que apresentam algum tipo de hierarquia. Quando a relação se estabelece entre alguém que tem menos poder para outro que é hierarquicamente superior, tem-se uma *assimétrica ascendente*. Nas relações inversas, tem-se uma relação *assimétrica descendente*.

No eixo horizontal, entre membros do mesmo grupo social, por sua vez, não é evidenciada uma hierarquia propriamente dita. A tais relações dá-se o nome de *simétricas*, conforme podemos ver na figura que segue:

¹⁹ Essa mesma divisão também será aplicada posteriormente aos destinatários da esfera privada de modo a facilitar o contraste dos resultados.

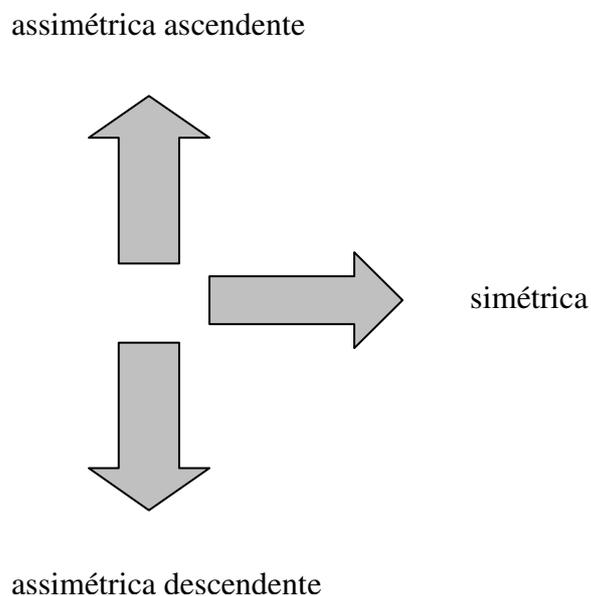


Figura 2. Tipos de relações sociais adotadas para a análise.

Assim sendo, a relação do marquês do Lavradio com os governadores e capitães-generais de cada capitania se configurava como uma relação simétrica, dado que ambos estavam subordinados ao rei de Portugal, ao passo que os governadores das capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento, chamados de governadores subordinados, estavam submetidos às ordens do vice-rei. Têm-se, assim, as relações que caracterizam os eixos da esfera pública:

Tipos de relação	Esfera pública
Assimétrica ascendente	Marquês de Pombal / Secretário colonial
Simétrica	Governadores e capitães-generais
Assimétrica descendente	Governadores subordinados das capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento

Quadro 3. Relações da esfera pública.

3.2 – As relações sociais na esfera privada: os amplos laços de família

As relações sociais na esfera privada se dão principalmente no âmbito familiar. O conceito de *família* sofreu diversas modificações ao longo da história. O termo é, assim, bastante amplo, sendo inúmeras as formas de organização humana que se podem enquadrar nesta denominação. Vainfas (2000:216) afirma que “os dicionários do século XX apontam um significado de família muito ligado ao casamento, à consangüinidade e à coabitação, entendendo por família os pais e os filhos que vivem na mesma casa”. Entretanto, segundo o autor, para que se possa aplicar esse conceito ao Brasil Colônia, devemos alargar as barreiras da definição de família, adotando, assim, o conceito de Moraes e Silva, em seu dicionário de 1789, que inclui ao núcleo familiar os parentes e aliados. Assim, “o sentimento de pertencer a uma família ultrapassava, portanto, os laços consangüíneos e se manifestava entre os parentes rituais e aliados”. Essa é a noção de família que iremos adotar neste trabalho.

Em princípio, através de uma rápida consulta às cartas pessoais do marquês do Lavradio, pareceu-nos simples a tarefa de escolher alguns dos membros de sua rede familiar, uma vez que o grau de parentesco encontra-se explícito na seção de contato inicial de cada carta, como em:

Meu Irmaõ, eSenhor domeuCoração²⁰

Dessa forma, aparentemente, poderíamos saber qual era a relação familiar que era estabelecida. Entretanto, analisando uma amostra de cartas particulares, Marcotulio (2005) verificou que as relações de parentesco indicadas pelos rótulos usados por remetente e destinatários, em muitos casos, não correspondiam à realidade histórica, uma vez que subvertem / ampliam os limites dos laços familiares tais como hoje conhecemos, como o fato de chamar os genros de “filhos”, a sogra de “mãe” etc., observado no seguinte exemplo:

“eultimamente euRecomendo aVossaExcelência l este negocio com-aquelle ardor comque VossaExcelência deve supor l eu meintereço hoje por huns **genroz**, ó para melhor dizer **filhos** l que aestimaveis Serconstançias, que atodoz ousou Repetir dellez, l os fazem ser inseparaveis domeuCoração.”²¹

²⁰ Carta destinada ao Conde de São Vicente, em 23 de junho de 1770.

²¹ Carta destinada ao seu tio Sr. Principal de Almeida em 20 de fevereiro de 1770. Grifos nossos.

Segundo Luz (1958:249), o emprego de nomes de parentesco para dirigir-se a não-parentes não é exclusivamente português e se fundamenta num princípio de solidariedade humana, comum a todos os povos. Em consonância aos exemplos observados nas cartas do marquês do Lavradio, a autora afirma que “os sogros, os genros, os cunhados eram tratados como se fossem pais, filhos e irmãos, respectivamente”.

Tornou-se necessária, assim, a elaboração da genealogia dos destinatários do marquês do Lavradio, para que houvesse uma maior fidedignidade na análise das relações. Remontou-se, então, a sua estrutura social familiar, de modo a estabelecer o condicionamento das formas lingüísticas a partir dos diferentes graus de parentesco. Para isso, levou-se em consideração o grau de parentesco, ou laços de família, que se subdivide em:

a) laços consangüíneos: relações que não apresentam o binômio de igualdade marido/esposa. São então denominadas *relações de laços consangüíneos de família*, e abarcam parentescos como pai, mãe, irmão, tio, primo, sobrinho, avô, neto, bisavô, bisneto etc.;

b) laços afetivos ou de amizade: relações que apresentam a interseção com o binômio de igualdade marido/esposa como uma característica essencial para a sua existência. Essas relações são caracterizadas como *relações de laços afetivos de família* e abrangem categorias como genro, sogro, cunhado, esposa do tio legítimo, parentes distantes etc.

Assim sendo, considerou-se como pertencente à esfera privada somente aqueles que tivessem alguma ligação familiar com o marquês do Lavradio, direta ou indiretamente, sendo a relação formada por laços consangüíneos ou por laços afetivos. Na tabela indica-se, na primeira coluna, o tipo de relação estabelecida (assimétrica ascendente/descendente e simétrica). Na coluna seguinte, será informado o parentesco que aparece nas correspondências trocadas. São apresentadas, em seguida, informações sobre os supostos parentes do marquês (destinatários das cartas), o verdadeiro grau de parentesco e, por fim, os laços estabelecidos²²:

²² As árvores genealógicas, que permitiram a reconstrução do parentesco, se encontram no anexo 2 (item 9.2) desta dissertação. Vale agradecer, aqui, a ajuda de Ana Carolina Morito Machado, atual aluna de

Relações sociais	Relação estabelecida pelo remetente	Informações sobre os “parentes” (destinatários)	Verdadeiro grau de parentesco	Laços estabelecidos
assimétricas ascendentes	tio	D. Tomás de Almeida, também conhecido como Sr. Principal de Almeida, nascido em 20/07/1706, era irmão de seu pai D. António de Almeida Soares Portugal - 1º marquês do Lavradio e 4º conde de Avintes.	tio	laços consangüíneos
	tio	D. António José de Castro, 1º conde de Resende, nascido a 05/07/1719, casou-se em 12/01/1741 com Teresa Xavier da Cunha e Távora, filha dos 4ºs condes de São Vicente, e irmã do 5º conde de São Vicente, sogro do marquês do Lavradio.	D. António José de Castro, 1º conde de Resende, era marido da tia legítima da mulher do marquês do Lavradio, Maria Ana Teresa Rita da Cunha.	laços afetivos
	tio	D. João Cosme da Cunha e Távora, o Cardeal da Cunha, filho dos 4os condes de São Vicente, nascido em 27/09/1715, era tio legítimo de D. Mariana Ana Teresa Rita da Cunha, esposa do marquês do Lavradio.	tio da esposa	laços afetivos
	mãe	D. Rosa Leonor de Ataíde, 5ª condessa de São Vicente, nascida em 1710 e casada a 26/9/1728 com Miguel Carlos da Cunha Silveira e Távora, 5º conde de São Vicente; mãe de Ana Teresa Rita da Cunha, mulher do marquês do Lavradio.	sogra	laços afetivos

doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, na realização deste levantamento e elaboração das árvores.

simétricas	irmão	D. Martinho Lourenço de Almeida, nascido em 06/10/1731, era seu irmão mais novo, filho do mesmo pai, D. António de Almeida Soares Portugal - 1º marquês do Lavradio e 4º conde de Avintes-, e da mesma mãe, D. Francisca das Chagas Mascarenhas.	irmão	laços consanguíneos
	irmão	Manuel Carlos da Cunha e Tavora, 6º conde de São Vicente, nascido em 29/1/1749, era irmão mais novo de Maria Ana Teresa Rita da Cunha, mulher do marquês do Lavradio.	cunhado	laços afetivos
	primo	António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, 1º conde de São Paio, nascido em 1720 e filho de D. Vitória Josefa de Bourbon, sua tia, irmã de seu pai, D. António de Almeida Soares Portugal - 1º marquês do Lavradio e 4º conde de Avintes.	primo	laços consanguíneos
	primo	Manuel Teles da Silva, 6º conde de Vilar Maior e pelo casamento, 2º marquês de Penalva e 6º conde de Tarouca, nascido a 23/2/1727, pai de Fernando Teles da Silva, 3º marquês de Penalva e 7º conde de Tarouca, sogro de Maria Rosa de Ameida, filha do marquês do Lavradio.	sogro da primeira filha	laços afetivos

	primo	D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 3º marquês de Angeja e 4º conde de Vila Verde, nascido em 17/08/1716, pai de D. Xavier de Noronha Camões Albuquerque Sousa Moniz, 4º marquês de Angeja e 6º conde de Vila Verde, sogro de D. Francisca Teresa de Almeida, segunda filha do marquês do Lavradio.	sogro da segunda filha	laços afetivos
	primo	D. Lourenço José das Brotas de Lancastre e Noronha, 5º marquês das Minas e 8º conde do Prado, nasceu em 1735. Seus bisavós, os 3os condes dos Arcos, eram pais dos bisavós do marquês do Lavradio. Em outras palavras, a bisavó paterna do marquês do Lavradio era tia-avó do 8º conde do Prado.	sobrinho-neto de sua bisavó paterna	laços afetivos
	primo	D. José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches casou-se com sua prima, Dona Luísa Josefa de Noronha, filha dos marqueses de Angeja.	marido de sua prima	laços afetivos
	primo	José António Freire de Andrade, 2º conde de Bobadela, nasceu em 1708. O tio-avó do marquês do Lavradio, o 3º conde de Avintes, era tio-avô de sua esposa.	marido da sobrinha-neta de seu avô paterno	laços afetivos
assimétricas descendentes	filho	Fernando Teles da Silva, 3º marquês de Penalva e 7º conde de Tarouca, nascido em 6/7/1754, casou em 2/2/1769 com D. Maria Rosa de Almeida, primeira filha do marquês do Lavradio.	genro	laços afetivos

	filho	D. José Xavier de Noronha Camões Albuquerque Sousa Moniz, 4º marquês de Angeja e 6º conde de Vila Verde, nascido a 24/4/1741, casado com D. Francisca Teresa de Almeida em 23/1/1769, segunda filha do marquês do Lavradio.	genro	laços afetivos
	sobrinho	D. Francisco Xavier de Menezes da Silveira e Castro, 1º marquês de Valada, nascido em 1754, casou-se em 1776 com D. Ana Maria de Almeida, quinta filha do marquês do Lavradio.	genro	laços afetivos

Tabela 1. Destinatários selecionados da esfera privada

Como se pode observar no quadro apresentado, só três pessoas apresentavam laços de consangüinidade com o marquês do Lavradio; todos os outros estabeleciam laços afetivos, o que justifica a utilização do conceito mais amplo de família, conforme discutido no início desta seção.

Em suma, no intuito de verificar *para quem e por quem* as formas de tratamento eram utilizadas, tentamos caracterizar o perfil sociolinguístico do informante e de seus destinatários tendo em vista o contexto histórico no qual as relações interativas eram estabelecidas. Consideramos que a problemática envolvendo a hierarquia político-administrativa da máquina burocrática colonial do Brasil setecentista influenciou na construção de um personagem político, um vice-rei insatisfeito, que precisou lidar com o poder atribuído e o poder presumido em diferentes redes sociais na esfera pública. A contextualização histórica do período faz-nos postular uma das nossas hipóteses: as escolhas tratamentais do marquês do Lavradio em suas cartas auxiliavam-no na construção de sua imagem política perante os demais. Associar tal comportamento ao âmbito familiar permite observar se o jogo de máscaras adotado na esfera pública se mantém na esfera privada. Nesta também se constroem relações familiares marcadas mais pelos laços afetivos do que laços consangüíneos.

No capítulo seguinte serão discutidos os pressupostos teórico-metodológicos que nos auxiliaram na análise das formas de tratamento empregadas pelo nosso personagem político a diferentes destinatários. De início, justifica-se, a necessidade de aliar a perspectiva sociolingüística à teoria pragmática, adotando uma abordagem sócio-pragmática. Tal postura nos deu elementos para explicar não só *para quem e por quem* as formas de tratamento eram utilizadas, mas *o porquê* do seu emprego.

4. Referencial Teórico e Enfoque Metodológico

Ao abordar a diferenciação entre os estudos de natureza sociolingüística e pragmática, Levinson (1989) discute as fronteiras e os limites escopados por esses dois referenciais teóricos. Para o autor, a sociolingüística se preocupa com valor que a forma de tratamento carrega, tendo em vista as características do falante (sua idade, sexo, escolaridade, grupo social, etc) na sua relação com o destinatário, observando os fatores lingüísticos e extralingüísticos que determinam usos variáveis. A pragmática, por sua vez, se interessa pela justificativa de tal forma ter sido empregada e que efeito essa escolha pode ter para o destinatário da interação.

Dessa forma, de acordo com Levinson (1989), os estudos pragmáticos e sociolingüísticos são exclusivos, mas podem ser complementares. Para exemplificar, suponhamos que uma pessoa mais velha utiliza, em princípio, a forma *você* para tratar um jovem, mas em uma determinada ocasião utiliza, para o mesmo interlocutor, a forma *Senhor*, como no exemplo abaixo em que uma mãe se dirige ao filho:

O senhor ainda não fez o trabalho de casa?

Segundo o autor, com o intuito de explicar a mensagem de ironia ou repreensão embutida na forma lingüística, a teoria pragmática aproveita-se dos estudos sociolingüísticos, uma vez que, se estes descrevem em que relações as formas *você* e *Senhor* são utilizadas, o uso em questão se configura como um uso não esperado, o que justifica uma abordagem pragmática para melhor compreendê-lo. Assim, para que haja um melhor entendimento do emprego das formas de tratamento, a pragmática necessitará, ao menos, das generalizações descritivas das análises sociolingüísticas.

Como discutido no capítulo anterior, a sociolingüística se preocupa em entender *por quem e para quem* uma determinada forma de tratamento é utilizada. No entanto, de modo a obter indícios que possibilitem delinear a identidade construída pelo marquês do Lavradio em seu discurso político, apontando para uma situação de desconforto em virtude da inexatidão da extensão de seus poderes, interessa-nos, mais especificamente, o *porquê* de uma forma ter sido utilizada em uma determinada cena interativa. Essa é a razão pela qual optamos, neste trabalho, por uma abordagem de cunho sócio-pragmático.

Conforme mencionado por Levinson (1989), levaremos em conta os resultados obtidos por trabalhos de orientação variacionista como pontos de partida. Tais análises nos ajudam a entender o significado intrínseco às formas em função dos destinatários para os quais eram utilizadas, fornecendo, num sentido amplo, os usos esperados para determinadas relações sociais.

Vale destacar ainda que a adoção da perspectiva sócio-pragmática pode encontrar alguns embates teóricos no tocante à sua aplicação a textos escritos de sincronias passadas. Autores como Goffman (1973) *apud* Charaudeau & Maingueneau (2003), por exemplo, excluem do fenômeno da interação os contatos interativos à distância. Para esse autor, deve-se entender por interação a comunicação face a face e a influência recíproca que os participantes exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física imediata uns dos outros. De acordo com esse ponto de vista, não seria possível adotar tal perspectiva em um estudo feito com base em cartas.

Embora saibamos que as teorias pragmáticas tenham sido elaboradas para interações cara-a-cara, alguns autores defendem a idéia de que podem ser utilizadas em documentos escritos. Consoante Bravo (2005), a polidez pode ser estudada em textos escritos e essa modalidade de pesquisa lingüística deve e precisa ser estimulada. Para a autora, nem sempre nos encontraremos com uma interação no seu sentido *stricto sensu*, mas sim com uma interlocução, tal e como as idéias backtinianas, que acreditam que o enunciado começa no plano do pensamento que leva à expressão do mesmo. Ou seja, existiria um nível prévio à emissão com fins comunicativos e neste nível estaria presente o futuro intercâmbio social e a figura do “interlocutor virtual”.

Adotando uma perspectiva sócio-pragmática, realizamos uma análise quantitativa dos dados com o intuito de fornecer um panorama geral do emprego das formas tratamentais no *corpus* a partir dos percentuais de frequência de uso. Com base nessas generalizações descritivas, partiu-se para uma análise qualitativa de natureza pragmática observando os atos que poderiam causar algum tipo de ameaça às faces dos interlocutores. Verificou-se ainda como as estratégias de atenuação, em especial as formas de tratamento, poderiam ser utilizadas para mitigar a imposição do ato, garantindo (ou não) a harmonia do processo interativo.

Nesse sentido, com o intuito de mostrar como as estratégias sócio-interacionistas de polidez podem contribuir para evitar o fracasso nas interações comunicativas, utilizaremos como referencial teórico a Teoria da Polidez, elaborada por Brown &

Levinson (1987), a Teoria da Elaboração da face, de Goffman (1980) e a Teoria do Poder e da Solidariedade, de Brown & Gilman (1960). Como se trata de um estudo de natureza diacrônica, levam-se em conta alguns preceitos do paradigma das Tradições discursivas (TDs) e a discussão sobre a constituição do gênero epistolar.

A abordagem sócio-pragmática, que será apresentada na próxima seção, será contemplada a partir de Reyes (2003) e Escandell Vidal (2002). Para a discussão do conceito de atos de linguagem, partiremos de Austin (1982), Searle (1969) e Kerbrat-Orecchioni (2005). O breve histórico sobre os estudos da polidez será traçado a partir de Lakoff (1973) e Leech (1983). Finalmente, explicitaremos, também, as principais idéias discutidas por Brown & Gilman (1960), Goffman (1980), Brown & Levinson (1987) e a releitura do último modelo por Kerbrat-Orecchioni (2005).

4.1 – A abordagem pragmática

Sempre que uma nova abordagem lingüística é posta em prática, o primeiro problema que se tem é a delimitação de seu escopo e campo de atuação. Com a pragmática não foi diferente, uma vez que, segundo Escandell Vidal (2002:13), “sob a mesma nomenclatura de pragmática convivem, desde algum tempo, campos de investigação diferenciados”²³.

Entretanto, ainda que diversos autores admitam a dificuldade de defini-la em virtude dos diferentes conceitos que apresenta, todos concordam em dizer, como Reyes (2003), por exemplo, que a pragmática é uma subárea da lingüística e seu objeto de estudo é o significado da linguagem em uso. Em concordância, encontramos a visão de Escandell Vidal (2002:13-14) que afirma que

se entende por pragmática o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto por parte de um falante concreto em uma situação comunicativa concreta, como sua interpretação por parte do destinatário. A pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralingüísticos que determinam o uso da linguagem, precisamente todos aqueles fatores aos quais não pode fazer referência um estudo puramente gramatical: noções como as de *emissor*,

²³ Do original, em espanhol: “bajo la misma rúbrica de *pragmática* vienen conviviendo desde hace tiempo direcciones de investigación muy diferenciadas”. (tradução nossa)

destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento de mundo resultarão de extrema importância.²⁴

Para a autora, devemos entender que, sem a pragmática, muitos fatos relevantes ficariam sem explicação ou seriam explicados parcialmente, já que uma análise *puramente lingüística* não daria conta do efeito que um determinado uso lingüístico tem sobre o destinatário na interação comunicativa. Uma análise lingüística dos empregos tratamentais, por exemplo, pode não captar a intenção²⁵ do emissor ao passar de *tu* a *você* na situação concreta de uso, além de não dar conta da interpretação que o destinatário faz dessa variação.

Para tanto, faz-se necessário deixar claro que, ao adotarmos uma perspectiva pragmática para a análise dos dados, estamos ressaltando a importância de entender a *língua em uso* e o *efeito* que o uso de determinadas formas lingüísticas pode ter em uma determinada situação comunicativa. Mais do que compreender *para quem e por quem* uma forma de tratamento é utilizada, interessa-nos saber o *porquê* de seu emprego e que efeitos essa escolha pode ter para os participantes da cena interativa.

Passaremos, agora, para a exposição das teorias pragmáticas: a Teoria do Poder e da Solidariedade (Brown & Gilman, 1960), a Teoria de Elaboração das faces (Goffman, 1980) e a Teoria da Polidez (Brown & Levinson, 1987). Ainda que a primeira teoria não se apresente como tal, fizemos a opção por alocá-la nos estudos pragmáticos pela abordagem qualitativa que pode proporcionar sobre os eixos que estruturam as relações sociais.

²⁴ Do original, em espanhol: “se entiende por pragmática el estudio de los principios que regulan el uso del lenguaje en la comunicación, es decir, las condiciones que determinan tanto el empleo de un enunciado concreto por parte de un hablante concreto en una situación comunicativa concreta, como su interpretación por parte del destinatario. La pragmática es, por tanto, una disciplina que toma en consideración los factores extralingüísticos que determinan el uso del lenguaje, precisamente todos aquellos factores a los que no puede hacer referencia un estudio puramente gramatical: nociones como las de *emisor, destinatario, intención comunicativa, contexto verbal, situación o conocimiento del mundo* van a resultar de capital importancia”. (tradução nossa)

²⁵ Embora saibamos que em estudos sincrônicos atuais seria possível *captar a intenção comunicativa do emissor*, o mesmo não pode ser afirmado para estudos de sincronias passadas, em que o máximo que se pode obter é o *efeito* que um determinado uso assume em relação ao destinatário aos nossos olhos de pesquisadores de hoje. Entretanto, decidimos manter essa nomenclatura ao longo do trabalho por se tratar de um termo utilizado pelos estudos de natureza pragmática.

4.2 – A Teoria do Poder e da Solidariedade de Brown & Gilman (1960)

Consoante Levinson (1989), a teoria pragmática pode ser beneficiada pela descrição dos usos das formas de tratamento em uma determinada sociedade. Um desses estudos é, sem dúvida, o de Brown & Gilman (1960), intitulado *Teoria do Poder e da Solidariedade*²⁶, no qual os autores afirmam que através da análise de determinadas marcas lingüísticas, podemos entender como a sociedade está estruturalmente constituída, uma vez que as relações sociais deixam transparecer suas marcas nas formas de tratamento.

Para esses autores, a escolha das formas de tratamento é condicionada por relações que podem ser de *poder* ou de *solidariedade*. De modo a ilustrar como se constituem tais relações, Brown & Gilman (1960) partem do sistema de tratamento herdado do latim e conservado mais fielmente, dentre as línguas neolatinas, no francês, pelos pronomes *Tu - T* (tratamento íntimo) e *Vous - V* (tratamento cerimonioso) para dirigir-se a um interlocutor²⁷.

A *semântica do poder* é, assim, caracterizada pelo eixo vertical ou assimétrico, isto é, relações que são marcadas por alguma diferença hierárquica e, conseqüentemente, pela não-reciprocidade. Para dirigir-se ao interlocutor que esteja em uma posição inferior na escala hierárquica social, o superior usa a forma *T* e recebe, em troca, *V* como marca de respeito e deferência.

Já as relações marcadas pela reciprocidade seriam aquelas que ocorrem no eixo horizontal ou simétrico, isto é, entre membros de um mesmo grupo social, sem que seja evidenciado algum tipo explícito de hierarquia, sendo denominadas, por Brown & Gilman (1960), como pertencentes à *semântica da solidariedade*. Essas relações podem ser marcadas pelo uso de *T*, entre membros de classes mais populares, e *V*, em classes mais altas.

Nesse estudo, em particular, nos aproveitamos dessa divisão da sociedade e da conseqüente readaptação terminológica dos eixos sociais descrita em Lopes (2001). O eixo do poder compreenderia, assim, as *relações assimétricas ascendentes*, quando nos dirigimos a alguém hierarquicamente superior, e *relações assimétricas descendentes*,

²⁶ Do inglês “The pronouns of Power and Solidarity”.

²⁷ Vale deixar claro que os valores atribuídos às formas *T* e *V* serão diferentes em cada língua histórica. No português brasileiro, por exemplo, no estágio atual, não corresponderiam às formas *tu* e *vós*, mas sim a *tu/você* e *senhor*. Os valores atribuídos pelos autores servem, portanto, para que distingamos dois pólos em contraste: *T* [- distanciamento, - formalidade] vs. *V* [+ distanciamento, + formalidade].

quando o interlocutor é inferior na escala social. Por outro lado, a semântica da solidariedade está marcada pelas *relações simétricas*.

Essa será a divisão da estrutura dos eixos sociais adotada no âmbito deste trabalho. Partiremos, assim, retomando as palavras de Levinson (1989), de uma descrição do uso das formas de tratamento encontrada em tais eixos, de modo a verificar se as relações em torno do marquês do Lavradio, no tocante ao tratamento, estão mais próximas à semântica do poder ou da solidariedade. Após essa primeira parte, verificaremos os exemplos que apresentam algum tipo de condicionamento pragmático, que fogem, em princípio, ao uso social descrito.

Embora diversos autores já tenham revisitado e discutido a proposta de Brown & Gilman (1960), questionando se tal proposta pode ser aplicada a culturas diferentes da anglo-saxônica, é interessante deixar claro que esse estudo pode servir de modo a balisar a propostas posteriores.

Optamos por levá-la em consideração, neste trabalho, por acreditar que, uma vez que estamos tratando de um período mais socialmente hierarquizado como é o século XVIII, tal proposta mostra-se pertinente. Dessa forma, partiremos das orientações mais gerais dessa teoria e nos deteremos, mais especificamente, às abordagens de cunho pragmático.

4.3 – A polidez lingüística no escopo da Pragmática

Para que compreendamos a Teoria da Polidez idealizada por Brown & Levinson (1987), devemos, antes, entender alguns conceitos básicos sobre os atos de linguagem. Após essa apresentação, abordaremos, ainda que brevemente, o histórico dos estudos de polidez lingüística e a elaboração da face proposta por Goffman (1980), para que possamos, assim, acompanhar a discussão do modelo utilizado neste trabalho.

4.3.1 – Os atos de linguagem

Em qualquer interação verbal, os interlocutores se comunicam através da realização de atos de linguagem. Dessa forma, antes que se compreenda a teoria que

será apresentada, faz-se necessário entender este conceito, já que nem todos os autores os vêem da mesma maneira.

Os atos de linguagem, para Austin (1982) e Searle (1969), são entidades abstratas e isoladas, destacados ao mesmo tempo de seu contexto de atualização e de outros atos que podem precedê-los e segui-los no encadeamento discursivo. Dentro de uma perspectiva interacionista, ao contrário, os atos de linguagem são reinseridos em seu contexto comunicativo.

É exatamente nesse ponto que está a originalidade de Brown & Levinson (1987), já que consideram o ato de linguagem em relação ao efeito que eles podem ter sobre as faces das partes presentes, o que, em outras palavras, faria referência ao conceito de ato perlocucionário²⁸. Com isso, os autores “reciclam” o conceito de ato de linguagem que vigorava até então e o utilizam como base para sua nova teoria da polidez.

Em concordância, encontramos a opinião de Kerbrat-Orecchioni (2005), para quem o ato de linguagem é uma seqüência lingüística dotada de certo valor ilocutório que pretende operar sobre o destinatário um certo tipo de transformação. É o enunciado efetivamente realizado por um falante, em uma determinada situação, com a intenção de produzir algum efeito sobre o outro.

4.3.2 – Brevíssimo histórico sobre os estudos de polidez²⁹

Escandell Vidal (2002) defende a idéia de que a comunicação deve ser analisada levando-se em conta a vertente social, tendo em vista o processo interativo que está em jogo entre os interlocutores. Dessa forma, a autora propõe duas formas para conceituar a polidez: (1) como uma *norma social* e (2) como uma *estratégia conversacional*.

Assim sendo, a polidez pode ser entendida como um conjunto de normas sociais, estabelecidas por cada sociedade, que regulam o comportamento adequado de seus

²⁸ Para a noção de ato de linguagem, partimos da concepção de que os atos podem ser divididos em três categorias: a) *locucionários* (atos de “dizer qualquer coisa”); b) *ilocucionários* (atos efetuados “ao dizer qualquer coisa”); e c) *perlocucionários* (atos efetuados “pelo fato de dizer qualquer coisa”). (Charaudeau & Maingueneau, 2004).

²⁹ Muito se tem discutido sobre a nomenclatura que deve ser aplicada ao fenômeno em questão. Alguns autores optam pelas palavras *polidez* e *face*, e outros, *cortesia* e *imagem*. A confusão é tanta que para uma mesma autora, por exemplo Kerbrat-Orecchioni, a tradução brasileira de uma de suas obras apresenta “face” e “polidez”; e em uma versão espanhola de outro texto, os tradutores optaram, para os mesmos referentes, “cortesia” e “imagem”. Essa problemática acerca das diferentes nomenclaturas foge ao objetivo do trabalho e, por isso, não será discutida.

membros, proibindo algumas formas de conduta e favorecendo outras. O que se ajusta à norma é considerado polido e o que não se ajusta é rotulado como impolido.

Por outro lado, a polidez também pode ser concebida como um conjunto de estratégias conversacionais destinadas a evitar ou a diminuir conflitos que possam existir entre os objetivos do emissor³⁰ e os do destinatário. O emissor, portanto, deve ter em conta não só que seu enunciado deve se adaptar às suas estratégias e objetivos, mas também à categoria e ao papel do destinatário.

Nesse contexto de estratégias conversacionais, como precursor dos demais modelos de análise, encontra-se Lakoff (1973) que propõe acrescentar às máximas conversacionais de Grice um princípio do tipo “Seja polido”. Este princípio está detalhado em três regras: *Formalidade* (Não se imponha, mantenha distância), *Hesitação* (Deixe a escolha para seu interlocutor) e *Camaradagem* (Aja como se você e seu parceiro fossem iguais; deixe-o à vontade).

Leech (1983) apresenta uma abordagem mais sistemática do que a de Lakoff (1973) e pensa que, ao lado do Princípio da Cooperação de Grice, convém admitir um “Princípio da Polidez”. Seu sistema de regras de polidez, por sua vez, se articula de modo coerente com as noções de “custo” e de “benefício”, recobrando um certo número de máximas (Delicadeza, Generosidade, Aprovação, Modéstia, Acordo, Simpatia) e de submáximas.

Passaremos, na próxima seção, para a apresentação da teoria pragmática que constitui o quadro teórico deste trabalho. Para tanto, faz-se necessário que antes se compreendam os principais conceitos da teoria da elaboração da face, postulada por Goffman (1980).

4.3.3 – A Elaboração da Face (Goffman, 1980)

De acordo com Goffman (1980), em qualquer interação social, entendida como um lugar de risco, os interactantes adotam linhas de conduta, ou seja, atos verbais e não-verbais através dos quais expressam sua visão da situação e, conseqüentemente, sua avaliação dos participantes e de si mesmo.

³⁰ Ainda que para a Análise do discurso existam diferenças entre as nomenclaturas *emissor*, *participante*, *locutor* e *interactante*, neste trabalho entendemos por esses significantes os personagens envolvidos na cena interativa.

O autor elabora, assim, o conceito de *face*, que pode ser definido como o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. A *face* é, assim, uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados”. (pp. 76-77).

Dessa forma, Goffman afirma que, numa interação, uma pessoa (a) tem, (b) está em ou (c) mantém uma *face*, quando a linha de conduta seguida apresenta uma imagem de si mesma internamente consistente. Quando uma pessoa está em *face*, equivale a dizer que responde com sentimentos de confiança e segurança às expectativas da cena comunicativa.

Como a *face* é um atributo socialmente construído, certas posições hierárquicas e sociais esperam que o participante adote uma determinada linha de conduta, que seria moralmente apropriada para o papel que desenvolve. Por conseqüência, esse interactante terá um determinado repertório que poderá utilizar de modo a sustentar as expectativas sociais.

Por outro lado, uma pessoa também pode estar (d) na *face* errada, quando não consegue, no jogo interativo, sustentar o peso de seu valor social. Outra possibilidade é a pessoa (e) estar fora da *face*, quando não está consciente da linha que conduzirá durante o processo de comunicação. Um indivíduo em um desses dois tipos alimenta, geralmente, sentimentos de vergonha e inferioridade e teme que sua reputação seja socialmente condenada.

Como dito anteriormente, a *face* é um constructo social. Isso quer dizer que é apenas um empréstimo que lhe foi feito pela sociedade, e a mesma lhe pode retirar caso não se comporte de modo a merecê-la.

Aliado ao conceito de *auto-respeito*, que é a intenção de manter a sua própria *face*, Goffman também inclui o conceito de *consideração*, que é a capacidade que um indivíduo tem de evitar o desfiguramento, ou seja, a perda de *face* do outro, de modo a garantir que as duas *faces* envolvidas no processo interativo sejam mantidas.

Sendo assim, para que a comunicação seja estabelecida com harmonia, postula-se que as *faces* devem ser preservadas. Dito isto, conclui-se que a manutenção da *face* é uma condição da interação, e não o seu objetivo. A relevância desse estudo se justifica pelo fato de que evidenciar o modo como as pessoas salvam *faces* é estudar as regras de trânsito da interação social.

Goffman constrói, assim, o conceito de *elaboração da face*, que seriam “as ações através das quais uma pessoa é capaz de tornar qualquer coisa que esteja fazendo consistente com a *face*. Esta elaboração serve para contrabalançar “incidentes” – isto é, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a *face*”. (pp. 82).

Vale dizer que o salvamento da *face* varia de cultura a cultura. Assim, cada sociedade apresenta seu próprio repertório característico de práticas de salvação da *face*. Para que um determinado indivíduo empregue seu repertório de práticas de salvar a *face*, deve, antes de tudo, estar consciente das interpretações que os outros possam fazer de seus atos.

4.3.4 – A teoria da polidez idealizada por Brown & Levinson (1987)

Brown & Levinson (1987), doravante B-L, apresentam o quadro teórico sobre polidez mais elaborado, explorado, e também o mais criticado.

Todo falante apresenta duas características especiais: *racionalidade e face*. Cada indivíduo possui, assim, um modo de raciocínio que pode ser definido com precisão e que o conduz a adotar as medidas necessárias para alcançar um determinado fim. Um aspecto importante do comportamento racional é a habilidade que qualquer indivíduo tem de pesar diferentes meios para um determinado fim, e escolher aquele que melhor satisfaz os objetivos desejados. Já a noção de *face* está ligada a dois desejos: aprovação perante a sociedade e não ser impedido de realizar seus atos.

Seu modelo da polidez inspira-se diretamente em Goffman (1980), que se baseia nas noções de *face* e de *território*, rebatizados por esses autores, respectivamente, como *face positiva* e *face negativa*. Ao mesmo tempo, os autores, como apresentado neste capítulo, reciclam a noção de *ato de linguagem*, interessando-se pelo efeito que este pode ter sobre as faces dos participantes.

A *face negativa* está relacionada ao território, à preservação pessoal e ao direito de não sofrer perturbação. Estão em jogo, assim, a liberdade de ação e a liberdade de não sofrer imposição. A *face positiva* consiste na própria imagem e personalidade, desejada pelos interactantes. Em outras palavras, é a maneira pela qual um indivíduo quer ser visto e aceito socialmente.

Todos os atos que produzimos na interação são, de alguma forma, “ameaçadores” a uma e/ou à outra face dos interlocutores presentes, chamados de *Atos de Ameaça à Face*, doravante AAF. Se os participantes envolvidos no processo interativo têm um *desejo e necessidade de face*, cada um procura conservar intactos, e mesmo melhorar, suas faces positiva e negativa.

Surge-nos, então um questionamento: se as faces são, contraditoriamente, alvo de ameaças permanentes e objeto de um desejo de preservação, como os interlocutores envolvidos no processo interativo conseguem resolver essa contradição? Para Goffman (1980), isto se daria pela realização de um *trabalho de figuração*, termo que designa tudo que uma pessoa empenha para que suas ações não façam ninguém perder a face. Para Brown & Levinson (1987), tal contradição se revelaria pela implementação de diversas *estratégias de polidez*.

Dessa forma, os autores definem polidez como um meio de conciliar o desejo mútuo de preservação das faces com o fato de que a maioria dos atos de linguagem é potencialmente ameaçadora a qualquer uma dessas mesmas faces. A partir de então, o essencial do trabalho de Brown & Levinson (1987) consiste em fazer o inventário dessas diferentes estratégias e dos atenuadores utilizados para mitigar os AAFs.

Essas estratégias de *atenuação / mitigação* dos AAFs seriam, assim, definidas como formas lingüísticas empregadas para suavizar a imposição de tais atos, com o intuito de manter um mínimo de harmonia entre os interactantes. Neste trabalho, essas formas nos interessam particularmente, por acreditarmos que as formas de tratamento podem pertencer a essa categoria, apresentando-se ora como estratégias de polidez positiva ora de polidez negativa.

Ao proferir um determinado ato de linguagem, o emissor deve pensar na melhor estratégia de atenuação para essa situação, levando-se em consideração qual(is) face(s) podem apresentar vulnerabilidade a essa imposição. Nesse sentido, Brown & Levinson (1987) dividem os atos em quatro categorias, segundo as faces que são suscetíveis de ameaçar:

a) atos que ameaçam a *face positiva do locutor*: atos que representam uma auto-humilhação como o reconhecimento da própria fraqueza e das limitações pessoais;

b) atos que ameaçam a *face negativa do locutor*: atos que restringem a liberdade de ação, como por exemplo, a promessa que compromete o locutor a realizar ações que exijam dele o cumprimento da palavra;

c) atos que ameaçam a *face positiva do interlocutor*: atos que interferem na auto-imagem construída pelo interlocutor, como a crítica e a desaprovação;

d) atos que ameaçam a *face negativa do interlocutor*: atos que ameaçam a liberdade de ação do interlocutor, como a ordem e o pedido.

De modo a exemplificarmos os conceitos acima, imaginemos um ato de linguagem com valor ilocucional de pedido. Um indivíduo jovem precisa de uma segunda via de seu diploma universitário. Ao encontrar com a secretária do departamento de diplomas, se dá conta de que se trata de uma mulher de aparentemente 50 anos de idade, fato que levaria à utilização da forma de tratamento *senhora*. Entretanto, como o ato de pedido ameaça a liberdade de ação da secretária (*face negativa*), o jovem precisa calcular a melhor forma de não só proferir tal ato, mas também ter a certeza de que o seu pedido será atendido. Assim sendo, diz:

- *Infelizmente não tive como pedir esse diploma antes e agora estou precisando muito desse documento. Você poderia quebrar um galho e solicitá-lo com uma certa urgência?*

Observamos que ao atestar sua incapacidade de ter solicitado o diploma antes, o emissor está realizando um ato que ameaça a sua própria *face positiva*, o que, de certa forma, contribui para que gere um sentimento de compaixão e piedade por parte do interlocutor e “prepara o terreno” para o ato de pedido que será proferido. De forma a minimizar a imposição do ato para que este não seja tão agressivo à secretária, o emissor intenciona diminuir a distância social entre eles com o objetivo de aumentar a cooperação entre os dois. Assim sendo, utiliza uma forma de tratamento mais solidária (*você*) como estratégia de atenuação à imposição desse ato, com o objetivo de mostrar pertencimento ao mesmo grupo social³¹.

³¹ Nesse exemplo, além da utilização da forma de tratamento como estratégia mitigadora, observam-se outras, como o emprego do futuro do pretérito (*poderia*) e das expressões *quebrar um galho* e *uma certa*.

Dessa forma, quando um falante deseja proferir um ato, que conseqüentemente ameaçará a uma ou mais faces de pelo menos um dos interlocutores envolvidos na interação, o processo pode ser realizado de cinco formas distintas, a saber:

- 1) Faz-se o AAF de forma direta, sem ação reparadora: nesse caso, ficam claras para os participantes as intenções comunicativas do interlocutor e não há preocupação em relação à preservação das faces;
- 2) Faz-se o AAF de maneira encoberta, de forma indireta: Indiretividade;
- 3) Faz-se o AAF, com reparação à face positiva: polidez positiva;
- 4) Faz-se o AAF, com reparação à face negativa: polidez negativa;
- 5) Não se faz o AAF.

Utilizando o recurso (1) *diretividade*, podem-se fazer pressões contra o ouvinte, em favor próprio, como, por exemplo, ganhar crédito por honestidade, sinceridade, franqueza, mostrar que acredita no ouvinte e, por fim, evitar mal-entendidos. Através da estratégia (2) *indiretividade*, o falante ganha créditos por não ser coercivo, evitando, assim, a responsabilidade potencial de danificar a interpretação da face. Usando estratégias de (3) *polidez positiva*, não só se minimiza a imposição do ato, como também se mostra pertencimento ao mesmo grupo e reciprocidade entre os interagentes. Através das estratégias de (4) *polidez negativa*, por sua vez, o falante mostra respeito e deferência, mantendo a distância social entre os interlocutores e o não-pertencimento ao mesmo grupo, além de suavizar o AAF. Por fim, (5) quando o falante não faz o ato, ele evita ofender o ouvinte tanto quanto possível.

É certo que cada ato tem um peso diferente. Isso significa dizer que nem todos os atos ameaçam a(s) face(s) da mesma forma e caberá ao falante medir o risco e decidir a melhor estratégia para suavizá-lo (ou não). O peso da imposição do ato e a estratégia mitigadora escolhida só são possíveis já que, segundo B-L (1987), o ser-humano é dotado de comportamento racional, que lhe proporciona pesar diferentes meios para um determinado fim, e escolher aquele que melhor satisfaz os objetivos desejados.

De modo a calcular o peso do AAF, de acordo com B-L (1987), devem-se levar em conta as três variáveis que constituem esses atos: a *distância social* (D), o *poder relativo* (P) estabelecido entre os interlocutores e, por fim, o *grau de imposição* (G) de

No entanto, optamos, nesse trabalho, por não explorar tais usos, visto que o nosso objetivo central é o uso tratamental como atenuador da imposição dos atos de fala ameaçadores à face.

um determinado ato em determinada cultura. A *distância social* é a dimensão social simétrica de igualdade e diferença estabelecida entre o emissor e o receptor. O *poder relativo* é a dimensão social assimétrica relativa ao poder, isto é, o poder que o destinatário detém sobre o emissor. Já o *grau de imposição* é a hierarquia imposta cultural e situacionalmente através do nível que os autores consideram que interferem nos desejos do interactante de auto-determinação e aprovação. Assim, B-L propõem a seguinte fórmula para medir o grau de ameaça e risco de um AAF:

$$\text{Risco do AAF} = D_{(\text{entre E e D})} + P_{(\text{do D sobre o E})} + G_{\text{do AAF}}^{32}$$

Depois de estimado o grau de ameaça e risco, o falante poderá optar por uma das estratégias anteriormente mencionadas.

Com o intuito de demonstrar como essa operação de adição, que resulta na definição do risco do AAF, podemos pensar em outra situação comunicativa, com os mesmos personagens, que seja comum no período em que vivemos. Hoje em dia, no trato cotidiano, o falante dispõe de duas estratégias de tratamento: *senhor/a* (para contextos mais formais, de maior respeito) e *tu / você* (para contextos mais informais, de maior intimidade).

Pensemos agora na seguinte situação: em uma empresa, um determinado funcionário, ao se dirigir a uma secretária que tem mais tempo de casa e com idade para ser sua mãe, usa a forma *Senhora*. A relação entre esses participantes está marcada principalmente pela diferença de idade dos interlocutores, deixando entrever a distância social que existe entre eles.

Em uma determinada ocasião, um grupo de funcionários decide ir a um bar após o expediente. Como tem um bom relacionamento com essa secretária, o nosso funcionário-exemplo resolve convidá-la para juntar-se ao grupo e, para isso, diz:

Você não quer ir com a gente?

Ao dirigir-se à secretária, o funcionário abandona a forma *Senhora* e passa a utilizar *Você*. Podemos observar que, nesse momento, profere um ato de maior

³² O risco do ato de ameaça à face igual a *distância social* entre emissor e destinatário mais o *poder relativo* que o destinatário exerce sobre o emissor mais o *grau de imposição do ato* em uma determinada cultura.

imposição, já que o convite, de certa forma, ameaça a liberdade do interlocutor dizer ‘não’. Assim, tomando o tratamento habitual utilizado – *Senhora* – como parâmetro, pragmaticamente teríamos:

- a) *distância* entre os interlocutores → *diminuída*, em função do novo tratamento utilizado, *Você*, que traz o interlocutor para o mesmo grupo social;
- b) *poder relativo* → *mantido*, já que a secretária não detinha nenhum poder sobre o rapaz, nem fora, nem mesmo dentro da empresa, uma vez que estariam subordinados à mesma gerência;
- c) *grau de imposição* do ato → *aumentado*, já que o ato ameaça a liberdade do ouvinte.

Sendo assim, como houve a diminuição da *distância social* e aumento do *grau de imposição*, a soma das parcelas, ao final do processo interativo, não modifica o resultado da operação da adição.

Como visto, todo indivíduo dispõe de uma vasta gama de possibilidades de realização de um AAF e dentre as estratégias possíveis para repará-lo³³, irá escolher a estratégia que melhor atenda às suas necessidades interacionais e ofereça o risco compatível com o seu objetivo.

Quanto às relações sociais, segundo B-L, a *polidez positiva* atua como um acelerador social, ao passo que a *polidez negativa* atua como um freio social, aumentando ou diminuindo a *distância social* entre os participantes desconsiderando o AAF. Vale dizer, nesse momento, que não nos debruçaremos sobre todas as estratégias, uma a uma. Durante a análise dos dados, nos debruçaremos sobre o uso das formas de tratamento como estratégias de atenuação, viabilizando uma aceleração ou um freio social.

³³ As diferentes estratégias de mitigação dos atos de fala propostas por Brown & Levinson (1987) encontram-se em anexo nessa dissertação (item 9.1). Optamos por não mostrá-las aqui, visto que nos deteremos sobre um tipo particular: as formas de tratamento.

4.3.5 – O modelo de Brown & Levinson (1987) revisitado por Kerbrat-Orecchioni (2005)

O modelo de B-L foi criticado, por alguns autores, por fornecer uma concepção negativa demais, quase “paranóica” da polidez, que representa o campo da interação como um terreno minado por todo tipo de AAFs, de modo que os interactantes passam seu tempo tentando desarmá-lo.

Para Kerbrat-Orecchioni (2005), a polidez pode consistir não apenas numa atenuação de ameaças, mas também, de modo mais positivo, numa produção de “anti-ameaças”: alguns atos, como o elogio e o agradecimento têm um caráter não só não ameaçador, mas também valorizador das faces. Portanto, é necessário encontrar, no interior do sistema, um lugar para esses atos, que constituem, por assim dizer, a contraparte positiva dos AAFs, atos batizados pela autora de atos valorizadores da face³⁴ ou AVFs.

De modo a ilustrar a sua opinião, Kerbrat-Orecchioni chama a atenção para a maneira pela qual o narrador de *Portnoy et son complexe*, de Philip Roth, descobre os rituais de polidez:

A conversação não é somente uma simples troca de fogos cruzados onde se acerta e se é acertado. Onde é preciso mergulhar de barriga para salvar sua pele e pensar somente em matar! As palavras não são apenas bombas e balas, - não, são também pequenos presentes!

Em suma, as faces não somente pedem para ser preservadas; elas podem esperar, também, gratificações positivas. Dessa forma, todo ato de linguagem pode ser descrito como um AAF, um AVF, ou um complexo desses dois componentes (ato misto). A distinção AAF vs. AVF (sem falar dos atos “mistos”) tem, além disso, o mérito de esclarecer correlativamente a distinção entre polidez negativa e polidez positiva:

a) Polidez negativa: [Não te desejo o mal!] → consiste em evitar a produção de um AAF ou em suavizar a sua realização através de algum procedimento;

³⁴ Do inglês, “Face Flattering Acts”.

b) Polidez positiva: [Te desejo o bem!] → consiste em realizar algum AVF, de preferência reforçado.

O desenrolar de uma interação aparece então como um incessante e sutil jogo de pêndulo entre AAFs e AVFs. Por exemplo:

- **A** comete alguma ofensa contra **B** (AAF) e logo tenta repará-la com um pedido de desculpas (AVF);

- **A** faz algum favor para **B** (AVF) e cabe então a **B** produzir algum AVF de volta (agradecimento ou outra gentileza) para restabelecer o equilíbrio ritual entre os interagentes: é uma troca de bons procedimentos.

Os AAFs têm tendência a serem suavizados através das estratégias reparadoras. Os AVFs têm, ao contrário, tendência a serem reforçados (ou hiperbolizados): “obrigado / muito obrigado / muitíssimo obrigado / obrigado mesmo” (e mais forte ainda: “eu não sei como te agradecer”). Em relação aos atos mistos, tais como o oferecimento, verifica-se que eles são naturalmente suavizados e reforçados (os suavizadores incidem sobre o componente AAF e os reforçados sobre o componente AVF do ato de linguagem): “Mas sirva-se mais um pouco, sim!”

Para a autora, assim, a partir dessas noções de 1) *face negativa vs. face positiva*; 2) *AAF vs. AVF*; 3) *polidez negativa vs. polidez positiva*; 4) *polidez vs. não-polidez vs. impolidez*, é possível depreender um sistema coerente de regras e ver como elas funcionam em diferentes situações comunicativas e em diferentes culturas.

Em relação à categorização dos atos, observamos que Kerbrat-Orecchioni (2005) e Brown & Levinson (1987) divergem em alguns aspectos. Entretanto, ainda que adotemos como eixo teórico central nesse trabalho a teoria da polidez dos últimos autores, acreditamos que o modelo proposto por Kerbrat-Orecchioni, com a introdução dos atos valorizadores da face, assim como uma reformulação dos conceitos de polidez positiva e negativa nos ajudará, em parte, a analisar as nossas cartas.

4.4 – O gênero epistolar e as tradições discursivas

Passemos agora para o entendimento do gênero textual em questão: as cartas. Cabe-nos voltar o olhar para o que, no material de análise, pode corresponder ao uso efetivo e real da língua e o que pode ser próprio do material analisado, isto é, o que já está cristalizado e ritualizado no gênero epistolar do século XVIII. Para isso, devemos, nesse momento, entender o que é o gênero carta, o que são as tradições discursivas e como se configuram.

Sobre essa questão, Barbosa (2006:762) em um estudo sobre o tratamento que deve ser dado aos *corpora* de sincronias passadas, afirma que

O texto de um negro alfabetizado no século XVIII é significativo por conta da quase impossibilidade de ser encontrado material como esse. Contudo, mesmo que achado, esse material não representaria, necessariamente, a linguagem de negros da época: poderia estar repleto de fórmulas e padrões lusos.

Esse fragmento nos é interessante por trazer o questionamento do que realmente pode ser considerado, nas cartas, próprio da norma da época e, por outro lado, o que deve ser considerado próprio do gênero em questão e expressão das tradições discursivas. Sobre essa questão, Barbosa (2007:4) afirma que

todo redator adquire e reproduz o que vem a ser, ou o que ele acredita ser, elemento oriundo de determinadas tradições discursivas, ou seja, abstrações traduzidas em modelos ou referenciais de escritura em quaisquer níveis da linguagem – lexical, grafológico, formulaico, sintático, fraseológico, discursivo, até mesmo, em certos casos, coincidindo com um determinado gênero textual.

Muito se tem discutido sobre a precisa conceituação de gêneros e de tradições discursivas, e tais conceitos chegam a ser confundidos e até unificados. Neste trabalho, para que não haja uma redução e simplificação em relação às definições e às nomenclaturas, apresentamos, a seguir, o que entendemos por gênero e, em seguida, o que estamos considerando como tradições discursivas.

4.4.1 – O gênero epistolar

Compreender como se constitui o gênero em questão e a maneira pela qual o remetente escrevia suas cartas são passos importantes para que se enriqueça a percepção do gênero textual estudado e se possa adentrar a produção epistolar do marquês do Lavradio, que constitui uma rica correspondência sobre assuntos pessoais e administrativos da historiografia luso-brasileira.

O estudo do gênero, no entanto, não é de fácil realização. Diversas abordagens lingüísticas têm sido utilizadas para estudar o que vem a ser o gênero. De acordo com a linha teórica adotada, pode-se vê-lo por um ponto de vista funcional, enunciativo, textual ou, até mesmo, comunicativo.

Consoante Charaudeau (2003), a diversidade dos pontos de vista mostra a complexidade da questão dos gêneros, incluindo as denominações, já que alguns falam em “gêneros de discurso”, outros de “gêneros de texto”, outros ainda de “tipos de texto”.

Para comprovar a complexidade do tema, Meurer, Bonini & Motta-Roth (2005), em sua obra intitulada *Gêneros: teorias, métodos, debates*, estabelecem um mapeamento dos principais conceitos, termos e explicações disponíveis neste campo de estudos. Para tanto, separam a obra por abordagem teórica e respectivos autores, a saber: abordagens sócio-semióticas - Hasan, Martin, Roger Fowler, Gunther Kress, Fairclough; abordagens sócio-retóricas - John Swales, Miller e Bazerman; e, por fim, abordagens sócio-discursivas - Bakhtin, Jean-Michel Adam, Bronckart, Dominique Maingueneau. Cada autor, segundo seu referencial teórico, oferece um conceito para gêneros e as devidas propostas de análise.

Tradicionalmente, o estudo dos gêneros estava pautado em suas características constitutivas. Para Trask (2004:123), o gênero é “uma variedade de texto historicamente estável, dotada de traços distintivos evidentes” e afirma que “o fato fundamental a respeito de um dado gênero é que ele tem alguns traços distintivos, prontamente identificáveis, que o opõem marcadamente a outros gêneros, e que esses traços permanecem estáveis por um período de tempo considerável”.

A dificuldade está, exatamente, em separar, classificar e delimitar os gêneros textuais, visto que, segundo Marcuschi (*apud* Dionísio, Machado & Bezerra, 2002:19), “são eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”. Assim, podemos

dizer que os gêneros são formas organizacionais ‘vivas’ sujeitas a adaptações e modificações aos novos contextos sociais, não sendo possível fazer uma lista fechada de todos os gêneros existentes.

De acordo com as idéias de Bakhtin (2003), os gêneros do discurso podem ser classificados segundo a capacidade de ‘transmutação’ e assimilação de outro(s) gênero(s), podendo ser primários ou secundários. Dessa forma, segundo Soto (2001), o gênero epistolar pertence ao gênero primário do discurso visto que faz parte dos gêneros que se definem como sendo aqueles que se constituem em circunstâncias espontâneas de comunicação verbal e que não perdem sua relação com a realidade, tanto lingüística como extralingüística.

A carta é um gênero textual pois apresenta uma estrutura formal e propriedades facilmente reconhecidas em qualquer língua histórica. Em relação ao aspecto formal e estrutural, observam-se outras características comuns, como a presença de um encabeçamento que inclui a data e as saudações iniciais, o corpo do texto e, por último, um fechamento, que inclui as saudações finais de despedida, assinatura e possíveis P.S.s. Para tais partes, Silva (1988:76) chama de seção de contato, núcleo da carta e seção de despedida, respectivamente. Em concordância, encontramos a posição defendida por Marcuschi (2000). O autor descreve o local e data, a saudação, o texto, e a assinatura, como elementos básicos utilizados para identificar minimamente o gênero carta.

Como se vê, os estudos mais antigos e clássicos sobre o gênero baseiam-se nas características fundamentais que permitem reconhecê-lo como tal. Entretanto, segundo Marcuschi *apud* Dionísio, Machado & Bezerra (2002:20), “o agrupamento de textos em um grande grupo determinado como gênero textual deve ser motivado mais por suas funções sócio-comunicativas, funcionais e interativas do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais”. Isto significa que um gênero textual deve ser entendido como uma prática sócio-discursiva e, por isso, devem ser levados em conta seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos. Por mais diferentes que as cartas sejam, todas elas possuem a função de estabelecer a comunicação entre dois indivíduos que se encontram distanciados fisicamente.

O gênero carta pode, dessa forma, ser considerado o precursor do gênero *e-mail*. Embora tenham características muito semelhantes, a carta e o *e-mail* não podem ser agrupados em um mesmo gênero textual, dado que este último especializou-se em outro

contexto social, o da denominada cultura eletrônica, e abarca funções comunicativas, intencionalidade e propósito diferentes, visando a estabelecer uma comunicação mais rápida, objetiva e desprovida de certos aspectos formais da língua que a carta ainda abarca. Cria-se, assim, uma nova identidade para o gênero *e-mail* que lhe dá a individualidade e singularidade que garantem sua existência como um novo gênero textual.

Bazerman (2005), por sua vez, trabalha com uma abordagem sócio-interacional de gêneros, e também não o vê somente como uma coleção de características particulares. Para o autor, o gênero surge de uma necessidade social. De acordo com as palavras de Marcuschi no prefácio da obra, “Bazerman é taxativo (...) ao postular que a definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos”³⁵.

Dessa forma, cabe dizer, nesse momento, que entendemos por gênero epistolar um conjunto de textos que não só apresentam determinadas partes constitutivas, mas que também podem ser reconhecidos por sua função sócio-comunicativa de estabelecer a comunicação entre ausentes.

Se nos detivermos nas partes constitutivas das cartas do marquês do Lavradio, rapidamente nos damos conta de que certas fórmulas, expressões e estruturas se repetem, com bastante frequência, nas missivas. Se entendermos a seção de contato inicial, o corpo da carta e a seção de contato final ou despedida como macrocategorias que compõem o gênero epistolar, teremos de ver tais fórmulas, expressões e estruturas que se repetem como microcategorias inseridas nas macrocategorias do gênero textual.

Essas microcategorias, que estão presentes nas cartas do marquês do Lavradio, não necessariamente fazem parte do gênero epistolar, mas podem seguir um costume tradicional da época. Em outras palavras, chamaremos de *tradições discursivas* e serão abordadas na próxima seção.

³⁵ Bazerman (2005:11).

4.4.2 – As tradições discursivas

O conceito de tradições discursivas, doravante TD, nasce dentro da lingüística alemã, com de um grupo de pesquisadores interessados em estudar a lingüística românica (cf. Kock, 1997; Osterreicher, 1997; Kabatek, 2006).

Se analisarmos a nomenclatura do termo, facilmente acessamos a idéia de que se estamos falando de “tradições”, temos de fazer referência a algo que vem se repetindo através dos tempos, que já é habitual e costumeiro em um determinado contexto. Do vocábulo “discursivas”, intuímos que tais fórmulas devem pertencer, obrigatoriamente, ao discurso.

Kabatek (2006:510) afirma que para que compreendamos o que vêm a ser as TD, devemos buscar traços que as definam, e que um deles é exatamente a relação que há entre textos em diferentes períodos da história, isto é, “uma relação temporal com *repetição* de algo. Esse ‘algo’ pode ser a repetição total do texto inteiro (...) mas também pode ser apenas a repetição parcial ou ainda a ausência total de repetição concreta e unicamente a repetição de uma forma textual”. Assim, até o presente momento, entendemos a repetição como um aspecto essencial para a conceituação das tradições discursivas.

Kabatek (2006:512) nos oferece, assim, a sua definição do termo:

Entendemos por Tradições Discursivas (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados.

Dessa forma, entenderemos, neste trabalho, as tradições discursivas como elementos que podem ser estruturas simples, estruturas complexas, fragmentos cristalizados e até textos inteiros que possuem organicidade e uma estrutura interna recorrente. As tradições discursivas passam, obrigatoriamente, pelo processo de evocação, repetição, ritualização e posterior normatização / legitimação, atingindo, assim, o estágio da fixação. Não se limitam a uma língua histórica, mas são comuns e identificáveis pelos grupos culturais em qualquer língua.

Retomando as idéias discutidas ao final da sub-seção anterior, intitulada “o gênero epistolar”, entendemos que as tradições discursivas não são partes constitutivas do gênero carta. A tais partes, chamadas de seção de contato inicial, corpo da carta e seção de despedida, chamamos macroestruturas. As tradições discursivas, por sua vez, seriam microestruturas que foram se fixando ao longo dos tempos, estando associadas ao gênero epistolar, apresentando-se como fórmulas fixas e cristalizadas em relação aos modelos de escritura da época.

Para que houvesse repetição, ritualização e conseqüente legitimização das tradições discursivas encontradas no gênero epistolar foi necessário que tais fórmulas fossem passadas de geração a geração, como um compêndio de regras e “sugestões” para a escritura de cartas. Os secretários e os tratadistas epistolares, como será discutido a seguir, nos fornecem informações relevantes sobre a perpetuação da arte de escrever cartas e a transmissão das tradições ao longo da historiografia mundial e, em conseqüência, a portuguesa.

– A arte de escrever cartas: os tratados epistolares e as legislações régias

A escritura de cartas é um exercício posto em prática desde a Antiguidade clássica. Conseqüentemente, inúmeros foram os tratados elaborados para tentar uniformizar tais textos. O primeiro que se conhece, segundo Tim (2005:19), foi escrito por Demétrio, provavelmente entre os séculos I a.C. e I d.C. e trata-se da “primeira obra a expor regras teóricas sobre epistolografia”. Outros nomes importantes seriam os de Marco Túlio Cícero e Sêneca, que, embora não tenham teorizado sobre a temática epistolar, deixaram valiosos legados como conceitos do ato de escrever cartas e modelos de escritura.

De acordo com o autor, a Idade Média assistiu um aumento considerável da circulação de cartas na Península Itálica. As artes epistolares da Antigüidade vigoraram, assim, em razão do grande número de negócios públicos travados, o que exigia um estilo formalmente mais rígido.

Era preciso, então, que houvesse uma maior uniformização dos modelos epistolares. É exatamente nessa época que nasce a chamada *Ars dictaminis*, cujos tratados serão modelos a partir do discurso clássico. O centro dessa nova arte de

escrever cartas esteve, no final do século XI, no convento beneditino de Montecassino. Começam, assim, a serem escritos os tratados epistolares. No início do século XII e pelos dois séculos seguintes, esse centro é transferido para Bolonha.

Segundo Bazerman (2005:9), essa arte de escrever cartas “enfaticamente a saudação, identificando e conferindo respeito aos papéis sociais e às posições de emissor e receptor, colocando ambos dentro de relações sociais institucionalizadas. Além do mais, escritores de cartas foram aconselhados a construir um laço de boa vontade com o receptor, invocando sentimento e obrigação, e narrando explicitamente a situação que apresentava a necessidade da carta e a esperada cooperação do receptor”.

Diversos foram os autores que desenvolveram os tratados. Cada um apresentava, a seu modo de ver, uma definição para o conceito de carta e uma estruturação do modelo, a partir da descrição de suas partes constitutivas. De acordo com Tim (2005:37), de todos os tratados elaborados, podemos depreender “uma grande preocupação com a demonstração de cortesia e etiqueta nas cartas, praticada numa sociedade altamente hierarquizada”.

Em sua obra, Tim (2005) transcreve três importantes tratados da história da epistolografia, considerados pelo autor como três dos melhores exemplos da arte de escrever cartas, a saber: o tratado de Anônimo de Bolonha, de 1135; o de Erasmo de Rotterdam, de 1520 ; e, finalmente, o de Justo Lúpsio, escrito em 1590.

Consoante Tim (2005), podemos separar o primeiro dos três autores dos outros dois, de acordo com uma ruptura de abordagens em relação ao tema. Anônimo de Bolonha pertenceria, assim, à tradição medieval da arte epistolar, cuja *ars dictaminis* seria marcada pelo formalismo e pela rigidez, conforme mencionado anteriormente. Houve, no entanto, um longo processo de transição entre o pleno domínio da *ars dictaminis* medieval e a epístola humanística, iniciada pela redescoberta das cartas de Cícero no século XIV.

Em poucas palavras, os dois estilos coexistiram durante algum tempo e as regras ditadas pela *ars dictaminis* eram preferenciais para as cartas públicas e oficiais, ao passo que a escrita humanística permitia a presença de um estilo mais coloquial nas missivas. Dentro dessa nova perspectiva de escritura, diversos tratados foram escritos e não se restringiram somente à Itália; pelo contrário, toda a Europa presenciou a ascensão dos textos teóricos sobre o gênero epistolar. Para Tim, somente no século XVI, no entanto,

surgem os tratados mais bem acabados do gênero: as obras de Erasmo de Rotterdam e Justo Lípio.

A elaboração dos tratados / manuais perdurou por toda a Idade Moderna, chegando a Portugal, no século XVIII, para contribuir com a arte da epistolografia portuguesa. Segundo Conceição (2006), a produção dos tratados funcionava como um importante instrumento para contribuir com a escrita, promovendo uma certa política da escritura. Para a autora, os manuais foram produzidos com a intenção de contribuir com as necessidades humanas de escrever e comunicar, em sociedades em que a composição de uma missiva foi uma escritura necessária para a comunicação à distância, que acontecia pelo vai e vem destas.

Conceição (2006:41) afirma que junto à idéia de incentivar tal política de escritura, “caminhou o temor de transformar a arte de escrever cartas em apenas reproduções de formulários pré-existentes. A temática esteve envolvida com as discussões do Humanismo, na defesa pela livre produção epistolar dos secretários, que de escreventes humanistas não pretendiam passar a simples funcionários reprodutores de formulários”.

Com isso, é importante pensar, como demonstra Antonio Gómez (1998:29) *apud* Conceição (2006:41), que

à medida que as cartas, missivas, messageiras ou familiares, passaram a ser um instrumento cotidiano da comunicação escrita na sociedade dos séculos XVI e XVII, os autores dos tratados compreenderam que a melhor maneira de atender essa crescente demanda era proporcionar um mostruário, o mais variado possível, e isso nos levaria também, conforme se disse em outros estudos, a considerar o século XVII como o momento em que a sociedade de corte exacerbou os controles sobre os gestos e as atitudes.

Dessa forma, as discussões em torno da elaboração epistolar caminharam entre preservar a livre composição ou o uso proposto de alguns tipos de manuais.

Consoante Conceição (2006), Antonio Gómez, no seu estudo, apresenta uma espécie de rastreamento de alguns manuais entre os séculos XVI e XVIII, identificando, por volta do século XVII uma livraria de Madri que possuía cerca de 400 formulários destinados à composição de missivas. Deste modo, vê-se a importância e necessidade da prática de escrita de cartas entre estes séculos, e que se intensificou após as grandes navegações, ou seja, nas relações de governo entre metrópoles e colônias no ultramar.

Esses manuais possuíam, para a autora, um público-alvo, sendo destinados aos secretários e demais profissionais da escritura. O primeiro teórico epistolar das missivas no século XVIII, reconhecido pelos estudos da epistolografia portuguesa, foi Francisco José Freire. Em 1745 publicou a obra “O Secretário Portuguez Compediosamente Instruído no modo de Escrever Cartas. Por meyo de huma instrucçam Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso”³⁶, que causou grande repercussão em Portugal, trazendo aos lusos algumas idéias discutidas em outras partes da Europa.

Segundo Freire (1745), a composição da carta deveria seguir uma estrutura básica, “todas as cartas (reservando as de narração e descripção) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça e respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o préstimo; e no quarto se deseja felicidades”. Deste modo, aponta sugestões, termos e expressões de engrandecimento, exaltações e congratulações, posto que o secretário deveria observar quais seriam, no momento da escritura, as mais próprias e elegantes.

Freire, no entanto, não anulava a criatividade do secretário durante a constituição da missiva, apesar de sua obra apresentar-se como um compêndio de regras, elas não necessariamente deveriam ser fixas. O autor estabeleceu, também, dez regras para serem utilizadas pelos secretários, sendo as cinco primeiras os “predicados” e “perfeiçoens”, e as cinco últimas os “vícios” e “imperfeiçoens”, de que devem fugir os secretários. Entre as “perfeiçoens” estão o segredo, a erudição, a generalidade, a reflexão e a eloquência. Entre os “Vícios” e “Imperfeiçoens” que o secretário deveria fugir estavam: a demora, a prolixidade, a aspereza, a ignorância e a escuridade.

Freire encerra sua obra com a apresentação de um Formulário de Tratamentos e de Sobrescritos³⁷, baseado na legislação régia de 1739. O autor esclarece que o secretário deveria saber o devido tratamento que pertence a cada pessoa da hierarquia “Ecclesiastica” e da hierarquia “Secular”. Freire sugere palavras de tratamento e algumas propostas de encerramento para as correspondências.

Segundo Conceição (2006), após a publicação do “Secretário Portuguez”, em 1745, a obra foi reeditada em 1759, 1786 e 1801, tamanha sua repercussão e relevância entre os lusos.

³⁶ O exemplar consultado pertence ao setor de obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

³⁷ O Formulário de Tratamentos e de Sobredits, elaborado por Freire (1745), encontra-se editado em anexo neste trabalho (item 9.3).

Em relação às formas de tratamento, se entendermos que o objetivo de tais tratados era manter, de alguma forma, uma uniformização das fórmulas utilizadas, isto nos dá indícios de que havia uma certa flutuação naquele tempo. Esse fato pode ser confirmado se olharmos para as legislações régias que existiram na historiografia portuguesa. Esses documentos encontram-se em anexo na obra de Cintra (1972), intitulada “Sobre Formas de Tratamento da Língua Portuguesa”.

A primeira, denominada “Provisão del Rei D. Filipe II, de como se ha de falar, e escrever”, foi escrita em 1597, assinada pelo rei D. Felipe II, e apresenta, em sua introdução, o seguinte fragmento:

Dom Felipe por graça de Deos Rey de Portugal... Fasso saber aos que esta minha ley virem, que sendo eu informado das grandes dezordens, e abuzos, que se tem introduzido no modo de falar, e escrever, e que vão continuamente em crescimento, e tem chegado a muito excesso, de que tem resultado muitos inconvenientes, e que conueria muito a meu servisso, e ao bem, e sossego de meus vassallos, reformar os estilloz de falar e escrever, e reduzilos a ordem, e termo certo, e praticando-o, e tratando-o com pessoas de meu Conselho, e outras de letras, e de experiência, ordenei de prover nisto na forma, e maneira ao diente declarada.

É possível observar, assim, que a confusão existia não somente na língua escrita, em consonância com os tratados epistolares, mas também na língua oral. A legislação foi, dessa forma, uma tentativa de condicionar, através de meios jurídicos, a utilização das formas de tratamento tanto na fala quanto na escrita.

Além de descrever o tratamento que deveria ser dado a cada membro das hierarquias eclesiástica e secular, a provisão de 1597 também descrevia fórmulas prontas para um determinado fim, como por exemplo, o rei, ao ordenar que lhe tratassem de ‘Majestade’, obrigava que no alto das cartas estivesse escrito “Senhor, sem outra couza, e no fim dellas, Deos guarde a Catholica pessoa de V. Magestade: e no fim da lauda, em que se rematar a Carta, só porá o sinal de quem a escrever, sem outra couza algüa, e no sobre escrito, só porá a El Rey Nosso Senhor”.

No século XVIII, outra legislação régia é divulgada, em 1739, por D. João V, autor da conhecida “Lei por que se determinam os tratamentos que se devem usar nestes reinos e senhorios de Portugal”:

Dom João... faço saber aos que esta minha lei virem que, constando-me a confusão que sucede nos tratamentos, por se haverem, com a diuturnidade do tempo, antiquado os que forão ordenados na lei feita sobre esta matéria

em dezasseis de Setembro de mil quinhentos noventa e sete, e introduzido quasi geralmente dar tratamentos maiores às pessoas que nela forão mencionadas, e dar a outras de que na mesma lei se não fez menção o tratamento de Senhoria, chegando este a estender-se com tanto excesso e vulgaridade, que se confunde com a ordem, e se perverte a distinção que faz os tratamentos estimáveis; portanto querendo remediar semelhante abuso, e por outras razoes que me forão presentes, hei por bem abolir e revogar o conteúdo na dita lei, excepto o que nela foi disposto a respeito da formalidade que deve praticar-se nas Cartas e papeis que se me escreverem, ou às Rainhas, Príncipes herdeiros, Princezas, Infantes, e Infantas destes reinos; a qual continuará a observar-se conforme na dita lei se continha.

Nesse tratado, que também faz referência às modalidades escrita e oral da língua, D. João V deixa claro quais são as formas de tratamento que devem ser utilizadas com quais personagens do Brasil colônia, apresentando um elenco de quatro formas diferentes, a saber: *Excelência*, *Senhoria Ilustríssima*, *Senhoria* e, por fim, *Paternidade Reverendíssima*.

4.4.3 – Tradições discursivas e norma lingüística: uma proposta de análise

As discussões sobre os conceitos de gênero textual e de tradições discursivas interessam, em particular, aos objetivos de nosso trabalho pela necessidade de identificar 1) as seções ditas cristalizadas ou formulaicas e as que não o são; 2) os dados que constituem exemplos de tradições discursivas da época, seguindo os modelos previstos nos tratados e nas legislações régias. Tais procedimentos seriam imprescindíveis para que não haja um enviesamento dos resultados dessa investigação.

Esse estudo será realizado, assim, em duas etapas: na primeira, selecionaremos as ditas seções constitutivas do gênero epistolar, entendidas aqui como macroestruturas de análise, e verificaremos como são constituídas e o que pode ser dito como pertencente a tais categorias; a segunda parte desta metodologia será a análise das estruturas encontradas nessas macrocategorias, aqui entendidas como tradições discursivas ou microcategorias, de acordo com os tratados epistolares e as legislações régias do século XVIII, para que possamos, assim, obter respostas satisfatórias às seguintes indagações: O que pertence ao gênero epistolar? O que pode ser lido como tradições discursivas da época? E, por fim, o que pode nos dar indícios da norma lingüística no período?

De modo a estudar as partes constitutivas do gênero epistolar, partiremos de um quadro de apoio, baseado nas propostas de Anônimo de Bolonha (1135), Justo Lípsio (1590)³⁸, Freire (1745), Silva (1988) e, por fim, Marcuschi (2002), como se pode ver a seguir:

³⁸ As informações pertencentes a Anônimo de Bolonha (1135) e Justo Lípsio (1590) encontram-se disponíveis em Tim (2005).

Partes constitutivas que permitem reconhecer o gênero carta						
Anônimo de Bolonha (1135)	Justo Lipsis (1590)		Freire (1745)	Silva (1988)		Marcuschi (2002)
1. saudação	1.1 - preliminares	1.1.1 - nome	1. narração do fato	1. seção de contato inicial	1.1 - indicação de tempo	1. indicação de local
2. captação da benevolência		1.1.2 - saudação	2. rogo ou agradecimento		1.2 - saudações iniciais	2. indicação de tempo
3. narração	1. matéria convencional	1.2.1 - <i>valedictio</i> : desejo de bons votos aos destinatário	3. oferecimento de préstimo	2. núcleo da carta		3. saudação
4. petição		1.2.2 - indicação de lugar	4. despedida: desejo de felicidades	3. seção de despedida	3.1 - saudações finais	4. texto
		1.2.3 - indicação de tempo			3.2 - assinatura	
5. conclusão		1.2.4 - fecho complementar: demonstração de respeito e lealdade			3.3 - possíveis PSs.	5. assinatura
		1.2.5 - assinatura				
2. matéria variável						

Quadro 4. Partes constitutivas do gênero epistolar.

Como podemos ver, a maneira como os autores identificam as partes que compõem o gênero epistolar variam. Os autores atribuem diferentes denominações para identificar a macroestrutura carta. Mas, no geral, as suas partes constitutivas são: seção de contato inicial, núcleo da carta e seção de despedida. Toda essa discussão nos serve, nesse momento, para que possamos olhar para as cartas do marquês do Lavradio e chegarmos a um novo quadro de suas partes constitutivas.

De uma forma geral, as cartas do marquês do Lavradio apresentam certa manutenção de suas partes. Por isso, para que esse estudo fosse feito, consultamos todas as cartas que constituem o *corpus* desse trabalho. A carta, a seguir, escrita em 26 de março de 1773, para o marquês de Pombal, nos servirá de modelo por contemplar a maioria das cartas estudadas neste trabalho:

Carta de amizade escrita ao *Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Jose de Siabra, e Silva* Secretário de Estado a 26 de Março de 1773 pela Nau de Guerra *Nossa Senhora Belem* commandada pelo Capitão de Mar, e Guerra João da Costa de Atayde.

Meo amigo, emeu *Senhor* domeo mayor rezpeito á muitos mezes *que* tenho poupado a *Vossa Excelência* em Ler azminhas cartas, porem *aminha verdadeira* amizade e obrigação não conçentem que eu dei che a *Vossa Excelência* mais tempo neste descanso, devendo inter

[2ª pág.]

romper alguns dos [↑ preciosos] instantes de *Vossa Excelência* parathe segurar o meu respeito, o meu agradecimento, e a *minha* amizade, pedindo igualmente a *Vossa Excelência* que querendo Lembra se, que eu à *Vossa Excelência* era já este mesmo homem antes do respeitavel Lugar *que Vossa Excelência* agora tam dignamente ocupa, me queira *Vossa Excelência* dar a certeza de passar muito bem, em *que* eu terey o mais completo gosto, permitindome igualmente *Vossa Excelência* Sempre, e em toda aparte a grandissima fortuna de Servilo, desejando Senão esqueça de quem tanto procura merecerlhe a Sua amizade. *Deus* Guarde a *Vossa Excelência* muitos anos Rio de Janeiro

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Jose de Siabra e Silva

Marquez do Lavradio

Mesmo cientes de variações que ocorrem em algumas das missivas, como ausência de uma das partes ou inversão de ordens, a análise dessa carta-modelo nos fornece um perfil geral da estruturação do *corpus*.

Como macrocategorias constitutivas do gênero epistolar, chamaremos a primeira parte de *seção de contato inicial*. Devido ao fato de a maior parte das cartas que

constituem o *corpus* de análise deste trabalho se encontrar organizada em códices³⁹, algumas informações aparecem constantemente no cabeçalho que antecede a carta, servindo para a organização do livro copiador. Nesta parte estão incluídos detalhes importantes como o tipo de carta (Carta de amizade), o destinatário (Illustríssimo l e Excelentíssimo Senhor Jose deSiabra, eSilva), o posto ocupado pelo destinatário (Secretario de Estado), a data (a 26 deMarco l de 1773), a embarcação que levaria a carta (pela Nau de Guerra l Nossa Senhora Belém), e, por fim, o comandante responsável por tal embarcação (commandada pelo l Capitam deMar, e Guerra Joaõ da l Costa deAtayde). Tais informações, que não obedecem sempre à mesma ordem seqüencial, encontram-se sempre do lado esquerdo, junto à margem.

Já no corpo da carta, ainda na seção de contato inicial, podemos observar a saudação inicial (Meo amigo, emeu Senhor domeo mayor rezpeito). Para Anônimo de Bolonha (1135), a saudação é uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso compatível com a ordem social das pessoas envolvidas. Segundo o autor, o nome do destinatário costuma estar acompanhado de uma qualificação, o chamado epíteto, que indique humildade. Quando a carta é endereçada a algum destinatário superior na hierarquia secular, deve-se expressar algo que deixe claro a subordinação, o serviço, a obediência, a servitude e a lealdade prestados.

Ainda nesta primeira seção, observamos:

á muitos mezes l que tenho poupado a Vossa Excelência em Ler azminhas cartas, porem l aminha verdadeira amizade eobrigação ão conçentem que eu dei l che a Vossa Excelência mais tempo neste descanço, devendo inter l romper alguns dos [↑ preciosos] instantes de Vossa Excelência parathe se l gurar omeu respeito, omeo agradecimento, e a minha l amizade, pedindo igualmente a Vossa Excelência que querendo l Lembra se, queeuà Vossa Excelência era já este mesmo homem l antes do respeitavel Lugar que Vossa Excelência agora tam di l gnamente ocupa,

A essa subseção, chamaremos de *captação da benevolência*. De acordo com Anônimo de Bolonha (1135), o seu nome original é dado em latim, *benevolentiae captatio*, e consiste na ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário. A pessoa que envia a carta pode apresentar, assim, uma boa disposição mencionando humildemente algo relativo à sua posição, aos seus negócios ou obrigações. Esta parte, também presente na seção de despedida das cartas do marquês

³⁹ Arquivo Nacional, Fundo Marquês do Lavradio, códices 1095 e 1096.

do Lavradio, é uma constante em seu acervo epistolar. Ainda que o destinatário seja alguém hierarquicamente inferior, sempre há uma preocupação em elevá-lo ao mesmo tempo em que há uma “inferiorização” do remetente, de modo a garantir que o contato será mantido.

O *núcleo da carta* (me queira *Vossa Excelência* dar a certeza de estar muito bem, em *que* eu terey o mais completo gosto) seria, em outras palavras, o corpo do texto, isto é, a razão pela qual a carta está sendo escrita. Não podemos esquecer que, no Brasil Colônia, nem sempre quando se escrevia uma carta se objetivava pedir / conseguir alguma coisa. Muitas vezes o próprio objetivo da carta era a captação da benevolência em si, de forma a manter vivas as redes que uniam os personagens da cena enunciativa. No exemplo mostrado, o corpo do texto nos diz simplesmente que o marquês do Lavradio deseja receber notícias do marquês de Pombal.

Chamaremos todo o restante da carta de *seção de despedida*. Nesta seção, podemos observar a presença de alguns elementos, como a presença reiterada da captação da benevolência (per l mitindome igualmente *Vossa Excelência* Sempre, eem toda aparte a- l randissima fortuna de Servilo, desejando Senão es- l queça de quem tanto procura merecer l he a Sua amizade.), a saudação final (*Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos*), a indicação de lugar (Rio de Janeiro), o nome do destinatário (*Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Jose de Siabra e Silva*) e, finalmente, a assinatura (Marquez do Lavradio).

Em suma, podemos visualizar, no quadro abaixo, as partes que compõem o gênero epistolar no material de análise:

Partes constitutivas do gênero epistolar: cartas do marquês do Lavradio⁴⁰	
seção de contato inicial	descrição do tipo de carta
	nome do destinatário
	título / cargo do destinatário
	indicação de tempo
	nome da embarcação
	nome do comandante
	saudação inicial
núcleo da carta	
seção de despedida	captação da benevolência
	saudação final
	indicação de lugar
	destinatário
	assinatura

Quadro 5. Partes constitutivas do gênero epistolar: cartas do marquês do Lavradio.

Vale dizer que o reconhecimento das seções constitutivas das cartas do marquês do Lavradio nos ajudará a reconhecer em que partes se utiliza mais uma determinada forma de tratamento, isolando o que pode ser considerado como fórmula cristalizada e influenciada pelo próprio gênero e o que varia em função do papel social assumido pelo remetente e destinatário dessas cartas, além de verificar o que já pode evidenciar o uso da época.

Uma vez compreendidas as partes constitutivas do gênero epistolar nas cartas em análise, passaremos, agora, para a verificação das microcategorias, que, em outras palavras, seriam as tradições discursivas.

Para começar, é interessante que voltemos o olhar, nesse momento, ao Formulário de Tratamentos e de Sobrescritos⁴¹, elaborado por Freire (1745). Para a hierarquia secular, isto é, que não faz parte da ordem religiosa, o autor apresenta os

⁴⁰ Estamos, aqui, considerando tais partes como pertencentes ao gênero epistolar, embora saibamos que assim se configuram uma vez que as cartas estavam reunidas em um códice.

⁴¹ Esse formulário foi inspirado na legislação régia de 1739.

seguintes tratamentos em função do título adquirido pelo destinatário, conforme o quadro a seguir:

Título	Tratamento
duque	<i>Vossa Excelência</i>
conde	
marquês	
vice-rei da Índia e do Brasil	
governador e capitão-general ⁴²	
governador das Praças	conforme a graduação dos seus postos militares
outros	<i>Vossa Mercê</i> ou tratamento inferior

Quadro 6. Tratamento indicado por Freire (1745) em função do título do destinatário.

Para as correspondências cujo tratamento era a forma *Vossa Excelência*, Freire (1745) oferece mais informações, como por exemplo, o tratamento adequado à posição estrutural na carta, como mostra o quadro abaixo:

Seção	Tratamento
alto da carta	Ilustríssimo e Excelentíssimo <i>Senhor</i>
corpo da carta	<i>Vossa Excelência</i>
fim da carta, ao lado esquerdo	Ilustríssimo e Excelentíssimo <i>Senhor</i>

Quadro 7. Tratamento em função da localização na estrutura da carta.

Em relação aos destinatários que devem receber o tratamento de *Vossa Mercê*, é-nos dito, também, que o nome do destinatário deve estar no alto da carta e que esta deve principiar por *Meu Senhor* ou *Senhor Meu*.

Surge-nos, nesse momento, uma pergunta: se as formas de tratamento utilizadas para os destinatários da esfera pública já eram conhecidas, ritualizadas e legalizadas pelos tratados epistolares e pelas legislações régias, seriam exemplos de tradições discursivas da época?

⁴² Estando a pessoa que escreve no distrito dos seus governos. Caso contrário, não se aceitava tratamento menor que *Vossa Senhoria*.

Esse questionamento também nos servirá de motivação para o estudo do tratamento na esfera do poder. Observaremos, assim, até que ponto a fidedignidade, em relação ao formulário e ao decreto do rei, é mantida, fazendo dessas opções tratamentais exemplos reais de tradições discursivas. Até que ponto esse uso é maleável e flexível, se entendermos que o secretário⁴³, servindo de copista ao vice-rei, ainda que dispusesse de modelos epistolares, tinha certa liberdade em seu ofício?

Por outro lado, como dito no começo da seção, para que não haja enviesamento dos resultados em nosso estudo, temos de saber separar, na hora da análise, o que se apresenta como uma tradição discursiva. Dessa forma, através da análise das cartas das esferas pública e privada, observamos que a forma nominal de tratamento *Senhor / a* está presente em quase todo o acervo epistolar, não aportando marcas de deferência, já que é utilizada na maioria das cartas, independente do grau de intimidade ou respeito. Como esse uso já estava presente nos tratados e nas leis, isso nos faz pensar que estamos diante de microestruturas, ou tradições discursivas, utilizadas pelo remetente na escritura da carta, conforme os exemplos abaixo:

Illustrissimo eExcelentissimo Senhor⁴⁴

MeuFilho eSenhordomeuCoração.⁴⁵

Assim sendo, os dados com essa forma nominal de tratamento não serão levados em consideração nesse estudo.

Ao analisar a seção de despedida das cartas, uma estrutura de desfecho nos chamou bastante a atenção. Também descrita por Freire (1945) como recorrente nas missivas, *Guarde Deos muitos annos* está presente em quase todas as cartas que compõem a amostra dessa dissertação. Entretanto, por observarmos que há variação na posição dos sintagmas (*Guarde Deos muitos annos* e *Deos guarde muitos annos*) e intercalação de formas de tratamento (*Deos guarde a você, a V. Ex^a* etc e *Deos te guarde*), nos questionamos até que ponto tal fórmula estaria cristalizada e se seria, assim, uma tradição discursiva. Por isso, vale deixar claro que levaremos em

⁴³ Vale deixar claro que entendemos por *secretário* o posto ocupado por um funcionário de confiança que se prestava a cuidar administrativamente dos negócios do vice-rei. Dentre as suas funções, apontamos a de *copista*, em que era responsável por escrever as cartas e organizá-las em um livro copiador.

⁴⁴ Carta destinada a Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, em 20 de junho de 1775.

⁴⁵ Carta destinada ao genro, Conde de Tarouca, em 29 de janeiro de 1772.

consideração também os dados encontrados nessa saudação final, já que, aparentemente, a norma da língua pode começar a se incluir, de certa forma, nas expressões formulaicas (TDs).

Sendo assim, apresentaremos a mesma carta utilizada para o estudo das partes constitutivas do gênero epistolar, agora em sua versão manuscrita, para que visualizemos as macro e microestruturas:

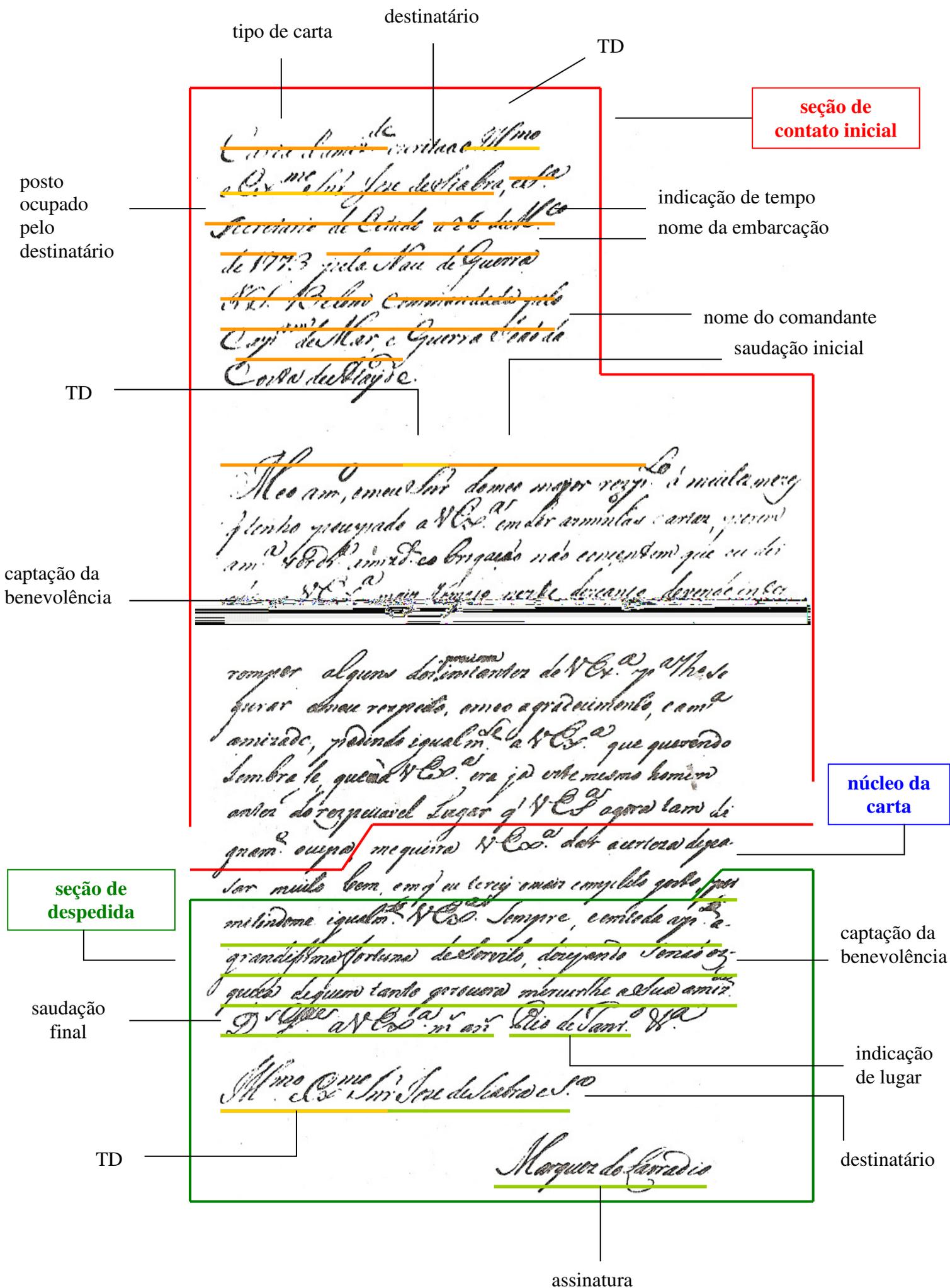


Figura 3. Carta modelo para análise das partes constitutivas.

Em síntese, adotaremos, assim, a seguinte estruturação das cartas para facilitar na análise das formas de tratamento:

Estruturação das cartas para análise	
seção de contato inicial	captação da benevolência
núcleo da carta	
seção de despedida	captação da benevolência saudação final

Quadro 8. Estrutura da carta do marquês do Lavradio adotada para análise dos dados.

Dessa forma, ao analisarmos um dado, será levado em conta a que parte da carta pertence para que possamos verificar se o uso das formas de tratamento pode também ser condicionado pela sua localização ao longo da missiva.

4.5 – Hipóteses

A partir das contribuições históricas e do aparato teórico apresentados, falta-nos descrever as nossas hipóteses de trabalho, que serão listadas a seguir:

1. Em virtude da (pseudo) posse de poderes depositados nas mãos do marquês do Lavradio, a posição de vice-rei configura-se como uma posição de desconforto, uma vez que não se sabe exatamente a extensão dos limites do poder. Por isso, postula-se que o tratamento na esfera privada era mais marcado e delineável, posto que as hierarquias eram mais bem definidas (cf. Alden, 1968; Souza, 2006);

2. O tratamento na esfera pública é uma forma independente do suposto papel social do destinatário. Acreditamos assim, baseando-nos nos manuais de epistolografia e legislações régias, que o tratamento na esfera pública será provavelmente *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* já que o importante era marcar o distanciamento, servindo, assim, como um freio social. Em outras palavras, o tratamento na esfera pública seria mais ritualizado, deixando entrever o tratamento como exemplo de tradições discursivas da época;

3. As relações sociais construídas em torno ao marquês do Lavradio estarão mais próximas à semântica do poder (Brown & Gilman, 1960), uma vez que havia a preocupação de manter presente, mesmo nas relações privadas, a imagem pública de representante político;

4. Em relação à parte da carta, o tratamento mais coerente para um determinado destinatário será mais facilmente evidenciado em seu núcleo, já que nas seções de contato inicial e despedida existiria a interferência da captação da benevolência, que faz com que tais partes estejam mais vulneráveis a modificações em função de algum propósito comunicativo.

No capítulo a seguir serão apresentadas informações mais detalhadas sobre a constituição do *corpus* que nos serviu para a análise e foi editado numa versão em *fac-símile*.

5. O *corpus* e sua especificidade

As cartas deixadas por Lavradio e utilizadas como *corpus* desta dissertação pertencem ao Fundo Marquês do Lavradio⁴⁶, inventariado pelo Arquivo Nacional. Este acervo, que pertencia ao historiador Marcos Carneiro de Mendonça, encontra-se microfilmado e foi doado pela Academia Brasileira de Letras ao Arquivo Nacional.

Este fundo guarda uma série de documentos que não estão transcritos, a saber: correspondências ativas, correspondências passivas, correspondências de terceiros, contabilidade, documentos sobre o desenvolvimento agromanufatureiro, a demarcação e defesa de fronteiras, a legislação, o recenseamento e, por fim, a fiscalização de navegação; além desses documentos, o acervo também conta com dois códices⁴⁷ contendo 139 cartas escritas na Bahia, na condição de governador e capitão-general, e 418 cartas escritas no Rio de Janeiro, já na posição de vice-rei do Brasil. Essas cartas foram transcritas, editadas e publicadas pelo Arquivo Nacional e pelo Instituto Nacional do Livro⁴⁸. Ainda que parte das cartas selecionadas já estivesse transcrita, optou-se por transcrevê-las novamente para que pudéssemos manter a fidedignidade em relação ao manuscrito original e a uniformidade em relação ao tratamento filológico.

De modo a apresentarmos uma justificativa para a utilização do *corpus* constituído por cartas escritas por um único remetente poderemos ressaltar a especificidade do material de análise. No caso de estudo de formas tratamentais, poderemos observar como um mesmo remetente se utiliza de estratégias diferentes em função do tipo de relação estabelecida com diferentes destinatários.

O fato de partir de um remetente que apresente comportamento variável em relação ao tratamento é crucial para observar o valor que a forma assume e o que determina a escolha de uma estratégia ou outra. Além disso, analisar a relação de um remetente único para diversos destinatários permite:

⁴⁶ Fundo Marquês do Lavradio: Inventário / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁴⁷ Fundo Marquês do Lavradio, microfilme 9/2000, códices 1095 e 1096.

⁴⁸ LAVRADIO, Marquês do. (1972) *Cartas da Bahia (1768 – 1769)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. e _____. (1978) *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro.

- a) controlar mais eficazmente o perfil sociolinguístico do “informante” de sincronias passadas, pois se tem como identificar sua origem, idade, nível sócio-cultural, papel social etc;
- b) observar as redes sociais das quais participava pelo controle dos destinatários de suas cartas (família, amigos, atividade profissional etc.);
- c) como se trata de um núcleo social limitado, é possível inclusive detectar o perfil sociolinguístico, não de todos, mas pelo menos de alguns de seus destinatários no âmbito familiar e profissional; e
- d) analisar a variação do comportamento do remetente em função do perfil sociolinguístico dos seus destinatários.

Dessa forma, partiremos agora para a explicação de como as cartas foram selecionadas para constituir o *corpus* desse trabalho.

5.1 – A constituição do *corpus*

Essa investigação está inserida de maneira mais ampla no projeto chamado *Projeto Para uma História do Português Brasileiro*, doravante PHPB, que busca reconstituir a história do português brasileiro nesses 500 anos de história, através de estudos realizados em diferentes áreas e abordagens teóricas, assim como da edição de textos que aqui foram escritos. Em função da particularidade de sua temática, os resultados deste trabalho vinculam-se ao projeto *Retratos da mudança no sistema pronominal: usos tratamentais cariocas na diacronia e sincronia* (FAPERJ).

Para que se tenha uma noção específica e particular das modificações ocorridas no sistema tratamental do português, costumam-se usar recortes sincrônicos e *corpora* diferentes, no intuito de criar um amplo panorama das formas de tratamento utilizadas no Brasil.

Nesse momento, vale ressaltar a importância de conceituar o que vem a ser o português brasileiro. Uma vez que se parte de uma amostra específica constituída de

cartas escritas por um português que aqui viveu na segunda metade do século XVIII, facilmente se chega à conclusão de que o material analisado não constitui um exemplo de português brasileiro, mas da modalidade europeia da língua portuguesa utilizada por portugueses que trabalhavam e residiam no continente americano. Sobre essa questão, Barbosa (2005:84-85) afirma que

a situação de luso falantes, no século XVIII, distinguia sociolingüisticamente dois grupos que, visto em vários testemunhos, disputavam espaços políticos: de um lado, os descendentes de portugueses fixados no Brasil, e, de outro, os renóis *brasileiros*, descendentes de portugueses que nunca viram solo europeu. Somem-se a esses grupos os portugueses *transitórios*. (...) A esses dois grupos corresponde, exatamente, o que se define como *português do Brasil* e *Português no Brasil*.

De modo a obter os conceitos de português do Brasil e português no Brasil, Rumeu (2006:819) dialoga com o autor anteriormente citado e assegura que

Barbosa (1999:14), ao afirmar que “*ao estudo da sociedade americana falante do Português enquadra-se a questão do Português do Brasil, ao passo que, ao estudo da língua da comunidade europeia, corresponde a questão do Português no Brasil.*”, permite admitir que a discussão acerca do Português no Brasil pode se dar tanto em sentido restrito, quanto em sentido lato. Em sentido lato, a noção de Português no Brasil é determinada pelo aspecto geográfico, ou seja, privilegia-se a busca por textos produzidos no território brasileiro sem distinção da origem do redator, em virtude da não obtenção de informações precisas acerca da nacionalidade de todos os autores dos textos. Em sentido restrito, a língua portuguesa no Brasil é reflexo da produção escrita de portugueses que residiam no Brasil em convivência com *lusófonos (brasileiros)* na América Portuguesa.

Dessa forma, entendemos que o material utilizado neste trabalho configura-se como uma amostra de textos pertencentes ao que se denomina português no Brasil, visto que o remetente das cartas, o marquês do Lavradio, era português e teve uma formação escolar e militar em Portugal, vindo para o Brasil quando já possuía aproximadamente 40 anos de idade.

Surge-nos, então, uma pergunta: qual seria a relevância de estudar o português no Brasil, uma vez que desejamos contribuir para a reconstituição da história do português brasileiro? Para essa indagação, Barbosa (1999:15) afirma que “esta pesquisa contribui também, indiretamente, para os estudos diacrônicos do Português do Brasil: só se poderá saber o que seria o Português do Brasil naquela época se se souber o que viria a ser o Português no Brasil”. Seguindo a mesma lógica, consoante Rumeu (2006:822),

“julga-se que, a partir dos textos escritos em terras brasileiras, seja possível contribuir para a análise da face assumida pela língua portuguesa na realidade sócio-histórica colonial e imperial do Brasil. (...) A partir de estudos comparativos entre os traços do português europeu em oposição aos do português brasileiro, seja possível entrever-se, criteriosamente, a expressão brasileira da língua portuguesa”.

Em relação à particularidade do nosso objeto de estudo, vale ressaltar que ter resultados mais confiáveis sobre as origens e o processo de mudança no sistema pronominal pessoal e de tratamento no português brasileiro que ocorreu a partir, principalmente, da entrada de novas formas pronominais (*você, a gente*)⁴⁹ e pelo desuso de outras (*vós*), é preciso descrever como isso funcionava no português europeu, ou pelo menos no português no Brasil.

Como critério para seleção do *corpus*, optou-se por cartas 1) escritas a destinatários que ocupassem algum posto na máquina administrativa colonial portuguesa, como por exemplo, o secretário de Estado, o secretário colonial e os governadores e capitães-generais, de modo a entender como se estabeleciam as relações em volta do eixo do poder; 2) endereçadas a diferentes membros da família em diferentes posições hierárquicas para viabilizar a comparação com as cartas oficiais. Para tanto, trabalhamos com um número maior de cartas para dar conta das relações sociais em seus diferentes direcionamentos.

Foram selecionadas setenta cartas que serão divididas entre a esfera pública e a privada. Essa sistematização objetiva averiguar como as relações se constituem em cada esfera, de modo a verificar a existência de diferenças no uso tratamental em função do grau de formalidade da relação estabelecida. Cada esfera foi, por sua vez, subdividida em eixos vertical e horizontal, com base na dicotomia entre poder e solidariedade discutida a partir de Brown & Gilman (1960).

Através da divisão em esferas e eixos sociais, têm-se, no total, seis células de análise, preenchidas com um determinado número de cartas cada, como se pode ver na tabela a seguir:

⁴⁹ Ver Lopes (1999) e Rumeu (2004).

		Número de cartas selecionadas	
		esfera pública	esfera privada
Tipo de relação	assimétrica ascendente	3	6
	simétrica	27	17
	assimétrica descendente	10	7
Total		40	30

Tabela 2. Número de cartas selecionadas no *corpus*.

Como se pode ver, trinta cartas pertencem à esfera privada e quarenta à esfera pública, perfazendo um total de setenta cartas. O conjunto de cartas que constituem as relações na esfera pública pode ser visualizado na tabela abaixo:

Relações sociais	Destinatário	Data	Fonte
assimétrica ascendente	marquês de Pombal, ministro colonial	9/11/1771	AN, carta 329, Microfilme 9/2000, código 1095, 309f - 309v
	marquês de Pombal, ministro colonial	26/03/1773	AN, carta 414, Microfilme 9/2000, código 1096, 23f - 23v
	Martinho de Melo e Castro, secretário colonial	13/12/1773	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 5.1-5.2
simétrica	Jozé Cesar de Menezes, governador de Pernambuco	23/10/1775	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 3.76f
	Jozé Cesar de Meneses, governador de Pernambuco	8/10/1774	AN, carta 506, microfilme 9/2000
	Conde de Povolide, governador da Bahia	7/10/1772	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 2.139v

	Manoel da Cunha de Menezes, governador da Bahia	1/09/1775	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 3.73f
	Luis Antonio de Souza, governador de São Paulo	2/06/1774	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 2.64f
	Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo	7/11/1775	AN, carta 542, microfilme 9/2000, código 1096, 135f - 135v
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	7/06/1775	AN, carta 529, microfilme 9/2000, código 1096, 121v - 122v
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	1/07/1775	AN, carta 532, microfilme 9/2000, código 1096, 124f - 125f
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	16/08/1775	AN, carta 534, microfilme 9/2000, código 1096, 126f - 126v
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	20/06/1775	AN, carta 535, microfilme 9/2000, código 1096, 126v - 128v
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	17/08/1775	AN, carta 536, microfilme 9/2000, código 1096, 128v - 129f
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	1/10/1775	AN, carta 537, microfilme 9/2000, código 1096, 129f - 131f
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	23/10/1775	AN, carta 538, microfilme 9/2000, código 1096, 131f
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	24/10/1775	AN, carta 539, microfilme 9/2000, código 1096, 131f - 131v
	Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	4/11/1775	AN, carta 541, microfilme 9/2000, código 1096, 132v - 135f

Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	8/11/1775	AN, carta 543, microfilme 9/2000, código 1096, 135v - 136f
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	26/11/1775	AN, carta 544, microfilme 9/2000, código 1096, 136f
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	31/11/1775	AN, carta 545, microfilme 9/2000, código 1096, 136f - 136v
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	19/12/1775	AN, carta 546, microfilme 9/2000, código 1096, 136v
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	8/01/1776	AN, carta 549, microfilme 9/2000, código 1096, 139v - 140f
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	9/01/1776	AN, carta 550, microfilme 9/2000, código 1096, 140f
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	8/02/1776	AN, carta 552, microfilme 9/2000, código 1096, 142f
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	27/02/1776	AN, carta 554, microfilme 9/2000, código 1096, 143f - 143v
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	12/05/1776	AN, carta 557, microfilme 9/2000, código 1096, 147f - 149v
Luiz Pinto de Souza, governador do Mato Grosso	17/10/1770	AN, Fundo Marquês do Lavrado – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 2.36f e 2.36v
Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Goiás	11/07/1771	AN, Fundo Marquês do Lavrado – Série 1 – Microfilme 024-97 - RD 2.71f e 2.71v
José de Almeida e Vasconcelos, governador de Goiás	12/12/1772	AN, carta 406, microfilme 9/2000, código 1096, 19f - 20f

assimétrica descendente	Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	11/12/1769	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.4v
	Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	23/03/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.16f
	Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	25/04/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.19v
	Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	1/10/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.31f
	Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	3/03/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.8v e 2.9f
	Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	20/04/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.17f
	Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento	28/09/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.31f
	José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	26/04/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.20f
	José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	3/10/1770	AN - Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.31v
	José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	26/10/1770	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.36v e 2.37f

Tabela 3. Cartas que compõem as relações sociais na esfera pública.

As cartas que constituem a esfera privada estão, por sua vez, listadas na tabela a seguir:

Relações sociais	Destinatário	Data	Fonte
assimétrica ascendente	Principal de Almeida, tio	20/02/1770	AN, carta 174, microfilme 9/2000, código 1095, 170v - 173v
	Principal de Almeida, tio	21/09/1772	AN, carta 388, microfilme 9/2000, código 1096, 8v - 9f
	Conde de Resende, marido da tia da esposa	18/11/1770	AN, carta 268, microfilme 9/2000, código 1095, 255f - 256f
	Cardeal da Cunha, tio da esposa	23/12/1770	AN, carta 280, microfilme 9/2000, código 1095, 267v - 268f
	Cardeal da Cunha, tio da esposa	4/11/1771	AN, carta 331, microfilme 9/2000, código 1095, 311f - 311v
	Condessa de São Vicente, sogra	3/08/1772	AN, carta 383, microfilme 9/2000, código 1096, 2v - 3f
simétrica	Antônio de Melo – Conde de São Paio, primo	20/02/1770	AN, carta 181, microfilme 9/2000, código 1095, 181v - 183f
	Antônio de Melo – Conde de São Paio, primo	26/03/1773	AN, carta 421, microfilme 9/2000, código 1096, 31f - 33v

	Antonio de Melo – Conde de São Paio, primo	23/06/1770	AN, carta 228, microfilme 9/2000, códice 1095, 218f - 218v
	Dom Martinho de Almeida, irmão	20/02/1770	AN, carta 177, microfilme 9/2000, códice 1095, 177v - 178v
	Conde de São Vicente, cunhado	23/06/1770	AN, carta 230, microfilme 9/2000, códice 1095, 219f
	conde de São Vicente, cunhado	17/11/1770	AN, carta 267, microfilme 9/2000, códice 1095, 253v - 255f
	conde de São Vicente, cunhado	23/12/1770	AN, carta 282, microfilme 9/2000, códice 1095, 271f - 272f
	conde de São Vicente, cunhado	28/03/1772	AN, carta 359, microfilme 9/2000, códice 1095, 334v
	conde de São Vicente, cunhado	5/10/1772	AN, carta 390, microfilme 9/2000, códice 1096, 10v - 11v
	conde de São Vicente, cunhado	4/03/1774	AN, carta 485, microfilme 9/2000, códice 1096, 81v - 82v
	marquês de Penalva, sogro da primeira filha	23/06/1770	AN, carta 226, microfilme 9/2000, códice 1095, 217f - 217v

	marquês de Angeja, sogro da segunda filha	24/06/1772	AN, carta 374, microfilme 9/2000, código 1095, 346f - 346v
	Conde de Valadares, marido de sua prima	29/12/1769	AN, carta 160, microfilme 9/2000, código 1095, 161v
	Conde de Valadares, marido de sua prima	30/05/1772	AN, Fundo Marquês do Lavradio – Série 1 – Microfilme 024-97 – RD 2.125f
	Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna	23/06/1770	AN, carta 227, microfilme 9/2000, código 1095, 217v - 218f
	Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna	11/09/1770	AN, carta 251, microfilme 9/2000, código 1095, 233f - 235f
	Conde de Bobadela, marido da sobrinha-neta de seu avô paterno	14/12/1771	AN, carta 345, microfilme 9/2000, código 1095, 320v - 321v
assimétrica descendente	Conde de Tarouca, genro	23/06/1770	AN, carta 224, microfilme 9/2000, código 1095, 215v - 216f
	Conde de Tarouca, genro	29/01/1772	AN, carta 347, microfilme 9/2000, código 1095, 322v - 323f
	Conde de Tarouca, genro	3/08/1772	AN, carta 384, microfilme 9/2000, código 1096, 3f - 3v

	Conde de Vila Verde, genro	23/06/1770	AN, carta 225, microfilme 9/2000, código 1095, 216f - 216v
	Conde de Vila Verde, genro	29/01/1772	AN, carta 348, microfilme 9/2000, código 1095, 323f - 323v
	Conde de Vila Verde, genro	27/07/1774	AN, carta 501, microfilme 9/2000, código 1096, 95v - 96f
	Francisco de Meneses, genro	9/03/1776	AN, carta 555, microfilme 9/2000, código 1096, 143v - 144f

Tabela 4. Cartas que compõem as relações sociais na esfera privada.

Todas as setenta cartas que constituem o *corpus* deste trabalho foram transcritas e editadas e se encontram no volume 2 desta dissertação para que estejam disponíveis a outros pesquisadores interessados em investigar a constituição histórica da língua portuguesa no Brasil. Torna-se necessário, assim, entender o tratamento filológico que foi dado aos documentos, assim como a importância em fazê-lo.

5.2 – O trabalho filológico e a transcrição dos manuscritos

Uma vez que se objetiva elaborar uma edição das cartas setecentistas utilizadas, torna-se necessário, nesse momento, entender a importância da feitura de tal edição, assim como a sua relevância.

Segundo Cambraia (2005:1), “um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão”. Assim, o principal objetivo da crítica textual seria a “restituição da forma genuína dos textos”, de modo a viabilizar a “recuperação do patrimônio cultural

escrito de uma dada cultura”⁵⁰. Após chegarmos ao formato original do texto, poderemos transmitir e preservá-lo, tornando-o acessível ao público leitor e às gerações futuras, já que como afirma Chartier, (2002:248): “é preciso lembrar que dar a ler um texto em uma forma que não é a sua fonte primária é mutilar gravemente a compreensão que o leitor pode dele ter”.

É interessante observar a importância da crítica textual quanto à fixação de um texto, livre de deturpações e censuras, de modo a resgatar a memória de uma sociedade, o que contribui para a formação e preservação do patrimônio cultural que temos.

De modo a justificar a importância da edição de textos para os diversos estudos lingüísticos, Cambraia (2005:20) afirma que “os textos escritos utilizados como *corpus* para o conhecimento da língua só poderão ser adotados como fonte de dados se espelharem o emprego efetivo da língua, ainda que apenas na sua modalidade escrita”. Assim, textos com deturpações levariam um lingüista a considerar algo que é simplesmente erro de cópia e que, portanto, não reflete o uso real da língua.

Ao editar um texto, deve-se ter sempre em mente que cada tipo de edição atende a uma finalidade específica. Pode-se dizer, portanto, que a escolha da edição depende do leitor ao qual o texto será oferecido. Em outras palavras, de acordo com Rumeu (2006:821) *apud* Cambraia & Lobo (*apud* Lobo, 1998:179), “editar um texto consiste em escolher-se, do ponto de vista formal, uma maneira particular de o divulgar, a qual será basicamente determinada a partir do público-leitor que se queira atingir”.

Dentre os tipos de edição existentes, Spina (1977) (*apud* Bassetto, 2001:60) define a edição diplomática como uma “reprodução tipográfica do original manuscrito como se fosse completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas”. Este tipo de edição pode ser justificado pela necessidade de tornar o documento acessível a um maior número de interessados e evitar maiores danos à fonte, além de tornar o texto de fácil leitura. Recomenda-se que a edição diplomática seja acompanhada do fac-símile do original para que se possa comparar a reprodução tipográfica com os aspectos paleográficos do manuscrito.

Além do tipo de edição puramente diplomático, pode-se elaborar ainda uma edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática, que procura facilitar ainda mais a

⁵⁰ Cambraia (2005:19).

leitura, acrescentando à edição puramente diplomática o desdobramento das abreviaturas e a inclusão de notas elucidativas.

Espera-se que estas edições possam contribuir para o desenvolvimento das pesquisas sobre a história da língua portuguesa no Brasil, e, assim, ressaltando as palavras de Lobo (2001:8), “estaremos consolidando entre nós a indiscutível necessidade de se construir uma filologia de textos brasileiros”.

5.3 – A edição do *corpus*

Visto que parte das cartas utilizadas para análise lingüística já haviam sido transcritas e editadas, era-nos interessante que tais missivas fossem novamente editadas de acordo com as mesmas normas que aplicaríamos às que se encontravam somente em versão manuscrita, para que se mantivesse uma uniformidade no tratamento ao *corpus*.

As cartas que compõe a esfera privada são as que já estão transcritas e foram publicadas pelo Arquivo Nacional⁵¹, em 1975, e pelo Instituto Estadual do Livro⁵², em 1978. Desde a primeira publicação, em 1975, podem-se ler, na apresentação do livro, algumas informações sobre a edição dos documentos:

Adiante se apresenta a justificação dos critérios seguidos na transcrição dêsses documentos.

A transcrição das <<Cartas do Marquês do Lavradio>> para publicação pareceu-nos tarefa bastante complexa no que se refere ao seu aspecto lingüístico.

Simple <<cartas de amizade>>, sem pretensão literária aparente, de caráter quase sempre afetivo-informativo, escritas entre 1768 e 1769 – 2ª metade do século XVIII – situam-se elas naquela faixa de classificação cronológica a que os mais eminentes lingüistas chamam <<português moderno>>.

Se, pela época, se poderia assim considerá-las, do ponto de vista histórico-lingüístico: morfológico, sintático e semântico, aproximam-se elas bem mais dos textos das fases anteriores, quinhentista e seiscentista.

Com características de um período de transição e formação da língua, julgamos não nos ser possível, em nosso trabalho, prendermo-nos aos rigores de uma <<edição diplomática>> - <<reprodução com *absoluta fidedignidade* (o grifo é nosso) dos originais manuscritos e nem, tampouco, aos métodos e critérios adotados nas chamadas <<edições críticas>>.

⁵¹ LAVRADIO, Marquês do. (1975). *Cartas do Rio de Janeiro. 1769-1776*. Volume I. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional.

⁵² LAVRADIO, Marquês do. (1978). *Cartas do Rio de Janeiro. 1769-1776*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro.

Optamos assim, conscientemente, por uma posição intermediária, diríamos melhor por um aproveitamento lúcido dos critérios usados nos dois sistemas, dos que nos parecessem mais ajustados a cada situação concreta que se nos apresentasse.

Servindo-nos de <<um crivo crítico>> que, ressaltando os aspectos lingüísticos essenciais do original, e liberando-o de <<deformações extralingüísticas>>, deformações de escrita, geralmente, procuramos tornar o texto mais acessível e inteligível até a leitores menos acostumados, sem, contudo, nos afastarmos de outras características gráficas, estilísticas e estéticas, específicas da época.

Verifica-se, dessa forma, que as edições das missivas não constituem exemplos de edições diplomáticas, e sim edições que se situam em “posição intermediária” que visam à obtenção de um maior entendimento do leitor. A justificativa que fundamenta tal escolha se baseia no fato de as cartas apresentarem “aspectos de uma língua em transição”, que teria, entre outros elementos, características de difícil manipulação e classificação.

Entretanto, sabe-se que, através da Crítica Textual, uma edição diplomática e, por consequência, uma edição diplomático-interpretativa, podem ser viabilizadas de modo a garantir o respeito da intenção original do autor. Acredita-se, no entanto, que tal edição não foi realizada em virtude da dificuldade de lidar com o trabalho filológico de recuperação de textos, assim como da falta de interesse por parte da Instituição Federal, visto que o acervo marquês do Lavradio seria utilizado, em princípio, por historiadores interessados no conteúdo informativo e temático das cartas.

As edições elaboradas, conforme dito anteriormente, dão conta dos interesses dos historiadores. Dão conta também, dos interesses de alguns estudiosos da língua portuguesa no Brasil do século XVIII. No entanto, não dão conta de tudo. Esta é a razão pela qual se elaborou um tipo de edição que atendesse não só ao estudo das formas de tratamento e interação social, mas que pudesse ser utilizado por outros lingüistas interessados na investigação do processo de constituição histórica da língua portuguesa no Brasil.

Dessa forma, os documentos foram editados a partir das normas de transcrição consideradas rigorosamente conservadoras – com exceção feita ao desenvolvimento das abreviaturas – fornecendo, assim, dados confiáveis para análises lingüísticas em qualquer nível – o grafo-fônico, o mórfico e o sintático. Optamos, nesse momento, por pensar em uma proposta, que abarcasse todos os interesses possíveis que os textos possam despertar.

Para a realização do trabalho filológico, adotaram-se as normas de transcrição baseadas na proposta de Rumeu (2004), que se fundamentam, por sua vez, em Barbosa (1999). Vale dizer que essas normas, em sua maioria, foram estabelecidas no âmbito do Projeto PHPB e constam do volume 2 da dissertação.

5.4 – Reflexões acerca da edição dos manuscritos

Em primeiro lugar, vale dizer que os manuscritos utilizados na elaboração deste trabalho se constituem como cópias de época de missivas enviadas por um único remetente, o marquês do Lavradio. Tal afirmação é possível visto que no próprio códice, visualizado através do seu microfilme, lê-se que se trata de um “Livro copiador das cartas do marquês do Lavradio”. Além disso, o tipo de papel pautado que forma o códice, o tipo de letra e a disposição das cartas nas páginas, uma após a outra, dividindo, às vezes, a mesma página, indicam que o texto manuscrito é, assim, um texto apógrafo, ou seja, verifica-se a atuação de um copista.

Esse sistema de fazer cópias era bastante comum na sociedade do Brasil colônia. Segundo Barbosa (2007:15), “ao contrário de outras colônias americanas, a sociedade colonial brasileira, em sua última fase, era uma sociedade *manuscrita*, posto que as tipografias permaneceram proibidas até a vinda de D. João VI. A relação com os impressos era feita somente por meio dos livros importados da Europa. Isso significa que a gigantesca máquina burocrática oficial aqui instalada devia pensar em duas ou três cópias de cada documento para comunicar ao reino todos os fatos de interesse público e privado que caíam às mãos dos escrivães”.

Como o remetente das cartas era um personagem ilustre no cenário brasileiro, e as correspondências enviadas, em parte de caráter oficial, eram destinadas a diversos destinatários no Brasil e em Portugal, era de se esperar que o seu copista fosse considerado culto para que pudesse ser um bom mediador dessas relações. Dessa forma, de acordo com as características descritas por Marquilhas (2000) para as “mãos inábeis”, pode-se dizer que, pelo uso de letras iniciais rebuscadas, pela caligrafia cuidada, pelo pautamento apresentado, pela mancha gráfica uniforme, pelo uso de latinizações⁵³, pela presença de pontuação, pelo uso de abreviaturas de época e, por fim,

⁵³ Como, por exemplo, a forma <Remetto>, na carta escrita em 01 de outubro de 1770, ao governador de Santa Catarina, tomando como base a forma latina *Remitto, is, misi, missum, mitere*, de acordo com o

pelo uso moderado de variantes gráficas, o secretário do vice-rei era possuidor de “mãos hábeis”.

Em relação à estrutura das cartas, pode-se dizer que, nos códices consultados, cada uma é iniciada pela sua identificação. Em uma correspondência destinada ao governador de Santa Catarina, por exemplo, lê-se: “Carta ao Governador da Ilha de Santa Catharina”. Esse recurso de identificação das cartas era uma forma utilizada pelo secretário para economizar espaço e organizar as missivas em seqüência cronológica.

Após o término de cada carta, novamente para otimizar o espaço físico, pode-se ver a data juntamente com a saudação final e os nomes do remetente e destinatário separados por barras “//”, como no exemplo a seguir retirado de uma carta, escrita em 11 de dezembro e enviada a Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina:

Deos guarde a Vossa Merce. Rio de Janeiro 11 de Dezembro de 1769 //
Marquez do Lavradio // Senhor Francisco de Souza de Menezes //

Uma vez que, em cartas da mesma época, a saudação final e os nomes do remetente e destinatário apareciam, geralmente, no canto inferior direito, conclui-se que esse recurso permite que, no livro copiador, o secretário obtivesse uma melhor estruturação e organização das missivas.

Para concluir, vale dizer que as cartas privadas e da administração pública do Brasil colônia podem não oferecer, em um primeiro momento, uma leitura fácil aos leitores dos dias de hoje. O primeiro problema a se resolver é, sem dúvida, decifrar os códigos utilizados, uma vez que a grafia apresenta diversos pontos de difícil compreensão.

Para que se possa preservar tal classe de manuscritos, faz-se uso do aparato oferecido pelos estudos filológicos que, segundo Cambraia (2005:19), “é uma maneira de resguardar a memória de uma sociedade através da restituição, conservação e fixação dos textos escritos ao longo do tempo”.

Passaremos agora, no próximo capítulo, à leitura, análise e interpretação dos dados de acordo com as teorias apresentadas.

Novíssimo Dicionário latino-português de F.R. dos Santos Saraiva (Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000).

6. Da forma à intenção de uso: leitura dos dados e análise dos resultados

6.1 – Distribuição geral das formas de tratamento nas esferas pública e privada

Apresentaremos, a seguir, os resultados da análise quantitativa dos dados, a fim de dar um panorama geral das formas de tratamento identificadas nas cartas. Cabe-nos dizer, nesse momento, que os dados foram quantificados e submetidos ao pacote estatístico computacional VARBRUL (*Variable Rules Analyses*), de modo a obtermos o cálculo das frequências brutas.

Nessa análise, optamos por levantar os dados das formas tratamentais em todos os seus contextos sintático-formais, levando-se em conta os sub-tipos de pronomes (pessoal, possessivo, oblíquo) e as desinências verbais. Entraram no cômputo geral de *tu*, por exemplo, todas as suas realizações correspondentes: pronome pessoal sujeito realizado plenamente (*tu podes*) ou como sujeito nulo expresso na desinência verbal (\emptyset *podes*); complemento preposicionado (*a ti, para ti, contigo*); complemento verbal não preposicionado (*te*), além dos possessivos (*teu/tua*). O mesmo procedimento foi feito com as formas de tratamento de base nominal. Consideram-se como dados de *Vossa Excelência* as suas realizações na posição de sujeito, como aparece em (e) no exemplo a seguir, complemento preposicionado de verbo em (a) e de nome em (d), além das formas de terceira pessoa que aparecem correlacionadas a tal tratamento numa mesma carta: possessivo *sua* que se vê em (c), oblíquo *lhe* exemplificado em (b), etc:

(1) “Agora expeço outra Parada com esta Carta, para l continuar a Remetter a Vossa Excelência (a), assim os Officios quelhe (b) vierem l de Lixboa como as Suaz (c) Cartaz particularez; emepersuado *que* os Corres l pondentez de Vossa Excelência (d) *lhe* daraõ Conta dadeligencia queeu faço, para l que Vossa Excelência (e) naõ tenha demora em Recebelaz.”⁵⁴

O objetivo principal do controle de todas as realizações das formas tratamentais verbo-pronominais e nominais era o de observar, principalmente, se havia ou não “mescla de tratamentos” numa mesma carta, analisando possíveis motivações discursivo-pragmáticas para essas combinações tratamentais variáveis. A tabela a seguir apresenta a distribuição geral de todos os dados, tendo em vista o âmbito de circulação das cartas (se público ou privado):

⁵⁴ Carta destinada a Jozé de Almeida e Vasconcelos, governador de Goiás, datada de 12 de dezembro de 1772.

		Tu	Vós	Você	V. M^{ce}	V. S^a	V. Em^a	V. Ex^a	Total
Esfera	pública	313 61%	3 1%	7 1%	8 2%	68 13%	-	111 22%	510
	privada	202 39%	21 4%	113 22%	2 0%	13 2%	23 4%	146 28%	520
Total		515 50%	24 2%	120 12%	10 1%	81 8%	23 2%	257 25%	1030

Tabela 5. Formas de tratamento nas relações pública e privada: dados gerais.

Em termos dos resultados globais, obteve-se um total de 1030 dados. Dentre todas as formas de tratamento utilizadas, a forma pronominal *tu* apresenta a maior produtividade, com 515 dados, o que contabiliza 50% das ocorrências. Vale destacar, também, os índices percentuais relativamente altos de *Vossa Excelência* e *você*, com 25% e 12%, respectivamente, que serão comentados na seqüência.

No que se refere à esfera de circulação das cartas, observa-se um comportamento diferenciado das freqüências de uso no âmbito público em relação ao privado. Em consonância aos dados gerais, as relações mediadas em torno ao eixo do poder também apontam para uma maior utilização da forma pronominal *tu* (61%), e um destaque secundário para a forma *Vossa Excelência* (22%). Nessas relações, verificamos uma taxa mais significativa para a forma *Vossa Senhoria*, com 13% das ocorrências e o uso bastante restrito da forma *você*, com somente 1% do total dos dados. Não foram encontrados, no entanto, dados de *Vossa Eminência*, sendo esse uso exclusivo de uma das relações da esfera privada que será discutida posteriormente.

Enquanto nas cartas da esfera pública predominam *tu* (61%) seguido de *Vossa Excelência* (22%) e *Vossa Senhoria* (13%), nas cartas privadas há certo equilíbrio entre as estratégias empregadas, embora também predomine *tu* (39%), contra 28% de *Vossa Excelência* e 22% de *você*.

Já era esperado um emprego significativo de *Vossa Excelência* nas cartas da esfera pública como estratégia tradicionalmente considerada como de maior respeito. Nesse sentido, nossos resultados gerais confirmariam, parcialmente, o que foi constatado por Rumeu (2004) no estudo sobre as formas de tratamento identificadas em cartas oficiais e não-oficiais dos séculos XVIII e XIX. Naquele estudo, verificaram-se também altos índices de *Vossa Excelência* nas cartas setecentistas oficiais (83%) com alto grau de formalismo. Nas cartas não-oficiais, entretanto, as estratégias mais

produtivas em Rumeu (2004) foram, nessa ordem: *Vossa Mercê*, *Vossa Excelência e Senhor*⁵⁵. Nossos resultados destoam do observado por Rumeu (2004) no que se refere às altas frequências de *tu* nas cartas das duas esferas, além do predomínio de *Vossa Excelência e você* nas missivas da esfera privada. Que aspectos/fatores poderiam esclarecer o emprego expressivo de formas relacionadas a *tu* nas cartas produzidas pelo marquês do Lavradio? Na tentativa de elucidar a questão, serão analisadas, nas subseções seguintes, a coexistência de outras formas tratamentais na mesma missiva (mescla de tratamento) e a interferência das relações sociais estabelecidas entre o remetente e os destinatários nos usos das formas de tratamento.

6.2 – A combinação de formas numa mesma carta

Como discutido no item anterior, procurou-se controlar neste estudo a combinação de formas de tratamento numa mesma carta com o intuito de verificar 1) se o remetente, no caso o marquês do Lavradio, seguia algum protocolo prévio e sistemático de tratamento em função do papel social assumido pelo destinatário e do tipo de relação estabelecida entre eles, e 2) se possíveis variações nas escolhas tratamentais no decorrer de uma carta poderiam estar condicionadas a certas motivações discursivo-pragmáticas. Uma das hipóteses era a de quanto maior o grau de cerimônia, deferência e distância da estratégia de tratamento maior seria a uniformidade no seu emprego nas cartas. Outra hipótese a ser testada diz respeito ao fato de a “mescla de tratamento” ser mais recorrente entre *tu* e *você*, o que evidenciaria que a nova forma pronominal, em vias de gramaticalização⁵⁶, já vinha adquirindo *status* de pronome pessoal, pelo fato de aparecer nos mesmos contextos que favoreceriam o uso de *tu*, *especializando-se* como forma de 2ª pessoa (Hopper, 1991).

A título de ilustração, os exemplos a seguir evidenciam a mescla de tratamentos localizada nas cartas:

⁵⁵ Como mostrado anteriormente, as formas *Senhor / Senhora* não foram contabilizadas por se tratarem de tradições discursivas nas cartas do marquês do Lavradio.

⁵⁶ Rumeu (2004) aponta que, no século XVIII, a forma *você* se encontrava como uma forma “híbrida”, isto é, em vias de gramaticalização, uma vez que já havia perdido algumas características da forma original desenvolvida *Vossa Mercê* e não havia, contudo, assumido o caráter de uma forma pronominal de segunda pessoa do singular.

(2) “Muitos tempoz há que não Recebeis huã | Carta minha; isto hé daquellas, que Saõ Só minhas, enãõ | dasque me obrigaõ os impertentes empenhos, comque todos | os dias teestou preceguindo, e flagelando; porem meu Amigo | do Coraçãõ, esta minha Cabeça anda taõ Cheya de embarasso | e o meu Coraçãõ taõ Rodiado de Cuidadoz, que eu não tenho pó- | dido ter odezafogo dete escrever em toda aquella Liberdade | com que continuamente dezejo falar contigo (...) | Agora parece me, que basta Senhor Antonio, ese-Voce | quer mais Conversa, ou venha para Cá, ou espere, que eu possa | estar na sua Companhia. | Novamente repito os meus agradecimentos, por todoz | os beneficioz, que tens feito, aosque tetem prezantado Carta minha.”⁵⁷

(3) “Eu continuõ anaõ té poder escrever mais largamente; pó | rem como tú medeves resposta de huã grande Carta que te escrevi, | quando Satisfizeres esta divida; eu me farei novamente devedor. | Fique voce embora com osseõ Sigarro emquanto eu cá | vou uzando da minha agoá fria.”⁵⁸

Em (2), o remetente dirigiu-se inicialmente a seu destinatário por *vós* (*Recebeis*), na seqüência utiliza formas relacionadas a *tu* (*te*, *contigo*), empregando no fim a forma *você* (*Você quer, venha*). A quantificação se deu da seguinte maneira: o primeiro caso (*Recebeis*) seria computado como a primeira ocorrência de uma série discursiva. O pronome (*te*), por seu turno, foi analisado como um dado de *tu* antecedido por *vós*, *contigo* seria um caso de *tu* precedido por *tu* e, por fim, *você* foi computado como um item também antecedido por *tu*. Em (3), ocorreu a mesma mescla de tratamento. O remetente começou sistematicamente empregando a segunda pessoa (*te*, *tu deves*), mas perdeu tal regularidade com a entrada da forma *você* (*Fique voce*). Os exemplos de *tu* seriam todos antecidos por *tu* e no caso da ocorrência de *você* teríamos um caso de *você* cuja forma antecedente é *tu*.

Os resultados gerais, em relação à coexistência de distintas formas de tratamento, obtidos nas esferas pública e privada, constam da tabela a seguir:

⁵⁷ Carta destinada a Dom Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, em 12 de maio de 1776.

⁵⁸ Carta destinada a Dom Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, em 26 de novembro de 1775.

Forma precedente	Tu		Vós		Você		V. M ^{ce}		V. S ^a		V. Em ^a		V. Ex ^a	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Tu	295/301 98%	179/193 92%	2/2 100%	1/20 5%	4/7 57%	11/104 11%				1/12 8%				2/138 2%
Vós	3/301 1%	1/193 0,5%		19/20 95%										
Você	3/301 1%	11/193 6%			3/7 43%	91/104 87%								2/138 2%
V. M^{ce}							5/5 100%	1/2 50%						1/138 0,5%
V. S^a		1/193 0,5%							56/56 100%	11/12 92%				
V. Em^a												20/21		1/138
V. Ex^a		1/193 0,5%				2/104 2%		1/2 50%				1/21 5%	100/100 100%	132/138 95%
Total	301	193	2	20	7	104	5	2	56	12	-	21	100	138

Tabela 6: Coexistência de tratamentos nas esferas pública e privada.

De acordo com a tabela acima, observamos que há pouca mescla de tratamento na esfera pública. As formas nominais de maior distância e reverência (*Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê*) são encontradas, nessa esfera, como tratamento único nas cartas em que são utilizadas. Ainda que na esfera privada essas formas coexistam com outras estratégias de tratamento, se comparada ao que ocorre com as formas pronominais, verificamos que a mistura aparece em menor proporção, o que comprova a nossa hipótese de que quanto maior é o caráter cerimonioso da estratégia de tratamento, maior será a uniformidade em seu uso.

A coexistência das formas *tu* e *você* numa mesma carta é mais significativa na esfera privada do que na pública. Tais resultados evidenciam a nossa segunda hipótese, de que a mescla estaria mais propensa a ocorrer no âmbito pronominal, devido ao rearranjo pelo qual estaria passando o sistema com a entrada do *você* no quadro de pronomes do português. Ainda que *você* e *tu* comecem a disputar espaço, tais formas, como será mostrado posteriormente, ainda não ocupam, no *corpus* em questão, os mesmos contextos discursivos. Os resultados obtidos já nos apresentam indícios de que a forma *você* se firmará, mais tarde, como uma forma de segunda pessoa do singular. Entretanto, nas cartas analisadas do marquês do Lavradio, a forma *você* apresenta um uso ainda pragmaticamente motivado, o que entremostra resquícios da forma nominal de tratamento *Vossa Mercê*, como sinal de distanciamento e cortesia.

Esses resultados quantitativos da mescla de tratamento numa mesma carta reiteram o que observamos anteriormente sobre o comportamento diferenciado no emprego das formas de tratamento nas esferas pública e privada. Falta-nos elucidar, entretanto, o que determina, por um lado, os altos índices de *tu* na esfera pública e, por outro, a diversidade de formas associadas a *Vossa Excelência* numa mesma carta da esfera privada. Além disso, faz-se necessário entender que valores ainda carregava a forma *você* no século XVIII. Para tanto, torna-se relevante discutir o tipo de relação social estabelecida entre o remetente e o destinatário das cartas, verticalizando por uma análise qualitativa de natureza sócio-pragmática dos dados. Nesse sentido, na busca por essas respostas, partiremos das *generalizações* obtidas com a análise das frequências gerais e aplicaremos a abordagem qualitativa com o intuito de entender as *particularidades* de uso.

6.3 – As formas de tratamento em função das relações sociais estabelecidas: esfera pública

Passaremos, nesse momento, para a análise das formas de tratamento utilizadas em função do eixo hierárquico social. Serão analisadas as relações de inferior para superior (assimétricas ascendentes), de superior para inferior (assimétricas descendentes) e entre membros do mesmo grupo social (simétricas). Para tanto, partiremos da hipótese de que, conforme o distanciamento estabelecido entre os interlocutores, as formas de tratamento de base nominal serão mais facilmente evidenciadas nas relações assimétricas ascendentes, ao passo que as formas pronominais estariam mais propensas a aparecer nas relações sociais simétricas, configurando um menor distanciamento entre os personagens das cartas. Observemos, pois, a tabela abaixo:

Relações sociais	Tu	Vós	Você	V. Mcê	V. S^a	V. Em^a	V. Ex^a	Total
assimétrica ascendente	-	-	-	-	-	-	45 100%	45
simétrica	313 72%	3 1%	7 2%	-	46 11%	-	66 15%	435
assimétrica descendente	-	-	-	8 27%	22 73%	-	-	30

Tabela 7: Uso das formas de tratamento em função da relação interpessoal estabelecida: esfera pública.

Como era de se esperar nas relações assimétricas ascendentes na esfera pública, *Vossa Excelência* apareceu como a única estratégia empregada. Nas relações simétricas, há maior diversidade de formas e, nesse tipo de relação, a forma *tu* apresenta maiores índices de frequência (72%), seguido por *Vossa Excelência* (15%) e *Vossa Senhoria* (11%). Nas assimétricas descendentes, só ocorrem formas nominais: *Vossa Senhoria* (73%) seguida por *Vossa Mercê* (27%). Os resultados gerais confirmam as hipóteses de que as formas nominais aparecem, mais frequentemente, nas relações assimétricas ascendentes, ao passo que as pronominais são mais produtivas nas simétricas.

Esses resultados começam a elucidar algumas questões, principalmente, quanto ao inesperado emprego de *tu* na esfera pública. Como se viu na tabela, tal pronome só ocorre em relações simétricas. Quais seriam, entretanto, os valores sócio-pragmáticos que o emprego dessa e das outras estratégias teria nas cartas? O que determinaria a estabilidade no tratamento nas relações assimétricas ascendentes e a instabilidade nas simétricas? O tratamento na esfera pública era ritualizado pelos tratados? Seriam tradições discursivas da época? Nas seções seguintes, o emprego das formas de tratamento será analisado em cada uma das relações sociais controladas com base na Teoria da Polidez de Brown & Levinson (1987), uma vez que estamos partindo da hipótese de que as escolhas treatmentais podem ser consideradas como estratégias de atenuação ou de mitigação dos atos de ameaça à face, a favor da polidez lingüística.

- Pormenorizando a questão: a abordagem qualitativa

De acordo com Goffman (1980), quando uma pessoa está em um processo interativo, já existe algum tipo de relação social prévia entre ela e seus possíveis interlocutores. Sendo assim, de modo a obter a harmonia da interação, todas as escolhas lingüísticas devem ser feitas de maneira cooperativa e equilibrada de acordo com o interesse das duas partes.

São raras as interações simétricas em que não há ameaça às faces dos interlocutores. As interações assimétricas sempre apresentam um frágil equilíbrio, pois subjacentes a elas estão as relações de poder. Antes que o equilíbrio seja rompido, o locutor pode adotar procedimentos de figuração e neutralizar, previamente, os atos

ameaçadores às faces adotando estratégias discursivas de atenuação e, dessa forma, tentar um melhor rumo para a interação.

No que se refere às formas de tratamento, as convenções já existem, e as normas que governam o emprego diferencial podem ser fornecidas para diferentes relações entre papéis assumidos pelos participantes da interação. Onde tais relações envolvam direitos e deveres diferenciais que impliquem um desequilíbrio de poder, as formas assimétricas de tratamento são mais suscetíveis de ocorrer. No nível mais geral, a assimetria de poder é expressa e refletida na assimetria de formas de tratamento.

Em suma, deve estar claro que em qualquer relação social existe uma série de expectativas. Estar na posição de vice-rei do Brasil não seria diferente. O cumprimento (ou não) dessas expectativas nos ajudará a delinear a imagem construída pelo personagem político do marquês do Lavradio.

6.3.1 – Relações assimétricas ascendentes na esfera pública: *Vossa Excelência* atenuando o poder do outro

As relações assimétricas ascendentes da esfera pública apontam os resultados esperados, de acordo com os estudos da historiografia luso-brasileira, de que o marquês do Lavradio estaria somente subordinado ao rei de Portugal e, conseqüentemente ao marquês de Pombal, secretário de Estado, e Martinho de Melo e Castro, secretário colonial (ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos). Em todas essas cartas, é bastante clara a subordinação do marquês do Lavradio em relação aos seus interlocutores. O tato em tratá-los deixa clara a hierarquia estabelecida na relação. Essa estratégia de inferiorização frente ao interlocutor serve para manter viva a rede que os relaciona, assim como exaltar a figura do outro. (cf. Alden, 1968; e Freire, 1745).

A primeira carta que constitui o *corpus* desse trabalho é destinada ao marquês de Pombal, datada de 9 de novembro de 1771, na qual o marquês do Lavradio felicita a Jozé de Seabra e Silva, por haver sido nomeado Ministro e Secretário de Estado:

(4) “Em ozultimos Navios *que* doporto de Lisboa chegarão | despachados, *para* odesta Capital Semedá anotícia d’ELREY | meu *Senhor* ter nomeado a VossaExcelência *para* Ministro eSecretario deEstado | Adjunto ao *Illustrissimo* e*Excelentissimo* *Senhor* Marquez do Pombal; | Creyo *que* naõ duvidando VossaExcelência *daminha* *amizade* como doamor *que* me |

deve os interesses da minha Pátria, não duvidará também do | gosto com que vejo atendido, os merecimentos e Talentos de Vossa Excelência | Sendo-me igualmente estimável que o exercício de Vossa Excelência Seja | junto a hum Ministro, das Raras e incomparáveis qualidades que todos | Respeitamos no Senhor Marquês do Pombal, podendo nos | Esperançar que em Vossa Excelência continuaremos a ver o Exercício das | mesmas [inint.] virtudes, com que a Pátria, e ao Estado tem feito | tão Respeitável aquele Sabio Ministro”.

As felicitações não necessariamente se caracterizam como atos que ameaçam à face do destinatário. De acordo com o modelo proposto por Kerbrat-Orecchioni (2005), seria um exemplo de um ato valorizador da face, resultando em uma estratégia de polidez positiva. No entanto, segundo Brown & Levinson (1987), não se pode deixar de mencionar que tais atos adentram o território do interlocutor e podem comprometer a sua imagem pública. Assim sendo, visto que o marquês do Lavradio estava subordinado hierarquicamente ao marquês de Pombal, o *poder relativo* (Brown & Levinson, 1987) exercido sobre o remetente é grande. Logo, deve-se pensar que o uso da forma de tratamento mais cerimoniosa – *Vossa Excelência* – funciona como uma estratégia de mitigação, diminuindo, assim, a imposição do ato. A mesma forma perdura por toda a missiva, como em:

(5) “Deoz premita conservar | a Vossa Excelência forças para hum tão Laborioso emprego, e que Vossa Excelência | nelle tenha todas as felicidades que eu lhe dezejo”

Nesse fragmento, observamos um ato com força ilocucional de desejo. Sempre que desejamos algo a alguém, por melhor que sejam as intenções, não sabemos, de fato, se o nosso interlocutor quer que os nossos desejos sejam aceitos. Há, assim, novamente uma invasão ao território do outro. A utilização da forma de tratamento é, então, justificada em virtude do alto risco provocado pelo ato.

Na segunda correspondência, também para o mesmo destinatário, escrita em 26 de março de 1773, observamos a utilização da mesma forma nominal de tratamento – *Vossa Excelência*. O objetivo dessa carta é simplesmente manter viva a relação entre os interlocutores. O marquês do Lavradio se coloca à disposição de seu superior e pede boas novas suas:

(6) “me queira Vossa Excelência dar acerteza de pa- | sar muito bem, em que eu terey o maiz completo gosto, per | mitindome igualmente

Vossa Excelência Sempre, e em toda a parte a | grandíssima fortuna de Servilho”

Essa estratégia de desfecho da carta é bastante constante em todo o acervo epistolar do marquês do Lavradio. Observamos que há uma preocupação, por parte do remetente, de se colocar em uma posição bastante vulnerável, de modo a demonstrar que está sempre pronto para ajudar o destinatário em tudo o que for preciso. Ainda que essa estratégia ameace a face positiva do próprio Lavradio, por se tratar de uma auto-depreciação / humilhação⁵⁹, observamos que, através das estratégias de atenuação, dentre as quais podemos citar a forma cerimoniosa de tratamento, o remetente consegue garantir a harmonia da interação e, principalmente, manter o canal de comunicação aberto para futuros intercâmbios.

A terceira e última carta dessa categoria é destinada ao secretário colonial Martinho de Melo e Castro. A escolha dessa carta foi proposital. Sabemos que o rei de Portugal, D. José I, era a figura que se encontrava no topo da pirâmide do Império Português. A sua figura era representada, no entanto, pelo marquês de Pombal, em Portugal e, do outro lado do Atlântico, pelo secretário colonial, Martinho de Melo e Castro⁶⁰. Desejávamos, assim, constatar se esse interlocutor, como uma figura que representava a extensão do poder régio, também era visto como hierarquicamente superior. De fato, os resultados nessa esfera foram homogêneos e, ainda que não ostentasse títulos de nobreza em seu nome, o fato de ocupar a posição em que estava também lhe garantia o tratamento respeitoso *Vossa Excelência*.

Datada de 13 de dezembro de 1773, a carta tinha como objetivo informar notícias a respeito dos movimentos dos castelhanos nas colônias do sul do Brasil e as devidas formas de proteção / defesa:

(7) “Tambem devodizer a Vossa Excelencia | que as pessoas que formão o Corpovolante, quehé Composto, de | Officiaes e Soldadoz detodozozRegimentoz, lhemandei | declarar que aquellez que fizessem naoccazião alguma acção | destinta, teriaõ por premio hum porto mais da quelleemque se | achassem, para com esta emrelaçã mais os animar e obrigar a | que sejaõ dedestinguir.”

⁵⁹ Essa prática era muito comum entre os homens setecentistas, já que as relações pertinentes às sociabilidades cortesãs são marcadas pelas redes de interdependência. (Conceição, 2006).

⁶⁰ Vale dizer que ainda que esse personagem figurasse como “representante” da América, residia em Lisboa.

Verificamos, assim, que os resultados encontrados nas relações assimétricas ascendentes apontam para uma valorização do outro em detrimento próprio, comportamento esperado por parte de um subordinado preocupado em mostrar seu serviço e manter o prestígio que o seu posto poderia comportar.

Como mencionado anteriormente, as interações assimétricas apresentam um frágil equilíbrio, uma vez que intrínsecas a elas estão as relações de poder. Assim sendo, a forma nominal *Vossa Excelência* configura-se como a melhor estratégia de modo a demonstrar respeito, servidão e obediência.

6.3.2 – Relações simétricas na esfera pública: diversidade de formas

De acordo com Alden (1968), embora o vice-rei pudesse expulsar um governador subordinado desobediente e nomear um sucessor para ele, Lavradio não podia fazer o mesmo com os capitães-generais. As suas nomeações e retiradas eram de responsabilidade da Coroa, ainda que em situações específicas o vice-rei estivesse autorizado a fazer alguma substituição interna.

É bem verdade que as patentes dos capitães-generais continuavam a incluir lembranças de sua subordinação aos vice-reis, mas essa inferioridade era puramente nominal. Em mais de uma ocasião, o marquês do Lavradio sugeriu ao secretário colonial que os vice-reis deveriam ter mais poder do que comumente tinham.

Para os governadores subordinados, o vice-rei dava ordens, comandos. Para os capitães-generais, ele fazia pedidos. Em geral, os capitães-generais tinham mais experiência administrativa do que os governadores subordinados e vinham de uma posição social mais alta.

Em teoria, os capitães-generais deveriam manter o vice-rei informado de suas atividades. Alguns o faziam, mas nenhum de forma periódica. Em determinados casos, a troca de correspondências entre os capitães-generais e a Coroa era mais intensa do que com o próprio vice-rei.

Devido à posição central do vice-rei, a Coroa às vezes o utilizava como um canal de informação para alertar os capitães-generais sobre problemas que interessavam a todos, como estados de guerra ou paz e a chegada de contrabandistas ao litoral brasileiro.

É interessante notar que o marquês de Pombal, geralmente considerado um centralizador, não colocou os capitães-generais (como os demais governadores) sob o controle e disciplina do vice-rei, para que as ações da autoridade do vice-rei não correspondessem, de fato, ao seu título.

Na verdade, Pombal não queria que o vice-rei tivesse demasiado poder, para que não houvesse choque com o seu posto. O objetivo de Pombal era garantir que o poder estivesse inteiramente localizado no lado português do Atlântico.

No tocante ao tratamento lingüístico, de acordo com o formulário de tratamentos elaborado por Freire (1745), os governadores e capitães-generais das capitanias do Estado do Brasil deveriam receber o tratamento de *Vossa Excelência*. Caso o remetente estivesse fora de seu distrito, não se aceitava tratamento menor que *Vossa Senhoria*. Como não dispomos das fontes necessárias que nos digam em que lugar estava o remetente ao escrever as cartas, parte-se do princípio que as escrevia do Rio de Janeiro, sua capitania de atuação. Sendo assim, todos receberiam, de acordo com a lista de Freire, o mesmo tratamento, de *Vossa Excelência*.

Entretanto, na prática, não era bem assim que o sistema funcionava. Verificamos, nas relações simétricas, isto é, entre o marquês do Lavradio e os demais governadores e capitães-generais, excetuando-se os governadores das capitanias subordinadas à capitania do Rio de Janeiro, um tratamento aparentemente oscilante entre diferentes estratégias como apresentado na tabela 7: 72% de *tu*, 15% de *Vossa Excelência*, 11% de *Vossa Senhoria*, 2% de *você* e 1% de *Vós*. Se levarmos em conta os destinatários dessas relações simétricas, percebemos que a variação entre as formas se limitava a um destinatário específico, D. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais. Constata-se somente em suas cartas a oscilação entre as formas *Vossa Excelência*, *Vós*, *você* e *tu*, com grande predomínio desta última em relação às demais. Para os outros destinatários, como mostra o quadro a seguir, o tratamento oscilava entre *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*, conforme esboçado pelo sistema de Freire (1745). Observemos a tabela a seguir:

Destinatário	Formas de tratamento utilizadas
Conde de Povolide, governador da Bahia	Vossa Excelência
Manoel da Cunha de Menezes, governador da Bahia	
Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo	
José de Almeida e Vasconcelos, governador de Goiás	
Jozé Cesar de Menezes, governador de Pernambuco	Vossa Senhoria
Luis Antonio de Souza, governador de São Paulo	
Luiz Pinto de Souza, governador do Mato Grosso	
Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Goiás	
Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais	Tu Você Vós Vossa Excelência

Tabela 8. Formas de tratamento utilizadas nas relações simétricas: esfera pública.

- Como manda a etiqueta: quem merece *Vossa Excelência*?

Como pode ser observado, para quatro destinatários, o marquês do Lavradio utiliza a forma nominal mais cerimoniosa *Vossa Excelência*, como prevê o formulário de Freire.

A carta destinada ao Conde de Povolide, governador da Bahia, é datada de 17 de outubro de 1772. A relação dos dois interlocutores é antiga, desde a vinda de Portugal para o Brasil. Segundo Santos,

o ano de 1768, que registra a chegada do marquês para governar a Bahia, exemplifica a distribuição dos governos das capitanias. No mesmo ano chegou o 3º conde de Povolide para governar Pernambuco e o 6º conde de Valadares para Minas Gerais. Em 1769, as posições se inverteram: o marquês do Lavradio assumiu o cargo de vice-rei no Rio de Janeiro, o conde de Povolide o substituiu no governo da Bahia e para Pernambuco foi

designado Manuel Inácio da Cunha e Meneses, conde de Lumiares, que depois passou a Bahia⁶¹.

O trato estabelecido é impessoal e distante, sem menções a relações mais afetivas:

(8) “Remetto a Vossa Excelência a Letra l junta da quantia deduzentos e quarenta e tres milreis pesada sobre l o Administrador do actual Contrato do Sal Joaquim Cadaro do Coutto, l para Vossa Excelência ofazer enche gar na Tesouraria Geral desta Capita- l nia”

O que verificamos, no exemplo anterior, é, na verdade, um pedido, de entregar a Letra à Tesouraria Central da Capitania da Bahia. Esse pedido, no entanto, não é feito de forma direta. O marquês do Lavradio se utiliza da indiretividade e dá pistas para que o destinatário entenda o conteúdo de sua mensagem.

A missiva destinada ao então governador da Bahia em 1º de setembro de 1775, Manoel da Cunha de Menezes, tem caráter puramente informativo, ao comunicar que enviará para a Bahia alguns oficiais e soldados. A forma utilizada é *Vossa Excelência*, conforme podemos ver em:

(9) “Por esta Embarcaçam, l que faz viagem, para este porto, remeto os Oficiaes Hin- l feriores, e Soldados do Primeiro, e segundo Regimento l desta Capitania contheudos nas duas Relações juntas, l pelos [inint.] que sedectarao nas mesmas Relações l assignadas pelos Comandantes daquelles Regimen- l tos. Deos guarde a Vossa Excelencia.”

Como observado anteriormente para o outro governador da Bahia, o trato estabelecido é impessoal e distante. Diferentemente de tal postura, podemos apreciar, na carta destinada a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador de São Paulo, escrita em 7 de novembro de 1775, um comportamento mais amigável:

(10) “Meu Tenente, Meu Amigo; e Meu Senhor l do Coração, é imediatamente recebo huá Carta de Vossa Excelência, Respondo por l outra Parada para suprir podesse modo ademora que tem tido l nas minhas Respostas, e segurar Com mais brevidade a Vossa Excelência o quanto l me

⁶¹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Fontes para a História da Administração Colonial: comentários sobre o *Fundo Marquês do Lavradio* do Arquivo Nacional”. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra23/lavradio.htm> (acessado em 01.07.2008)

intereção asboas novas Suas, e o muito que dezejo a VossaExcelência asma-lyores felicidades;”

A forma de tratamento utilizada é *Vossa Excelência*, ainda que o tom da carta seja de maior proximidade, tendo em vista o conteúdo abordado. O marquês do Lavradio, além de pedir desculpas pela demora no envio das missivas, faz algumas recomendações a respeito de assuntos administrativos e solicita boas novas do destinatário.

Por fim, observemos a missiva destinada a Jozé de Almeida e Vasconcelos, governador de Goiás, datada de 12 de dezembro de 1772. Nela se emprega *Vossa Excelência* e o tom da carta oscila entre mais impessoal e distante, em determinadas passagens, e mais afetivo e próximo, em outras. Com a utilização dessa fórmula, Lavradio segue, assim, o epistolário tratamental:

(11) “Agora expeço outra Parada com estaCarta, para l continuar a Remetter aVossa Excelência, assim os Officios quelhe vierem l de Lixboa como as Suaz Cartaz particularez; emepersuado que os Corres l pondentez deVossaExcelência lhe daraõ Conta dadeligencia queeu faço, para l queVossaExcelência não tenha demora em Recebelaz.”

Em suma, os usos descritos acima estão de acordo com o tratamento esperado e prescrito na legislação epistolar: *Vossa Excelência* para governadores e capitães-generais. Vejamos como se constituem as relações nas quais a forma de tratamento encontrada difere do previsto, isto é, utiliza-se a forma nominal *Vossa Senhoria*. Surge-nos, assim, uma pergunta: o que levaria o marquês do Lavradio a utilizar uma forma diferente de *Vossa Excelência*? O que condicionaria esse uso?

- De *Vossa Excelência* a *Vossa Senhoria*: ajustes na distância social entre os interlocutores

Na missiva endereçada a Jozé César de Menezes, governador de Pernambuco, em 23 de outubro de 1775, o marquês do Lavradio lhe envia a relação dos recrutas que vieram da capitania de Pernambuco, que voltariam para este lugar por serem considerados incapazes de exercer o seu ofício já que se encontravam enfermos.

Pode-se observar um certo distanciamento entre os interlocutores e a relação estabelecida é puramente “política”, sem nenhuma tentativa de aproximação verificada nas relações de Lavradio com alguns governadores e capitães-generais:

(12) “*Illustrissimo Senhor Remeto a Vossa Senhoria a Relação junto dos l Recrutas vindos dessa Capitania*”

Em outra carta para o mesmo destinatário, em 8 de outubro de 1774, pelo conteúdo abordado, temos a impressão de essa ser a primeira carta enviada a José César de Menezes na condição de governador e capitão-general da Capitania de Pernambuco. Assim sendo, o objetivo da missiva é, majoritariamente, abrir os laços de relações com o novo interlocutor que passa a fazer parte da máquina administrativa do Brasil Colônia, como podemos ver no fragmento abaixo:

(13) “Depois que soube da nomeação de l Vossa Senhoria para o Governo dessa Capitania, athe o tempo em que l tive a honra de receber a Sua Carta datada de 14 de dezembro l passado, me não temido possível poder mais cedo chegar a presença l de Vossa Senhoria, para satisfazer as obrigações do meu pessoal, seguí- l andolhe o quanto me era estimável aquela nomeação, e gosto com l que eu me esperava ver para prudente mão de Vossa Senhoria administrada nessa Capitania aos vassallos de EL REY meu Senhor l aquela recta justiça, com que Vossa Senhoria procurará fazer felicidade a todos l esse povos.”

Nota-se que o tratamento utilizado é a forma nominal *Vossa Senhoria*. No entanto, se analisarmos o manuscrito desta carta, observamos que a forma *Vossa Senhoria* foi escrita de forma sobreposta à forma *Vossa Excelência*, como pode ser observado na figura que segue:

Depois que se sabe da nomeação de
 Vossa Ex.ª o Governador desta Capitania, e chegado o tempo em q.
 tive a honra de receber a sua Carta datada de 14 de dezembro
 passado, me não tem sido possível poder mais cedo chegar a Vossa
 Ex.ª, q. satisfazer as obrigações do meu pessoal, segu-
 rando-lhe o q. me heva estimado aq. nomeação, e gozito com
 q. eu me esperancava ver q. prudente mão de Vossa Ex.ª admi-
 nistrada nesta Cap.ª an. Vassallo del Rey meu Sr.ª
 aq. recta justicia, com que Vossa Ex.ª procurará fazer feliz a to-
 da a p.ª.

Figura 4. Carta de 8 de outubro de 1774, destinada a José César de Menezes, governador de Pernambuco.

Isso mostra que havia, na época, certa flutuação e indecisão na hora de utilizá-las. Diante de um repertório de duas possibilidades – *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* –, o remetente decide, em um primeiro momento, pelo tratamento mais formal, passando a substituí-lo, posteriormente, pela forma *Vossa Senhoria*. Na segunda carta enviada para o mesmo destinatário, já não mais observamos essa imprecisão, o que demonstra ser mesmo essa forma a mais apropriada para o governador de Pernambuco⁶².

Podemos, assim, conjecturar que, ainda que não detivesse poder sobre os demais destinatários dessa esfera, o marquês do Lavradio apresentava uma escala gradativa de prestígio e poder na qual enquadrava os seus interlocutores. Por acreditar, talvez, que esse destinatário não estivesse situado linearmente na hierarquia do Brasil Colônia, coloca-o em uma posição de menos prestígio que outros governadores⁶³.

Encontramos a mesma fórmula de tratamento sendo utilizada para D. Luiz Antonio de Souza, governador de São Paulo, que exerceu o cargo durante 10 anos, de 1765 a 1775. Na correspondência datada de 2 de junho de 1774, o marquês do Lavradio

⁶² Outra leitura possível para essa sobreposição de formas é a de que como se trata de uma cópia, tal imprecisão pode ter sido um erro do copiadador e “sobrepontamente” corrigido.

⁶³ Talvez menos prestígio pode ser uma relação de aproximação, o que facilitaria as decisões e ações diante da necessidade de manter um bom governo e garantir uma boa imagem.

comenta a carta enviada a ele com notícias do governador e agradece um trabalho realizado com os religiosos da região. O tom é mais afetivo e o distanciamento, conseqüentemente, menor. O remetente utiliza, assim, a forma nominal *Vossa Senhoria*:

(14) “Agradeço | a Vossa Senhoria o que obrou Respeito doz Religiosoz, que lhe mandei fizese deter nessa | Capitania.”

Outro interlocutor é Luiz Pinto de Souza, governador do Mato Grosso. Assumiu o governo da Capitania no começo de 1769, época em que o marquês do Lavradio ainda exercia o posto de governador e capitão-general da Bahia. A forma de tratamento utilizada é *Vossa Senhoria*. O tom é de menor distanciamento, como podemos ver na carta de 17 de outubro de 1770:

(15) “Dezejarei que Vossa Senhoria persuadiosdose inteira | mente do cardeal afeto e Sincera amizade que profeco a Vossa Senhoria | queira ter a bondade de honjrar-me com as Suaz determinaçoens | paraterogosto de dar exercicio aboavontade, que tenhode Servir | a Vossa Senhoria.”

Para terminar esse uso da forma nominal *Vossa Senhoria*, temos a missiva destinada a Antonio Carlos Furtado de Mendonça, governador de Goiás, em 11 de setembro de 1771:

(16) “O Padre Provincial da Provincia do Carmo, desta Cidade me entregou | O Memorial junto pedindome a Recomendação de a Vossa Senhoria, para o efeito de ser | prezo o Padre Frei Ignacio Nunes de Sant Anna Religiozo da mesma Provin | cia, que há quinze annos se conserva nesta Capitania sem Lisença a | titulo de tirar esmolaz para o mesmo convento”

Este destinatário assume o cargo em agosto de 1770, época em que o marquês do Lavradio já ocupava o posto de vice-rei do Brasil. A forma de tratamento é *Vossa Senhoria*, como se pode ver no exemplo.

O tom da carta é informativo. Refere-se a um padre, Frei Ignácio Nunes de Santanna, que não cumpria com as suas determinações religiosas. Não é verificada tanta proximidade entre os interlocutores.

Resta-nos, nessas relações simétricas, analisar um destinatário bastante especial. Trata-se de D. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais. Observamos, pelo quadro anteriormente apresentado, que quatro formas de tratamento são utilizadas para dirigir-se a ele.

- Do público ao privado: o tratamento diferenciado a D. Antonio de Noronha

Esse destinatário nos é de difícil classificação nessa esfera pública, tendo em vista a utilização das formas que o Lavradio usava mais freqüentemente para destinatários da esfera privada. Sabemos, no entanto, que a linha que separa as esferas pública e privada é bastante tênue. De acordo com Jovchelovitch (2000:23-24),

quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas e concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos. Este espaço impõe suas demandas: ele não só precisa ser entendido e decodificado; ele ao mesmo tempo chama o sujeito social a uma série de respostas e lhe impõe uma série de prescrições. Em suma, o mundo lá fora nos obriga a utilizar o conjunto de significados que encontramos durante a socialização e, dessa maneira, ele cria o campo de exercício da individualidade e da sociabilidade.

Dessa forma, existe uma série de expectativas criadas em torno da figura adotada por qualquer representante político. Cabe a ele alimentá-las ou não, segundo os seus princípios e propósitos.

Talvez essa fosse a dificuldade vivenciada por Lavradio. A tensão, criada entre os âmbitos profissional e familiar, deixa entrever, nas formas lingüísticas, a incerteza e o desconforto por ele experimentados. Sobre essa questão, Souza (2006:371) comenta:

A correspondência entre ele [Lavradio] e Dom Antonio oscila entre o tom muito afetuoso e o impessoal: Lavradio é terno, Dom Antonio mais impertinente, refletindo as diferenças da idade e da experiência. O vice-rei era amigo da família e alude com freqüência aos antigos laços que os uniam: “para o marquês do Lavradio ninguém está primeiro que tu”.

E a autora continua:

Sobre a grande amizade entre Lavradio e Dom Antonio: “eu em ti não considero só um amigo, considero-te como um filho, que deves ao meu coração a mais fiel, e verdadeira amizade, devendo-me as tuas felicidades pelo menos igual interesse que as minhas”. Outras passagens nas quais se expressa a amizade nas cartas: “as notícias que tenho ouvido do teu governo, a satisfação com que os povos estão contigo, me enchem o coração da maior consolação; devo segurar-te que o meu Antonio de Lisboa me não deve mais amor, e interesse que o meu Antonio de Vila Rica” e “tu és aquele mesmo Antonio de Noronha que eu conheci, a quem chamei sempre o meu valido, e de quem me esperancei e espero haja de reproduzir

em si um vivo retrato daquele amigável e saudoso general de quem conservo no coração a mais viva saudade e respeito”. (Souza, 2006:372).

Observamos, assim, uma mudança brusca de tom em determinadas cartas. Em algumas, faz o destinatário sentir o peso que acredita ter o vice-rei, e o trata por *Vossa Excelência*. Em outras missivas, deixa que se sinta a voz de um “pai” para com seu filho, adotando a forma *tu*. Nesses últimos casos, até a extensão das cartas difere bastante das enviadas aos outros governadores e capitães-generais, sendo aquelas mais extensas.

De modo a facilitar a visualização dessas missivas, decidimos, aqui, separá-las em três grandes grupos, a saber: a) cartas em que se utiliza somente a forma pronominal *tu*; b) cartas em que se utiliza somente a forma nominal *Vossa Excelência*; e, por fim, c) cartas que apresentam a coexistência de diferentes formas tratamentais.

a) De pai para filho: o emprego exclusivo de *tu* como estratégia solidária

Nas missivas que constituem o primeiro grupo, observamos que o tom é afetuosos, como podemos ver na carta datada de 7 de junho de 1775:

(17) “Emquanto mepareceo, poderia durar atua | viagem, não quizfaze-la mais penoza dandote oincomodo | dasminhas Cartas”

(18) “Estahé | amesmafelicidade que eu tedezejo, equeSempre em | toda aparte medes muitas ocazioens emque eutenha | afortuna deServirte.”

Além de tratar dos assuntos referentes ao destinatário enquanto figura pública, observamos a presença de parágrafos informativos sobre o próprio Lavradio, dando notícias de cunho um pouco mais pessoal. Esse recurso é característico das cartas de amizade trocadas na esfera privada, o que nos faz situar este destinatário em uma zona de transição entre as duas esferas:

(19) “Eu meuAmigodo Coração vou continuando | apassar Sem novidade”

(20) “Das Capitancias doSul,não há porhora couza memo- | ravel, enestaCapital, aunica *que* podia haver, queeu não | conto como tal, hé

agrandissima Saudade e Solidaõ emque | metem posto a falta datua Companhia.”

O grau de intimidade aumenta e Lavradio chega a reclamar do governo:

(21) “Aqui vou viven- | do naminha agoa morna, edeves emquando uzando taõbem da | fria, que Saõ os Remédios, com quetenho podido vencer | muitas das grandes molestias, que trazem comsigo estes no | sos empregos, isto aver sepreste modo posso humdia Alcan | alcançar oSuceso, dehir ver aamada Patria Livre dos | Sustos eafliçoens emque atantos annos vivo.”

Observa-se, assim, que o objetivo da carta é manter viva a relação entre os interlocutores e enviar notícias próprias. O tom paternal e afetivo perdura em outras cartas, como podemos ver na missiva enviada em 1 de julho de 1775:

(22) “Perdoá meu querido Amigo estas adverten- | cias; porem eu em ti não concidero só hum Amigo, com- | siderote como hum filho, que devez aomeu Coraçãõ ama- | is fiel, everdadeira amizade, devendo-me astuas felicidades | pelo menos igual interece que asminhaz.”

Em algumas cartas, como na escrita em 16 de agosto de 1775, Lavradio tem a preocupação de justificar o motivo pelo qual não pode escrever mais largamente, recurso típico da esfera privada:

(23) “Meu querido Amigo eSenhor domeu Coraçãõ. NaCar- | ta de Officio que comesta receberas minha, eiras no conhe | cimento dagrande consternaçaõ em que me acho, eu dezejo res- | ponderte largamente as Cartas que tenho recebido tuas porem | agora se-mefas esta deligencia absolutamente imposivel pelo, | que merezolvly só adizerte, que asnoticiaz que tenho houvido | doteu Governo asatisfaçaõ comque ospovos estaõ contigo me em- | xem o Coraçãõ damayor conçoलाçaõ”

Além disso, aborda temas que certamente não abordaria com outros governadores:

(24) “Joaõ Joaquim aqui se-acha taõ galante como sem- | pre, cada ves mais medrozo; eagora fes huma Cabeleira mui- | to redicula comque determina prezar-se em Minaz, com- | que sertamente tedevertiras muito”

Na missiva datada de 1 de outubro de 1775, Lavradio faz um comentário a respeito da falta de formalidade na relação:

(25) “Aseita meu querido Antonio esta mortificação por- | que paso, eLivre deformalidadez sempre que poderez, ainda | que não Seja que emhum pequeno papel.”

Observa-se, também, a constante preocupação com a saúde de Dom Antonio:

(26) “Chegou Manoel de Arauyo Gomez, dis-me que tu | estas já sem molestia, mas esta mesma noticia, mefes | Sabedor deque atinhas padecido: Tu poderas julgar qual | terá cido omeu cuidado.”

e com sua vida pessoal:

(27) “Soube, que tu em VilaRica ficas amayor par- | te dotempo metido em Caza, sem fazeres nenhum daqueles | Exercisios aque estavas costumado, eaqueles que naAme | rica, saõ de huma indispençavel necessidade para termos | forças, comque posamos servir anoso Amo”

Ainda que estivesse tratando de assuntos administrativos, o tom e o tratamento eram mantidos:

(28) “Podese-te Oferecer aduvida deşerez Prezidente | da Junta da Administraçãõ daReal Fazenda: Quanto | a mim isto te não deve embaraçar: Tu podes deixar | Ordem para que as Seçoens da mesma Junta continuem | Que nocazo de áver couza demayor ponderaçãõ, não estando | tu em Vila Rica, te avizem para prontamente aly te | axarez.”

E o tom paternal se mostra mais uma vez:

(29) “Perdoá meu Antonio asimpertenencias deste | velho, erabugento Amigo, se eu poderá estar ateu lado, | Comque gosto, ainda que curvado namoleta, ou não prez- | tarraõ os meos fracos ombros, té arrastando-me pela | terra para sustentar-te a Cruz, que só nosteos Ombroz | deve descancar: Sim só nos de hum Amigo que hé | Outro-tu, hé que sem receyo poderias confiar oque te per- | tence tudo oque te pertence.”

Em algumas ocasiões, como observado na carta de 19 de dezembro de 1775, Lavradio pede desculpas por não ser mais extenso:

(30) “Perdoa meu Amigo do Coraçãõ não ser mais extençõ | Nesta ocaziaõ; porem sertamente menaõ hé posivel, premi- | te me Sempre áfortuna deServirte para que tens promptis- | sima a minha vontade.”

Em resumo, a utilização da forma de tratamento pronominal *tu* como uma estratégia de atenuação se presta a declarar solidariedade (Brown & Levinson, 1987) em relação ao destinatário, mostrando pertencimento ao mesmo grupo social, diminuindo, assim, a distância que os separa. Passemos, agora, para a análise das cartas em que se verifica a utilização da forma nominal *Vossa Excelência*.

b) Ao Senhor Governador e Capitão-General de Minas Gerais: *Vossa Excelência* como estratégia de polidez negativa

Em geral, as cartas a D. Antonio de Noronha que aportam essa forma são mais objetivas e vão diretamente a assuntos político-administrativos. Não se verifica a presença da captação da benevolência na seção de contato inicial, como verificado para as cartas em que se utilizava o tuteamento familiar. Além disso, o tom é seco e direto, como podemos ver na missiva enviada no dia 24 de outubro de 1775:

(31) “Remeto a Vossa Excelência hum sacco de | Cartas vindo danosa Corte porhuma Cruveta que Chegou | aeste porto nodia dehoje vinda de Lisboa com setenta esinco | dias de viagem. Tambem remeto a Vossa Excelência outro incluzo para | Vossa Excelência ohaver de fazer expedir para o senhor Governador e Capitam | General da Capitania de Goyaz.”

A mesma objetividade é observada em uma carta datada de 8 de novembro do mesmo ano:

(32) “O Bispo de Mariana, me escreve aCar | ta que tenho a honra de remeter a Vossa Excelência ecomella me-envia az | duas dirigidas a Vossa Excelência; cuja remessa tenho demorado por mevir | dizer o PadrePedro Caetanode Mello Sobrinho daquele Prelado | queria ser o portador della”

A título de comparação, observemos a maneira pela qual informa que não pode escrever cartas maiores:

(33) “Eu ontem escrevi a Vossa Excelência e poressa Razaõ não sou agora | mais extenço.”

A seção de despedida da carta também é mais objetiva e direta:

(34) “Tem-me Vossa Excelência sempre com amayor vontade | prompto para emtudo darlhe gosto.”

Observemos, no tocante à preocupação com a saúde, em uma carta escrita em 27 de fevereiro de 1776, que as estratégias também são diferentes:

(35) “Dezejo a VossaExcelência melhor Saúde, eque medé muitas | ocazioens. emque de exercisio agrande vontade, que tenho | de lhe dar gosto.”

Verificamos, assim, que a utilização da estratégia nominal *Vossa Excelência* se configura como um atenuador em favor da polidez negativa, conferindo maior responsabilidade ao interlocutor. Esse uso contribui para um maior distanciamento entre os interlocutores, o que cria uma relação simétrica V – V, de acordo com os moldes de Brown & Gilman (1960).

c) Amigos, amigos; negócios à parte: a mescla de tratamento como reguladora da distância social

Passemos, agora, para a análise das cartas a D. Antonio de Noronha nas quais existe a coexistência de diferentes formas de tratamento. Na carta datada de 20 de junho de 1775, observamos que o tom é paternal, como mostrado nas cartas em que encontramos a forma pronominal *tu*:

(36) “Eu me-tenho enchido de gosto com-aboá aseitação | com que os Povos desa Capitaniatetem recebdo, eagrande | esperança emque se-achão de cada dia ficarem mais | contentez com-oteu Governo; tu podez querer meu An | tonio o quanto estas agradaveia noticias me-intereçãõ; | o modo, abrandura, e a humanidade saõ osunicos meynos | devencer ocoaraçãõ dos homens, esehá algum taõ maõ | quem estes remédios naõ façaõ oseu verdadeiro effeito | Efeito, a-aspereza, ocastigo, eorigor que com aqueles Sepra- | tica, é desculpado pelos outros que justificaõ as nosas aço- | ens, e procedimento.”

O tom continua o mesmo. Entretanto, em uma das passagens, observamos a coexistência de duas formas de tratamento:

(37) “Do mesmo modo me-parece que Logo que formares | 2 ou 3 Companhias donovo Regimento daCavalaria, as fizece | marxar emdireituras aesta Capital, aqui se-exercitaraõ, ese- | Se-exercitaraõ, esse-aprontaraõ doque lhe-for precizo, eficaraõ ma- | is prontas nocazo deseprecizar delas.”

No trecho em destaque, há, em princípio, uma mescla de tratamento evidenciada na desinência verbal das formas *formares* (*tu*) e *fizece*. Nesse caso, a forma de tratamento pode ser de base nominal (*Vossa Excelência*, comum nas cartas destinadas a D. Antonio de Noronha, ou mesmo *você*). Também é possível aqui que tenha havido apenas um descuido do copista.

Já na carta de 17 de agosto de 1775, temos o seguinte pedido:

(38) “o que cabendo noposivel terrogo infinitamente, | oquerais asim praticar vista agrande necessidade, emque | me acho.”

O marquês do Lavradio solicita proteção através do abrigo em uma barraca para um Regimento do Sul que sofria a ação do tempo. Como não dispunha no Rio de Janeiro, Lavradio pede as barracas que estão, na ocasião, livres nos Armazéns de Vila Rica.

Podemos, assim, pensar em duas diferentes leituras para a utilização da forma *querais*. A primeira seria um possível erro de transcrição / cópia do secretário. Como a forma predominante na missiva é *tu*, o esperado seria encontrar uma forma como *queiras*, e não *querais*, uma possível representação da forma de segunda pessoa plural *queirais*. Há assim, trocas na posição das letras. Esse mesmo desvio também é observado em outros vocábulos, como *percizo* por *precizo* e *perciozos* por *preciozos*, na mesma carta⁶⁴.

Entretanto, se esse uso for realmente intencional, podemos buscar explicações através de motivações pragmáticas. Como Lavradio ora alternava as formas *Vossa Excelência* e *tu* para Dom Antonio de Noronha, entendemos que às vezes se fazia necessário sentir o poder de sua posição hierárquica, ainda que esse poder tivesse de ser relativizado. Assim sendo, com essa fórmula tratamental, marcada pela desinência verbal de *vós*, encerra o ato ilocucionário com valor de pedido. Logo, é provável que

⁶⁴ Podemos, também, cogitar a hipótese de o copista ter tido uma dúvida em relação à grafia das formas verbais de segunda pessoa. Como não há acento diacrítico para marcar a sílaba tônica, não podemos saber, ao certo, se a forma utilizada é de singular ou de plural.

Lavrado estivesse querendo dar um tom de “ordem”, mais do que um simples pedido. Para tanto, utiliza uma forma de maior deferência até mesmo para elevar hierarquicamente o destinatário e encarregá-lo de um ato de tanta urgência, necessidade e, conseqüentemente, responsabilidade. É um caso de polidez negativa, em que se objetiva mostrar respeito / deferência. Depois, o tom volta ao tuteamento familiar para garantir o desfecho de maior proximidade.

Na missiva de 4 de novembro de 1775, observamos que, na seção de contato inicial, o discurso é afetivo para despertar a compaixão do interlocutor:

(39) “Tais são osmeos trabalhos, taõ dolorozos osmeos infenitos cuidados, | que me fazem chegar a triste situação de se fazer percizo condu- | zir-me em forma, que osmeos Amigos julguem, eles me são inde- | ferentes, que os emdeferentes principiem a contar com a minha ami- | zade, e que os aquem aborreço se considerem Senhores domeu Cora- | ção, desgraçado Estado o que obriga a os homens a fazer huã seme- | lhante violencia a os seu Coração, este não se muda meu Antonio | hé necesario muitas vezes mascaralo tu porem, que conheces | a prudencia com que te amo, se fizeres alguã reflexão mais seria | facilmente asentaras que o Coração do Marques do Lavradio, foy, | hé, e sempre será para ty o mais fiel e verdadeiro, esse eu a menos hu | dia em cada mes pudese ter o gosto da tua Companhia tu verias | que este que té Escreve hoje de tanto em tarde em tarde, em muitas | destas vezes, em todo o Comprimento, hé aquele mesmo homem | do Robuçado, e aquele tio, que ainda nomeyo de tantas aflições | se lembra destes susseços”

No parágrafo seguinte, nota-se que o tom muda para de maior responsabilidade:

(40) “Hora Senhor General basta de Grade falemos agora | no que mais emporta”

Em outra parte da mesma carta, observamos o uso da forma de segunda pessoa do plural. Como a forma verbal é bastante diferente da forma de 2ª pessoa do singular, consideramos que o seu uso foi proposital / consciente. O raciocínio, assim, é o mesmo que o da carta anterior. O distanciamento é marcado, atribuindo mais responsabilidade ao interlocutor, em um ato de fala de ordem, ainda que esteja revestido de roupagem de pedido:

(41) “a outra Companhia ainda não chegou, julgo tereis que dizer | della o mesmo em avendo, porvir debaixo da Ordem de hum | Official de tanto Cuidado, e honra como Pedro Afonso em | ella chegando lhe farey então o meu Rapapé.”

Conforme mencionado anteriormente, esse é um uso de polidez negativa. Após esse momento, a forma *tu* volta a ser utilizada.

A coexistência de tratamentos, agora entre *tu* e *você*, em uma mesma carta também é verificada em uma missiva escrita em 26 de novembro de 1775. Nesta, não há, como nas cartas de maior solidariedade, a seção de captação da benevolência inicial. O objetivo é informar que o Lavradio remeterá ao Dom Antonio de Noronha uma carta vinda de Lisboa.

Verifica-se, através da leitura, que o tom representa um conflito, ranço, impaciência, e tudo isso é mostrado no último parágrafo. Inicialmente, tem-se maior solidariedade, conforme verificamos em quase todas as cartas, com o uso de *tu*. No segundo parágrafo, observamos:

(42) “Eu continuõ anaõ té poder escrever mais largamente; pó l rem como tú medeves resposta dehuã grande Carta que te escrevi, l quando Satisfizeres esta divida; eu mefarei novamente devedor.”

Lavradio, talvez por escrever freqüentemente aos seus interlocutores, deseja, na mesma proporção, receber respostas extensas. Quando isso não acontece, se queixa. Está, assim, preparado o terreno para o que virá:

(43) “Fique voce embora com osseõ Sigarro emquanto eu cá l vou uzando da minha agoá friá.”

Observa-se a utilização da forma *você* como tratamento ao interlocutor. Para evitar que o ato se torne impolido, utiliza-se uma estratégia interpretada nesse contexto como de maior formalidade como polidez negativa. O objetivo aqui é desfazer o pertencimento ao mesmo grupo (mostrado quando da utilização da forma *tu*) e criar um certo distanciamento. Uma vez que o ato se mostra com um alto grau de imposição, de modo a diminuir o risco do AAF, utilizou-se *você* como uma estratégia que ainda poderia ter no período alguma carga semântica de deferência. Obviamente é preciso considerar que, nesse caso, *você* é híbrido, uma vez que não é possível atribuir a ele o mesmo caráter de cortesia e respeito de *Vossa Mercê* pelo seu contexto de uso e por ser uma relação simétrica, a nosso ver, o emprego de *você* seria ainda relativamente menos solidário que *tu*, mas não tão assimétrico quanto *Vossa Mercê* como discutido adiante.

A forma *você* parece introduzir uma mudança na cena enunciativa, evidenciando ainda a manutenção de alguns traços semânticos de respeito e cortesia da forma original desenvolvida *Vossa Mercê*, distanciando-se de *tu*.

Na última carta desta condição, datada de 12 de maio de 1776, observamos que o tom inicial é de mais solidariedade. O ato é de desculpas por não ter escrito mais freqüentemente suas cartas. A primeira forma encontrada é *Vós*:

(44) “Meu Antonio, meu Amigo e *Senhor* detodo | o meu Coração: Muitos tempoz há que não Recebeis huã | Carta minha; isto hé daquellas, que Saõ Só minhas, enaõ | dasque me obrigaõ os impertinentes empenhos”

Pode-se pensar, aqui, na hipótese de justificativa de um possível erro do copista, já que a forma da segunda pessoa do plural – *recebeis* – se assemelha bastante à forma do singular – *recebes*. Caso esse uso seja lido como consciente, podemos dizer que o pedido de desculpas adentra o território do interlocutor, sendo, assim, a forma de tratamento uma estratégia utilizada para garantir a polidez negativa.

Passado este momento, o tom volta, em seguida, ao *tu* familiar. O corpo da carta é recheado de notícias político-administrativas da colônia. Entretanto, em um determinado momento, lê-se:

(45) “Agora parece me, que basta *Senhor* Antonio, ese-Voce | quer mais Conversa, ouvenha para Cá, ou espere, que eu possa | estar na sua Companhia.”

Esse fragmento da carta aporta alguns traços típicos da oralidade, aproximando o texto escrito a uma conversa. O desfecho mostra uma despedida num tom jocoso, como se tratasse de uma “brincadeira”. Vê-se, assim, um ato de cobrança, por dar mais que receber, o que representaria um exemplo de impolidez, se não fosse suavizado pela forma *você*, como um exemplo de polidez negativa. Mais uma vez constatamos que a forma *você* ainda não ocupa os mesmos contextos discursivos de *tu*, sendo reservada para expressar pragmaticamente a “intenção do remetente”, o que entremostra a manutenção de alguns traços de maior formalidade em relação à forma pronominal.

Nesse momento, podemos tecer algumas considerações, ainda que parciais, para o uso das formas de tratamento encontradas como estratégias mitigadoras que contribuem para a polidez lingüística.

Verifica-se que o marquês do Lavradio viola, em parte, o epistolário de tratamentos e constrói, por sua vez, o seu próprio “sistema de condicionamento” das formas. As escolhas, portanto, deixam entrever marcas de superioridade ou igualdade hierárquica, de acordo com o propósito comunicativo que intenciona.

O que tem de estar claro é que o nosso ponto de partida é o tratamento postulado para a época. A partir daí, observamos como as relações, ditas em princípio pertencentes ao eixo simétrico, se configuram na prática. Como nos faltam as cartas da correspondência passiva, os nossos resultados devem ser relativizados em virtude de mostrarem somente uma das vias do processo interativo. Assim, o marquês do Lavradio constrói relações de maior ou menor proximidade, levando em consideração a sua “intenção comunicativa”. A liberdade de escolha do remetente nos é significativamente importante, pois deixa evidências das motivações que o levavam a utilizar uma determinada forma a um determinado destinatário.

Forma-se, assim, um ciclo: para poder continuar servindo ao rei, o marquês do Lavradio precisava de sua graça, e, para isso, precisava manter suas relações políticas da forma mais harmônica possível, sem, contudo, deixar de exercer suas vontades.

Juntamente com o fato de estar desagradado por permanecer no Brasil, uma vez que Lavradio não queria vir, soma-se a instabilidade do poder que lhe foi cedido. Esses fatos fazem-nos postular que estar na posição de vice-rei era, na verdade, uma posição de desconforto para ele, caracterizando uma situação de conflito.

6.3.3 – Relações assimétricas descendentes na esfera pública: baixo teor de risco

Durante a administração do marquês do Lavradio, seis homens governaram unidades subordinadas do vice-reino (Capitania do Rio de Janeiro):

- a) dois governadores de Colônia do Sacramento: Pedro José Soares de Figueiredo Sarmiento (1764 – 1775) e Francisco José da Rocha (1775 – 1777);
- b) dois governadores de Santa Catarina: Francisco de Sousa Menezes (1765 – 1775) e Pedro Antônio da Gama e Freitas (1775 – 1777);
- c) dois governadores do Rio Grande de São Pedro: José Marcelino de Figueiredo (1769 – 1771) e Antônio da Veiga de Andrade (1771 – 1773).

Consoante Alden (1968), esses governadores subordinados trocavam correspondências entre si, com os seus subordinados, e com o vice-rei. Entretanto, os governadores subordinados não se comunicavam com outros capitães-generais⁶⁵ e nem com a Corte. O vice-rei era sempre o mediador pelo qual eles recebiam qualquer instrução de Lisboa. Geralmente, o vice-rei e esses governadores trocavam correspondências duas vezes ao mês, sobre assuntos militares, econômicos e assuntos relacionados à rotina administrativa.

Quando algum deles desobedecia às ordens, era chamada a atenção pelo vice-rei e o marquês do Lavradio o fazia ouvir o poder da autoridade do rei, que deve ser obedecido sem questionamento:

“As Reaes Ordens... [d’El Rei]... devemos todos obedecer às cegas, olhando somente para o verdadeiro espirito dellas, sem entrarmos na disputa se forão bem ó mal passadas, poiz basta serem determinadas, pella Real Resolução do mesmo S^{of}. Em que asista aquela alta e superior compienção, q. a Divina Providencia depositou nos soberanos senhores, para obrarem com aserto em todos as determinações... e devemos executalas no seo literal sentido, sem lhe [sic] darmos interpretação algũa“.⁶⁶

Em relação às estratégias de tratamento, nessas relações, observam-se as formas *Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê*, conforme mostra a tabela abaixo:

Destinatário	Formas de tratamento utilizadas
Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador da Colônia do Sacramento	Vossa Senhoria
José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro	
Francisco de Souza de Menezes, governador da Ilha de Santa Catarina	Vossa Mercê Vossa Senhoria

Tabela 9. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas descendentes: esfera pública.

⁶⁵ Para Alden (1968), por enfrentarem os mesmos problemas militares e econômicos, os governadores do Rio Grande e Santa Catarina freqüentemente dividiam informações com os capitães-generais de São Paulo. Além disso, os governadores de Colônia do Sacramento e Rio Grande também trocavam insultos com os governadores dos territórios espanhóis vizinhos.

⁶⁶ Carta de Lavradio para Sousa de Menezes, governador de Santa Catarina, em 25 de abril de 1770, IHGB, Coleção Marcos Carneiro de Mendonça, cód. 15 fol. 18^v.

Através da análise dessas cartas, notamos que são bastante diretas e objetivas, assemelhando-se, assim, às cartas das relações simétricas em que predominava a forma nominal *Vossa Excelência*. Em consonância a estas, não se verifica a captação da benevolência na seção inicial e, por vezes, há ausência até mesmo da saudação final.

Conforme explicitado na tabela anterior, para os governadores das capitânicas subordinadas de Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro, a forma de tratamento utilizada é *Vossa Senhoria*.

Se analisarmos a carta endereçada a Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, governador de Colônia do Sacramento, datada de 3 de março de 1770, nos deparamos com o seguinte pedido de desculpas:

(46) “Não escrevo a Vossa Senhoria mais formalmente por esta embarcação, | por não ser muito segura, o que farei pela primeira que se oferecer | estimando Visita amais perfeita saúde”

O pedido de desculpas pode ser visto como um ato que além de adentrar o território do outro, também ameaça a face positiva do remetente, uma vez que está ligado à sua auto-imagem. Sendo assim, a utilização da forma de tratamento nominal *Vossa Senhoria* funciona como uma estratégia atenuante de polidez negativa e positiva, garantindo que o fluxo comunicativo ocorra em harmonia. O mesmo caso pode ser visto em outra missiva, enviada ao mesmo interlocutor, em 28 de setembro de 1770:

(47) “Por não haver prezentemente novidade de que avize a Vossa Senhoria, | me achar ainda embaraçado de alguns particulariz quemetem tomado todo | o tempo, não escrevo mais largamente por esta embarcação, o que farei | pela primeira que assegurar, estando mais desembaraçado.”

Outro ato bastante presente nesse tipo de relação hierárquica é a ordem. Agora, diferentemente do que acontece nas relações simétricas, em que o ato pode assumir a função de pedido, a ordem é explicitamente declarada, como podemos observar em uma carta endereçada ao mesmo destinatário, datada de 20 de abril de 1770:

(48) “Nesta Praça se acha servido o soldado Jozé Vicente | Ferreira o qual Vossa Senhoria mandará fazer peçagem para vir servir nesta | Capital, para onde o Remeterá na primeira embarcação que se oferecer | para este porto.”

A ordem é interpretada como um ato que ameaça a face negativa do interlocutor, uma vez que ameaça sua liberdade de ação. Assim sendo, a estratégia de mitigação aparece na forma de tratamento nominal utilizada.

O mesmo procedimento é observado também nas cartas endereçadas a José Marcelino de Figueiredo, governador do Rio Grande de São Pedro. Observemos os exemplos abaixo, retirados das missivas enviadas em 26 de abril, 3 e 26 de outubro de 1770, respectivamente:

(49) “NestaoCaziaõ RemettoaVossaSenhoria o Fardamento para os Destacamentos | doSegundoRegimento deInfantaria, edaArtelharia destaPraça, | que, seachaõ, nese Continente oqualVossaSenhoria destribuirá pelos Alfaya- | tes, que foren precizos para o fazerem, naforma dos modalos quedeordem | muito prezentemente. Remete o Tenente General, para depoiz defeitoodestre | buir para os tidos Destacamentos, semquanto aopagamento dosfeitioz, senão | pagar os Alfayates naComformidade doque aqui tendo mandadopra | ticar, doque avizarei aVossaSenhoria.”

(50) “LogoqueVossaSenhoria Receber esta fará Recolher, para de IlhadeSanta Ca | therina o PadreFrei Manuel de Silva Elena Religiozo Capucho desta | Provincia, queSeacha neseContinente sen querer porinterecez particu | Larez, comprar aobediencia que temdoSeuPrelado, para vir Servir names- | mallha delaparaalem deFortaleza emlugar doPadre Frei Manuel dasChagas | queSeacha com obediência para Seretirar, para estaCidade, porcauzadas | gravez moLestiaz”

(51) “Ao Governador daIlha deSanta Catherina, or | deno providaLicença para Setranzportar para esse Continente a | Bernardo Machado, Casal do nascimento deELREY meuSenhor que | naperdadoRio Grande Seretirou para aquela Ilha, donde per | tende hir estabelecerçe neseContinente, pelo que chegadoqueSeja | aomesmo VossaSenhoria lhemandará dar avatar dAerraz que omesmoSenhor | foi Servido conceder acadahum dosCazaes, queosforaõ povoar visto | haver perdido aque já selhetinha dado. como tambem lhemandará | aSestir com aração por tempodeshumano, sem embargodejahaver | Recebido, ematenção ater perdido osSeuzbenz pornaõ querer ficarem | inimigo.”

Constatamos, assim, que as formas de tratamento utilizadas trabalham para que a imposição do ato de ordem seja suavizada. Essa é a situação de dois dos interlocutores das relações assimétricas descendentes. Falta-nos, neste momento, observar as trocas interativas com Francisco de Souza de Menezes, governador de Santa Catarina.

Esse destinatário nos chama bastante a atenção por ser tratado com duas formas de tratamento distintas, a saber: *Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê*. Igualmente às cartas

enviadas aos outros governadores subordinados, as missivas dirigidas a ele são diretas, não-solidárias e tratam exclusivamente de assuntos administrativos.

Na carta datada de 11 de dezembro de 1769, observamos um ato com força ilocucionária de pedido:

(52) “Logo que *VossaMerçe* Receber esta me *informará* da *Capacidade*, l que atoa nas pessoas de Diogo Luiz da *Silveira*, Caetano da *Sil- l veira* Mattos, e *Manuel* d’Avila Nunes, declarandome ao mesmo l tempo *qual* delles he mais benemerita para exercitar o posto de *Ca l pitao* de ordenação da *Freguezia* de *Santa Anna* de *Villa* da l *Laguna*.”

Se entendermos que o pedido é um ato de ameaça à face negativa do interlocutor, devemos buscar estratégias para suavizar a imposição desse ato. Assim, uma forma de tratamento mais cerimoniosa serve como uma forma mitigadora. Entretanto, por que não escolher uma estratégia mais formal? Parece-nos que a questão do *poder relativo* e do *grau de imposição do ato* (Brown & Levinson, 1987) estão, assim, diretamente relacionadas à proteção das faces. Isto é, se alguém é igual ou superior, deve-se proteger completamente a sua face. Já com aqueles que são hierarquicamente inferiores não há a necessidade de tanta proteção. O ambiente é de menor risco, o que justifica a utilização de estratégias de menor prestígio social.

Uma vez que a estratégia *Vossa Senhoria* mostra-se como preferencial para essas relações, por que utilizar uma estratégia com uma carga semântica menor? Essa resposta, no entanto, nos parece de simples explicação se levarmos em consideração o risco que um AAF pode aportar. De acordo com Brown & Levinson (1987), tal risco é o somatório da *distância social* entre os interlocutores, o *poder relativo* do destinatário sobre o remetente e o *grau de imposição do ato*. Levando em consideração que o *poder relativo* e a *distância social* são igualmente aplicados aos outros dois interlocutores, o que se diferencia, nesse caso, é o *grau de imposição do ato*. Ao admitirmos que um pedido apresenta um *grau de imposição* menor que uma ordem, entenderemos que o risco do AAF será menor, o que justifica o emprego da estratégia menos cerimoniosa *Vossa Mercê*.

O mesmo procedimento é observado em uma carta datada de 1 de outubro de 1770:

(53) “Remetto a *VossaMerçe* o *Requerimento* que me fazem *Manuel l* *Pinheiro*, e *Domingos* da *Silva* *Pinheiro* sobre se acharem prezoz e retidoz nas

l Cadeas desaIlha pela devasa aque proceder oProvedor daFazendaReal l doContinentedoRioGrande, porcauza dos [inint.] edescaminhoz da l mesmaReal Fazenda, etambem que mefas Antonio Jozé deMoura, l Escrivão quefoidaFazenda Real domesmo Continente sobreseacharde l moradanesaIlha amesmaDevasa para que VossaMerce avistadehumcon- l to, faça Logo Remeter para ese *Continente Muios* prezos eamesma Devasa l pella primeira embarçaõ queSeoferecer”

A justificativa elaborada pode ser confirmada uma vez que, ao proferir uma ordem para esse destinatário, a forma de tratamento verificada é *Vossa Senhoria*, conforme os casos anteriormente supracitados. Observemos, assim, a carta datada de 23 de março de 1770:

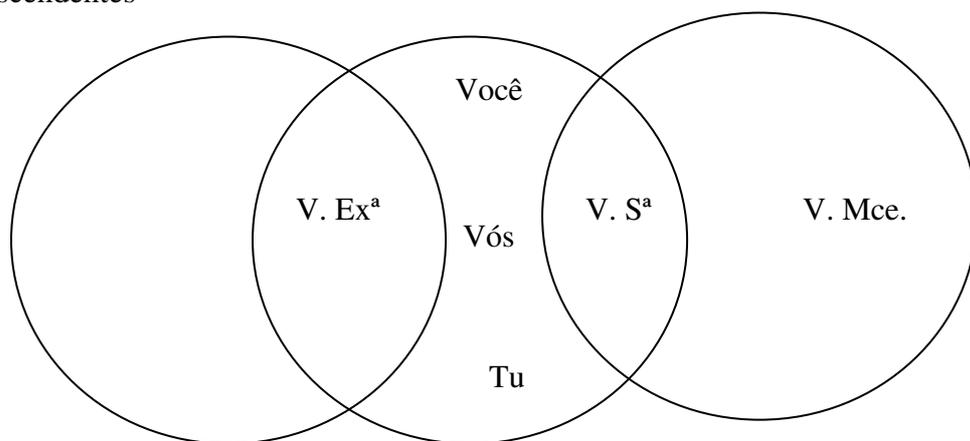
(54) “VossaSenhoria meremeterá sem falta naprimeira embarçaõ que l seoferecer paraeste porto novealqueresdeSemente deLinho Canho l me, vindo omaiz bem acondicionado que puder Ser.”

Conforme discutido, como o *grau de imposição* da ordem é maior que o pedido, a estratégia de tratamento *Vossa Senhoria* está perfeitamente justificada de modo a garantir a harmonia interativa.

Como conclusões parciais para as relações assimétricas descendentes, podemos dizer que o emprego das formas de tratamento, como estratégias de atenuação, atua a favor da polidez negativa, com o intuito de garantir o distanciamento social entre os interlocutores. Quanto maior for o *grau de imposição do ato*, maior será o risco do AAF, o que justifica a utilização de uma estratégia que aporte uma maior carga semântica de deferência, como *Vossa Senhoria*. Caso contrário, emprega-se a forma nominal *Vossa Mercê* para atos com menor risco de ataque às faces.

À guisa de conclusão, podemos visualizar as estratégias utilizadas na esfera pública através da figura a seguir:

Relações assimétricas
ascendentes



Relações simétricas

Relações assimétricas
descendentes

Figura 5. Tratamentos na esfera pública.

Observamos, pela visualização da figura acima, que o condicionamento mais claro e delineável é o da forma *Vossa Mercê*, sendo reservada somente para destinatários das relações assimétricas descendentes.

A forma *Vossa Excelência*, ainda que seja a única forma verificada para as relações assimétricas ascendentes, também é observada nas relações simétricas, marcando a não-solidariedade no trato simétrico, descrito como V-V por Brown & Gilman (1960).

No tocante às relações simétricas, verificamos, além da forma *Vossa Excelência* acima descrita, outras diferentes formas. A forma *Vossa Senhoria*, por exemplo, também era utilizada nas relações assimétricas descendentes, e a forma *tu* reservada para um destinatário específico, de modo a incluir-lhe, em algumas situações, no âmbito familiar. As formas *Vós* e *você*, por sua vez, também reservadas a D. Antonio de Noronha, eram utilizadas juntamente com outras formas de tratamento, aportando certo grau de deferência e respeito. No caso de *você*, tais valores se aproximam, mas não são idênticos à contraparte desenvolvida *Vossa Mercê* (comum nas relações assimétricas descendentes).

De modo a sistematizar os resultados encontrados para a esfera pública, partimos do cálculo do poder de risco de um ato de ameaça à face. Temos, assim:

Risco do ato =	Distância social entre remetente e destinatário	+	Poder relativo do destinatário sobre o remetente	+	Grau de imposição do ato
-----------------------	--	---	---	---	---------------------------------

Dentre as três variáveis envolvidas neste cálculo, a *distância social* entre remetente e destinatário dependerá do tipo de relação estabelecida entre os interlocutores e o *grau de imposição do ato* dependerá da força ilocucionária do ato na cultura estudada. Verificamos assim, que essas duas variáveis são relativas e devem ser analisadas caso a caso. No entanto, no tocante ao *poder relativo* que o destinatário exerce sobre o remetente, podemos dizer que se caracteriza como um parâmetro fixo e estável em função das contribuições historiográficas aludidas neste trabalho. Dessa forma, temos:

Relações	Poder relativo do destinatário em relação ao remetente
assimétricas ascendentes	alto (+1)
simétricas	nulo (0)
assimétricas descendentes	nulo (-1)

Quadro 9. Poder relativo em função das relações entre os interlocutores.

Analisando somente essa variável, constatamos que qualquer ato proferido para um destinatário pertencente às relações assimétricas ascendentes será de maior risco que os atos dirigidos aos interlocutores das relações simétricas que, por sua vez, será de maior teor de risco que os endereçados aos governadores subordinados, representantes das relações assimétricas descendentes.

Uma vez entendida essa estrutura de *poder relativo*, podemos tecer considerações sobre o condicionamento das formas de tratamento nas relações analisadas.

Nas relações assimétricas ascendentes, por representarem um lugar de alto risco para a interação, ainda que a *distância social* entre o marquês do Lavradio e o marquês de Pombal e Martinho de Melo e Castro fosse diminuída, mostrando-se a relação como a mais amigável possível como uma consequência da utilização das estratégias de submissão ao interlocutor, o que rege de fato tais relações é o *poder relativo*. Isso

justifica o cuidado no trato e o uso da estratégia nominal de deferência *Vossa Excelência*.

Já nas relações assimétricas descendentes, a *distância social* mostra-se igual entre os interlocutores e o *poder relativo*, que garante que esses destinatários estejam de fato subordinados a Lavradio, evidencia uma relação de baixo teor de risco. Assim sendo, como pôde ser visto na diferenciação dos pedidos e das ordens, será o *grau de imposição do ato* o condicionador do tratamento. Em situações de menor imposição, como os pedidos, o remetente opta pela estratégia *Vossa Mercê*; nas situações de maior imposição, como a ordem, verificamos a estratégia *Vossa Senhoria*.

Por fim, nas relações simétricas, como o *poder relativo* do destinatário é teoricamente nulo, concluímos que, dessa vez, a *distância social* é responsável por condicionar as formas de tratamento utilizadas. O marquês do Lavradio opta, assim, pela utilização de *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Vós*, *ocê* e *tu* como formas de afrouxar ou estreitar os laços entre os personagens das missivas, que funcionam, de acordo com o contexto, como freios ou aceleradores sociais.

A partir desses resultados, podemos observar o quadro a seguir em que correlaciona o tipo de relação estabelecida e as três variáveis discutidas por Brown & Levinson (1987) para o cálculo do peso do AAF (ato de ameaça à face):

Relações	Variável condicionadora do tratamento	Situação estabelecida
assimétricas ascendentes	poder relativo	submissão assumida
simétricas	distância social	poder mascarado
assimétricas descendentes	grau de imposição do ato	poder assumido

Quadro 10. O condicionamento do tratamento e situação estabelecida em função da hierarquia da relação estabelecida entre os interlocutores.

Observamos, no quadro acima, as variáveis que condicionam cada relação da esfera pública e a maneira pela qual podemos caracterizá-las. Nas relações assimétricas ascendentes se evidencia uma *submissão assumida*, em virtude da posição hierárquica do remetente das cartas; inversamente, constatamos que a situação é de *poder assumido* nas relações assimétricas descendentes. As relações simétricas, por sua vez, apresentam um *poder mascarado* por parte do marquês do Lavradio, uma vez que assumir o direito

de controle explicitamente, sem tê-lo de fato, pode não ser a estratégia mais produtiva para obter o resultado desejado. Isso justificaria a necessidade de mascarar uma possível “superioridade hierárquica”.

Concluimos, assim, que nestas últimas relações, a manifestação de diferentes graus de deferência pode estar a serviço da manipulação do poder. Em outras palavras, através dos diversos ajustes feitos na variável *distância social*, Lavradio consegue dissimular um poder que, na verdade, não tem, gerando uma zona de instabilidade.

6.4 – As formas de tratamento em função das relações sociais estabelecidas: esfera privada - elementos para uma comparação

Voltaremos, agora, o olhar para as relações da esfera privada de modo a obter indícios para uma comparação com os resultados da esfera pública. O objetivo é saber se o personagem político construído pelo marquês do Lavradio nas relações da esfera pública se mantém no âmbito privado.

No que se refere ao tratamento na esfera privada em função das relações sociais estabelecidas entre os interlocutores, a análise quantitativa nos oferece o quadro a seguir:

Relações sociais	Tu	Vós	Você	V. Mcê	V. S^a	V. Em^a	V. Ex^a	Total
assimétrica ascendente	1 1%	21 20%	-	2 2%	-	23 22%	56 54%	103
simétrica	201 63%	-	35 11%	-	1 0%	-	84 26%	321
assimétrica descendente	-	-	78 81%	-	12 13%	-	6 6%	96

Tabela 10. Formas de tratamento em função das relações sociais: esfera privada

Como observado na esfera pública, nas relações assimétricas ascendentes da esfera privada, de inferior para superior, a forma nominal *Vossa Excelência* apresenta-se como mais produtiva, contabilizando 54% das ocorrências. Ainda assim, não se pode deixar de mencionar taxas significativas de *Vossa Eminência* e *Vós*, com 22% e 20% respectivamente. A utilização das formas nominais nessas relações não nos causa surpresa, uma vez que esperávamos encontrar justamente formas dotadas de conteúdo

cerimonioso e formal. No entanto, é bastante interessante comentar a utilização da forma pronominal *Vós*, já que ainda apresenta, no terceiro quartel do século XVIII, resquícios de respeito e cortesia.

No trato simétrico, a forma *tu* apresenta os maiores índices (63%), corroborando os resultados encontrados para a esfera pública. Seguem, com menor frequência de uso, *Vossa Excelência* (26%) e *você* (11%). Por fim, nas relações assimétricas descendentes, observamos um uso quase categórico da forma *você* (81%).

Esses resultados gerais não esclarecem alguns pontos. Como explicar o resquício de tratamento cerimonioso aportado pela forma *Vós*? O que determina o uso da forma cortês *Vossa Senhoria* em cartas para destinatários hierarquicamente inferiores? Que valor aportava a forma *você* nas relações assimétricas descendentes? Esse uso poderia entremostrat a utilização da norma do português europeu? Na sequência, apresentaremos uma análise qualitativa a fim de “captar a real intenção de uso” e o efeito que essas formas poderiam ter nas relações nas quais foram empregadas.

- Desenrolando o novelo: a abordagem qualitativa para o entendimento das tramas familiares

Acreditamos que os papéis sociais na esfera privada eram mais marcados e delineáveis, uma vez que as hierarquias estariam mais bem definidas. Assim, nosso intuito é verificar se há divergência das estratégias utilizadas e o modo pelo qual são condicionadas, analisando como as formas de tratamento refletem a hierarquia familiar. Pretende-se observar se o jogo de máscaras adotado na esfera pública se mantém na esfera privada, ou se há um “desmascaramento” do marquês do Lavradio.

Em outras palavras, objetivamos constatar se o personagem político existe também no âmbito privado, observando o discurso do marquês do Lavradio sem a máscara de vice-rei (um pouco mais de seu *eu-para-si*, em contraposição ao *eu-para-o-outro* da esfera pública).

6.4.1 – Relações assimétricas ascendentes na esfera privada

Encontramos, para as relações assimétricas ascendentes, as seguintes formas:

Destinatário	Formas de tratamento utilizadas
Condessa de São Vicente, sogra	Vossa Excelência
Principal de Almeida, tio	Vossa Excelência Vossa Mercê
Cardeal da Cunha, tio da esposa	Vossa Excelência Vossa Eminência
Conde de Resende, marido da tia da esposa	Vós Tu

Tabela 11. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas ascendentes: esfera privada.

De uma forma geral, constatamos que a forma *Vossa Excelência* predomina sobre as demais, já que é utilizada para três dos quatro destinatários que compõem essas relações. Diante do repertório de formas de tratamento, que se apresenta mais amplo do que na esfera pública, era de se esperar que essa forma nominal de tratamento fosse a mais utilizada⁶⁷.

Podemos ler, assim, em uma carta de 3 de agosto de 1772, destinada à sogra, a Condessa de São Vicente:

(54) “MinhaMay emuito minha Senhora do meomayor Respeito Pellosz | ultimoz Navioz que daqui partiraõ, tive ahonra depôr omeo profun | do Respeito, eescravaidaõ, aoz pezde VossaExcelência, eaindaque Receyoque as minhas Repe | tidaz Cartaz possaõ dar algumdescomodo a VossaExcelência premita VossaExcelência ao | meo amor, aminha Saudade, eaminha obrigação | (...) | dezejo Rogara VossaExcelência muitas vezezmedê | aserteza daconservação daSaude de VossaExcelência, edetoda asuaExcelentissima Caza | porque tanto meintereço”

Essa é uma estratégia bastante recorrente na esfera privada de se iniciar a carta, com a captação da benevolência. Podemos observar que o marquês do Lavradio faz um pedido à sogra, para que esta não deixe de enviar-lhe notícias. O que na esfera pública poderia ser tido como ordem ou pedido, aqui é analisado como um desejo, o que mostra uma diferença de tom em tratar o interlocutor.

Observamos, na carta escrita ao tio, Sr. Principal de Almedia, em 20 de fevereiro de 1770, um ato com valor ilocucional de agradecimento. Esse ato raramente acontecia

⁶⁷ Não existia nenhum tipo de tratado epistolar que descrevesse a utilização das formas de tratamento no âmbito familiar.

nas cartas da esfera pública, a exceção das missivas destinadas a D. Antonio de Noronha, governador e capitão-general de Minas Gerais:

(55) “Meu Tio, e *Senhor* domeu Coração, edomeu mayor Respeito; | Depois dequaze Sete mezes de não Receber novas de Vossa Excelência | Chegaõ seis Navios aeste porto, enelle tenho oincom | paravel gosto de Vossa Excelência mefavorecer comRepetidas Cartas | Suas; Euasagradeço infinitamente a Vossa Excelência eograndissimo | gosto comque Recebi todas héhuã evidente prova do | *muíto* que mesaõ estimavel eoquanto eumereço a Vossa Excelência | acontinuação destefavor emque tanto meintereço”

O recurso de auto-depreciação / humilhação também é bastante recorrente nestas relações e podemos entendê-lo como recurso típico da seção de captação da benevolência. A título de exemplificação, podemos ler a carta destinada ao mesmo destinatário, em 21 de setembro de 1772:

(56) “Vossa Excelência aseite a Respeitoza obediencia comque em tudo dezejo | darlhe Gosto.”

De uma forma geral, o objetivo das cartas nessas relações era basicamente informar sobre os acontecimentos da Colônia. Para dois dos destinatários, o marquês do Lavradio usa, predominantemente, formas de tratamento distintas de *Vossa Excelência*. Vemos, assim, a carta destinada ao tio da esposa, Cardeal da Cunha, em 23 de dezembro de 1770, a utilização da forma *Vossa Eminência*, pelo fato de o destinatário ocupar, na Corte, o cargo de Cardeal Inquisidor:

(57) “Recomendame Vossa Eminência aprontavenda dosbenz | *que* há nesta *Capital*, pertencentes aofisco, dizendome hajadepromover | estas vendas em forma *que* na Nau deGuerra, posa Ser Remetido | odinheiro doseu importe”

O que Lavradio faz, na verdade, é um pedido ao Cardeal da Cunha. No entanto, na hora de fazê-lo, utiliza o verbo “recomendar”, de modo a suavizar a imposição desse pedido. É interessante observar, também, na mesma missiva, a forma afetiva com que trata esse destinatário:

(58) “Agora permitame Vossa Eminência, depois deSegurar-lhe | oquanto estimo aSerteza dacontinuação daboaSaude de Vossa Eminência | *que* euhaja deportestar-lhe oquanto meintereça toda atençaõ *que* a | Real

Grandeza d'ELREY meuSenhor tem tido aos distentisi | moz
merecimentozde Vossa Eminência”

Por fim, na carta destinada ao Conde de Resende, marido da tia da esposa, datada de 18 de novembro de 1770, observamos a utilização de formas relacionadas ao pronome *vós*:

(59) “Huã emilvezes vós a | gradeço ageneroza compaixaõ comque
mefavoreceiz porestes Navi | os, permitindome aestimavel fortuna
ehonrasdeCartas vossas, | com asquaes tenho agostoza Satisfaçaõ desaber
dayossa boaSaude | quenaõ só volladezejo Sempre”

Essa forma, ainda que somente destinada a esse interlocutor hierarquicamente superior (tio) e mais velho que o marquês do Lavradio, ainda carrega, no século XVIII, uma carga semântica de respeito e deferência⁶⁸. Na mesma missiva, Lavradio pede desculpas por não escrever mais freqüentemente a esse destinatário, através de uma auto-depreciação. Esse recurso de inferiorização, conforme abordado também na esfera pública, pode ser entendido como um recurso recorrente que capta a benevolência do interlocutor, sendo assim uma estratégia discursivo-pragmática específica nas cartas do marquês do Lavradio:

(60) “EumeuSenhor naõ tenho procurado ahonra demais vezes es |
crevervós, naõ só, por vós naõ querer tomarotempo, inutilmente | com
aminha correspondença, mas tambem por medar pouco | Lugar aeste
exercicio osmeus impertinenteseLaboriosos em | pregoz,”

E ainda pede desculpa pela extensão de sua carta:

(61) “Perdoaime meuSenhor o tersido tam extenço, epermetime |
emtodaaparte as vosasordens, que executarei Sempre com amais Respei |
toza amizade Deoz vósGuarde muitos anos”

Entretanto, em algumas cartas, há a coexistência de duas formas de tratamento. Na carta destinada ao tio, Sr. Principal de Almeida, em 20 de fevereiro de 1770, conforme visto, a forma *Vossa Excelência* mostra-se como a estratégia mais produtiva. No entanto, em um determinado momento, observamos:

⁶⁸ Outra leitura para o uso da segunda pessoa do plural é que pode se tratar de uma tradição discursiva presente no gênero carta do século XVIII, e não simplesmente como um emprego de tom arcaizante.

(62) “Estimo que VossaMerce continue apaçar taõ bem como l eu lhedezejo, eque ainconstancia das estaçoenz que ouve l oanopasado emEuropa em nada prejudicaçe aboa l Saude edespozição de VossaExcelência.”

Para expressar um desejo, o marquês do Lavradio utiliza a forma nominal *Vossa Mercê*, seguida da forma nominal *Vossa Excelência*⁶⁹. A primeira leitura para esse uso advém da teoria postulada por Brown & Levinson (1987). Quando se faz um desejo, não se sabe se o interlocutor quer que esse mesmo desejo se cumpra. Seria, assim, um ato que vai de encontro à face positiva do destinatário. Assim sendo, a utilização da forma menos cerimoniosa seria uma estratégia de mostrar que a distância entre os dois não era tão grande assim que não permitisse que tal ato fosse proferido.

Entretanto, podemos, também, ver esse ato como um ato de valorização da face do interlocutor, segundo Kebrat-Orecchioni (2006), um AVF. Essa estratégia, nessa leitura, não foi constatada na esfera pública.

Na carta destinada ao Conde de Resende, em 18 de novembro de 1770, o remetente utilizava majoritariamente as formas do pronome *vós*. Entretanto, em uma das passagens, deixa entrever a forma *tu*:

(63) “Logo que Recebi aVosa Segunda Carta, emque me l fazeis amerce deincarregar, oimportante negocio que pode faceli l tar abrevidade do Cazamento do Senhor Dom Jozé deCastro, entrei com l omayor empenho, afazer diligencias, que me Recomendavas, l nomodo, quehé posivel ahum ViceRey, que em negocios Semelhantes l hé precizo conduzirce, com muito jeito, para Setirar deSemelhantes nego l ciaçoens, Semalguma daquellas denegridas manchas, comque l deoius depasarmoz, porimsoportaveis trabalhoz, costumaõ l fazer danosa independencia asferidas, que são mais Sensi l veis anossahonra;”

De acordo com o tratamento utilizado em toda a missiva, era de se esperar a forma verbal *recomendáveis* e não *recomendavas*. Podemos conjecturar, aqui, que essa utilização pode ser vista como um uso de polidez positiva, de modo a aumentar a aproximação com o interlocutor, declarando haver acatado uma recomendação do Conde de Resende.

Por fim, na carta destinada ao tio da esposa, Cardeal da Cunha, em 23 de dezembro de 1770, observamos o predomínio de *Vossa Eminência*, em função da

⁶⁹ Essa expressão de desejo também pode ser vista como uma forma cristalizada típica de carta, podendo ser classificada como uma possível tradição discursiva da época. Entretanto, como não dispomos de outros exemplos que corroborem com essa idéia, decidimos, aqui, analisá-la à luz da teoria pragmática que fundamenta este trabalho.

orientação religiosa do destinatário. No entanto, em um determinado momento, verificamos a utilização da forma nominal *Vossa Excelência*. Nesta ocasião, o marquês do Lavradio faz referência ao fato de ter seguido as instruções do Cardeal da Cunha no episódio da venda de propriedades para conseguir recursos para o vice-reino:

(64) “odezejo que eu mostrei deter ahonra deex | cutar ospreceitos deVossa Excelência, fes comque seconsequiçe avenda | comdinheiro avista damayor parte das propriedades que ainda que bastante | mente aRuínadas, eraõ asque davaõ esperanças deseponderem Redificar | com menos despeza, eestas foraõ vendidaz, pormais doque foiasua | avaLuação;”

Podemos concluir, nesse momento, que o uso que predomina é *Vossa Excelência*, conforme esperado. Sempre que houve concomitância de formas, o uso é justificado por tentar trazer para perto o destinatário, como uma estratégia de polidez positiva, isto é, um acelerador social.

6.4.2 – Relações simétricas na esfera privada

Vejam, agora, como se dava o tratamento nas relações simétricas. Observemos o quadro abaixo:

Destinatário	Formas de tratamento utilizadas
marquês de Penalva, sogro da 1ª filha	Vossa Excelência
marquês de Angeja, sogro da 2ª filha	
Conde de Valadares, primo	
Conde de Bobadela, marido da sobrina-neta de seu avô paterno	
Conde de São Vicente, cunhado	Vossa Excelência Você Tu
Antonio de Melo, primo	Vossa Senhoria Tu
D. Martinho de Almeida, irmão	Você
Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna	Você Tu

Tabela 12. Formas de tratamento utilizadas nas relações simétricas: esfera privada.

Como podemos observar, é bastante variada a quantidade de estratégias utilizadas para o interlocutor nas relações simétricas. Conforme descrito por Brown &

Gilman (1960), essas relações podem ser marcadas por relações não-solidárias (V – V) ou por relações de maior solidariedade (T – T).

Na carta destinada ao sogro da primeira filha, marquês de Penalva, em 23 de junho de 1770, a forma de tratamento utilizada é *Vossa Excelência*:

(65) “Deme VossaExcelência muito miudas novas do Conde Tarouca | esua Saude metem devido hum cuidado que só o iguala o amor | que elle também medeve; a nossa filha semetem chorado | mui cuidadoza, e cheya de Saudade, enão sei sequando Li asua | Carta os meus olhos ficaraõ muito enchutoz”

E na carta destinada ao sogro da segunda filha, marquês de Angeja, em 24 de junho de 1772, podemos ler:

(66) “Agradeço a VossaExcelência os paravens que medá demeu novo netto, que | em segurar a VossaExcelência que nesta noticia tive tanto gosto, como tive no | nascimento do primeiro e heideter no do outro que tam ansiozamente fico esperando | parece me que tenho feito as mais fortes expreçoens da grande consolação | em que fico, ainda que confeço a VossaExcelência que já me vaõ faltando as forças para | soportar portanto tempo o gosto de o hir ver e abraçar, e congratular me | pessoalmente com VossasExcelências em huaz ocazioens que atodoz tanto nosintereção | poremvou a menos já enganando a minha imaginação principiando | a mandar introuchar o meu fato, esperando o quem merecerei da Real | piedade de EL REY meu Senhor o permitirme brevemente o Regreço para a minha | Caza, onde assistindo a VossasExcelências viverei com mais consolação, menos | trabalho e desgostoz.”

Nesta carta, o marquês do Lavradio agradece os parabéns pelo nascimento do seu segundo neto, também neto do interlocutor. Nesses casos específicos, podemos tecer algumas considerações a respeito do uso formal do tratamento para esses dois interlocutores, levando-se em consideração a questão das redes de alianças entre a Fidalguia Portuguesa.

Consoante Santos (2002), o casamento era imprescindível para o funcionamento do mecanismo de formação de alianças, cujo objetivo era aumentar o prestígio político de uma Casa sempre em função de sua sobrevivência e reprodução. Não poderia ser diferente na constituição da rede social do marquês do Lavradio. O entendimento do casamento, como forma de constituição de alianças, deve derivar da aceitação de sua prática como ato eminentemente político. O casamento, visto como uma forma de manutenção do poder político, permaneceu como um negócio familiar, um contrato que construía redes de aliança e solidariedade econômicas, políticas ou sociais entre

famílias. Era um acordo legalizado entre famílias, mais do que entre indivíduos. O casamento legal era condição fundamental para a estabilidade econômica, busca de *status*, ascensão social e obtenção, em muitos casos, de posições administrativas. Assim sendo, o tato no tratamento para os sogros das filhas se justifica pela manutenção de um casamento que atribuía a sua Casa prestígios sociais.

Antes que houvesse a contração do matrimônio da primeira filha com o filho do marquês de Penalva, o marquês do Lavradio, ainda como governador e capitão-general da Bahia, lhe escreve, em 15 de dezembro de 1768⁷⁰:

“Meu primo, meu amigo e senhor muito do meu coração o grandíssimo amor, e respeito que sempre professei à Casa de V. Ex^a, a grande estimação com que sempre contemplei as estimáveis alianças que a minha Casa tinha a honra de ter com a de V. Ex^a, todos êsses motivos acrescentam o grandíssimo gôsto com que estimo que se achasse desembaraçada em minha Casa uma filha que creio que o especial amor que sempre lhe tenho tido era já um presságio de haver de dever-lhe a ela o renovarem-se tão gostosamente para mim os vínculos tão estimáveis do nosso parentesco; V. Ex^a me não excede no gôsto com que me lisonjeia nesta nova aliança, e seguro a V. Ex^a que ela para mim é tão estimável que só presentemente poderia ter a fôrça de me fazer respirar, orar de contentamento neste clima, país e emprêgo tão trabalhoso (...) sendo certo o ser-me muito estimável esta aliança, me faz ainda um gôsto, e consolação mais excessivo, que uma filha que eu tanto amo, vá ter por obrigação junto a si aquêles modelos da mais sólida, e respeitável virtude”⁷¹

Na sociedade colonial da segunda metade do XVIII era importante contrair bons matrimônios, de modo a aumentar o prestígio da Casa de Lavradio. Assim, esses personagens, após o casamento, tornavam-se “parentes” de Lavradio: os sogros passaram a ser “primos” e os genros, conseqüentemente, “filhos”.

A mesma situação acontece com a segunda filha do marquês do Lavradio, que se casa, em janeiro de 1768, com o filho do marquês de Angeja. Para manifestar a conveniência desse consórcio, Lavradio assim escreve a este destinatário, em 1º de maio de 1769:

“Meu primo, meu amigo, e meu senhor, a V. Ex^a não será nôvo o quanto sempre me foi estimável a aliança com a Casa de V. Ex^a e vindo consegui-

⁷⁰ Ainda que as cartas escritas na Bahia, entre 1768 e 1769, quando o marquês do Lavradio ainda ocupava a posição de governador e capitão-general da Bahia, não sejam o objeto de estudo desta dissertação, torna-se pertinente utilizá-las de modo a auxiliar na compreensão de alguns fatos que aconteciam na esfera privada. Vale dizer que essas cartas não foram reeditadas e, por isso, apresentam-se tal como foram publicadas.

⁷¹ LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*, p. 68.

la agora tão gostosamente em tempo em que eu me achava de posse da amizade, e favor de V. Ex^a, de que gôsto, e consolação me não terá sido esta notícia, dela me dou mil parabéns, e os dou também a V. Ex^a a quem espero minha filha saiba agradecer, e merecer a escolha que V. Ex^a fêz dela (...) Ao meu estimável nôvo filho escrevo, e se ele antes destas novas alianças me devia já a amizade de que êle não pode deixar de lembrar-se (...) eu já hoje falando dêle não devo ser menos suspeito que V. Ex^a, êle tem no meu coração igual parte, que aquela que a natureza deu no de V. Ex^a.⁷²

Dessa forma, Santos (2002:46) afirma:

A preocupação com o acerto dos casamentos e decorrentes alianças, insere-se no bojo do dever de honra que o fidalgo portava em reconhecimento de sua indicação para a prestação de serviços tão importantes, como um Vice-reinado na América ou mesmo o governo de uma capitania do quilate da Bahia.

Para finalizar essa discussão, torna-se pertinente mostrar que essa inclusão de membros à sua família também pode ser evidenciada no âmbito lingüístico. Para tanto, utilizaremos uma carta, escrita em 8 de março de 1769, ao genro Conde de Vila Verde, que passa, após a contração do matrimônio com uma das filhas de Lavradio, a ser chamado de “filho”. Ainda que as relações assimétricas descendentes sejam analisadas posteriormente, ainda nesta seção, é relevante incluí-la neste momento:

“Meu querido filho e senhor do meu coração, a verdadeira amizade que V. Ex^a há tanto tempo me devia, deve fazer a V. Ex^a mais um argumento do lugar que terá na minha estimação esta nova aliança, a grande qualidade de V. Ex^a, as suas nobilíssimas circunstâncias bastariam para o nôvo parentesco com V. Ex^a, e com a sua Il^{ma} Casa me ser sumamente estimável junte V. Ex^a a estas razões (que só por si sobejavam) as da amizade, e carinho de que V. Ex^a já me era devedor; finalmente meu filho eu estou cheio da maior consolação, e maior gôsto com êle lhe dou a você e os recebo também muitos, e muitos parabéns, e não sofrendo já o meu contentamento que eu deixe de tratar a você com aquele carinhoso tratamento do nosso nôvo parentesco, eu me sirvo já dele não só para lhe mostrar o meu amor, mas porque como estas notícias as recebo já a tempo de você ter tido mais liberdade com minha filha, posso tê-la também de o tratar com menos cumprimento”.⁷³

É interessante observar que a missiva é introduzida com a utilização da forma nominal *Vossa Excelência*. Após um determinado momento, esse uso é abandonado, dando lugar à forma *você*, que marca maior solidariedade e proximidade entre os

⁷² LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*, p. 178.

⁷³ LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia (1768-1769)*, p. 126.

interlocutores. Até o momento da decisão do matrimônio, Lavradio se dirigia ao filho, que na verdade era seu genro, por *Vossa Excelência*. Após a contração do matrimônio, passa a tratar-lhe de *você*, já que a distância social passa a ser menor, o que justifica que o risco de qualquer ato na interação será, conseqüentemente, menor também.

Passaremos, agora, para a análise dos demais destinatários. Em uma carta escrita ao Conde de Valadares, marido de sua prima, datada de 30 de maio de 1772, constatamos a presença da forma de tratamento *Vossa Excelência*:

(67) “Aproveito esta ocasião para merecer a Vossa Excelência as notícias da Sua Saúde, e a chegada dos Senhores Generaes a esta Capitania aos quaes não escrevo por não aumentar o trabalho da jornada.”

O marquês do Lavradio, ao proferir um pedido, o faz na forma de merecimento, de modo a atenuar a imposição do ato de fala. O mesmo tratamento se verifica para o Conde de Bobadela, marido da sobrinha-neta de seu avô paterno, em 14 de dezembro de 1771:

(68) “Rogo a Vossa Excelência queira Repetir-lhe as maiores confições que me deu a | gradecimento, quando eu pude de alguma forma dar execução ao que Sua Excelência | me ordena, Responderei dando contadimem, eficará desculpado | admo que tenho tido, em não protestar mais tempo aospezde | Sua Excelência o meu profundo Respeito. | (...) | E de vera desculparme com Vossa Excelência pela Resoluçã que | tomei de deixar ficar naminha Companhia Francisco de Paula, porem vem | do pouca vocaçã que o Rapas para Frade, e que a Família de | Vossa Excelência não tinha sido da que La Profiçã, que fizeraõ sempre taõ destinto | e Glorioso onome da mesma família, o que este o tinhaõ ilustrado tanto | as destintas ebrilhantez açoenz da vida Militar na qual eu poderia | achar milhares de exemplos para lhes servirem de modelo, por todas estas | Razões, me pareceu não seria desagradavel a Vossa Excelência este meu prece | pitado arbitrio;”

Observamos que diversos atos são próprios, assim, da esfera privada, como o pedido, feito através de um rogo, e das desculpas, que servem como atos ameaçadores da própria face positiva do marquês do Lavradio. Por serem recorrentes e próprias de uma esfera específica, tais estratégias também poderiam ser entendidas como exemplos de tradições discursivas desse tipo de carta.

Os resultados até aqui descritos mostram que, ainda que as relações sejam simétricas com o uso de V – V, de acordo com Brown & Gilman (1960), verificamos

que estas relações não se mostram como não-solidárias; pelo contrário, configuram-se como relações solidárias em torno da assimetria revestida de poder.

Passemos para as interações nas quais há a utilização de mais de uma forma de tratamento. O primeiro desses destinatários é o Conde de São Vicente, seu cunhado. Grande parte das formas de tratamento está relacionada a *tu*, como podemos ver na carta de 23 de junho de 1770:

(69) “Meu Irmaõ, e *Senhor* domeu *Coração* ainda que porestas duas ultimas l vezes de chegada de Navio não tive o gosto de Receber Carta tua, nem l assim quero deixar de hir Segurar te aminha verdadeira amizade, com- l aqual temereço me queiras dar o gosto de boas novas tuaz, e de toda l atua Excelentissima *Caza* a quem peso me queiras Recomendar com o mais l profundo *Respeito*.”

O tom é de proximidade, o que para Brown & Gilman (1960) seriam as relações simétricas marcadas pela solidariedade (T – T). É interessante observar que, ao utilizar a forma plural, na qual inclui, entre outros interlocutores, o destinatário, o marquês do Lavradio ora utiliza a forma *Vossas Excelências*, ora a forma *Vocês*, como podemos ver na carta datada de 17 de novembro de 1770:

(70) “Meu Irmaõ e *Senhor* domeo *Coração*, nas brevisimas l Cartas que tive o gosto de Receber tuas, medás a estimavel Serteza l datua boa Saude, e de toda atua *Excelentissima* *Caza* e *Familia*, que eu l infinitamente estimo, e te agradeço dezejando que esta se conserve a l todas Vossas Excelências Sempre tão *felizmente* como tu opodes crer da *minha* verda l *deira* efiel *amizade*.”

(71) “Como esta Carta poderá chegar, em tempo, ó dees l tares em *Salvaterra*, ó de te achares de *Semana* e *neçaso* *Cazi* l *oens*, *peLo* que vejo datua Carta do *Conde* do *Prado*; lhes obejaa Vocês l tampouco tempo, Como eu julgo das Cartas que Vocês daquelles Lu l *gares* me escrevem, não quero Rogar inutilmente obrigando-os l a Ler por mais instantes as minhas impertinências”

O condicionamento dessas formas é feito em função do outro, isto é, em função do(s) interlocutor(es) que constituem a pluralidade. Consideramos que quando há referência à Casa do interlocutor, haja algum membro hierarquicamente superior, o que justifica a utilização da forma nominal *Vossas Excelências*. Por outro lado, quando temos o conjunto plural Conde de São Vicente e Conde do Prado, ambos pertencentes às relações simétricas, temos a forma plural esperada *Vocês*.

Em uma carta, datada de 5 de outubro de 1772, na qual a forma de tratamento predominante é *tu*, observamos a utilização da forma *você*:

(72) “Meu Irmão e Senhor do meu Coração. Passão-se meze e meze que não tenho o gosto de receber Carta tu, quando me deve sempre tanto interesse, assim a saúde tua, como a continuação da tua amizade, Chegou finalmente agora ao Cação de me favorecer e rezar com tua Carta, que me é infinitamente estimável, por me segurares passas bem, e toda tua Excelentíssima família. Estimo que a Condeça minha Senhora, vá continuando felizmente nas suas esperanças, e dezeje todas as felicidades que a sua virtude e respeitáveis circunstâncias tanto merecem (...). Seja a Você muito parabem, e eu também o recebo da nova incumbência do Senhor Cardeal, eu quizeria escrever-lhe, e por como sua Eminência, meu irmão tem querido fazer honra de responder-me, e tem as minhas cartas o incomodam, dezejarei que tu dizendo-lhe isto mesmo da minha parte, lhe ajazes de segurar, o quanto a mesa estimáveis, e interesse as felicidades de sua Eminência.”

A forma *você* se encontra, no exemplo acima, em um ato de felicitação que, de acordo com a Teoria da Polidez de Brown & Levinson (1987), ameaça a face positiva do interlocutor, por atingir a sua auto-imagem. Podemos conjecturar que a forma *você* funciona, assim, como um atenuador para a imposição desse ato, o que evidencia o uso de *você* como uma forma de maior respeito e cortesia, se comparada ao *tu* íntimo.

O próximo destinatário é o primo legítimo, Antonio de Melo. Para esse interlocutor, são observadas duas estratégias de tratamento, a saber: *tu* e *Vossa Senhoria*. A forma predominante é *tu*, em um tom afetivo e próximo, como pode ser observado na carta datada de 26 de março de 1773:

(73) “tu sempre me conheste, e se tem- por algum dia permitir que tu possas ver os efeitos do meu Coração, tu o acharas sempre o mais fiel, mais constante, e o mais puro, e conhecerás assim tu, como aqueles, que talvez de mim pouco, esperam que a escolha das amizades deve ser pela mesma Regra, que a das espadas, as velhas são mais fieis, são mais fortes e sempre são constantes, as novas são falsas, brandas, e de pouca duração”

No entanto, em uma carta datada de 20 de fevereiro de 1770, observamos a utilização da forma nominal *Vossa Senhoria*:

(74) “A tua carta que recebi por estez Navioz foi a primeira que me chegou tu (sic.) a minhas mãos depois que vim para a América, e nas cartas do meu amado Prado sempre lhe fazia mil recomenções para os meus Amigos, com [inint.] ajustei que quando escrevesse a hum os outros todos tomam tão bem a tua por sua, he certo que as respostas de Prado me puseram

em bastante desconfiança | sobre a sua amizade de voces para comigo porque sendo as minhas cartas para elle muito compridas para que pode caber acadahum | quatro ó cinco Regras, no Cazo de quererem brigar peLa Reparti | ção; vir hir diminuindo as suas Respostas em tal forma, que em a ginei assim mesucedia com os meus amigos, e como politica de | Prado me não queria quaes eraõ o que de mim senão Lembraõ, | me não Resolvi escrever que aquelles que pelas suas Cartas me | mostravaõ quedemim senão esqueciaõ; tu istosaõ humaz justis- | ficaõez taõ fortes que a Respeitavel prudença de Vossa Senhoria não dei | xará de atendellas com amays terna piedade”

Podemos observar um ato de fala com valor ilocucional de queixa / repreensão, por não ter resposta satisfatória às suas expectativas. Esse ato se caracteriza por ameaçar a face positiva do interlocutor, com o sentido de receber uma crítica ou uma desaprovação. Assim sendo, a estratégia de tratamento *Vossa Senhoria* funciona como uma atenuação, de modo a diminuir a diferença de poder existente, diminuindo, conseqüentemente, o risco de imposição do ato.

Outro destinatário é o irmão do marquês do Lavradio, D. Martinho de Almeida. Em uma carta de 20 de fevereiro de 1770, observamos que a única estratégia de tratamento utilizada é a forma *você*:

(75) “ultimamente cadavez mais me | persuado do pouco que os que ficam em Europa se lembraõ dos mizera | veis que pasamos para o America sem embargo de todaz estaz | queixas sempre desejo a Você amais perfeita saude, e que esta | alogre Você com a felicidade.”

Para esse destinatário, somente a forma *você* é utilizada, representando uma relação T-T mais solidária entre os irmãos. Esse uso se aproxima à utilização da forma *tu* para outros destinatários, em relações de maior proximidade. Aparentemente, a forma *você*, ainda que em outros contextos se apresente motivada pragmaticamente e com alguma carga semântica de cortesia, é empregada aqui como uma variante de *tu*. Teríamos já indícios que a forma *você* estaria propensa a ocupar, mais tarde, os mesmos contextos funcionais e discursivos que *tu*.

O último destinatário que nos falta analisar é o Conde do Prado, sobrinho-neto de sua bisavó paterna, chamado por Lavradio de “primo”. Em uma carta de 11 de setembro de 1770, observamos que a forma de tratamento predominante em toda a missiva é *tu*, como podemos ver:

(76) “Compadeçete demim meuPrado, eáproveita toda | aoCaziaõ que tiveres deLembrar o Regreso daminha peregrinaçaõ, aqual | vai já completando tres annos, deGovernar gentes indômitas | edecarater bemdeferente aos meus sentimentos poreu assim | neste pais como emtodaaparte emque meachar, meseraõ sempre | demayor gosto emempregar nafortuna de servirte para | oque tens sempre prontissima aminha vontade.”

No entanto, esse tom fraternal não é observado durante toda a missiva. Ao começar a carta, nos deparamos com a seguinte situação:

(77) “MeuPrimo, meuAmigo eSenhordomeuCoração, aindaqueVocê | pouco seLembrajá deste miseravel americano, talvez por | ter medo selheajaõ depegar as minhas sarnar, ó as outras | mizerias, comque aque somoz devertidos, os que vimoz de Europa | sejaesta, ó qualquer outrarazaõ, nenhuã poderá diminuir a | minha amizade, nem aminha saudoza memória”

Podemos verificar, assim, que o marquês do Lavradio reclama da falta de notícias do destinatário. Ao proferir tal ato, que ameaça a face positiva do interlocutor, Lavradio se utiliza de uma estratégia de atenuação, com a utilização de uma forma mais cerimoniosa do que a que estava acostumado a usar, de modo a minimizar o risco do AAF. Diferentemente do destinatário anterior, em que não se podia evidenciar um conteúdo cerimonioso para a forma *você*, aqui essa idéia fica clara, o que nos leva a alocar a forma *você*, nesse contexto de uso, para um pólo mais próximo à forma original *Vossa Mercê*.

Em linhas gerais, podemos verificar que o tratamento nas relações simétricas é condicionado, em geral, na forma V – V com a estratégia *Vossa Excelência*, ainda que estas relações não se configurem como não-solidárias e na forma T – T com as estratégias *tu* e *você*. Cabe ressaltar, no entanto, que em alguns contextos, a forma *você* se apresenta tão solidária quanto a forma *tu*, ao passo que em outras situações ainda aporta uma carga semântica de deferência maior que a forma pronominal, tendo seu uso condicionado pragmaticamente.

6.4.3 – Relações assimétricas descendentes na esfera privada

Analisaremos, agora, as relações assimétricas descendentes. Observemos, pois, as formas utilizadas:

Destinatário	Formas de tratamento utilizadas
D. Francisco de Menezes, genro	Vossa Senhoria
Conde de Tarouca, genro	Você
Conde de Vila Verde, genro	

Tabela 13. Formas de tratamento utilizadas nas relações assimétricas descendentes: esfera privada.

O tratamento nessa esfera mostra-se através da utilização de duas formas: *Vossa Senhoria*, para D. Francisco de Menezes; e *você*, para os outros genros.

Para dirigir-se ao Conde de Tarouca e ao Conde de Vila Verde, o marquês do Lavradio utiliza a forma *você*, em um tom bastante paternal e afetuoso, como podemos ver, nas cartas datadas de 29 de janeiro de 1772 e 23 de junho de 1770 ao Conde de Tarouca e Conde de Vila Verde, respectivamente:

(78) “Você meperdoi alguns | termoz mais exprecivozcomque meexplico porem como omeuamor | oconcidera aVocê propriamente omeufilho sendo omeuCoração tão sencivel para | aqueLes seria indispensavez tambem que ofose para Você.”

(79) “Meufilhoe *Senhor* muito daminha veneração não mesendo | posivel oescreverde nãopropria continuo aproveitarme | daLiberdade queVocê medeu depoder escrever-lheporSecretario oque | faço pedindolhe mede aestimavelSertezade boas novas suas | que medevemsempre omayorintereçe.”

Nessas relações, fica bastante clara a utilização de um *você* solidário, apresentando-se bastante próximo à forma *tu*, o que nos fornece indícios que estaria ocupando os mesmos domínios discursivos outrora preenchidos pela forma pronominal.

Observemos, no entanto, a carta destinada a D. Francisco de Menezes, em 9 de março de 1776:

(80) “MeuSobrinho eSenhor da minha veneração. Ade | mora que houve em eu Receber Carta deVossaSenhoria pela ocaziaõ do | ajuste doseu Cazamento selebrado / com muita satisfação | minha / entre oSenhor *Dom*

Jozé deMenezes seu Pay, e a Mar l queza do Lavradio, com minha filha Anna de Almeida, tem l sido o motivo, de eu não ter amais tempo segurado a Vossa Senhoria o meu l grandissimo gosto, e conoçolação: Agora que Vossa Senhoria porCarta sua l meparticipa esta noticia, devo segurar-lhe, que para mim l he elaa huá das mais estimaveis, ede mayor interece, e que l este o tenho eu já omais excecivo, emdezejar a Vossa Senhoria, ea toda l asua Excelentissima Caza as mayores felicidadez.”

Como dito anteriormente, este era também genro do marquês do Lavradio. Um fato interessante de se notar é o fato de Lavradio referir-se a ele chamando-lhe de “sobrinho”, e não “filho”, como para os outros dois destinatários das relações assimétricas descendentes.

Sabe-se que a contração desse matrimônio aconteceu alguns anos depois do casamento das duas primeiras filhas. Na ocasião da escritura da carta, esse episódio mostra-se bastante recente. Esse pode ser o motivo pelo qual Lavradio, ao referir-se a esse destinatário, o trata com maior deferência, uma vez que a distância social entre esses interlocutores apresenta-se como maior em relação aos demais.

Outra evidência para essa afirmação é a de que o marquês do Lavradio, pelo recente acontecimento, talvez não sentisse ainda tanta intimidade para dirigir-se ao novo genro. Podemos observar, na parte final de cada carta, que faz referência a ele ainda como “D. Francisco de Menezes” e não através do título ostentado, já que se referia aos outros genros como “Conde de Tarouca” e “Conde de Vila Verde”.

Para concluir, podemos dizer que o marquês do Lavradio consegue separar, em parte, as relações sociais e se mostra no âmbito privado de forma relativamente diferente em relação ao público. Na grande maioria das relações, vemos um remetente que, embora ocupasse a posição de vice-rei, mostrava-se sem a máscara de seu posto, carregando, contudo, a máscara de uma figura pública interessada em garantir os interesses de sua Casa.

Entretanto, nas relações com os sogros das filhas, faz-se presente a máscara de vice-rei, em virtude da negociação dos casamentos das filhas. Aparentemente, o marquês quer garantir os interesses de sua Casa, já que estas relações sociais tinham relações diretas com a sua imagem enquanto nobre fidalgo português. Caso semelhante também é evidenciado no tratamento em relação ao novo genro, que assume, por ora, a

forma *Vossa Senhoria*, diferentemente do tratamento adotado para os demais genros devido à contração do matrimônio em épocas mais pretéritas.

Segundo Santos (2002), a sociedade do Antigo Regime estava marcada, majoritariamente, por relações assimétricas, ou seja, relações e alianças políticas representadas na forma de “amizades” desiguais, eminentemente hierarquizadas e geradoras de constantes estados de equilíbrio e desequilíbrio nas manifestações de poder e estratégias de ganhos políticos.

Esse panorama parcial dos círculos de parentesco / amizade de Lavradio aponta para um complexo nível das relações familiares e alianças políticas do vice-rei em relação à corte portuguesa.

Consoante Santos (2002:53),

as conexões familiares e o prestígio na Corte teriam beneficiado decisivamente a administração do maquês do Lavradio, desde a sua nomeação para o governo da Bahia. A aprovação requerida e sondada diversas vezes pelo Vice-rei sobre suas ações parte da conjunção de dois fatores essenciais: o amálgama das qualidades de um bom governante a serviço da Coroa, quais fossem a prudência, o valor, a responsabilidade, a prestação de contas e a experiência na guerra e as boas relações na Corte garantidas pelo *status* familiar.

Em outras palavras, as relações na esfera privada também apresentavam “máscaras”, de modo a garantir o *ethos* nobiliárquico da Casa de Lavradio (cf. Santos, 2002).

7. Considerações finais

Pelo que foi exposto neste trabalho, somos levados a reafirmar a idéia defendida, de que estar na posição de vice-rei no cenário do Brasil Colônia significava estar em uma posição de desconforto. Essa situação era causada principalmente pelo fato de proceder a um governo “às cegas”, em virtude da falta de clareza dos reais limites de seu poder em relação aos demais membros da máquina administrativa colonial portuguesa. Podemos dizer, fazendo alusão às contribuições da historiografia luso-brasileira, que seu poder era limitado e condicionado às instabilidades da sociedade colonial, além da má fase que Portugal já enfrentava desde metade do século XVIII. Assim, a *dissimulação do poder* era um estratégia para manter uma certa estabilidade nas relações administrativas da colônia.

Em consonância a essa opinião, Alden (1968) tece um comentário a respeito da nomenclatura do termo “vice-rei” em inglês, de modo a ilustrar a falta de equivalência do real vivenciado pelo marquês do Lavradio e o que seria, de fato, esperado para esse cargo. Segundo esse autor, para fazer referência ao vocábulo “rei”, o inglês apresenta a palavra “king”. Como em português, a língua inglesa também apresenta o prefixo “vice”, que antecede alguns nomes, conferindo-lhes um significado diferenciado. Entretanto, ao pensar em uma palavra que tenha a mesma equivalência a “vice-rei”, pensaríamos, por analogia, em “vice-king”. O que ocorre é que o inglês apresenta, para preencher essa idéia, um outro vocábulo, “viceroy”. Dessa forma, o autor conclui que Pombal não queria “vice-kings”, e sim “viceroys” para governar o Brasil, isto é, funcionários régios que figurassem como representantes do rei na Colônia.

O seu biógrafo Sá (1942:43) também havia registrado esse fato. Em um estudo bastante abrangente sobre a vida do marquês do Lavradio, enquanto vice-rei do Estado do Brasil, constata que, em um dos ofícios enviados à Coroa, Lavradio se queixa dessa inexatidão dos limites de seu poder e que uma das medidas descritas seria que “devia adoptar-se um sistema para o governo do Brasil e para isso os diferentes capitães gerais deviam comunicar todas as medidas que tomassem, ao Vice-Rei do Estado, o qual devia ser o conservador do sistema”.

Em outro capítulo, no qual aborda o conflito com os castelhanos na América, é descrito que Lavradio, depois da demissão do marquês de Pombal, escreveu ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, em 20 de julho de 1777, um relatório sobre os

acontecimentos do Brasil durante o período de 1774 a 1777, no qual se queixa da confusão das instruções que recebeu quando foi nomeado vice-rei.

Não se pode negar que, juntamente com essa imprecisão em torno ao eixo do poder, soma-se, a esse fato, o descontentamento vivenciado pelo marquês do Lavradio por haver sido nomeado governador e capitão-general da Bahia e, posteriormente, vice-rei do Estado do Brasil e por ter de viver na América.

Em uma carta destinada ao tio, Sr. Principal de Almeida, escrita em 20 de fevereiro de 1770, essa falta de satisfação fica clara⁷⁴:

“Nesta viagem pasei sempre enjoado, e como não pude vomitar durou-me o injeito muito mais tempo, padeci infinito da Cabeça; e do estomago quando aqui desembarquei, Cheguei bastante molesto, achei o Senhor Conde de Azambuja bastante convalescido devendo este benefício só a esperança que tinha do seu successor, por mais que lhe pedi que transferisse a minha posse para depois de alguns dias da minha chegada; assim para eu ter mais algum tempo de convalescer não só do trabalho e da viagem, mas também para poder nestes mesmos dias aproveitar das Lições de Sua Excelência para melhor acertar com as minhas obrigações não me foi possível o conseguimento, de forma que não podia da minha chegada tomar posse deste laborioso emprego, que a Vossa Excelência que cada vez me intimida [inint.] me assusta; Aqui não se conhece a verdade, faltando esta há bem claro a pouca sustentação que tudo o mais poderá ter, aparecendo que bastaria aquela Reza para mim meser insofribel esta Assistência de tão pouca qualidade os meus Cuidados, que tenho pouco tempo para cuidar naquella má circunstantia. Tem tal natureza este emprego que o Senhor Conde de Azambuja que tem sido hum dos vassallos, que com mais trava lho, e efficacia setem empregado no serviço de Sua Magestade pagando por todos os perigos que se oferecem nos Certos de estas Conquistas, atodos elles Resistio, e só não pode fazer a aos Cuidados deste Governo sendo tão certa esta verdade que desde odia que largou o Governo até hoje que escrevo a Vossa Excelência nunca mais teve nenhum leve defluxo, voltou a sua antiga alegria, principiou a nutrirse, e finalmente vá perfeitamente bom; que notavel há esta Expreça Meu Tio domeu Coração, para quem já vem prevenido, para isto lhe succeder, e confio que inge nuamente a Vossa Excelência que sena Bahia eu contava os dias por anno, e no Rio de Janeiro as horas por seculoz;”

Além disso, é sabido que os vice-reis do Brasil tinham de arcar com grande parte das despesas feitas no vice-reinado. Sobre essa questão, Sá (1942:1) afirma que “começando por governar a Bahia e passando depois a Vice Rei do Brasil, ali permaneceu por 11 anos durante os quaes poz ao serviço de tão vasto imperio toda a sua intelligencia, toda a sua energia, toda a sua actividade e até a sua fortuna pessoal”.

Segundo o mesmo autor,

⁷⁴ O Sr. Conde de Azambuja, mencionado na missiva, foi o antecessor de Lavradio no vice-reinado.

a sua administração foi de tal forma honesta e desinteressada que, quando no fim de 11 annos desembarcou em Lisboa, não trazia dinheiro para gratificar os remadores do escaler Real que o fora buscar, sendo necessário que seu filho, o 6º Conde d'Avintes, lhe trouxesse a quantia suficiente tanto para esse fim como para mandar comprar, em uma loja de ourives da capital, alguns presentes de pedras do Brasil, fingindo os trouxéra de alem-mar para suas filhas. (Sá, 1942:2)

Nas correspondências trocadas com o tio, Sr. Principal de Almeida, Lavradio também se manifesta a esse respeito, comentando a situação vivida por seus antecessores e o possível futuro que lhe esperava:

“o *Senhor* Conde de Cunha mandando vir todoz | os Annoz amayor parte do *Rendimento* da Sua Caza não tendo | dado nunca hum jantar publico ficou devendo de 16 mil | Cruzados e meu Antecesor, que senão pode viver mais par- | camente do que Sua *Excelência* vivia, foi obrigada agora na sua Reti | rada avender athe o ultimo guardanapo, e garfo de que | Se servia, e hum destes dias asinou hua escritura de | divida de Dez mil Cruzados, para poder ter com que fizeçe | asuato na viagem Ora Colija *Vossa Excelência* agoradaqui em que | Estado ficarei eu Se Sua *Magestade* não der providencia aque | os *ViceReys* tenhaõ osoldo competente pois para oservirmoz | com independencia onaõ podemos fazer semtotalmente a | Ruinarmoz as Nossaz Cazes, equem tem já asua *bastante* | mente molestada desta quixa oque pode esperar hé ficar | toda asua vida morrendo de fome, e seus miseraveiz *filhos*”⁷⁵

Na mesma missiva, no entanto, podemos ver que, ainda que se incomodasse por esses assuntos e desejasse voltar a Portugal, de nada poderia queixar-se à Corte:

“E sobre esta materia não falohuã só palavra | ao *Ministerio*, porem hé certo que eu imagino que o mes- | mo *Ministerio* não hé Sabedor do que acabo de Repetir a *Vossa Excelência*, | porque não só por Compaxaõ das nosas Cazes teriaõ acodido | a Ruina que a ellas se segue, mas athe porque hé contra a *Auto* | ridade do *Lugar* que overem vender tudo amanhã aquem | hoje esteve figurando tanto, e ainda assim sahir cheyo de *Di*- | vidaz por não ter com que as satisfaça;”

Assim sendo, diante de tudo o que havia vivenciado no vice-reinado, o marquês do Lavradio deixa, na entrega de seu governo, para seu sucessor, Luiz de Vasconcellos e Souza, um relatório⁷⁶ no qual podemos ler:

⁷⁵ Carta destinada ao tio, Sr. Principal de Almeida, em 20 de fevereiro de 1770.

⁷⁶ Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Nº 16, Janeiro de 1843.

Ainda que as brilhantes luzes de V. Ex^a e os seus grandes e conhecidos talentos possam facilmente compreender o que ha de mais importante n'esta Capitania, e a penetração de V. Ex^a poderá ver mais depressa aonde serão necessarias primeiro as sabias providencias de V. Ex^a, e que isto compreenderá V. Ex^a muito melhor pelo seu discurso, do que poderei instruir com uma narração muito diffusa, e menos bem concertada; com tudo, como poderaõ haver algumas particularidades, que cheguem mais tarde a presença de V. Ex^a, quando alias necessitam de que V. Ex^a com as suas sabias providencias possa logo emendar os meus desacertos; o zelo que me diete, o amor ao Real serviço, e o interesse que tenho por esses povos, e pelo Estado, me não podem dispensar estas cousas todas, a que eu a V. Ex^a faça uma narração das forças d'esta Capitania, do estado em que achei-a, os seus interesses, o systema que tenho seguido, o character dos grandes, e ultimamente o estado em que entrego a V. Ex^a: e se esta minha narração não satisfizer a toda a curiosidade de V. Ex^a, se servirá de desculpar-se por ser este papel original, isto é, ser eu o primeiro que dou uma conta ao meu sucessor do governo que lhe entrego; cuja entrega nunca teve outra formalidade que lerem as Patentes e Cartas Regias por d'onde SS. MM. concediam a um Vice-Rei e Capitães Generaes das Capitánias para onde vinham, e aos outros por d'onde se lhe davam por finda aquella commissão. Esta foi toda a instrução que tive na Capitania da Bahia, e a mesma que me deram no Rio de Janeiro; o que me fez perder um grande tempo n'estes governos, primeiro que eu podesse encontrar um caminho por onde caminhar com os olhos menos fechados.

Observamos, assim, que o marquês do Lavradio afirma ao seu sucessor que não teve uma instrução “clara” por parte da Coroa e teve de aprender tudo na prática; por isso, julga pertinente alertá-lo desse aspecto.

No tocante ao tratamento lingüístico, constatamos que a análise quantitativa nos proporcionou um panorama geral de uso das formas de tratamento que, embora fosse lacunoso, nos indicou pontos que mereciam ser explicados pela análise qualitativa de natureza sócio-pragmática.

Nas relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior) da esfera pública, a única forma encontrada foi *Vossa Excelência*, sendo utilizada como uma estratégia de atenuação de modo a suavizar o *poder relativo* (B-L, 1987) dos destinatários sobre o marquês do Lavradio. Nas relações assimétricas descendentes (de superior para inferior) da mesma esfera, a variável condicionadora do tratamento era o *grau de imposição do ato*. O repertório de formas se limitava a *Vossa Senhoria*, para atos de maior imposição, como as ordens; e *Vossa Mercê*, para atos de menor imposição, como os pedidos.

Já as relações simétricas dessa esfera representavam um verdadeiro “campo minado” para o marquês do Lavradio, no qual encontramos o uso das formas de

tratamento *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *ocê*, *Vós* e *tu* como contribuintes para o ajuste da *distância social* entre os interlocutores, com o intuito de estreitar ou afrouxar os laços, dissimulando e mascarando o poder real que detinha. Por fim, os altos índices de *tu* nessas relações, que provocaram estranheza em um primeiro momento, eram típicos das relações mais solidárias com o amigo e governador e capitão-general de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha.

Os resultados obtidos com a análise das cartas da esfera privada nos mostraram que, excetuando o tratamento ao sogro das filhas (*Vossa Excelência*) e ao novo genro (*Vossa Senhoria*), a figura do vice-rei parece não estar presente, ainda que se encontre, de uma forma geral, a presença do personagem político de um nobre fidalgo português.

Quanto às formas lingüísticas, merece um especial destaque o uso de *ocê*. Nas relações da esfera pública, essa forma ainda carregava traços de respeito e cerimônia mantidos da forma original *Vossa Mercê*. Por outro lado, ainda que esse uso também tenha sido evidenciado nas relações da esfera privada, encontramos a forma *ocê* em relações mais solidárias do tipo T-T, o que confirma a configuração “híbrida” discutida por Rumeu (2004) para o século XVIII. Em alguns contextos de uso, a forma *ocê* já havia abandonado a categoria original de nome, com resquícios de cortesia, e estaria se encaminhando para vir a ser uma forma pronominal de segunda pessoa do singular, em que ocuparia os mesmos contextos funcionais e discursivos de *tu*.

Podemos, nesse momento, retomar nossas hipóteses de trabalho e mostrar que algumas se confirmam:

(a) Lavradio apresentava mais instabilidade no condicionamento das formas de tratamento na esfera pública, o que nos dá indícios para acreditar na idéia de uma posição de “desconforto”. Por outro lado, na esfera privada, os papéis sociais eram mais definidos, tanto em relação ao eixo do poder, quanto em relação ao eixo da solidariedade, evidenciando um condicionamento lingüístico mais direcionado;

(b) As relações sociais construídas em torno do marquês do Lavradio estão mais próximas à semântica do poder (Brown & Gilman, 1960). Havia, mesmo que na esfera privada mais indiretamente, a preocupação de manter presente a imagem pública de um representante político;

(c) No que se refere à parte da carta em que a forma de tratamento era utilizada, notamos que a forma mais expressiva se encontrava no núcleo, ficando as margens (seção de contato inicial e seção de despedida) mais propensas à mescla devido ao propósito comunicativo contido nas sub-seções de captação da benevolência.

Entretanto, não conseguimos confirmar a hipótese de que as formas de tratamento utilizadas na esfera pública seguiriam completamente um protocolo previamente estabelecido pelos tratados epistolares e legislações régias. Dessa forma, restructuramos a idéia que não pôde ser atestada, que passa a ter uma nova configuração:

(d) O tratamento na esfera pública é, em parte, uma forma independente do suposto papel social do destinatário. Ainda que o protocolo da época tenha sido parcialmente obedecido, observamos que Lavradio viola, sempre que julga necessário, o formulário de tratamentos vigente, deixando entrever uma certa liberdade de expressão. Assim, as formas de tratamento se apresentam, em alguns casos, como usos esperados, podendo ser vistas como tradições discursivas utilizadas na epistolografia setecentista.

Essas foram, em linhas gerais, as conclusões que chegamos a partir da análise de nossas cartas. Através das formas selecionadas por Lavradio, conseguimos indícios que apontam para a construção de sua auto-imagem. Sobre esse aspecto, vale ressaltar as idéias de Charaudeau (2006:86) de que “não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Quer queiramos ou não, calculemos ou neguemos, a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos”. Dessa forma, o marquês do Lavradio, por meio de suas escolhas e condicionamentos lingüísticos, constrói uma imagem de instabilidade em seu discurso político. Aproveitando-se dos conceitos postulados por Goffman (1980), podemos dizer que, por estar em uma situação de desconforto e conflito, às vezes se apresenta como fora de face ou na face errada.

Para esse autor,

um aspecto que quase sempre é encontrado no código social de qualquer círculo social é a compreensão de até onde deve ir uma pessoa para salvar sua face. Uma vez tendo assumido uma auto-imagem que se expressa através de uma face, há expectativas que a pessoa deve preencher. De diferentes modos, em diferentes sociedades, exigir-se-á que as pessoas

mostrem auto-respeito, recusem certas ações por estarem estas acima ou abaixo de si mesmas, ao mesmo tempo que se forcem a desempenhar outras mesmo que isto lhes custe muito caro. Ao entrar em uma situação na qual lhe é dada uma face a manter, a pessoa toma a si a responsabilidade de patrulhar o fluxo de eventos que passa diante de si.⁷⁷

Assim sendo, um indivíduo pode querer salvar sua própria face devido à sua ligação emocional à imagem de *self* que ela expressa, devido ao seu orgulho ou à sua honra, para defender o poder que seu suposto *status* lhe permite exercer sobre os outros participantes. Pode querer salvar a face dos outros devido à sua ligação emocional, a uma imagem que tem deles, ou porque sente que seus co-participantes têm um direito moral a tal proteção, ou porque quer evitar a hostilidade que lhe poderia ser dirigida caso os outros perdessem a face. Pode, ainda, sentir que se supõe ser ela o tipo de pessoa que mostra compaixão e solidariedade para com os outros, de forma que, para manter sua própria face, se sinta obrigada a mostrar consideração pela linha seguida pelos outros participantes.

Talvez faltasse ao marquês do Lavradio um “jogo de cintura” para transitar entre as diferentes faces que poderia adotar. De acordo com Goffman (1980:109),

a habilidade social (busca de estratégias para manter as faces) e perceptividade (percepção da interpretação que os outros podem ter de seus atos) serão altas em grupos cujos membros agem frequentemente como representantes de unidades sociais mais amplas tais como linhagens ou nações, pois, no caso, o jogador está pondo em jogo uma face à qual estão ligados os sentimentos de muitas pessoas. Igualmente, é de se esperar um alto desenvolvimento de habilidade social entre os donos de uma boa posição social e aqueles com quem lidam, pois quanto mais face possui um interagente, maior o número de eventos que podem ser inconsistentes com ela, e, portanto, maior a necessidade de habilidade social para prevenir ou neutralizar tais inconsistências.

Como dito anteriormente, ainda que Lavradio não detivesse muito claramente um “jogo de cintura”, pudemos observar que, em algumas situações, ora adotava uma orientação defensiva, no sentido de salvar sua própria face, e ora uma orientação protetora, no sentido de salvar a face dos outros.

Em algumas situações, o marquês do Lavradio se deprecia até um ponto que julga conveniente. Essa é a configuração da(s) máscara(s) adotada(s) por Lavradio.

⁷⁷ Goffman (1980:80).

Sobre esse conceito, Charaudeau (2006:7) afirma que a máscara não é necessariamente o que esconde a realidade. Pelo contrário, ela define o que chama de “imutável essência” de cada ator social, “símbolo da identificação, a ponto de nela se confundirem o *ser* e o *parecer*, a pessoa e a personagem, tal como no teatro grego”.

Sendo assim, a identidade dos interagentes é a imagem construída no encontro interativo. Cada um é para o outro apenas uma imagem. A máscara, assim, não dissimula, mas nos designa como sendo a nossa imagem diante do outro.

Concluimos que, diante do estreito repertório de escolhas possíveis para a mediação das relações na esfera pública, o marquês do Lavradio apresenta-se como uma *figura confusa e encarcerada* em relação à imagem que deseja construir para os outros.

Para terminar, vale destacar a necessidade de estreitar os laços com os estudos historiográficos, de modo a constituirmos uma história social e cultural de nossa língua portuguesa.

Burke (1995), em sua obra intitulada “A arte da conversação”, mostra que a consciência da importância da linguagem deve ser aumentada por parte dos historiadores. Assim sendo, o seu estudo torna-se necessário por dois motivos principais: em primeiro lugar, por reconhecer que a linguagem deve ser vista como uma instituição social, como uma parte da cultura e da vida cotidiana; em segundo, por esse estudo ser um meio que viabiliza uma compreensão mais adequada das fontes orais e escritas, pela via da consciência de suas convenções lingüísticas.

A proposta deste autor pode ser compreendida como uma tentativa de acrescentar uma dimensão social à história da linguagem e uma dimensão histórica à obra dos lingüistas.

As diferentes ciências, de uma forma geral, apresentam barreiras, limites que impedem, aos menos ousados, diálogos e conexões com os diversos campos dos saberes. Entretanto, para que se tenha uma compreensão global e mais apurada do fenômeno que se está estudando, cabe ao pesquisador recorrer a ciências auxiliares de modo a obter uma melhor visualização do seu objeto de estudo.

Surge-nos, então, uma pergunta: o que os etnógrafos da fala, os sociolingüistas e os sociólogos têm a oferecer aos historiadores? Segundo Burke (1995), eles demonstram possuir uma consciência aguçada sobre a cena comunicativa que é estabelecida entre os interlocutores, isto é, sobre quem fala, para quem e quando. Demonstram também que as formas de comunicação não são portadoras neutras de

informação, mas trazem consigo suas próprias mensagens, carregadas de intencionalidade e propósito comunicativo.

No tocante à variabilidade de registros em função dos diferentes contextos situacionais, pode-se dizer que os lingüistas desenvolveram essa questão através da análise da linguagem como um campo de múltiplas possibilidades, vistas como “estratégias”, conscientes ou inconscientes, empregadas na sustentação do propósito do interlocutor.

Uma vez que não conhecem a sistematização da estrutura e do funcionamento das regras lingüísticas, tanto explícitas quanto implícitas, os historiadores correm o risco de não fazer a melhor interpretação de seus documentos.

Dessa forma, é necessário que haja uma comunicação mais eficiente entre as distintas áreas e que o número de estudos de interfaces seja estimulado. As relações sociais existem, mas é a linguagem que “costura” essas redes de relações e garante a tessitura da trama. Tanto os lingüistas, os sociólogos quanto os historiadores concordam em dizer que a língua tem um papel fundamental na construção social da realidade: ela cria ou “constrói” a sociedade assim como é construída por esta.

8. Referências bibliográficas

ALDEN, Dauril. (1968). *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, vicereoy, 1769-1779*. Califórnia: University of California Press.

AMOSSY, Ruth (org.). (2005) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo, Contexto.

ANDRADE, Adriana Lília V.S. (2004). *A variação você, cê e ocê no português brasileiro falado*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Brasília: UnB.

AUSTIN, J. L. (1982). *How to do things with words*. London: Oxford University Press.

BAKHTIN, Mikhail. (2003). “Os gêneros do discurso”. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. (1999). *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Lingüísticos em Cartas de Comércio*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras.

_____. (2005). “Demografia histórica e História da língua portuguesa no Brasil-colônia: reflexões sobre o fim dos setecentos”. In: *Revista LINGÜÍSTICA da ALFAL*, vol. 17, pp. 75-94.

_____. (2006). “Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos”. In: LOBO, Tania et al (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Volume VII, Tomo II, Salvador, EDUFBA, pp. 761-779.

_____. (2007). “Normas Cultas e Normas Vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro”. In: A. Castilho; Maria Aparecida T.

Morais; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. 1 ed. Campinas/SP: Pontes/FAPESP, v. 1, p. 483-498.

BARCIA, Lucia Rosado. (2006). *As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa, Faculdade de Letras / UFRJ.

BASSETTO, Bruno Fregni. (2001). *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: EDUSP.

BAZERMAN, Charles. (2005). *Gêneros textuais, Tipificação e Interação*. São Paulo: Cortez.

BECHARA, Evanildo. (2004). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1902). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 Volumes.

BOTELHO, Angela Vianna & REIS, Liana Maria. (2006). *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.

BRAVO, Diana. (2005). “Categorías, tipologías y aplicaciones. Hacia una redefinición de la ‘cortesía comunicativa’”. In: BRAVO, Diana. (org.) *Estudios de la (des)cortesía en español*. Buenos Aires, Dunken.

BROWN, Roger & GILMAN, Albert. (1960). “The Pronouns of Power and Solidarity”. In: SEBEEK, T.A. *Style in Language*. Massachusetts: Ed. MIT Press. p. 253-276.

BROWN, P. & LEVINSON, S. (1987). *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University.

BUENO, Antonio Henrique da Cunha & BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: Volume I e II.

BURKE, Peter. (1995). “A História Social da Linguagem”. In: _____. *A arte da conversação*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

CAMBRAIA, César Nardelli. (2005). *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006). *Discurso político*. São Paulo: Contexto.

_____. & MAINGUENEAU, Dominique. (2003) *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo, Ed. Contexto.

_____. (2003). “Verbetes GÊNERO DO DISCURSO”. In: _____. & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Ed. Contexto.

CHARTIER, Roger. (2002). *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

CINTRA, Luís Felipe Lindley (1972). *Sobre <<Formas de Tratamento>> da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

COELHO, Maria do Socorro Vieira. (1999). *Uma abordagem variacionista do uso da forma você no norte de Minas*. Dissertação de mestrado em Linguística. Belo Horizonte: UFMG.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. (2006). *No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista lusa através da epistolografia*. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História Cultural. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís Felipe Lindley. (2001). *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DIAS, Edilene Patrícia. (2007). *O uso do tu no português brasileiro falado*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: UnB.

DIONISIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). (2002). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. (2000). *Pronomes de tratamento do português do século XVI: uma gramática de uso*. São Paulo: Annablume / Rondônia: Unir.

ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. (2002). *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel Lingüística.

FARACO, Carlos Alberto. (1996). “O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica”. In: *Fragmenta*. nº 13. Curitiba: Ed. da UFPR. p. 51-82.

FREIRE, Francisco José. (1745). *O secretario portuguez compendiosamente instruído no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso*. Rio de Janeiro: Obra rara consultada no setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

GOFFMAN, Erving. (1980). “A Elaboração da face - Uma análise dos elementos rituais da interação social”. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

GRICE, H. P. (1975). *Logic and Conversation*. In: P. Cole e J. L. Morgan.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). (2007). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I – A Época Colonial: Do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HOPPER, P. (1991) “On some principles of grammaticization”, In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd. (eds.). *Approaches to grammaticalization*, volume I, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Company.

JOVCHELOVITCH, Sandra. (2000). *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

KABATEK, Johannes. (2006). “Tradições discursivas e mudança lingüística”. In: LOBO, Tania et al (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Volume VI, Salvador: EDUFBA.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. (2004) “¿Es universal la cortesía?”. In: BRAVO, Diana & BRIZ, Antonio. *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Editorial Ariel.

_____. (2005) *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

KOCH, Peter (1997). “Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und zu ihrer Dynamik. In: Franck, Barbara / Haye, Thomas / Tophinke, Doris (Orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, p. 43-80. (ScriptOralia; 99).

LABOV, W. (1994) *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell.

LAKOFF, R.T. (1973). “The logic of politeness; or minding your p’s and q’s”. In: *Papers from the ninth regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago.

LAVRADIO, Marquês do. (1972). *Cartas da Bahia (1768 – 1769)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

_____. (1978). *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro.

LEECH, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. New York: Longman.

LEVINSON, Stephen C. (1989). *Pragmatics*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

LOBO, Tânia (org.). (2001). *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP.

LOPES, Célia Regina dos Santos. (2001). Processo evolutivo de ‘Vossa Mercê’ > ‘Você’ (português) e ‘Vuestra Merced’ > ‘Usted’ (espanhol). *II Congresso Internacional da ABRALIN-Associação Brasileira de Lingüística*. Fortaleza: publicação on-line www.lettras.ufrj.br/abralin.

_____. & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (2003). “De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas”. In: BRANDÃO, S. F. & MOTA, M. A. (orgs.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio.

_____. (2006). “Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX”. In: _____, CIAPUSCIO, G., KAISER, D. & JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert / Biblioteca Ibero-americana.

LOPEZ, Luiz Roberto. (1997) *História do Brasil Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

LUCCA, Nívia Naves Garcia. (2005). *A variação tu/você na fala brasiliense*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Brasília: UnB.

LUZ, Marilina dos Santos. (1958). “Fórmulas de tratamento no português arcaico – subsídios para o seu estudo”. In: *Revista Portuguesa de Filologia*. Vols. VII, VIII e IX. Coimbra: Ed. Casa do Castelo.

MARCOTULIO, L. L. (2005) “A estrutura familiar e a interação social no condicionamento das formas de tratamento: textos epistolares escritos no Rio de Janeiro do séc. XVIII”. In: SANTOS, Deize V. dos (org.) *Inicia – Revista da Graduação em Letras da UFRJ*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Letras/UFRJ.

_____. (2005a). *A cortesia epistolar na correspondência ativa do Marquês do Lavradio: uma visão sócio-histórico-pragmática*. Trabalho apresentado na XXVII Jornada de Iniciação Científica da UFRJ.

_____. & SILVA, Paula Fernandes da. (2007). *A norma brasileira em construção: a variação entre tu e você no início do século XX*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional da AILP. Rio de Janeiro.

MARCUSCHI, Luis Antonio. (2000). *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife: UFPE: (no prelo).

MARQUILHAS, Rita. (2000). *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no Séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MENON, Odete Pereira da Silva. (1995). “O sistema pronominal do português do Brasil”. In: *Revista Letras*. nº 44. Curitiba: Ed. da UFPR. p. 91-106.

MEURER, J.L., BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs.). (2005). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). (2003). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto.

MONTEIRO, José Lemos. (2000). *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes.

MOTA, Maria Alice. (2008). *A variação dos pronomes 'tu' e 'você' no português oral de São João da Ponte (MG)*. Dissertação de mestrado em Linguística. Belo Horizonte: UFMG.

OESTERREICHER, Wulf (1997). "Zur Fundierung von Diskurstraditionen." In: Franck, Barbara / Haye, Thomas / Tophinke, Doris (Orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, p. 19-42. (ScriptOra; 99).

ORLANDI, Patrícia Schlichmann. (2004). *Usos e (des)usos da flexão verbal de 2ª pessoa do singular em textos orais de informantes de Tubarão (SC): um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Ciências da Linguagem. Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina.

ROSA, Margaret. (1992). *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto.

REYES, Graciela. (2003). *El abecé de la pragmática*. Cuadernos de Lengua Española, 23. Madri: Arco Libros.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (2005). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. (2004). *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominiais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ - Faculdade de Letras.

_____. (2006). "Para uma história do português no Brasil: edição de cartas setecentistas e oitocentistas". In: LOBO, Tania et al (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Volume VII, Tomo II, Salvador: EDUFBA, pp. 819-844.

SÁ, José d'Almeida Correia de. (1942). *Vice-reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal, 2º Marquês do Lavradio, 3º Vice-rei do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. (2002). *Trajetória política e ação colonizadora: a revitalização do Império Colonial Português na administração do Marquês do Lavradio*. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro, Uerj, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SEARLE, J. R. (1969). *Speech acts*. London: Cambridge University Press.

SILVA, Innocêncio Francisco da & SOARES, Ernesto. (1958). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Coimbra: Biblioteca da Universidade.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.). (1994). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa / São Paulo: Ed. Verbo.

SILVA, V. L. P. P. da. (1988). *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOTO, Eva Ucy Miranda Sá. (2001). *Variação / Mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. Tese de Doutorado, Araraquara: UNESP.

SOUZA, Laura de Mello e. (2006). *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Sabrina Lima de. (2008). *Poder e imagem: análise sócio-pragmática das formas de tratamento no teatro ibérico (séculos XVI – XVIII)*. Dissertação de mestrado em Letras Neolatinas (Língua Espanhola). Rio de Janeiro: UFRJ.

TEYSSIER, Paul. (2001). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

TIM, Emerson. (org.). (2005). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora da UNICAMP.

TRASK, R. L. (2004). *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. São Paulo: Contexto.

VAINFAS, Ronaldo (org.). (2000). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva.

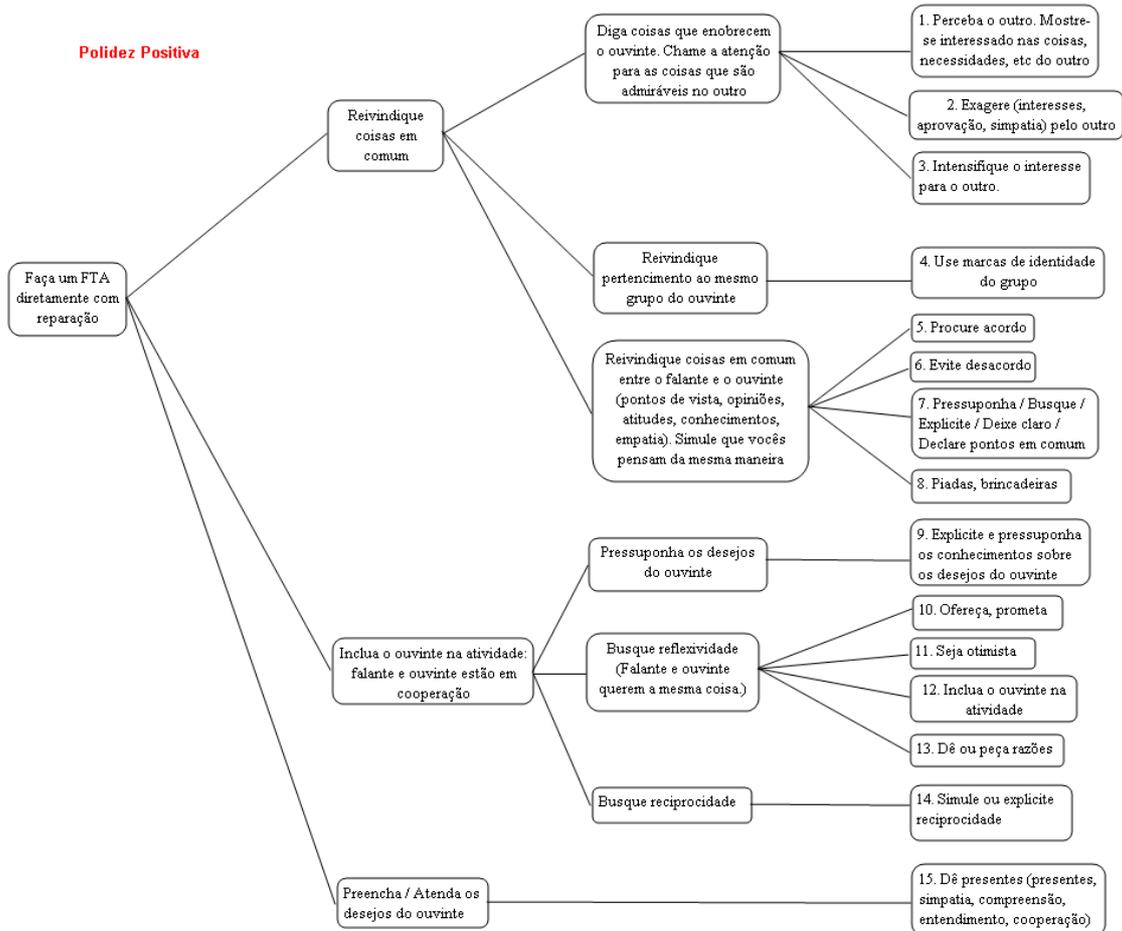
WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C. M. (1999). *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William & HERZOG, Marvin I. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial.

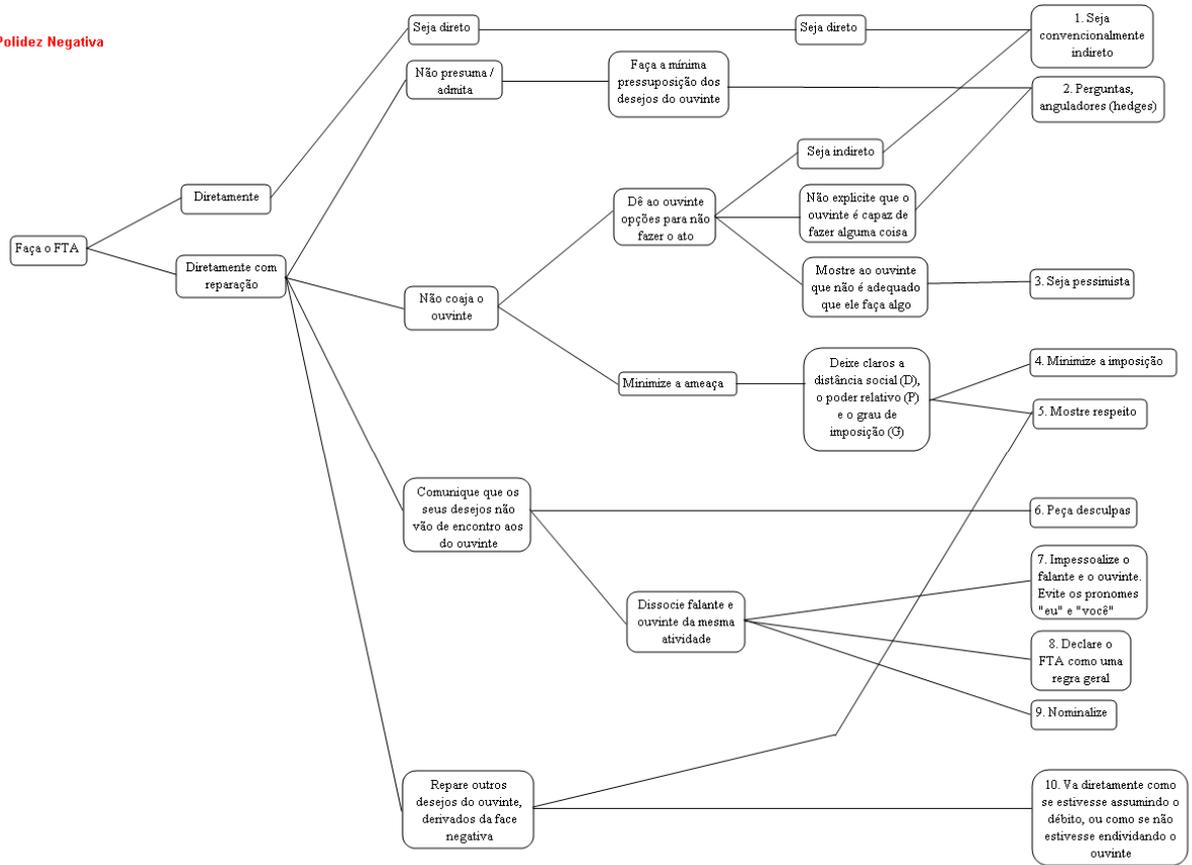
ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. (1960/1980). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Representações Zairol.

9. Anexos

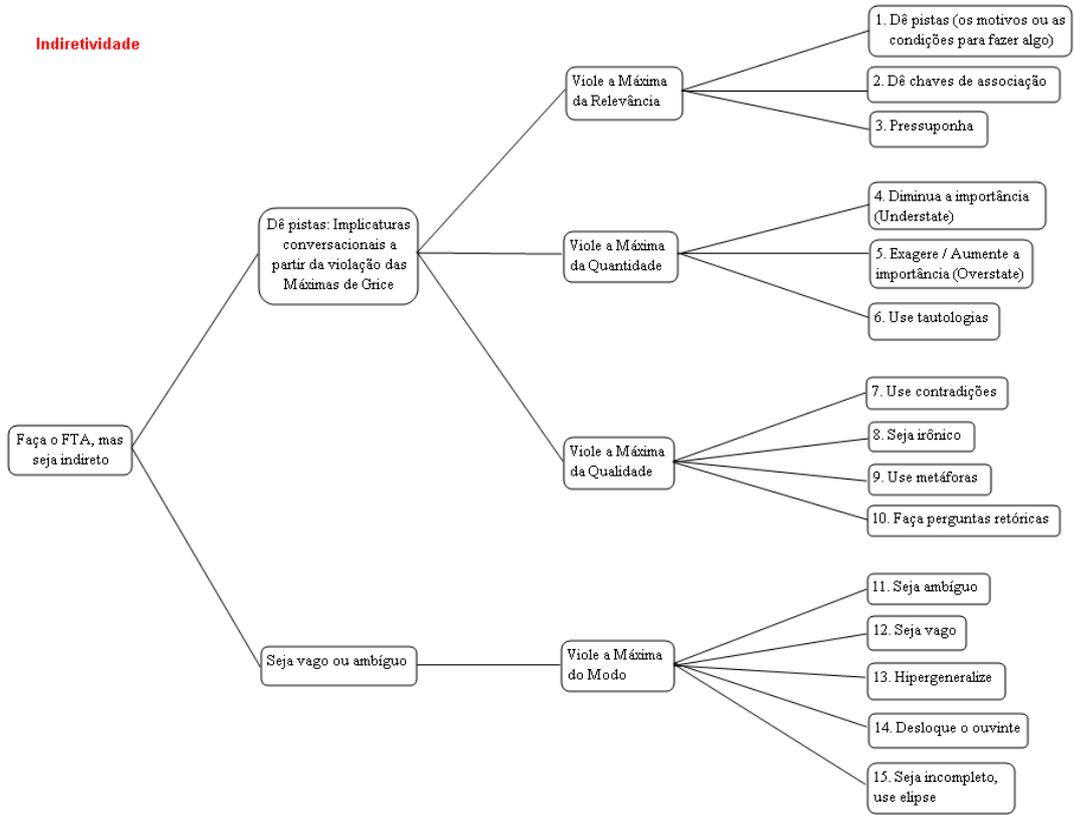
9.1 – Estratégias de polidez (Brown & Levinson, 1987)



Polidez Negativa

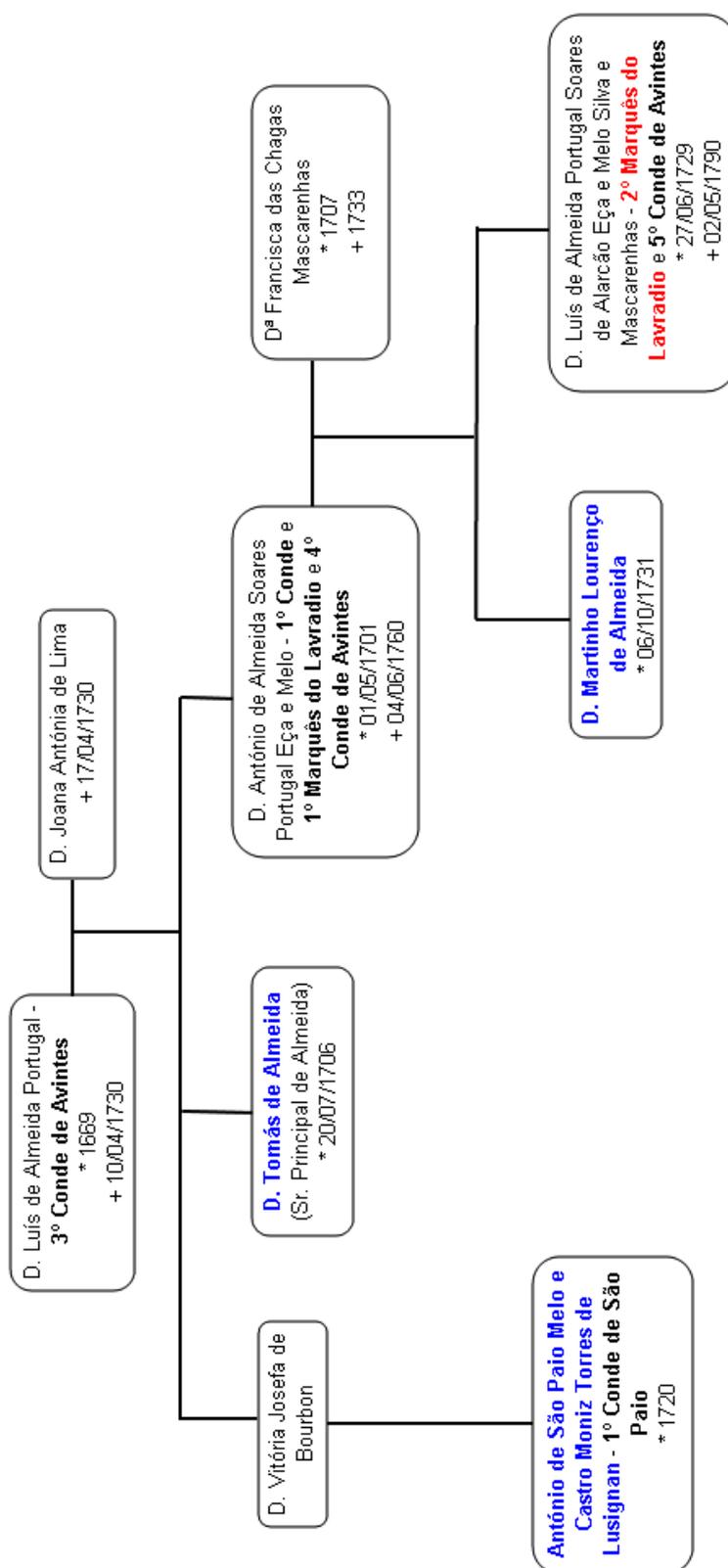


Indiretividade

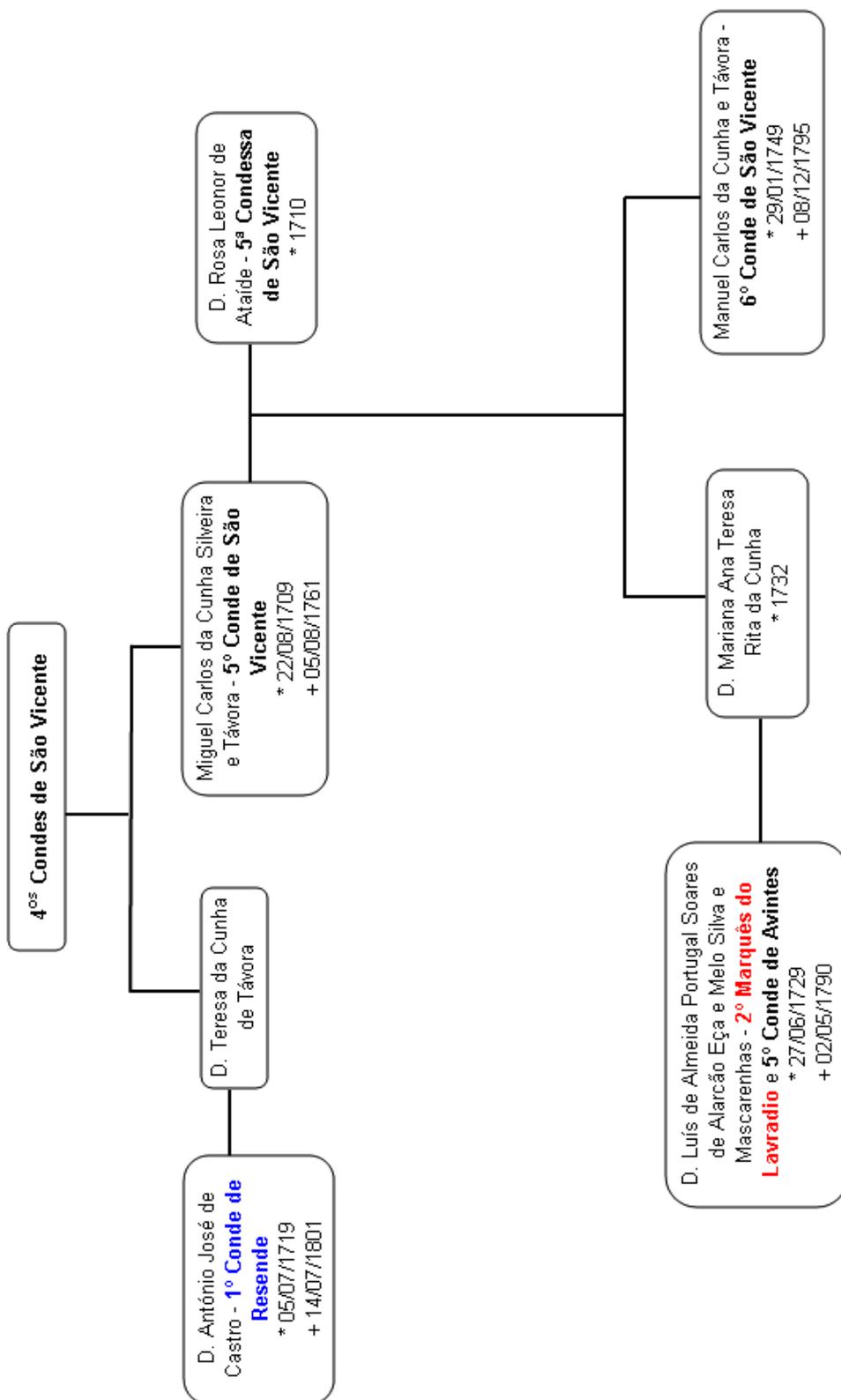


9.2 – Árvores genealógicas dos destinatários da esfera privada

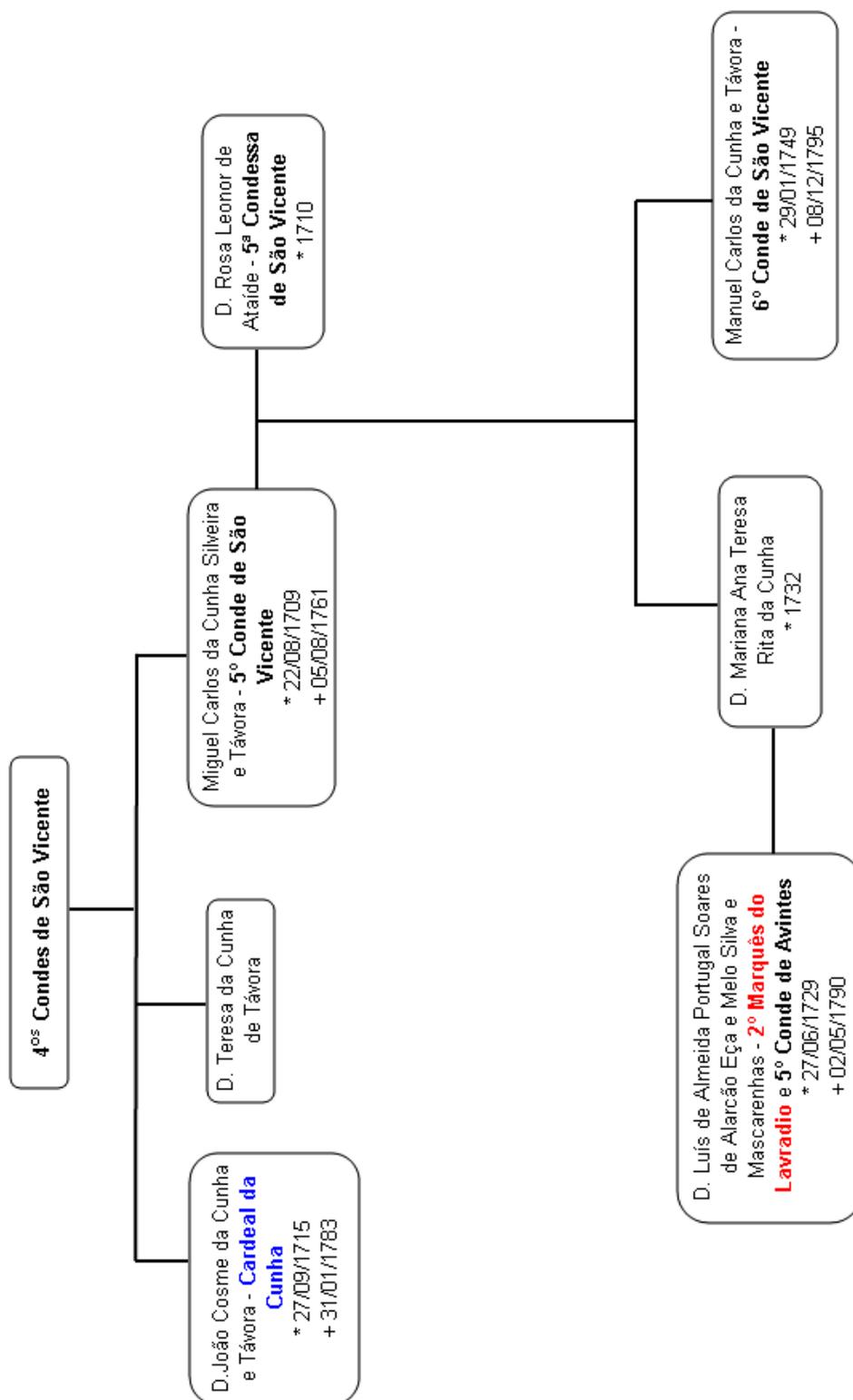
1. D. Tomás de Almeida (Sr. Principal de Almeida), D. Martinho Lourenço de Almeida e António de São Paio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, 1º Conde de São Paio



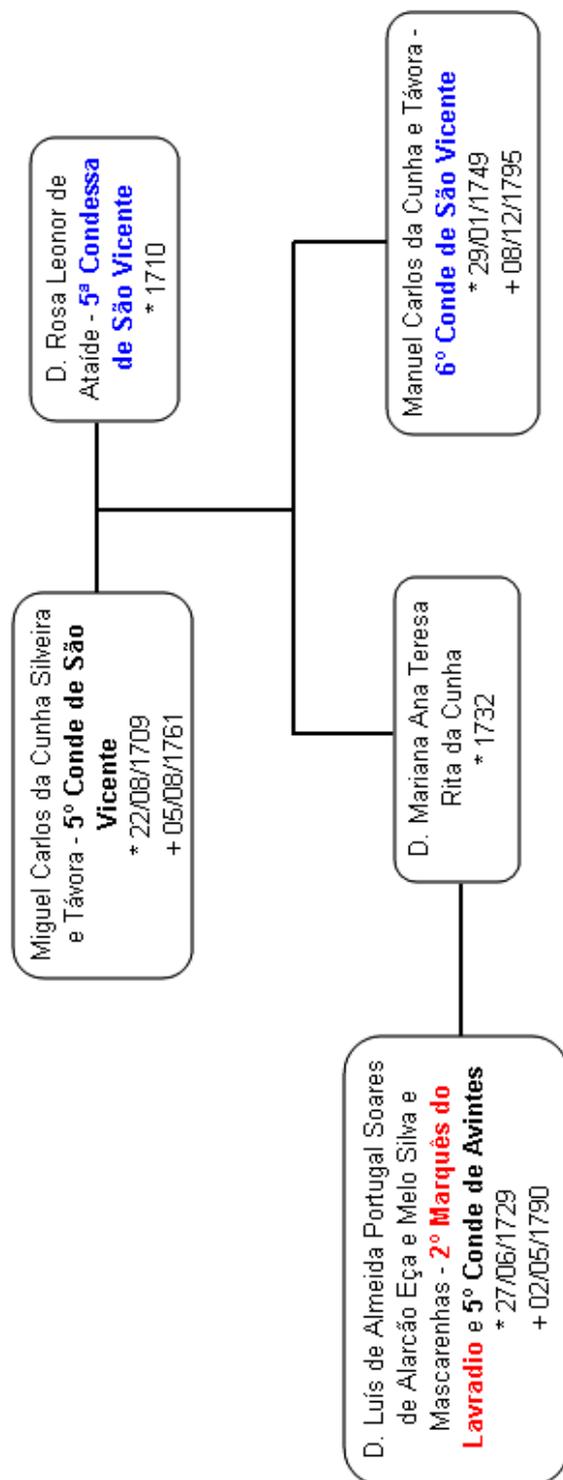
2. D. António José de Castro, 1º Conde de Resende



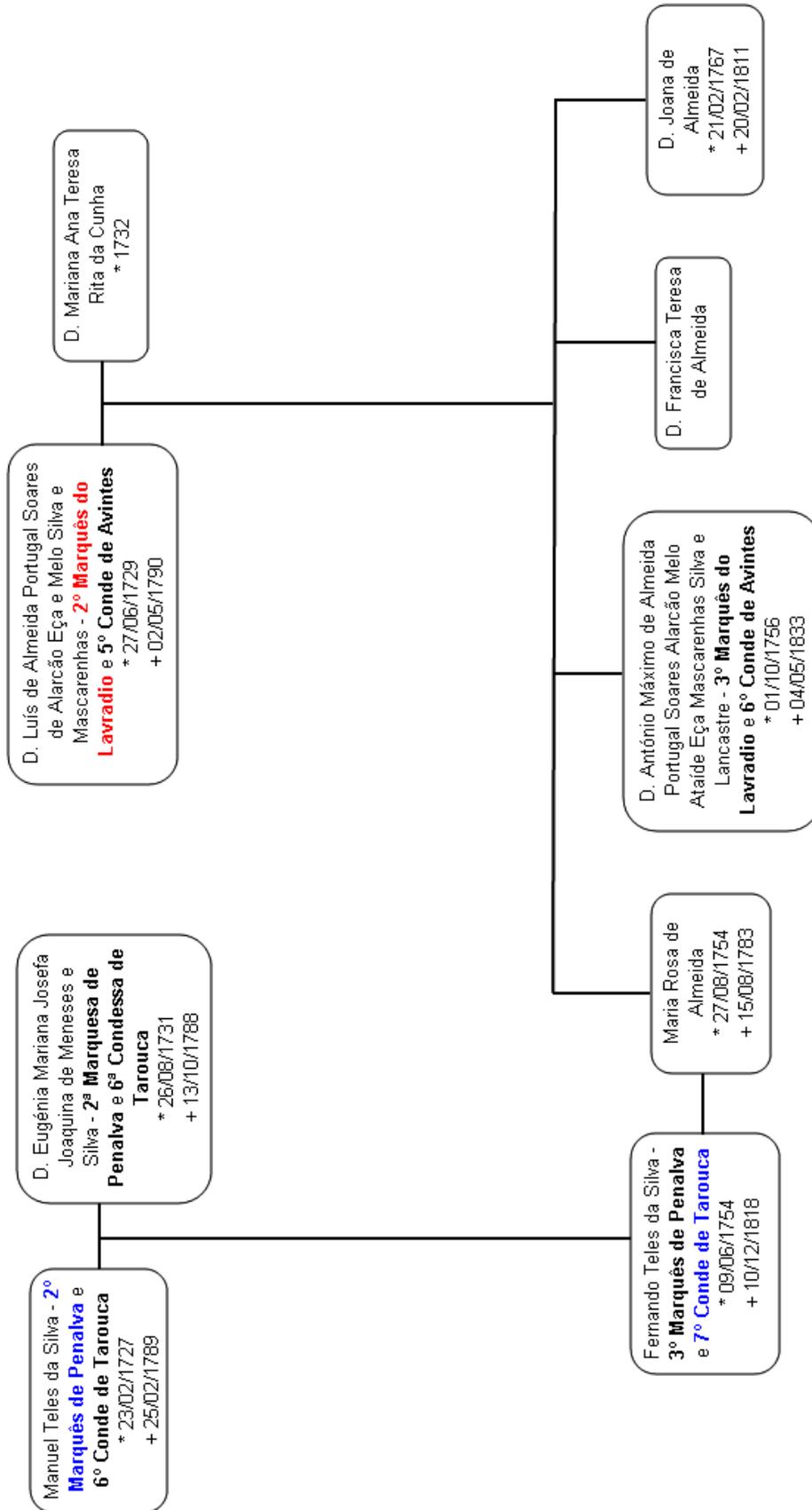
3. D.João Cosme da Cunha e Távora, o Cardeal da Cunha



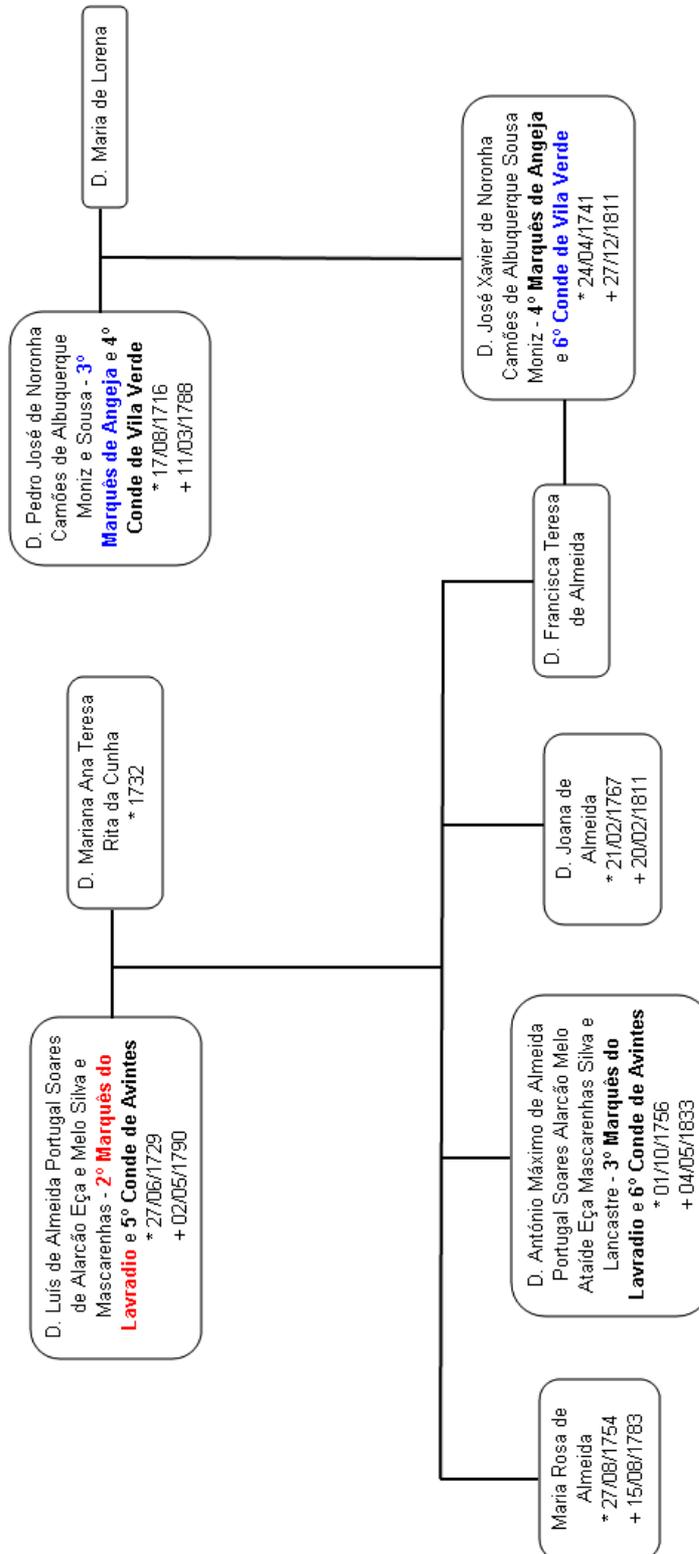
4. D. Rosa Leonor de Ataíde, 5ª Condessa de São Vicente e Manuel Carlos da Cunha e Távora, 6º Conde de São Vicente



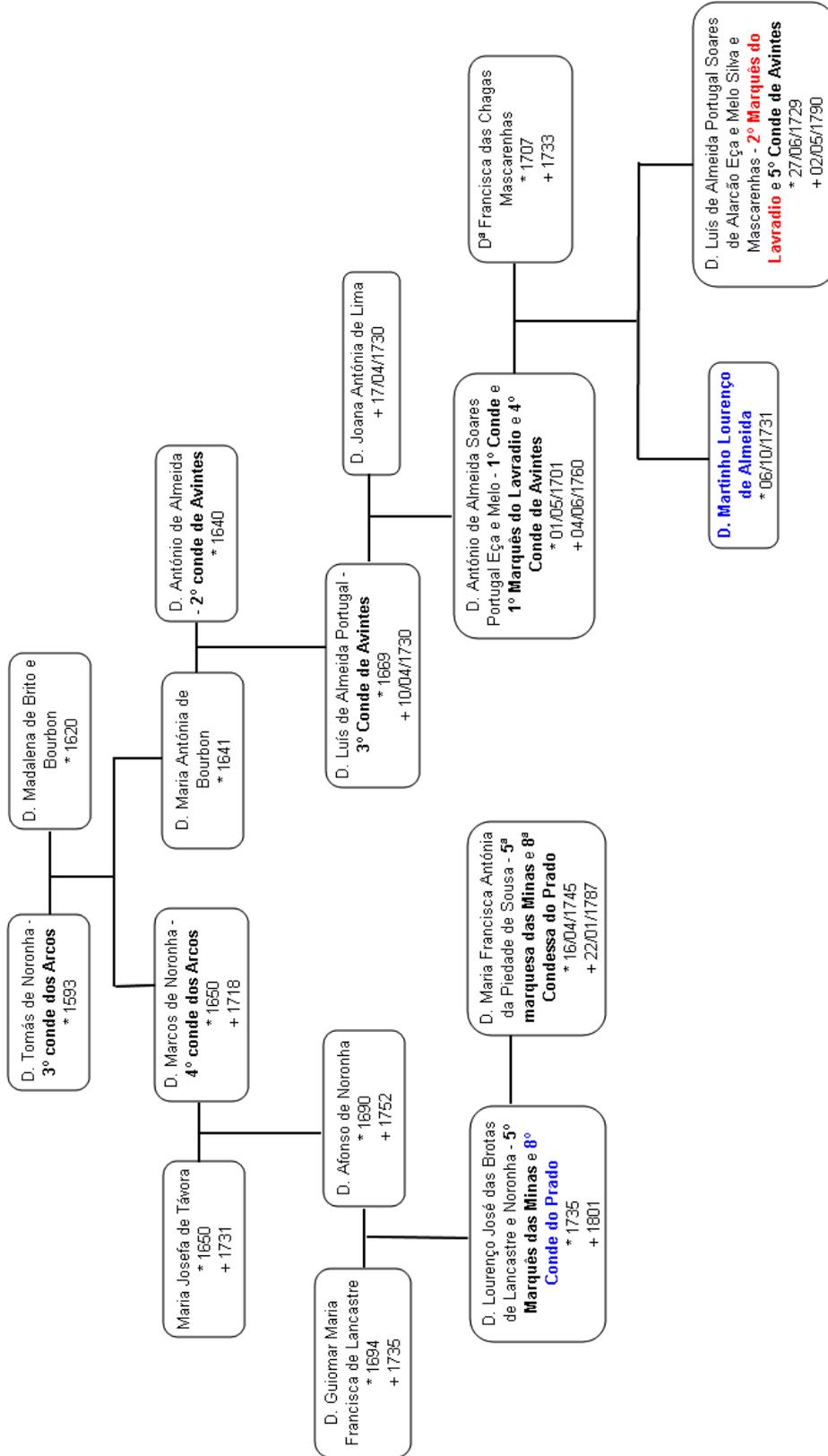
5. Manuel Teles da Silva, 6º Conde de Vilar Maior, 2º Marquês de Penalva e 6º Conde de Tarouca e Fernando Teles da Silva, 3º Marquês de Penalva e 7º Conde de Tarouca



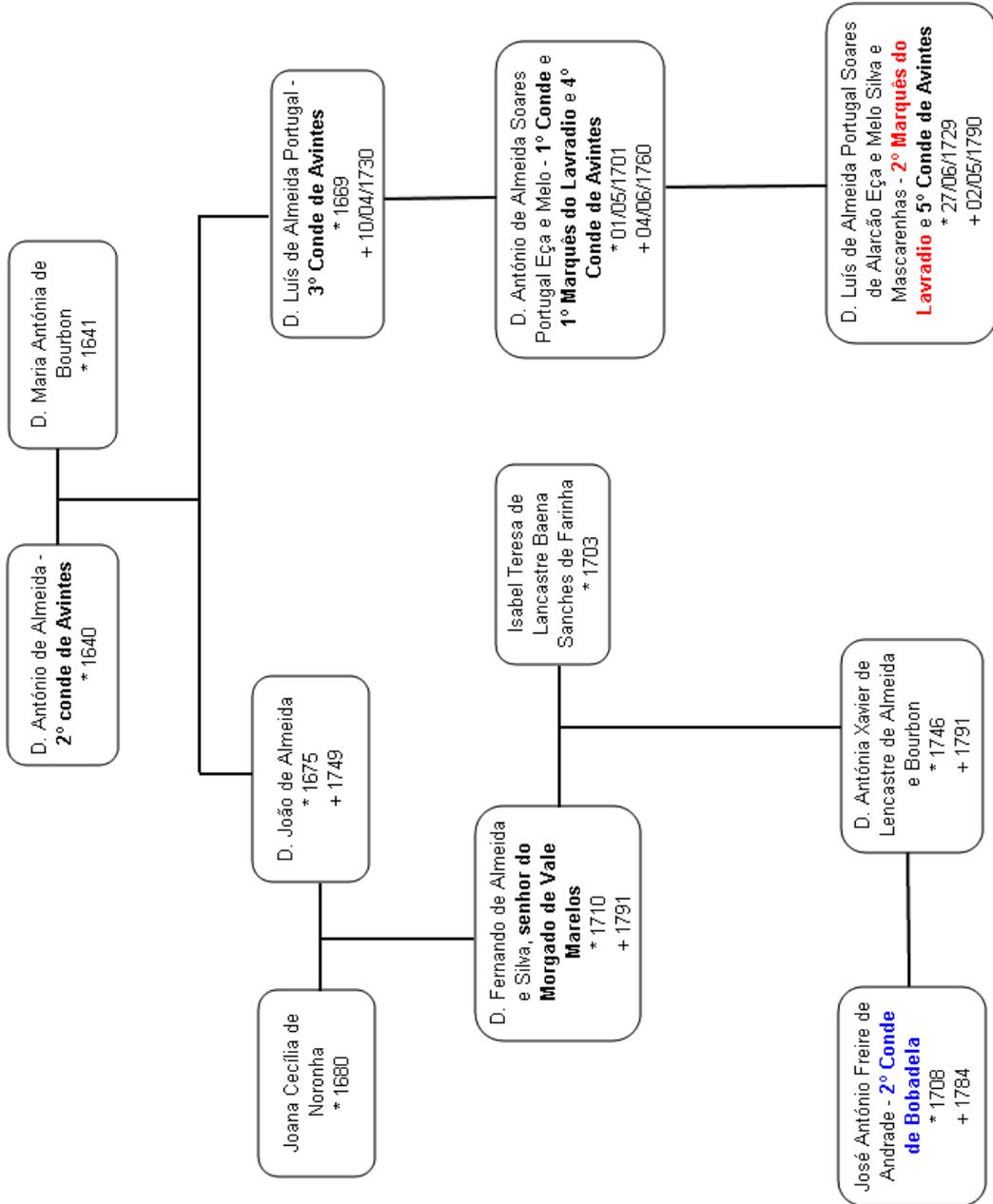
6. D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, 3º Marquês de Angeja e 4º Conde de Vila Verde e D. José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque Sousa Moniz, 4º Marquês de Angeja e 6º Conde de Vila Verde



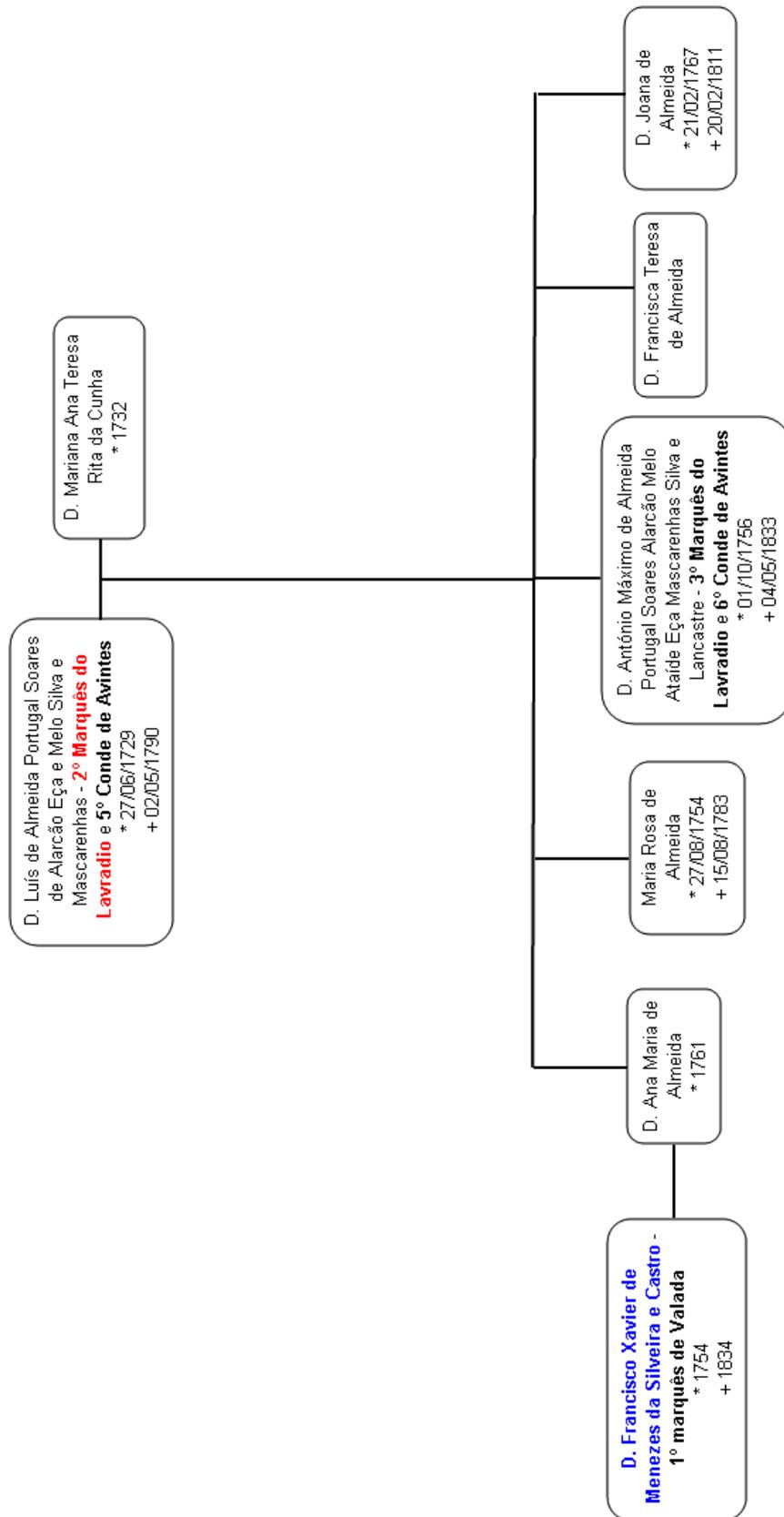
7. D. Lourenço José das Brotas de Lancastre e Noronha, 5º Marquês das Minas e 8º Conde do Prado



8. José António Freire de Andrade, 2º Conde de Bobadela



9. D. Francisco Xavier de Menezes da Silveira e Castro, 1º marquês de Valada



9.3 – Edição do Formulário de Tratamentos e Sobrescritos (Freire, 1745)



FORMULARIO
DE
TRATAMENTOS,
muy necessario ao
SECRETARIO
PORTUGUEZ

Na Instrukção Preliminar , que demos no principio deste Livro ao Secretario no § que tratava da *Reflexão*, dissemos que deve attender muito ao proprio , e devido tratamento , que pertence à pessoa, a quem escrever , para que não nasça por culpa sua algum pique. Porém para mayor clareza escrevermos aqui hum Formulario dos tratamentos , e do modo de fazer os sobreditos; e he o seguinte.

JERARCHIA ECCLESIASTICA.

Primeiro que tudo , deve-se advertir que se o Secretario escrever a pessoa , com quem seu Amo não tenha particular confiança , ou que lhe seja superior pelo nascimento, dignidade etc. ou tambem se a carta for de formalidade, e cerimonia , deve escrever-lhe em folha de papel , e que não seja do ordinario , mas do fino de Holanda etc.

[espaço] Havendo de escrever a Cardeal, porà bem no alto da carta:

Emi-

Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor. Principiará a primeira regra della no meyo da pagina, em final de mayor veneraçãõ. No discurso da carta dirá sempre: *V. Eminencia,* e no fim della: *A pessoa de Eminencia guarde Deos &c.* No meyo do resto da pagina, que ficar em branco, escreverá duas regras; na primeira dirá: *Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor;* na segunda dirá: *Beija a Sagrada Purpura de V. Eminencia;* e entãõ muito abaixo da pagina se assinará seu Amo.

¶ Ao Senhor Arcebispo de Braga, como filho do Senhor Rey D. Pedro II. escreverá o Secretario sempre em folha de papel como aos Cardeaes. Porã no alto da carta: *Senhor D. Josè Arcebispo Primaz.* Principiará tambem a primeira regra da carta no meyo da pagina, e no discurso della dirá sempre *V. Alteza.* Acabará a carta dizendo: *A pessoa de V. Alteza guarde Deos muitos annos, como a sua Santa Igreja necessita &c.* e assinar-se-ha seu Amo muito abaixo da pagina em final de veneraçãõ a taõ grande Pessoa.

Havendo de escrever aos Principaes da Santa Igreja de Lisboa, será obrigado a dar-lhes o tratamento de *Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor.* Principiará a primeira regra mais alguma cousa acima, que aos Cardeaes: no corpo da carta dirá sempre *V. Excellencia;* e no fim da carta para o lado esquerdo della dirá: *Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Principal de . . . isto he,* o sobrenome, com que se distingue.

O mesmo tratamento, e formalidade se deve praticar com os Arcebispos, e Bispos, que forem nomeados por S. Magestade.

Aos Ministros da Santa Igreja de Lisboa, que vestem Habito Prelaticio, pertence o tratamento de *Senhoria Illustrissima.* Porã o Secretario no alto da carta: *Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor;* no discurso della *V. Senhoria Il-*
luf-

Eminentissimo , e Reverendissimo Senhor. Principiarà a primeira regra della no meyo da pagina , em sinal de mayor veneraçãõ. No discurso da carta dirá sempre: *V. Eminencia*, e no fim della: *A pessoa de Eminencia guarde Deos etc.* No meyo do resto da pagina, que ficar em branco, escreverà duas regras ; na primeira dirá : *Eminentissimo , e Reverendissimo Senhor* ; na segunda dirá : *Beija a Sagrada Púrpura de V. Eminencia* : e então muito abaixo da pagina se assinarà seu Amo.

[espaço] Ao Senhor Arcebispo de Braga , como filho do Senhor Rey D. Pedro II. escreverà o Secretario sempre em folha de Papel como aos Cardeaes. Porà no alto da carta: *Senhor D. Josè Arcebispo Primaz.* Principiarà tambem a primeira regra da carta no meyo da pagina, e no discurso della dirá sempre *V. Alteza.* Acabarà a carta dizendo: *A pessoa de V. Alteza guarde Deos muitos annos , como a sua Santa Igreja necessita etc.* e assinar-se-ha seu Amo muito abaixo da pagina em sinal de veneraçãõ a tão grande Pessoa.

[espaço] Havendo de escrever aos Principaes da Santa Igreja de Lisboa , será obrigado a dar-lhes o tratamento de *Excellencia* , como Grandes do Reyno. Porà no alto da carta : *Excellentissimo , e Reverendissimo Senhor.* Principiarà a primeira regra mais alguma cousa acima, que aos Cardeaes: no corpo da carta dirá sempre *V. Excellencia* : e no fim da carta para o lado esquerdo della dirá : *Excellentissimo , e Reverendissimo Senhor Principal de ...* isto he , o sobrenome, com que se distingue.

[espaço] O mesmo tratamento, e formalidade se deve praticar com os Arcebispos, e Bispos, que forem nomeados por S. Magestade.

[espaço] Aos Ministros da Santa Igreja de Lisboa , que vestem Habito Prelaticio , pertence o tratamento de *Senhoria Illustrissima.* Porà o Secretario no alto da carta : *Illustrissimo , e Reverendissimo Senhor* : no discurso della *V. Senhoria Illu-*
lus-

Illustrissima: e no fim ao lado esquerdo: *Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Monsenhor de . . .* isto he, o sobrenome, com que se distingue.

Este mesmo tratamento compete aos Arcebispos, e Bispos, que não forem nomeados por S. Magestade.

Aos Conegos da mesma Santa Basilica deverá tratar sempre com o tratamento de *Senhoria*, mas sem por cousa alguma no alto da carta, e só no fim della a hum lado porã: *Senhor D. N.*

Este mesmo tratamento deverá dar, escrevendo aos Priorres Mores das Ordens de S. Bento de Aviz, e de Santiago da Espada; ao Administrador da Jurisdição Ecclesiastica de Thomar; ao Commissario Geral da Bulla da Cruzada; ao Reitor da Universidade de Coimbra, e aos Cabidos das Igrejas Archiepiscopaes, e Episcopaes, tanto em Se plena, como em Se vacante.

Escrevendo o Secretario ao Geral Esmoler Mór, aos Reformadores das Ordens Religiosas, aos Geraes das mesmas Ordens, ao D. Prior da Ordem de Christo, aos Provinciaes das Religioens, e ao Reitor da Universidade de Evora, deverá dar o tratamento de *Paternidade Reverendissima*. Porã no alto da carta: *Reverendissimo Padre*: e depois no fim della ao lado esquerdo: *Reverendissimo Padre Geral, e Reformador, D. Prior, Provincial, Reitor de . . . &c.*

JERARCHIA SECULAR.

Escrevendo-se a Duques, Marquezes, e Condes, se lhes deve dar, como Grandes do Reyno, o tratamento de *Excellencia*. No alto da carta se porã *Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor*. No corpo della, *V. Excellencia*: e depois do fim ao lado esquerdo, *Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor*. E esta mesma formalidade se deve praticar com os Secretarios de Estado.

Es-

lustrissima : e no fim ao lado esquerdo : *Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Monsenhor de ...* isto he, o sobrenome, com que se distingue.

[espaço] Este mesmo tratamento compete aos Arcebispos, e Bispos, que não forem nomeados por S. Magestade.

[espaço] Aos Conegos da mesma Santa Basilica deverá tratar sempre com o tratamento de *Senhoria* , mas sem pôr cousa alguma no alto da carta , e só no fim della a hum lado porá: *Senhor D.N.*

[espaço] Este mesmo tratamento deverá dar , escrevendo aos Priorres Mores das Ordens de S. Bento de Aviz, e de Santiago da Espada; ao Administrador da Jurisdição Ecclesiastica de Thomar ; ao Commissario Gèral da Bulla da Cruzada ; ao Reitor da Universidade de Coimbra , e aos Cabidos das Igrejas Archiepiscopaes , e Episcopaes , tanto em Se plena , como em Sè vacante.

[espaço] Escrevendo o Secretario ao Geral Esmoler Mòr , aos Reformadores das Ordens Religiosas , aos Geraes das mesmas Ordens, ao D. Prior da Ordem de Christo , aos Provinciaes das Religioens , e ao Reitor da Universidade de Evora , deverá dar o tratamento de *Paternidade Reverendissima*. Porá no alto da carta : *Reverendissimo Padre* : e depois no fim della ao lado esquerdo: *Reverendissimo Padre Geral , e Reformador , D. Prior , Provincial, Reitor de ... etc.*

JERARCHIA SECULAR.

Escrevendo-se a Duques, Marquezes , e Condes, se lhes deve dar , como Grandes do Reyno , o tratamento de *Excellencia*. No alto da carta se porá *Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor*. No corpo della , *V. Excellencia* : e depois do fim ao lado esquerdo , *Illustrissimo , e Excellentissimo Senhor*. E esta mesma formalidade se deve praticar com os Secretarios de Estado.

Es-

Escrevendose ao Regedor da Justiça da Casa da Supplicação, ao Governador da Relação do Porto, aos Vedores da Fazenda: aos Presidentes do Desembargo do Paço, da Meza da Consciencia, e Ordens, do Conselho Ultramarino, e do Senado da Camara de Lisboa, se lhes dará tambem o tratamento de *Excellencia*.

O mesmo tratamento se deve dar aos que forem, ou tiverem sido Embaixadores de S. Magestade a Reys da Europa, ou a Potencias, cujos Embaixadores, segundo o costume deste Reyno, tenhaõ o mesmo tratamento, que os dos sobreditos Reys: e este mesmo deverá dar o Secretario aos Embaixadores, que os ditos Reys, e Potencias mandarem a esta Corte.

Do mesmo modo tratará aos Vice-Reys da India, e do Brazil, assim actuaes, como aos que houverem sido, aos Governadores das Armas, aos Meftres de Campo Generaes (cuja Patente tem sempre os Conselheiros de Guerra) e ao General, e Almirante da Armada Real de alto bordo do Mar Oceano.

Aos Governadores, a quem S. Magestade conceder Patente de Capitaens Generaes, se deve dar o mesmo tratamento de *Excellencia*, estando a pessoa, que escreve, no districto dos seus Governos, e não sendo assim, não se lhes poderá dar menor tratamento que o de *Senhoria*.

Havendo o Secretario de escrever a Viscondes, Baroens, Officiaes da Casa de El Rey, Rainha, e Princezas destes Reynos, a Gentishomens da Camara dos Infantes, a filhos, e filhas legitimas dos Grandes, dos Viscondes, dos Baroens, dos Officiaes da Casa de El Rey, Rainha, Princezas, e aos dos Gentishomens da Camara dos Infantes, como tambem aos Moços Fidalgos com exercicio deste Foro, a todos deverá dar o tratamento de *Senhoria*.

Este mesmo compete aos Enviados, e Residentes, assim actuaes, como os que houverem sido mandados por S. Magestade

Escrevendo ao Regedor da Justiça da Casa da Supplicação , ao Governador da Relação do Porto , aos Védores da Fazenda : aos Presidentes do Desembargo do Paço, da Meza da Consciência , e Ordens , do Conselho Ultramarino , e do Senado da Camara de Lisboa , se lhes darà tambem o tratamento de *Excellencia*.

[espaço] O mesmo tratamento se deve dar aos que forem , ou tiverem sido Embaixadores de S. Magestade a Reyes da Europa, ou a Potenciais , cujos Embaixadores , segundo o costume deste Iey , tenhaõ o mesmo tratamento, que os dos sobre-ditos Reys : e este mesmo deverà dar o Secretario aos Embaixadores , que os ditos Reys , e Potencias mandarem a esta Corte.

[espaço] Do mesmo modo tratarà aos Vice-Reys da Índia, e do Brazil , assim actuaes , como aos que houverem sido , aos Governadores das Armas , aos Mestres de Campo Generaes (cuja Patente tem sempre os Conselheiros de Guerra) e ao General , e Almirante da Armada Real de alto bordo do Mar Oceano.

[espaço] Aos Governadores, a quem S. Magestade conceder Patente de Capitaens Generaes , se deve dar o mesmo tratamento de *Excellencia* , estando a pessoa , que escreve , no districto dos seus Governos; e não sendo assim, não se lhes poderá dar menor tratamento que o de *Senhoria*.

[espaço] Havendo o Secretario de escrever a Viscondes , Baroens, Officiaes da Casa de ElRey , Rainha, e Princezas destes Reynos , a Gentishomens da Camara dos Infantes , a filhos , e filhas legitimas dos Grandes, dos Viscondes, dos Baroens, dos Officiaes da Casa da Camara dos Infantes , como tambem aos Moços Fidalgos com exercício deste Foro, a todos deverà dar o tratamento de *Senhoria*.

[espaço] Este mesmo compete aos Enviados , e Residentes , assim actuaes , como os que houverem sido mandados por S. Magestade

gestade a Reys, e Potencias acima referidas; e o mesmo tratamento se deve igualmente dar aos que mandarem a esta Corte os mesmos Reys, e Potencias.

Aos Governadores das Praças, e Capitancias do Reyno, e Conquistas, durante o tempo dos seus governos, e no districto delles, se deve dar o tratamento, que conforme a gradação de seus Postos, lhes tocar entre os Militares.

Aos Governadores interinos da India, e Bahia deverá o Secretario escrever por *Senhoria*, se com seu Amo assistir no districto dos seus governos: e isto durante o tempo delles.

As mulheres tem o respectivo tratamento de seus maridos; excepto se por outro principio lhes pertencer outro mayor: como v. g. pelo seguinte.

Escrevendo-se ás Fidalgas, que são, ou forão Camareiras Mores, Aya's, Donas de Honor, e Damas do Paço, se deve dar o tratamento de *Excellencia*, e usar da mesma formalidade, que já dissemos a respeito dos Duques, Marquezes, Condes &c.

Ultimamente por *Senhoria* se deve escrever ás Fidalgas irmãs, e filhas legitimas dos Moços Fidalgos com exercicio deste Foro.

A quem não for condecorado com alguns destes empregos, qualidades, e dignidades, não deve dar o Secretario mais tratamento que o de *Merce*. Porã no alto da Carta (se lhe parecer) o nome da pessoa, a quem escrever: e principiarã a Carta de nenhum modo dizendo: *Meu Senhor*, ou *Senhor meu*; porque será causa de que seu Amo se comprehenda nas penas da Ley novissima dos tratamentos.

FORMULARIO

de Sobrescritos.

Fechará o Secretario a Carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Por-lhe-ha Signete, que será pequeno

de Sobrescritos.

175

gestade a Reys, e Potenciais acima referidas ; e o mesmo tratamento se deve igualmente dar aos que mandarem a esta Corte os mesmos Reys, e Potencias.

[espaço] Aos Governadores das Praças, e Capitánias do Reyno , e Conquistas , durante o tempo dos seus governos , e no districto delles , se deve dar o tratamento, que conforme a gradação de seus Postos, lhes tocar entre os Militares.

[espaço] Aos Governadores interinos da India, e Bahia deverà o Secretario escrever por *Senhoria*, se com seu Amo assistir no districto dos seus governos: e isto durante o tempo delles.

[espaço] As mulheres tem o respectivo tratamento de seus maridos ; excepto se por outro principio lhes pertencer outro Mayor : como v. g. pelo seguinte.

[espaço] Escrevendo-se as Fidalgas , que são , ou forão Camareiras Mòres, Ayas , Donas de Honor , e Damas do Paço , se deve dar o tratamento de *Excellencia* , e usar da mesma formalidade , que já dissemos a respeito dos Duques , Marquezes , Condes &c.

[espaço] Ultimamente por *Senhoria* se deve escrever às Fidalgas Irmãs, e filhas legítimas dos Moços Fidalgos com exercicio deste Foro.

[espaço] A quem não for condecorado com alguns destes empregos, qualidades, e dignidades, não deve dar o Secretario mais tratamento que o de Mercè. Porà no alto da Carta (se lhe parecer) o nome da pessoa , a quem escrever : e principiarà a Carta de nenhum modo dizendo : *Meu Senhor*, ou *Senhor meu*; porque será causa de que seu Amo se comprehenda nas penas da Ley novissima dos tratamentos.

FORMULARIO de Sobrescritos.

Fechará o Secretario a Carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Por-lhe-ha Signete, que será peque-

Z

no

no, se a pessoa for superior; mayor alguma cousa, se for igual; e grande, se for inferior. Isto entende-se se a Carta for para fora da terra; que se for para a mesma parte, de donde o Secretario escreve, raras vezes se usa de Signete. Sendo para fora da terra, serà o Sobrescrito ao largo, de forte que a obrèa fique para baixo: se for para pessoa, que esteja na mesma terra, serà o Sobrescrito ao alto, e ficará a obrèa para a parte direita. Nelle, àlem do tratamento, porà o principal titulo, dignidade, ou emprego, que tiver a pessoa, a quem escrever: e se a Carta for para fora da terra, porà tambem em baixo a parte, onde a tal pessoa assiste; a fim de que a Carta lhe possa ser entregue. O Sobrescritos para Cardeaes, serà deste modo.

Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal N. guarde Deos muitos annos.

. A parte onde assistir.

Sendo, v. g. para o Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha, porà no Sobrescrito, como acima dissemos, os seus principaes Titulos; por exemplo:

Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarcha de Lisboa, Conselheiro de Estado, e Capellaõ Mór, guarde Deos muitos annos.

Sendo para o Eminentissimo Senhor Cunha, porà:

Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral destes Reynos, e Conselheiro de Estado, guarde Deos muitos annos.

Para o Senhor Arcebispo de Braga, por ser da Casa Real, porà:

Ao Senhor D. Fozè Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hesbanhas, guarde Deos muitos annos.

Para os Principaes da Santa Igreja de Lisboa, serà o Sobrescrito deste modo:

Ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Principal de do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muito annos.

Para os Arcepibpos, e Bispos nomeados por S. Magestade

no, se a pessoa for superior; mayor alguma cousa, se for igual; e grande, se for inferior. Isto entende-se se a Carta for para fôra da terra; que se for para a mesma parte, de donde o Secretario escreve, raras vezes se usa de Signete. Sendo para fôra da terra, será o Sobrescrito ao largo, de forte que a obrèa fique para baixo: se for para pessoa, que esteja na mesma terra, será o Sobrescrito ao alto, e ficará a obrèa para a parte direita. Nelle, àlem do tratamento, porà o principal titulo, dignidade, ou emprego, que tiver a pessoa, a quem escrever: e se a Carta for para fora da terra, porà tambem em baixo a parte, onde a tal pessoa assiste; a fim de que a Carta lhe possa ter entregue. O Sobrescritos para Cardeaes, será deste modo.

[espaço] *Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal N... guarde Deos muitos annos.*

..... A parte onde assistir.

[espaço] Sendo, v.g. para o Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarcha, porà no Sobrescrito, como acima dissemos, os seus principaes Titulos; por exemplo:

[espaço] *Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarcha de Liboa, Conselheiro de Estado, e Capellaõ Mór, guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Sendo para o Eminentissimo Senhor Cunha, porà:

[espaço] *Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral destes Reynos, e Conselheiro de Estado, guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Para o Senhor Arcebispo de Braga, por ser da Casa Real, porà:

[espaço] *Ao Senhor D. Jozè Arcebispo, e Senhor de Braga, Primas das Heshamhas, guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Para os Principaes da Santa Igreja de Lisboa, será o Sobrescrito deste modo:

[espaço] *Ao Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Principal de ... do Conselho de S. Magestade. guarde Deos muito anos.*

[espaço] Para os Arcebispos, e Bispos nomeados por S. Magestade

de se porã deste modo :

Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo, ou Bispo de . . . do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.

..... A parte, onde assistirem.

Advertimos, que tem alguma diversidade o Sobrescrito para o Bispo de Coimbra; porque he duas vezes Grande do Reyno; e assim dir-se-ha :

Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.

Igualmente tem diversidade o Sobrescrito para o Arcebispo de Goa; porque diremos :

Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.

Tambem presentemente he diverso o Sobrescrito para o Bispo do Algarve, porque foy Arcebispo de Goa; e assim diremos :

Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo Bispo do Algarve, guarde Deos muitos annos.

Aos Bispos, que não são nomeados por S. Magestade, será o Sobrescrito deste modo.

Ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Bispo de . . . &c.
Para os Prelados da Santa Basilica Patriarchal, diremos :

Ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Monsenhor N. . . do Conselho de S. Magestade, guarde Deos Muitos annos.

Para os Conegos da mesma Santa Igreja, deste modo :

Ao Senber D. N. . . Conego da Santa Basilica Patriarchal, guarde Deos muitos annos.

Aos Prelados das Religioens, poremos :

Ao Reverendissimo Senhor Padre, v. g. Reformador, Geral, ou Provincial, &c. de . . . guarde Deos muitos annos.

JE.

de se porà deste modo :

[espaço] *Ao Excelentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo, ou Bispo de ... do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.*

..... A parte , onde assistirem.

[espaço] Advertimos, que tem alguma diversidade o Sobrescrito para o Bispo deCoimbra; porque he duas vezes Grande do Reyno; e assim dir-se-ha:

[espaço] *Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhr Bispo deCoimbra , Conde de Arganil, do Conselho de S. Magestade , Guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Igualmente tem diversidade o Sobrescrito para o Arcebispo de Goa; porque diremos :

[espaço] *Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Seehor Arcebispo de Goa , Primaz do Oriente , do Conselho de S. Magestade , Guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Tambem presentemente he diverso o Sobrescrito para o Bispo do Alguarve , porque foy Arcebispo deGoa ; e assim diremos :

[espaço] *Ao Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Arcebispo Bispo do Alguarve, guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Aos Bispos, que não são nomeados por S. Magestade, será o Sobrescrito deste modo.

[espaço] *Ao Illustrissimo , e Reverendissimo Senhor Bispo de... etc.* Para os Prelados da Santa Basilica Patriarchal, diremos:

[espaço] *Ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Monsenhor N. do Conselho de S. Magestade, guarde Deos Muitos anos.*

[espaço] Para os Conegos da mesma Santa Igreja , deste modo :

[espaço] *Ao Senhor D. N. Conego da Santa Basilica Patriarcas, guarde Deos muitos annos.*

[espaço] Aos Prelados das Religioens , poremos :

[espaço] *Ao Reverendissimo Senhor Padre , v.g. Reformador, Geral, ou Provincial, etc. de ... guarde Deos muitos años.*

JE-

JERARCHIA SECULAR.

A Todos os Grandes Seculares se porá deste modo :
Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senbor, v. g. Duque, Marquez, ou Conde de . . . do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.

A'quelles Cavalheiros, que pelos seus empregos tiverem o tratamento de Excellencia, diremos assim :

Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senbor D. N. . . &c.

Tornamos (sem que pareça impertinencia) a encómendar se ponha sempre o emprego destas pessoas, como v. g. Estribeiro Mór, Mórdomo Mór, Apofentador Mor, Vice-Rey, ou Governador, e Capitão General de . . . Embaixador a Corte de . . . Governador das Armas da Provincia de . . . Mestre de Campo General &c.

Aos Cavalheiros, que tiverem tratamento de Senhoria, se porá :

Ao Illustrissimo Senbor D. N. . . &c.

Para as Senhoras, que são Duquezas, Marquezas, e Condessas, devem ser os Sobrescritos desta maneira :

A' Illustrissima, e Excellentissima Senhora, v. g. Duqueza, Marqueza, ou Condessa de . . . &c.

O mesmo tratamento tem as Senhoras, que são Damas do Paço, ou casadas com Cavalheiros, que tem Excellencia.

A's Senhoras, que tiverem o tratamento de Senhoria, deverà ir o Sobrescrito deste modo :

A' Illustrissima Senhora Dona N. . . &c.

Advertimos ultimamente ao Secretario, que, como em Portugal se costuma entre parentes pôr nos Sobrescritos o grão do Parentesco, se não esqueça desta circumstancia, que os Secretarios de algumas Nações estranhas approvaõ.



F I M.

JERARCHIA SECULAR.

A Todos os Grandes Seculares se porá deste modo :

Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor, v.g. Duque, Marquez, ou Conde de ..., do Conselho de S. Magestade, guarde Deos muitos annos.

[espaço] A' quelles Cavalheiros, que pelos seus empregos tiverem o tratamento de Excellencia, diremos assim:

[espaço] *Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D.N.... etc.*

[espaço] Tornamos (sem que pareça impertinencia) a encómendar se ponha sempre o emprego destas pessoas, como v.g. Estribeiro Mór, Mórdomo Mór, Aposentador Mor, Vice-Rey, ou Governador, e Capitão General de... Embaixador à Corte de... Governador das Armas da Provincia de ... Mestre de Campo General &c.

[espaço] Aos Cavalheiros, que tiverem tratamento de Senhoria, se porá:

[espaço] *Ao Illustrissimo Senhor D N etc.*

[espaço] Para as Senhoras, que são Duquezas, Marquezas, e Condessas, devem ser os Sobrescritos desta maneira :

[espaço] *A' Illustrissima, e Excellentissima Senhora, v.g. Duqueza, Marqueza, ou Condessa de etc.*

[espaço] O mesmo tratamento tem as Senhoras, que são Damas do Paço, ou casadas com Cavalheiros, que tem Excellencia.

A's Senhoras, que tiverem o tratamento de Senhoria,deverá ir o Sobrescrito deste modo :

[espaço] *A Illustrissima Senhora Dona N.... etc.*

[espaço] Advertimos ultimamente ao Secretario,que,como em Portugal se costuma entre parentes pôr nos Sobrescritos o grão do Parentesco, se não esqueça desta circumstancia, que os Secretarios de algumas Naçoens estranhas approvaõ.

FIM

RESUMO

A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística

Leonardo Lennertz Marcotulio

Orientadora: Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Tendo em vista a problemática que envolve a estrutura hierárquica da máquina administrativa colonial na gestão dos vice-reis no Brasil, interessa-nos mostrar como o marquês do Lavradio constrói sua imagem em seu discurso político em virtude da inexatidão da extensão de seus poderes. Para tanto, analisam-se as escolhas treatmentais feitas por Lavradio em cartas escritas no âmbito público e privado, uma vez que estas refletem diretamente as relações sociais estabelecidas entre os interlocutores, como estratégias de atenuação da polidez lingüística que contribuem para a harmonia do processo interativo (Brown & Levinson, 1987).

Foi realizada uma descrição e análise quantitativa e qualitativa de formas de tratamento de base nominal e pronominal encontradas em uma amostra específica constituída por 70 cartas escritas a diferentes destinatários. Em seguida, investigou-se a maneira pela qual essas formas eram condicionadas pragmaticamente e como podem ser vistas como formas de mitigação da imposição de “atos de fala”, contribuindo para delinear a imagem política de Lavradio.

Os resultados obtidos evidenciam que estar na posição de vice-rei, no terceiro quartel do século XVIII, significava estar em uma posição de desconforto, em que todos os atos devem ser criteriosamente calculados, de modo a preservar a face dos personagens envolvidos. Nessa situação, observou-se uma preferência por formas nominais mais cerimoniosas nas relações para superiores (*Vossa Excelência*), uma grande diversidade de formas nominais e pronominais nas relações simétricas (*Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Mercê*, *Vós*, *tu* e *você*) e a utilização de formas nominais de menor prestígio nas relações para inferiores (*Vossa Senhoria* e *Vossa Mercê*). Essa instabilidade é principalmente visível nas relações simétricas, entre o vice-rei e os demais governadores e capitães-generais, em que o ajuste da distância social contribui para a formação de uma máscara de dissimulação do poder.

Palavras-chave: formas de tratamento, marquês do Lavradio, preservação das faces, construção da imagem.

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

ABSTRACT

A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez lingüística

Leonardo Lennertz Marcotulio

Orientadora: Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Considering the colonial administrative hierarchical structure in the viceroy's administration in Brazil, our aim is to outline how the marquis of Lavradio builds his image in his political speech due to the lack of specification of his powers. As a way to reach this purpose, the addressing forms are analyzed, since they reflect directly the social relations established among interlocutors, as attenuation strategies of linguistic politeness that contribute to the harmony of the interaction process.

Based on a specific *corpus* composed by 70 letters written to different addressers, the nominal and pronominal addressing forms are described and analyzed. Then, we focus on how such forms are pragmatically chosen and how they can be seen as mitigation strategies against the speech acts imposition, contributing to the formation of Lavradio's political image.

The results show that the viceroy position, in the end of 18th century, was an uncomfortable position in which all the acts must be carefully calculated in order to save the characters' faces. This instability is clearly observed in the symmetrical relations among the viceroy and the other governors in which the flexibility of the social distance contributes to the elaboration of a mask that dissimulates the power.

Key words: addressing forms, marquis of Lavradio, salvation of faces, construction of image.

Rio de Janeiro
Novembro de 2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)